

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	5
2.3 - Outras informações relevantes	7

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	8
3.2 - Medições não contábeis	9
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	11
3.4 - Política de destinação dos resultados	12
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	14
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	15
3.7 - Nível de endividamento	16
3.8 - Obrigações	17
3.9 - Outras informações relevantes	18

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	19
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	41
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	43
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	66
4.5 - Processos sigilosos relevantes	68
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	69
4.7 - Outras contingências relevantes	71

Índice

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	72
--	----

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos	73
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	74
5.3 - Descrição dos controles internos	77
5.4 - Programa de Integridade	81
5.5 - Alterações significativas	85
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	86

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	90
6.3 - Breve histórico	91
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	92
6.6 - Outras informações relevantes	93

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	94
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	103
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	104
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	107
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	125
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	126
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	132
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	133
7.8 - Políticas socioambientais	135
7.9 - Outras informações relevantes	137

8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários	138
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	139

Índice

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	140
---	-----

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	141
---	-----

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	142
--	-----

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	143
---	-----

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	144
--	-----

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	163
---	-----

9.2 - Outras informações relevantes	165
-------------------------------------	-----

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	166
--	-----

10.2 - Resultado operacional e financeiro	183
---	-----

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	184
---	-----

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	186
---	-----

10.5 - Políticas contábeis críticas	187
-------------------------------------	-----

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	189
--	-----

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	190
---	-----

10.8 - Plano de Negócios	191
--------------------------	-----

10.9 - Outros fatores com influência relevante	192
--	-----

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	193
---	-----

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	194
---	-----

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	195
--	-----

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	199
---	-----

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	204
--	-----

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	205
--	-----

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	206
--	-----

Índice

12.7/8 - Composição dos comitês	211
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	213
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	214
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	220
12.12 - Outras informações relevantes	221

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	224
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	228
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	232
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	235
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	240
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	242
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	243
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	244
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	246
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	247
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	248
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	249
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	250
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	251
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	252
13.16 - Outras informações relevantes	253

14. Recursos humanos

Índice

14.1 - Descrição dos recursos humanos	254
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	258
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	259
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	261
14.5 - Outras informações relevantes	262
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	263
15.3 - Distribuição de capital	266
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	267
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	268
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	269
15.7 - Principais operações societárias	270
15.8 - Outras informações relevantes	277
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	278
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	287
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	288
16.4 - Outras informações relevantes	289
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	290
17.2 - Aumentos do capital social	291
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	292
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	293
17.5 - Outras informações relevantes	294
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	295

Índice

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	296
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	297
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	298
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	299
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	300
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	301
18.8 - Títulos emitidos no exterior	302
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	303
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	304
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	305
18.12 - Outras informações relevantes	306

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	307
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	308
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	309

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	310
20.2 - Outras informações relevantes	311

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	312
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	313
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	317
21.4 - Outras informações relevantes	318

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

JARDEL MASSARI

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

KLEBER CESAR SILVEIRA GOMES

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

1.1 Declaração do Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Jardel Massari

Cargo do responsável

Diretor Presidente

O Diretor Presidente acima qualificado declara que:

- a. reviu o formulário de referência.
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



Jardel Massari

1.2 Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

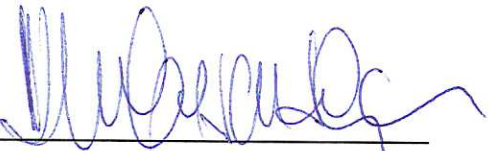
Kleber Cesar Silveira Gomes

Cargo do responsável

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

O Diretor de Relações com Investidores acima qualificado declara que:

- a. reviu o formulário de referência.
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



Kleber Cesar Silveira Gomes

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que os atuais Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia já prestaram suas declarações individuais nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0012-83
Período de prestação de serviço	04/08/2014
Descrição do serviço contratado	Exercício findo em 31 de dezembro de 2017: i) Exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017; e (ii) Revisão limitada das demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2017; Exercício findo em 31 de dezembro de 2016: (i) Exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016; e (ii) Revisão limitada das demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2016; Exercício findo em 31 de dezembro de 2015: (i) Exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015; (ii) Revisão limitada das demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2015 e das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas pró-forma do trimestre findo em 31 de março de 2014; (iii) Emissão de carta de conforto complementar (greenshoe IPO) em conexão com a oferta pública inicial de ações da Companhia; (iv) Due Diligence financeira, tributária, legal e trabalhista no processo de combinação de negócios com a Bracol Agronegócio SAS; (v) Consultoria para avaliação de riscos de segurança da informação e estratégia de proteção de informações sensíveis. O montante total da remuneração paga aos auditores independentes no último exercício social foi de R\$ 406.679,37.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total da remuneração paga aos auditores independentes no último exercício social foi de R\$ 406.679,37.
Justificativa da substituição	Não houve substituição dos auditores independentes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve substituição dos auditores independentes.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
--------------------------	---------------------------------	-----	----------

Maurício Cardoso de Moraes

04/08/2014

795.008.389-15

Avenida Antônio Diederichsen, 400, 21º e 22º andares, Jardim América, Ribeirão Preto, SP, Brasil,
CEP 14020-250, Telefone (16) 21336600, Fax (16) 21336685, e-mail:
mauricio.moraes@br.pwc.com

2.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 2.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)	Exercício social (31/12/2015)
Patrimônio Líquido	405.636.006,00	376.294.689,00	380.310.039,00
Ativo Total	810.228.914,00	775.576.793,00	693.371.117,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	505.281.471,00	456.587.107,00	534.044.910,00
Resultado Bruto	266.569.177,00	226.082.816,00	297.360.924,00
Resultado Líquido	37.901.094,00	-5.351.791,00	69.207.174,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	53.949.006	53.949.006	53.942.307
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	7,520000	6,980000	7,050000
Resultado Básico por Ação	0,706370	-0,965040	1,282710
Resultado Diluído por Ação	0,70	-0,96	1,28

3.2 - Medições não contábeis

As informações sobre as medições não contábeis também foram ajustadas para melhor refletir o resultado e EBITDA das operações, ajustado por eventos extraordinários. Para 2017, os ajustes são referentes a despesas não recorrentes da consultoria estratégica Falconi, liquidação de auto de infração de exercícios anteriores e gastos com reestruturação. Para 2016, os ajustes são referentes a despesas não recorrentes de PCLD de exportação para Venezuela, rescisão de diretores estatutários e gastos com reestruturação. **(a) valor das medições não contábeis**

EBITDA

O EBITDA é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM 527, de 4 de outubro de 2012 ("**Instrução CVM 527**") conciliada com suas demonstrações financeiras, que consiste no lucro ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pelas receitas líquidas das vendas.

O EBITDA e a margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não representam o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não devem ser consideradas como alternativa ao lucro líquido, ao fluxo de caixa operacional, assim como não devem ser consideradas como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia.

Não obstante o EBITDA possuir um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA preparado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 527 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM 527. Seguem abaixo os valores do EBITDA e da margem EBITDA da Companhia para os exercícios indicados:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2017 (Consolidado)	2016 (Consolidado)	2015 (Consolidado)
EBITDA	91.208	30.777	118.034
Margem EBITDA	18,1%	6,7%	22,1%

EBITDA Ajustado

Seguem abaixo os valores do EBITDA Ajustado e da margem EBITDA Ajustado da Companhia para os exercícios indicados:

3.2 - Medições não contábeis

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2017 (Consolidado)	2016 (Consolidado)	2015 (Consolidado)
EBITDA Ajustado	103.652	44.430	119.108
Margem EBITDA Ajustado	20,5%	9,7%	22,3%

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas auditadas

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2017 (Consolidado)	2016 (Consolidado)	2015 (Consolidado)
Lucro líquido (prejuízo)	37.901	(5.351)	69.207
(+) Resultado financeiro líquido	16.793	22.200	10.635
(+) Imposto de renda e contribuição social	11.657	(7.999)	18.060
(+) Depreciação e amortização	24.851	21.927	20.132
EBITDA	91.202	30.777	118.034
(+) Operações descontinuadas	2.415	n.a.	667
(+) PCLD de exportação para Venezuela	5.816	2.360	n.a.
(+) Rescisão de diretores estatutários	n.a.	3.040	n.a.
(+) Reestruturação realizada	n.a.	4.532	n.a.
(-) Despesas operacionais da controladora	n.a.	n.a.	n.a.
(+) Despesas relacionadas ao IPO	3.229	n.a.	n.a.
(+) Provisão para <i>impairment</i> do ativo intangível	990	3.721	667
EBITDA Ajustado	103.652	44.430	119.108
Receitas líquidas das vendas	505.281	456.587	534.045
Margem EBITDA	18,1%	6,7%	22,1%
Margem EBITDA Ajustado	20,5%	9,7%	22,3%

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Nós utilizamos o EBITDA e o EBITDA Ajustado para analisar nosso desempenho financeiro e operacional, bem como uma base para algumas das nossas decisões administrativas. Além disso, acreditamos que o EBITDA e o EBITDA Ajustado oferecem aos investidores uma melhor compreensão da nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações e nossa capacidade de obter novos financiamentos para nossos investimentos e capital de giro. No entanto, o EBITDA e o EBITDA Ajustado apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, uma vez que não leva em conta certos custos decorrentes de nossos negócios, o que poderia afetar adversamente nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não aplicável, tendo em vista que não houve eventos subsequentes às demonstrações financeiras divulgadas em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

	2017	2016	2015
a. regras sobre retenção de lucros	Em 31 de dezembro de 2017, o Estatuto Social da Companhia, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, conforme alterada (" Lei das Sociedades por Ações "), previa que o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, deveria ter a seguinte destinação: (i) 5% para a reserva legal, que não excederá 20% do capital social; e (ii) 25% para pagamento do dividendo obrigatório.	Em 31 de dezembro de 2016, o Estatuto Social da Companhia, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, previa que o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, deveria ter a seguinte destinação: (i) 5% para a reserva legal, que não excederá 20% do capital social; e (ii) 25% para pagamento do dividendo obrigatório.	Em 31 de dezembro de 2015, o Estatuto Social da Companhia, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, previa que o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, deveria ter a seguinte destinação: (i) 5% para a reserva legal, que não excederá 20% do capital social; e (ii) 25% para pagamento do dividendo obrigatório.
a.i. valores das retenções de lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou um lucro líquido no valor de R\$38.108 mil, o qual foi aprovado em assembleia geral, sendo que (i) R\$1.905 mil foram destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) R\$24.660 mil foram destinados à reserva de lucros para expansão.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não registrou retenções em função da não apuração do lucro.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia registrou um lucro líquido no valor de R\$69.192 mil, o qual foi aprovado em assembleia geral, sendo que: (i) R\$3.460 mil foi destinado à constituição da reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) R\$48.577 mil foram destinados à reserva de lucros para manutenção do plano de crescimento.
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, os percentuais das retenções em relação ao lucro total declarado foram os seguintes: (i) 5,0% foram destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) 68,12% foram destinados à reserva de lucros para expansão.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não registrou retenções em função da não apuração do lucro.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, os percentuais das retenções em relação ao lucro total declarado foram os seguintes: (i) 5,0% foram destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) 73,90% foram destinados à reserva de lucros para manutenção do plano de crescimento.
b. regras sobre distribuição de dividendos	O Estatuto Social da Companhia assegura aos acionistas o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual, não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído da importância destinada à constituição da reserva legal. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, R\$9.051 mil foram deliberados a título de dividendos mínimos obrigatórios e R\$1.796 mil foram destinados à título de dividendos complementares..	O Estatuto Social da Companhia assegura aos acionistas o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual, não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído da importância destinada à constituição da reserva legal. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, não houve distribuição de dividendos mínimos obrigatórios.	O Estatuto Social da Companhia assegura aos acionistas o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual, não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído da importância destinada à constituição da reserva legal. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, R\$16.433 mil foram deliberados a título de dividendos mínimos obrigatórios.

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2017	2016	2015
c. periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais ou referentes a períodos menores e declarar dividendos à conta de lucro acumulados ou reservas de lucros existentes nesses balanços, observadas as limitações previstas em lei. Os dividendos assim declarados constituirão antecipação do dividendo obrigatório. Adicionalmente, por meio de proposta do Conselho de Administração, ad referendum da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar a seus acionistas juros sobre capital próprio, respeitadas as regras e limites impostos pela legislação aplicável.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais ou referentes a períodos menores e declarar dividendos à conta de lucro acumulados ou reservas de lucros existentes nesses balanços, observadas as limitações previstas em lei. Os dividendos assim declarados constituirão antecipação do dividendo obrigatório. Adicionalmente, por meio de proposta do Conselho de Administração, ad referendum da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar a seus acionistas juros sobre capital próprio, respeitadas as regras e limites impostos pela legislação aplicável.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais ou referentes a períodos menores e declarar dividendos à conta de lucro acumulados ou reservas de lucros existentes nesses balanços, observadas as limitações previstas em lei. Os dividendos assim declarados constituirão antecipação do dividendo obrigatório. Adicionalmente, por meio de proposta do Conselho de Administração, ad referendum da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar a seus acionistas juros sobre capital próprio, respeitadas as regras e limites impostos pela legislação aplicável.
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	A Lei das Sociedades por Ações permite que a Companhia suspenda a distribuição do dividendo obrigatório caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com sua situação financeira. O Conselho Fiscal, se instalado, deve emitir seu parecer de recomendação do Conselho de Administração. Ademais, o Conselho de Administração deverá apresentar à Comissão de Valores Mobiliários justificativa para suspensão da distribuição dos dividendos, dentro de cinco dias da realização da Assembleia Geral. Os lucros não distribuídos, em razão da suspensão na forma acima mencionada, serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da Companhia o permita.	A Lei das Sociedades por Ações permite que a Companhia suspenda a distribuição do dividendo obrigatório caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com sua situação financeira. O Conselho Fiscal, se instalado, deve emitir seu parecer de recomendação do Conselho de Administração. Ademais, o Conselho de Administração deverá apresentar à Comissão de Valores Mobiliários justificativa para suspensão da distribuição dos dividendos, dentro de cinco dias da realização da Assembleia Geral. Os lucros não distribuídos, em razão da suspensão na forma acima mencionada, serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da Companhia o permita.	A Lei das Sociedades por Ações permite que a Companhia suspenda a distribuição do dividendo obrigatório caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com sua situação financeira. O Conselho Fiscal, se instalado, deve emitir seu parecer de recomendação do Conselho de Administração. Ademais, o Conselho de Administração deverá apresentar à Comissão de Valores Mobiliários justificativa para suspensão da distribuição dos dividendos, dentro de cinco dias da realização da Assembleia Geral. Os lucros não distribuídos, em razão da suspensão na forma acima mencionada, serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da Companhia o permita.
e. política de destinação de resultados	Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.	Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.	Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2017	Exercício social 31/12/2016	Exercício social 31/12/2015
Lucro líquido ajustado	38.107.812,00		69.192.349,44
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	29,960000		23,750000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	2,850000		4,320000
Dividendo distribuído total	10.846.873,33		16.433.182,99
Lucro líquido retido	24.659.882,91		48.576.857,61
Data da aprovação da retenção	13/04/2018		29/04/2016

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	10.846.873,33	25/04/2018			16.433.182,99	09/05/2016

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não foram declarados dividendos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e de 2015.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2017	404.591.908,36	Índice de Endividamento	0,99742602	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2017)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		35.763.495,40	64.851.867,77	21.694.974,38	29.955.461,54	152.265.799,09
Financiamento	Quirografárias		52.199.914,74	851.539,89	0,00	0,00	53.051.454,63
Empréstimo	Quirografárias		102.269.385,18	5.513.333,31	0,00	0,00	107.782.718,49
Total			190.232.795,32	71.216.740,97	21.694.974,38	29.955.461,54	313.099.972,21
Observação Nossas dívidas foram segregadas de acordo com as categorias previstas na tabela acima (dívidas com garantia real, dívidas com garantia fluante e dívidas quirografárias), de acordo com os seguintes critérios: (i) foram consideradas dívidas com garantia real todas as nossas dívidas garantidas por hipoteca, penhor (rural, mercantil, de recebíveis, etc.) e alienação fiduciária, dentre outras garantias reais; (ii) foram consideradas dívidas quirografárias todas as nossas dívidas que não possuem garantia ou que possuem exclusivamente garantia fidejussória, assim entendidas a garantia de aval, a nota promissória e a fiança, dentre outras garantias fidejussórias; e (iii) não possuímos dívidas com garantia fluante. As informações acima se referem às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.							

3.9 - Outras informações relevantes

Não existe outra informação relevante que não tenha sido mencionada neste item do Formulário de Referência.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão poderá diminuir em razão de quaisquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipótese em que os potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de nossa emissão. Os riscos descritos abaixo são aqueles que nós conhecemos e acreditamos que, na data deste Formulário de Referência, podem nos afetar adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos por nós atualmente ou considerados irrelevantes neste momento também poderão nos afetar adversamente no futuro.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa neste Formulário de Referência ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter “efeito adverso” ou “negativo” para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e/ou das suas controladas, bem como no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante à subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

Os riscos descritos abaixo se aplicam não somente a nós, mas também às nossas controladas.

(a) a Nós

Nossos direitos de propriedade intelectual são valiosos, e qualquer incapacidade de protegê-los poderia reduzir o valor dos nossos produtos, serviços e marcas.

A nossa incapacidade de proteger ou obter proteção adequada para nossas marcas, patentes, produtos, *know-how*, tecnologias ou novas funcionalidades de nossos produtos e processos pode diminuir a nossa competitividade.

Dadas as especificidades referentes à legislação de propriedade intelectual de cada país, poderemos enfrentar maiores dificuldades em garantir a não infringência de direitos de terceiros e em acompanhar ou evitar eventual infringência de nossos direitos de propriedade intelectual no exterior. Os sistemas jurídicos de alguns países não favorecem a obtenção e/ou proteção de patentes e outros direitos de propriedade intelectual, em especial com relação a produtos biofarmacêuticos, o que poderia tornar difícil para nós a cessação de eventual violação de patentes e outros direitos de propriedade intelectual ou a comercialização de produtos concorrentes que violem esses direitos. As medidas necessárias para proteger os

4.1 - Descrição dos fatores de risco

nossos direitos de propriedade intelectual no Brasil ou no exterior podem desviar a atenção da nossa administração e os custos relacionados à proteção de nossos direitos de propriedade intelectual podem aumentar substancialmente.

Em vista das características da legislação relativa à proteção de propriedade intelectual, que determina períodos de sigilo em que não se pode obter informações sobre tecnologias em processo de registro ou obtenção de proteção, não podemos garantir que nossas pesquisas não venham a infringir direitos de terceiros nem que, em razão de tal fato, os produtos objeto dessas pesquisas poderão ser explorados comercialmente.

Podemos ser obrigados a alterar, no todo ou em parte, alguns dos nossos produtos que supostamente infrinjam os direitos de propriedade intelectual de terceiros, e podemos ser obrigados a pagar multas expressivas, *royalties* ou taxas de licenciamento para o uso de patentes ou direitos autorais de terceiros que, eventualmente venham a ser cobrados ou requeridos a título indenizatório. Qualquer alteração nos nossos produtos ou nas receitas atribuíveis a qualquer de nossos produtos que eventualmente violem direitos de propriedade intelectual de terceiros poderá afetar adversamente nossa reputação e a demanda por nossos produtos. Além disso, tais alterações poderão requerer a atenção da nossa administração e/ou levar-nos a incorrer em despesas legais adicionais, fatos que podem afetar adversamente nossos resultados.

Nosso departamento de pesquisa e desenvolvimento (“P&D”) poderá não obter êxito no desenvolvimento de novos produtos, o que poderá afetar adversamente nossos negócios.

Nossos resultados dependem tanto do nosso portfólio atual quanto do desenvolvimento de novos produtos. Assim, investimos e alocamos recursos financeiros e humanos relevantes, próprios ou de terceiros, não só em nosso departamento de P&D, mas também em vários laboratórios internos, um centro de pesquisa em biotecnologia e uma fazenda experimental, além de parcerias com centros de pesquisa externos. Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, nossos investimentos com P&D foram de R\$ 30,3 milhões, R\$ 33,6 milhões e R\$ 34,1 milhões, respectivamente.

Poderemos não ser capazes de determinar com precisão quando ou se os nossos produtos atualmente em desenvolvimento serão aprovados ou lançados, e poderemos não ser capazes de desenvolver, licenciar ou adquirir outros produtos. Além disso, não podemos prever se qualquer produto, quando lançado, obterá êxito comercial ou alcançará índices de venda e receita consistentes com nossas expectativas. A indústria de saúde animal está sujeita a tendências e regulamentações, bem como aos trâmites e estruturas disponibilizados pelos órgãos regulatórios ou mesmo mudanças em suas diretrizes, o que pode impactar adversamente o cronograma de desenvolvimento, registro e comercialização de novos produtos. Nossas pesquisas e testes realizados em animais, fundamentais para o desenvolvimento de novos produtos, podem ser paralisados temporariamente ou até mesmo interrompidos definitivamente por alterações na legislação regulatória. Qualquer atraso na conclusão de nossos esforços de desenvolvimento poderá aumentar nossos custos, retardar o processo de aprovação ou levar à negação de aprovação regulatória de um novo produto. As

4.1 - Descrição dos fatores de risco

questões acima mencionadas podem impactar adversamente nossos resultados operacionais e nossa condição financeira.

Poderemos ser afetados adversamente em decorrência de operações de sociedades sob controle comum ao nosso.

Fomos formados pela cisão parcial da Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. ("OF Par"). Como resultado da cisão, passamos a operar, por meio de nossas subsidiárias, o negócio de saúde animal antes operado pela OF Par, a qual permaneceu operando o negócio de agroquímicos por meio de sua subsidiária Ouro Fino Química Ltda. ("OF Química"), ambas sociedades sob controle comum ao nosso. Ainda, celebramos com OF Par e OF Química um contrato de licença de uso de marca por meio do qual licenciamos o uso da marca "Ouro Fino" para tais sociedades, de forma que tais sociedades possam continuar a utilizá-la na condução de suas atividades no ramo de produtos agroquímicos, após a cisão. Para mais informações acerca dos referidos contratos de licença de uso de marca e de distribuição, veja item 16.1 deste Formulário de Referência. O condomínio rural 'Norival Bonamichi e Outro – Condomínio', cujo nome comercial é Condomínio Rural Ouro Fino, também está sob controle comum ao da Companhia. Também celebramos com o Condomínio Rural Ouro Fino um contrato de licença de uso da marca "Ourofino", de forma que tal condomínio possa utilizá-la na condução de suas atividades no ramo pecuário, o que inclui a promoção desta marca por meio de exposições e divulgações em eventos relacionados a animais de elite conhecidos nacionalmente, com ampla divulgação em campeonatos e exposições do setor agropecuário.

Assim, estamos sujeitos a certos riscos relacionados às operações da OF Química, OF Par e Condomínio Rural Ouro Fino decorrentes de (i) eventual determinação de responsabilidade solidária ou subsidiária por determinadas contingências (de caráter ambiental, por exemplo), presentes e futuras, originadas em períodos anteriores à cisão, (ii) responsabilidade solidária, para efeitos trabalhistas relacionados a contratos de trabalho anteriores à entrada em vigor da Reforma da Consolidação das Leis do Trabalho – Lei nº 13.467/2017, por tratarem-se de empresas sob controle comum; , (iii) problemas relacionados à produção, comercialização e uso de produtos agroquímicos identificados pela marca "Ouro Fino", que tragam associação negativa e dano de imagem à nossa marca e aos nossos produtos de saúde animal, e (iv) responsabilidade solidária resultante de atos praticados pela OF Química, OF Par e Condomínio Rural Ouro Fino, ou por qualquer terceiro que as represente, em violação à Lei 12.846/2014, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências (nos termos do §2º do artigo 4º da Lei 12.846/2014, há responsabilidade solidária das sociedades controladoras, controladas, coligadas e consorciadas na obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado).

Estamos sujeitos a riscos normalmente associados a contratos de transferência de tecnologia em desenvolvimento e parcerias com centros de pesquisa.

Alguns dos produtos em nosso *pipeline* dependem de tecnologia que está sendo desenvolvida, isoladamente ou em conjunto com a Companhia, por empresas de base tecnológica com as quais possuímos contratos de cooperação tecnológica, transferência de tecnologia de *know-*

4.1 - Descrição dos fatores de risco

how ou licenciamento. Caso tais empresas, isoladamente ou em conjunto com a Companhia, não sejam capazes de desenvolver com sucesso as tecnologias necessárias, podemos não ser capazes de encontrar ou desenvolver tecnologias substitutas e, em consequência, a nossa estratégia de criação de novos produtos e de aprimoramento dos já existentes poderá ser adversamente afetada e, conseqüentemente, poderemos perder parte de nossas receitas.

Também detemos parcerias com diversos centros de pesquisa nacionais e internacionais. Tendo em vista principalmente a natureza de nosso relacionamento, em alguns casos temos capacidade limitada para controlar a quantidade de tempo ou recursos alocados por nossos parceiros a projetos de nosso interesse, bem como para gerenciar de forma efetiva alguns riscos a eles relacionados. Alguns desses acordos de parceria permitem rescisão com pouco ou nenhum aviso prévio em determinadas circunstâncias. Tendo em vista a relativa escassez de centros de excelência para determinados tipos de pesquisa, caso algumas de nossas parcerias sejam encerradas e não sejamos capazes de negociar outras de mesmo nível em sua substituição, a nossa estratégia de criação de novos produtos e de aprimoramento dos já existentes também poderá ser adversamente afetada e, conseqüentemente, poderemos perder parte de nossas receitas.

Poderemos ser afetados adversamente caso ocorram falhas nos sistemas ou caso um de nossos colaboradores da área de biossegurança deixe de cumprir as práticas exigidas pelo MAPA ou regulamentações específicas com relação à produção de vacinas contra febre aftosa.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (“**MAPA**”) exige rigoroso controle de biossegurança (NBS4) para a manipulação e produção de vacinas contra febre aftosa. Em razão de tal fato, nossos sistemas (como por exemplo, automação, HVAC, elétrico) e colaboradores da área de biossegurança, nos quais o vírus ativo da febre aftosa é manipulado, estão obrigados a cumprir todas as regulamentações aplicáveis para esse segmento. Contudo, não podemos assegurar que não ocorrerão falhas em nossos sistemas ou no cumprimento das rotinas e protocolos de biossegurança por parte de nossos colaboradores, que são obrigatórios pela legislação e regulamentação aplicáveis. Assim, caso qualquer desses fatos ocorra, estaremos sujeitos a risco de acidentes que podem ocasionar o escape do vírus manipulado em nossa fábrica, o que poderá gerar sanções dentre as quais o embargo ou interdição de nossa produção de vacinas, a suspensão ou cancelamento da licença de operação da nossa fábrica de vacinas, ou a proibição de contratar com a administração pública, o que acarretaria um impacto adverso em nossas operações e imagem.

Poderemos não ser bem sucedidos na execução de nossa estratégia de negócios, o que poderá afetar negativamente nossos planos para aumentar nossa receita e rentabilidade.

Nosso crescimento e desempenho financeiro dependem do sucesso na implementação de diversos elementos de nossa estratégia de crescimento que estão sujeitos a vários fatores, dentre os quais se destacam a nossa capacidade de (i) proteger o poder de nossa marca e cultura, (ii) consolidar nossa participação de mercado e expandir nossa cobertura geográfica, nacional e internacionalmente, (iii) alavancar as vendas de nossos produtos e aumentar a

4.1 - Descrição dos fatores de risco

rentabilidade de nossas operações e (iv) fortalecer e expandir a oferta de produtos para nossa base de clientes.

O setor de saúde animal é influenciado por diversos fatores, como condições climáticas e econômicas e variações na demanda dos mercados consumidores, principalmente no setor de produção de proteína animal. Além disso, alguns aspectos de nossa estratégia de crescimento também podem resultar no aumento dos nossos gastos operacionais, tais como despesas com equipe de vendas, pessoal e fretes, que pode não ser compensado por um aumento equivalente de nossa receita, tendo como resultado em uma diminuição de nossas margens operacionais.

Assim, caso não sejamos bem sucedidos na execução de nossa estratégia de negócios, nossos planos para aumentar nossa receita e rentabilidade poderão ser afetados de forma adversa.

Poderemos não obter êxito na aquisição e integração de outros negócios.

Poderemos buscar aquisições ou alianças estratégicas para captar sinergias como parte de nossa estratégia de negócios. Poderemos não concluir essas transações oportunamente ou de forma rentável, ou mesmo não efetivá-las. Além disso, poderemos estar sujeitos a restrições ou limites regulatórios ou outros fatores não previstos que nos impeçam de gozar dos benefícios esperados. Poderemos não obter êxito na integração de funcionários ou dos produtos e tecnologias adquiridos, ou referida integração poderá exigir recursos e investimentos significativamente maiores do que aqueles originalmente previstos. Poderemos não ser capazes de integrar com êxito os negócios adquiridos aos nossos negócios atuais, assim como poderemos não ser capazes de alcançar as sinergias, melhorias ou eficiências esperadas. Poderemos também contrair dívidas significativas, além de passivos ou contingências desconhecidas, e tais dívidas, passivos e/ou contingências podem nos sujeitar a cláusulas restritivas que limitem nossas futuras atividades. Nossos resultados operacionais podem ser afetados negativamente por encargos relativos à aquisição, amortização de despesas relativas a ativos intangíveis e depreciação de ativos. Poderemos estar sujeitos a litígios relacionados a tais aquisições, licenciamentos ou outras alianças, inclusive reivindicações de ex-funcionários, clientes e terceiros. Dependendo da operação, poderemos ainda estar sujeitos à obtenção de aprovação das autoridades brasileiras de defesa da concorrência, sendo que tal aprovação poderá ser concedida com uma série de medidas restritivas, tais como alienação de parte dos ativos adquiridos, ou não ser concedida em tempo hábil. Assim, caso não consigamos integrar com êxito o negócio adquirido ou captar sinergias conforme planejado, podemos ser afetados adversamente. Ademais, eventuais cláusulas de indenização de passivos e contingências negociadas no âmbito da aquisição podem ser insuficientes para compensar custos e despesas incorridos ou prejuízos sofridos, o que poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

Dependemos de membros de nossa administração, os quais podemos enfrentar dificuldades na substituição por profissionais igualmente qualificados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Grande parte de nosso sucesso depende das habilidades e esforços da nossa administração. Contudo, os nossos administradores poderão se desligar da Companhia no futuro. Se qualquer de nossos administradores se desligar da Companhia, poderemos enfrentar dificuldades na substituição por profissionais igualmente qualificados. Para mais informações sobre os nossos administradores, ver item 12.5 deste Formulário de Referência. A concorrência por pessoal qualificado na indústria de saúde animal é forte porque há um número limitado de profissionais com formação e/ou experiência nessa área. A perda de qualquer membro de nossa administração e as dificuldades enfrentadas em sua substituição por profissionais com experiência e qualificação semelhantes poderá ter um efeito adverso sobre nosso negócio.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos nos nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Somos réus em processos judiciais e administrativos de natureza cível, tributária e trabalhista, cujos resultados não se pode garantir que serão favoráveis à Companhia. Constituímos provisões para os processos nos quais a possibilidade de perda seja avaliada por nossos assessores jurídicos internos e externos como provável, ou seja, cuja probabilidade de perda seja superior à possibilidade de êxito. As provisões constituídas podem ser insuficientes para fazer frente ao custo total decorrente dos processos. Adicionalmente, podemos estar sujeitos a contingências por outros motivos que nos obriguem a dispender valores significativos. Decisões contrárias aos nossos interesses que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização de negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito adverso em nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais. Para maiores informações a respeito dos processos judiciais e administrativos nos quais somos parte, vide seção 4.3 deste Formulário de Referência.

Nosso desempenho depende de relações trabalhistas favoráveis com nossos empregados. Qualquer deterioração dessas relações, ou aumento dos custos do trabalho, pode afetar adversamente nosso negócio.

Em 31 de dezembro de 2017, possuíamos 1.053 empregados. Grande parte de nossos empregados pertencem a sindicatos, sendo abrangidos por acordos de negociação coletiva. Qualquer aumento significativo nos custos trabalhistas, deterioração das relações trabalhistas, paralisações em qualquer de nossas unidades operacionais, sejam devidos a atividades sindicais, rotatividade de empregados ou a outros fatores, podem prejudicar de forma negativa nossos resultados operacionais e nossa situação financeira.

Nosso departamento de P&D realiza testes em animais. Alterações nas regulamentações de tais testes poderão estar sujeitos a proibições ou novas regulamentações, o que poderá afetar negativamente os nossos negócios.

Conforme legislação aplicável, por atuarmos no ramo de medicamentos e vacinas para saúde animal, antes de registrarmos novos produtos veterinários perante o MAPA, e conseqüentemente, iniciar a sua fabricação e comercialização, somos obrigados a realizar testes em animais com a finalidade de pesquisar e desenvolver tais novos produtos, bem como testar sua eficácia e segurança, além de melhorar o manejo e a criação de animais, tanto em

4.1 - Descrição dos fatores de risco

estrutura própria, como estrutura de terceiros. A legislação aplicável, estabelecida pelo Conselho Nacional de Controle e Experimentação Animal – CONCEA e pelo MAPA, elenca os procedimentos e as condições que devem ser observados durante a realização dos testes em animais. A realização de testes em animais em algumas indústrias vem sendo objeto de controvérsias e publicidade negativa. Não podemos garantir que não sofreremos publicidade negativa no futuro. Algumas organizações buscam a proibição de tais testes ou estimulam a adoção de regras mais rígidas para a sua realização. Na medida em que estas organizações obtenham êxito em suas proposições, nosso departamento de P&D e, consequentemente, nossos resultados operacionais e situação financeira, poderão ser afetados adversamente. Além disso, a publicidade negativa para nós ou para o setor em que atuamos poderá prejudicar nossa reputação.

Podemos ser afetados adversamente em caso de alterações na carga e incentivos tributários atualmente aplicáveis ao setor.

Atualmente, o setor de saúde animal possui carga tributária com determinadas características e incentivos, como, no caso do ICMS, o Convênio nº 100/97, que prevê isenção nas operações internas e redução de base de cálculo nas operações interestaduais; e, no caso do IRPJ e da CSLL, a possibilidade do benefício fiscal de Pesquisa e Desenvolvimento, nos termos da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (“Lei do Bem”), que possibilita a todas as pessoas jurídicas que realizarem pesquisa e desenvolvimento a exclusão adicional da base desses tributos de valores correspondentes a até 80% de seus dispêndios dessa natureza. Mudanças na atual estrutura tributária aplicável a nossas atividades poderão afetar de maneira adversa a nossa situação financeira e resultados.

Danos não cobertos pelas nossas apólices de seguros podem resultar em perdas que podem ter efeito adverso sobre os nossos negócios.

Contratamos seguros com o objetivo de compensar perdas decorrentes de eventuais sinistros. Na ocorrência de evento não segurado, tais como eventos dolosos, ou quando os danos a serem indenizados forem maiores que os limites de cobertura previstos em nossas apólices, poderemos incorrer em gastos relevantes para pagamento de indenizações, mitigação de perdas ou reparo ou aquisição de equipamentos e instalações, os quais podem afetar adversamente nossas receitas, investimentos e situação financeira.

Eventual reconhecimento de vínculo empregatício com relação a representantes comerciais, decorrente de condições fáticas específicas, poderá impactar negativamente nossa condição financeira e resultado operacional.

Nossos representantes comerciais são contratados na qualidade de pessoa jurídica, nos termos da Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965. De acordo com precedentes jurisprudenciais, o vínculo empregatício com representantes comerciais pode ser reconhecido dependendo das condições fáticas sob as quais os serviços são prestados. Caso este entendimento fático ocorra em relação a algum de nossos representantes comerciais, poderemos experimentar custos adicionais, causando um efeito adverso em nossa condição financeira e resultados operacionais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Avanços tecnológicos na saúde animal e na medicina veterinária por empresas concorrentes poderia afetar negativamente o mercado para nossos produtos.

O mercado para nossos produtos pode ser afetado negativamente pela introdução de produtos novos por outras empresas, bem como pela ampla aceitação de produtos alternativos aos nossos. Além disso, avanços tecnológicos na saúde animal por empresas concorrentes podem superar a nossa tecnologia e reduzir ou eliminar o mercado para nossos produtos. A introdução ou aceitação de tais produtos ou tecnologias colocados por nossos concorrentes poderia afetar adversamente nossos resultados operacionais e condição financeira.

Podemos ser requeridos a realizar provisão para impairment de ativos intangíveis identificáveis.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), se determinarmos a não recuperabilidade, mesmo que temporária, de ativos intangíveis identificáveis, seremos obrigados a deduzir o saldo destes ativos por meio de provisão e contabilizar um custo correspondente.

Determinar se existe e o montante da potencial deterioração envolve dados quantitativos e critérios qualitativos que são baseadas em estimativas e premissas que exigem julgamentos de gestão significativos. Eventos futuros ou novas informações podem alterar a avaliação da administração de um ativo intangível em um curto espaço de tempo. A periodicidade e o montante das deteriorações registradas em nossas demonstrações financeiras consolidadas de receitas e deduções de valor contabilizados em nossos balanços patrimoniais consolidados podem variar se as conclusões da administração se alterarem. Qualquer deterioração de ativos intangíveis identificáveis poderia ter um efeito material adverso sobre nossos resultados operacionais e condições financeiras.

Dependemos de tecnologia da informação e infraestrutura sofisticadas.

Contamos com a operação ininterrupta de sistemas complexos de tecnologia da informação para administrar nossas operações, processar, transmitir e armazenar informações eletrônicas e financeiras, e para cumprir com os requisitos regulamentares, legais e fiscais. Dependemos de nossa infraestrutura de tecnologia da informação para as atividades de vendas e compras, bem como para as comunicações entre nossos colaboradores, clientes e fornecedores. Falhas ou interrupções no sistema poderiam comprometer a nossa capacidade em executar essas funções em tempo hábil, o que poderia prejudicar nossa capacidade de realizar negócios, o relacionamento com nossos clientes, ou atrasar nossos relatórios financeiros. Tais falhas poderiam afetar adversamente nossos resultados operacionais e condição financeira.

Todos os sistemas de informação são vulneráveis à deficiência, falhas ou acessos não autorizados. Se os nossos sistemas de informação vierem a falhar ou serem violados, tal falha

4.1 - Descrição dos fatores de risco

ou violação poderia afetar adversamente nossa capacidade de realizar funções críticas de negócio e dados sensíveis e confidenciais poderiam ser comprometidos.

Problemas em manufatura e capacidade produtiva reduzida podem causar desabastecimento, custos não previstos e recolhimento dos produtos no mercado

Somos produtores de nossos itens de venda na grande maioria dos casos. Assim qualquer rompimento desta cadeia produtiva ou da cadeia produtiva dos terceiros que eventualmente produzem alguns de nossos itens por encomenda, pode afetar nossa capacidade de entregar os produtos para venda. Demandas não previstas muito superiores à nossa capacidade produtiva imediata ou de terceiros nos casos de produtos fabricados por eles por encomendas podem levar ao desabastecimento momentâneo de produtos no mercado. Desvios podem ocorrer em processos ou em maquinários. Tais desvios quando significativos podem levar ao recolhimento de nossos produtos no mercado.

(b) aos nossos controladores, diretos e indiretos

Os interesses dos nossos acionistas controladores podem ser conflitantes com os interesses de nossos investidores.

Somos controlados por dois acionistas, Jardel Massari e Norival Bonamichi, cada um com participação societária de 28,8% e 27,5%, respectivamente, de nossas ações. Nossos acionistas controladores possuem poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação de nossos acionistas, inclusive reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias e a época, condições e valores para pagamento de quaisquer dividendos futuros. Nossos acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos ou parcerias, buscar financiamentos ou realizar operações similares que podem ser conflitantes com os interesses de nossos investidores.

(c) aos nossos acionistas

Os titulares das nossas ações poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com a Lei de Sociedades por Ações e com o nosso estatuto social, nossos acionistas fazem jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual ajustado. O ajuste do lucro líquido para os fins de cálculo da base dos dividendos inclui contribuições a diversas reservas que efetivamente reduzem o valor disponível para a deliberação de dividendos. O lucro líquido também pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações, e pode não ser disponibilizado para a deliberação de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Nesse sentido, podemos não pagar dividendos acima da distribuição obrigatória prevista em nosso estatuto social ou mesmo não distribuir dividendos a nossos acionistas em qualquer exercício fiscal, caso nosso Conselho de Administração determine que essas distribuições não seriam aconselháveis em vista de nossa condição financeira.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A captação de recursos adicionais por meio de uma oferta de ações ou títulos conversíveis em ações poderá diluir a participação acionária dos nossos acionistas.

Poderemos, no futuro, captar recursos por meio da emissão pública ou privada de títulos de dívida, conversíveis ou não em ações, ou de ações. A captação de recursos adicionais por meio de oferta pública de ações ou de títulos conversíveis em ações poderá, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, ser feita com exclusão do direito de preferência de nossos acionistas, inclusive dos investidores em nossas ações, e poderá, portanto, diluir a participação acionária dos investidores em nossas ações.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos nossos acionistas de venderem ações de nossa emissão pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tal investimento considerado, em geral, de natureza mais especulativa. Além disso, o mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado que os mercados de países mais desenvolvidos, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. Por conseguinte, a capacidade dos nossos acionistas de venderem ações de nossa emissão pelo preço e no momento desejado poderá ficar substancialmente afetada, o que poderá, ainda, afetar negativamente o preço de negociação das ações de nossa emissão. Adicionalmente, vendas ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das nossas ações poderão prejudicar o valor de negociação das ações de nossa emissão.

(d) às nossas controladas e coligadas

Dependemos da distribuição de resultados de nossas controladas e poderemos ser afetados adversamente caso nossas controladas tenham o seu desempenho prejudicado.

Somos controladores de sociedades que desenvolvem atividades específicas. Nossa capacidade de cumprir nossas obrigações financeiras e de pagar dividendos aos nossos acionistas está diretamente relacionada ao fluxo de caixa e lucros de nossas controladas, as quais estão sujeitas, dentre outros, aos mesmos riscos operacionais, societários e regulamentares a que estamos sujeitos, conforme descritos neste item 4.1. Não há garantia de que o fluxo de caixa e os lucros das nossas controladas serão positivos ou que serão suficientes para o cumprimento de nossas obrigações financeiras e para a deliberação de dividendos aos nossos acionistas.

(e) aos nossos fornecedores

Dependemos do fornecimento de matérias-primas provenientes de países estrangeiros para a consecução de nossos negócios.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Nosso suprimento de matérias-primas importadas está concentrado com fornecedores de alguns poucos países estrangeiros, sendo que fornecedores chineses representam aproximadamente 17,8% de nossos gastos com matérias-primas. Alterações nas condições macroeconômicas, regulatórias e legais nos países em que estão localizados nossos fornecedores relevantes, tanto com relação a indisponibilidade quanto ao aumento do preço, podem impactá-los negativamente, de modo que eles reduzam, deixem de fornecer ou encareçam a matéria-prima podem impactá-los negativamente, de modo que eles reduzam, deixem de fornecer ou encareçam a matéria-prima. Adicionalmente, nossos fornecedores são independentes e têm seus próprios objetivos financeiros, e as ações tomadas ou sofridas por eles, tais como controle de qualidade inconsistente ou inadequado, paralisações e o não cumprimento de suas obrigações contratuais, poderão ter um efeito negativo sobre nossos resultados. Verificadas tais condições, poderemos sofrer impactos adversos nos nossos custos e resultados operacionais e na nossa reputação.

Dependemos de terceiros no provimento de materiais e serviços, os quais estão sujeitos ao aumento de custos de mão-de-obra e material.

Os materiais usados na fabricação dos nossos produtos podem estar sujeitos a limitações de disponibilidade e volatilidade de preços causados por alterações na demanda, condições de clima, condições de fornecimento, regulações governamentais, ambiente econômico e outros fatores. Ademais, custos de mão de obra podem estar sujeitos à volatilidade causada pelo fornecimento de mão de obra, regulações governamentais, ambiente econômico e outros fatores.

Aumentos na demanda e disponibilidade ou preço de materiais utilizados na fabricação de nossos produtos e aumentos nos custos de mão de obra podem aumentar os custos de fabricação de nossos produtos. Podemos não conseguir passar todos ou parcela relevante dos custos de mão de obra relevantes aos nossos clientes, o que poderia afetar adversa e relevantemente nossas condições financeiras e resultados operacionais.

Ademais, alguns terceiros fornecedores são as únicas fontes de certos materiais necessários para a produção de nossos produtos. Podemos não conseguir alcançar a demanda de certos produtos se quaisquer dos terceiros fornecedores cessar ou interromper suas operações, não renovar nossos contratos ou de qualquer outro jeito deixar de cumprir com suas obrigações conosco.

As nossas operações podem ser afetadas por eventual ineficiência logística e por falhas de infraestrutura.

Dependemos do transporte rodoviário, marítimo e aéreo para termos acesso a matérias-primas nacionais e importadas e para a distribuição de nossos produtos. Qualquer atraso, problema ou falha nesses sistemas logísticos poderá afetar negativamente a obtenção de insumos, impedir a entrega de nossos produtos ou impor a nós custos adicionais. A infraestrutura e o sistema de transporte brasileiros estão subdesenvolvidos e necessitam de investimentos por parte do governo brasileiro para que operem com eficiência e atendam às necessidades dos nossos negócios.

Adicionalmente, caso os concessionários de serviços públicos que operam ativos na cadeia de infraestrutura logística na qual as nossas operações estão inseridas não sejam capazes de (i) operar de maneira satisfatória, (ii) efetuar os investimentos necessários para manutenção e

4.1 - Descrição dos fatores de risco

expansão de suas operações ou (iii) atender os requisitos e obrigações relacionadas às suas concessões, os nossos negócios podem ser negativamente afetados.

Somos dependentes de órgãos públicos para desembaraço dos materiais importados, como Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ("MAPA"), Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e Receita Federal do Brasil. O atraso do processo de desembaraço pode resultar em atraso na produção e consequentemente postergação ou perda do faturamento.

(f) aos nossos clientes

A concentração de nossos clientes poderá afetar negativamente a cotação de nossos produtos.

Nossos clientes, diretos e indiretos, incluem revendas agropecuárias, distribuidores, cooperativas, agroindústrias, *pet shops* e produtores pecuários. Uma tendência de concentração de nossos clientes no mercado pode impactar adversamente nossa capacidade de negociação dos preços de nossos produtos. Nos últimos anos, verificamos que houve maior concentração em relação aos produtores pecuários, particularmente na suinocultura e na avicultura. Caso essa tendência de concentração continue, esses clientes poderão tentar melhorar sua rentabilidade por meio da alavancagem de seu poder de compra para a obtenção de cotações favoráveis, forçando-nos a reduzir os preços de nossos produtos, o que poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

Mudanças nas preferências dos consumidores poderiam afetar adversamente nosso negócio.

A demanda para a produção de produtos saúde animal é fortemente ligada à demanda de consumidores por carne e produtos lácteos. A indústria de alimentos em geral está sujeita a mudanças na demanda, tendências e preferências do consumidor. Tendências na mudança da indústria de alimentos e muitas vezes a nossa incapacidade de prever, identificar ou reagir a mudanças pode levar, entre outras coisas, à redução na demanda e redução nos preços de nossos produtos de saúde animal, o que pode afetar adversamente nossos negócios.

Mudanças nos canais de distribuição de produtos destinados a animais de estimação podem impactar negativamente a participação de mercado, as margens e a distribuição dos produtos da Companhia.

Os proprietários de animais de estimação compram os produtos para seus *pets* em lojas especializadas, como *pet shops*, lojas agropecuárias e super/hipermercados. A compra realizada diretamente com o veterinário ocorre apenas quando se trata de produtos relacionados a serviços e tratamentos específicos, como venda de biofármacos (vacinas).

Atualmente, nossa distribuição de produtos no segmento de animais de estimação é realizada por distribuidores que atuam como intermediários entre os laboratórios e os lojistas (*pet shops*). A entrada no Brasil de grandes redes de *pet shops* internacionais e o fortalecimento de redes de *pet shop* nacionais pode provocar uma necessidade de mudança na nossa estrutura de distribuição atual, incluindo a utilização da internet como canal de distribuição, a qual tem

4.1 - Descrição dos fatores de risco

crescido nos últimos, com a entrada de grandes empresas nesse segmento. Alterações dessa natureza poderão acarretar uma maior concentração nos canais de distribuição, que por sua vez poderá impactar negativamente nossos resultados operacionais.

(g) ao nosso setor de atuação

Efeitos adversos observados na saúde humana relacionados ao consumo de alimentos derivados de animais que utilizem produtos veterinários poderão resultar na redução das vendas de tais produtos.

Nossos negócios dependem fortemente do setor de produção de proteína animal saudável e em desenvolvimento. Caso o público entenda que o consumo de alimentos derivados de animais que utilizem produtos veterinários, como os nossos, traz riscos à saúde humana, poderá ocorrer uma redução na produção de tais alimentos, e, conseqüentemente, na demanda de nossos produtos. Poderá também haver uma redução na demanda de produtos pecuários ou estes poderão ter sua reputação afetada em decorrência da evolução da percepção dos consumidores sobre questões relacionadas aos direitos dos animais, à nutrição, à saúde ou a outras questões. Qualquer dano à reputação do setor de produção de proteína animal também poderá se estender às companhias que atuam em setores relacionados, inclusive a nós. Uma percepção negativa dos consumidores com relação ao uso de um ou mais de nossos produtos no setor de produção de proteína animal também poderá resultar na redução do uso de tais produtos, e poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

O surto de doenças infecciosas transmitidas por animais poderá afetar adversamente a venda de nossos produtos.

As vendas de nossos produtos destinados à indústria pecuária poderão ser afetadas adversamente pelo surto de doenças transmitidas por animais, tais como a gripe aviária e suína, febre aftosa, encefalopatia espongiforme bovina (popularmente conhecida como “doença da vaca louca”), *porcine epidemic diarrhea*, dentre outras, que podem levar a inúmeras mortes ou ao sacrifício preventivo de animais de produção. Conseqüentemente, poderá haver uma redução na demanda de produtos destinados à indústria de proteína animal devido a restrições mais rigorosas para exportação e proibição de importação, o que poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

O mercado de saúde animal é altamente competitivo.

O mercado de saúde animal é altamente competitivo e composto por empresas brasileiras e multinacionais. Acreditamos que muitos de nossos concorrentes conduzem atividades de P&D em áreas atendidas por nossos produtos e nas áreas para as quais estamos desenvolvendo produtos, e as vendas de nossos produtos podem ser impactadas negativamente pela introdução e/ou ampla aceitação pelo mercado de produtos alternativos ou recém-desenvolvidos destinados ao mesmo público ao qual nossos produtos são destinados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Dentre nossos concorrentes encontram-se grandes companhias farmacêuticas globais, além de empresas especializadas em saúde animal. Esses concorrentes poderão ter maior acesso a recursos financeiros, de *marketing*, técnicos e outros, e, como resultado, poderão ser capazes de atribuir mais recursos ao desenvolvimento, produção, *marketing* e venda de seus produtos, iniciando ou mantendo concorrência de preços ou beneficiando-se com aquisições e outras oportunidades. Concorrentes multinacionais também poderão ter maior economia de escala, devido ao seu tamanho e nível de participação no mercado global. Além da concorrência com participantes estabelecidos no mercado, novas empresas podem ingressar em nosso segmento e reduzir substancialmente nossa participação de mercado ou tornar nossos produtos obsoletos.

Caso qualquer de nossos concorrentes se destaque no mercado ou caso sejamos forçados a reduzir ou sejamos incapazes de estabelecer preços competitivos aos nossos produtos, nossos resultados operacionais e situação financeira poderão ser afetados adversamente.

Produtos destinados à saúde animal estão sujeitos a impactos gerados por eventuais alterações regulatórias e questões relacionadas com resíduos, segurança, eficácia ou bem estar-animal, o que poderá prejudicar a fabricação e/ou comercialização de nossos produtos, bem como nossa reputação.

Alterações regulatórias e questões não previstas de resíduos, segurança, eficácia e bem-estar animal podem surgir mesmo após a aprovação do produto, independentemente de serem científica ou clinicamente suportadas, resultando em *recalls*, retiradas de produtos do mercado, suspensão ou redução de vendas, bem como em atribuição de responsabilidades pelos danos causados pelo produto e outras reivindicações. Além disso, dependemos de perspectivas positivas sobre segurança e qualidade de nossos produtos e dos produtos de saúde animal em geral por parte de nossos clientes, veterinários e consumidores finais, e a falta de tais perspectivas poderá prejudicar a comercialização de nossos produtos e a nossa reputação, independentemente da efetiva existência de problemas de resíduos, segurança, eficácia ou bem-estar animal. Essas questões e os prejuízos a elas relacionados podem afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

Os produtos destinados à saúde animal fabricados e comercializados pela Companhia poderão não ter os mesmos efeitos e reações para todos os animais nos quais serão aplicados.

Durante todo o processo de pesquisa e desenvolvimento são verificados aspectos de qualidade, estabilidade, eficácia e segurança dos produtos, mas somente após a comercialização é que os produtos serão submetidos a condições em larga escala de transporte, armazenagem, uso e exposição a outras interações (ex: as medicamentosas) e poderão surgir novos eventos adversos ou problemas de qualidade não previstos em seu desenvolvimento, acarretando a necessidade de *recalls*, parada de produção, redesenvolvimento e até parada de comercialização.

Os produtos fabricados e comercializados pela Companhia passam pelo processo de P&D, baseado em testes por amostragem, de acordo com as normas nacionais e internacionais. Por

4.1 - Descrição dos fatores de risco

este motivo, quando do lançamento de tais produtos no mercado, os efeitos e reações observados nos testes por amostragem poderão não ser verificados para toda a população de animais para os quais serão aplicados. Efeitos ou reações diversas daquelas esperadas com base no processo de P&D poderão prejudicar a comercialização de nossos produtos e a nossa reputação, afetando adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

Poderemos ser afetados adversamente caso a febre aftosa seja erradicada do país e a vacinação do rebanho bovino deixe de ser obrigatória.

Atualmente, a aplicação da vacina contra febre aftosa é obrigatória na maioria dos Estados brasileiros, sendo que, de acordo com o MAPA, aproximadamente 350 milhões de doses por ano da vacina são aplicadas no rebanho bovino brasileiro. As vendas dessa vacina responderam por aproximadamente 9,6% de nossa receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Assim, caso a febre aftosa seja erradicada ou a vacinação deixe de ser obrigatória no país, incluindo por razão do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa – PNEFA, elaborado e conduzido pelo MAPA, especificamente no âmbito do Plano Estratégico - 2017 -2026, poderemos ter um efeito adverso em nossos resultados operacionais.

Podemos não conseguir obter ou renovar todas as licenças de operação necessárias à condução dos nossos negócios.

Não é possível assegurar que as licenças de funcionamento e operação obtidas para cada um de nossos estabelecimentos serão regularmente mantidos em vigor ou facilmente renovados junto às autoridades públicas competentes. A não obtenção ou a não renovação de tais licenças pode resultar na aplicação de sucessivas multas e, conforme o caso, no fechamento dos respectivos estabelecimentos. Podemos ser adversamente afetados caso ocorra o fechamento de algum estabelecimento relevante para o desempenho de nossas atividades em decorrência da não renovação ou não obtenção das licenças de funcionamento e operação legalmente exigidas.

Nossas operações dependem do fornecimento de água e energia elétrica. O racionamento de água e/ou energia elétrica pode nos afetar de maneira adversa.

Nosso processo produtivo consome grandes quantidades de água e energia elétrica. A capacidade operacional de geração das usinas hidrelétricas brasileiras, bem como o próprio fornecimento de água, depende dos níveis do recurso armazenados nos reservatórios e nos fluxos dos rios. Existe, conseqüentemente, uma forte relação de dependência com os índices pluviométricos. O nível inferior de chuvas e o período de estiagem, poderá levar a uma queda nos níveis dos reservatórios e redução da capacidade operacional das hidrelétricas e no fornecimento de água em determinadas regiões no país, trazendo uma crise ao setor e forçando a população e indústria a um racionamento de energia.

O eventual racionamento de água e/ou energia poderá impactar diretamente nosso processo produtivo, o que poderá afetar adversamente nossa receita e nossos resultados operacionais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

(h) à regulamentação dos setores em que atuamos

Atuamos na indústria brasileira farmacêutica veterinária, setor da economia sujeito a legislação e regulação extensivas e caracterizado pela necessidade de frequente interação com autoridades governamentais, de modo que alterações nas regulamentações aplicáveis às nossas atividades, atrasos dos órgãos governamentais na emissão de licenças ou registro de nossos produtos ou descumprimento alegado ou efetivo de referidas normas podem nos afetar de modo adverso e relevante.

Estamos sujeitos às leis e regulamentos locais, estaduais e federais, a permissões e exigências para a obtenção e renovação de licenças de estabelecimentos e registro de produtos, inclusive junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária (“**CRMV**”), e aos padrões operacionais e de segurança do MAPA. Estamos sujeitos, ainda, à fiscalização ou inspeção periódica dessas entidades em nossas plantas industriais para verificar o cumprimento das normas e regulamentações vigentes e emissão de certificados de boas práticas de fabricação. A regulamentação do setor farmacêutico veterinário inclui regras para aprovação de produtos e unidades industriais.

Caso descumpramos qualquer de nossas obrigações perante o MAPA, seja por não manter vigentes as licenças aplicáveis ou por não manter vigentes ou renovar os registros de nossos produtos, ou, ainda, em caso de não observância da legislação setorial, estaremos sujeitos não apenas às sanções civis e penais cabíveis, mas também às sanções previstas no Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004, e no Decreto nº 6.296, de 11 de dezembro de 2007, tais como: (i) advertência, quando o infrator for primário e não tiver agido com dolo ou má-fé; (ii) multa no valor de R\$900,00, dobrados sucessivamente nas reincidências, até três vezes, sem prejuízo, quando for o caso, do cancelamento do registro do produto ou da cassação do registro do estabelecimento; (iii) apreensão do produto; (iv) inutilização do produto; (v) suspensão da venda ou da fabricação do produto; (vi) cancelamento do registro e licenciamento do produto; (vii) interdição do estabelecimento; (viii) cancelamento do registro e licenciamento do estabelecimento; e (ix) apreensão e inutilização do material de propaganda.

Não podemos assegurar que o governo não irá alterar a regulamentação aplicável às nossas atividades, bem como as exigências para obtenção ou renovação de licenças de nossos estabelecimentos ou registro para fabricação e comercialização de nossos produtos, ou, ainda, atrasar a emissão dessas licenças ou registro de produtos. Qualquer mudança significativa na regulamentação ou em tais exigências, bem como a inabilidade em atendê-las, pode nos impedir de vender e distribuir determinado(s) produto(s) e/ou causar atrasos no lançamento de produto(s) e/ou aumentar os custos para obter ou renovar licenças ou registro de nosso(s) produto(s), o que pode nos afetar adversamente.

Podemos citar a publicação do Decreto 8.848 de 06 de maio de 2015, que alterou alguns artigos do Decreto 5.053 de 22 de abril de 2004 e regulamentou a Lei 12.689 de 19 de julho de 2012 (“**Lei dos Genéricos**”), permitindo a entrada de medicamentos genéricos no mercado veterinário, e a recente publicação do Decreto 8.840, de 24 de agosto de 2016, que, embora tenha desburocratizado alguns processos de solicitação/renovação de registros de produtos veterinários, excluiu o prazo de análise dos processos por parte do órgão regulador, fato este

4.1 - Descrição dos fatores de risco

que pode impactar no alongamento dos deferimentos das solicitações/renovações de registros de produtos veterinários da Companhia.

Por fim, estamos também sujeitos à Lei 12.846/2013, ou Lei Anticorrupção, que entrou em vigor em janeiro de 2014, ao Decreto nº 8.420/2015, bem como outras leis anticorrupção que sejam aplicáveis a nossas atividades em outras jurisdições, agora ou no futuro. Visto que nossas atividades são amplamente reguladas e que tal regulação nos sujeita à interação constante com autoridades públicas, desenvolvemos um código de conduta, políticas e práticas para atendimento da nova legislação e estamos desenvolvendo um programa de compliance com consultor externo. Tendo em vista que a Lei Anticorrupção é bastante recente, não há regulamentação, histórico de aplicação ou quaisquer precedentes judiciais que sirvam de orientação sobre como a lei deverá ser aplicada. Portanto, não temos como prever se será necessário adotar políticas ou manuais adicionais para o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis.

De acordo com a opinião da Companhia, a regulamentação da Lei dos Genéricos por meio do Decreto 8.848, de 6 de maio de 2015, potencializou o risco de lançamento de novos produtos genéricos por concorrentes. Interpretação esta que difere daquela tida na época anterior à regulamentação da lei.

Nossos negócios estão sujeitos a regulamentação relevante, bem como a tendências regulatórias e de mercado.

Os novos produtos que estamos desenvolvendo somente poderão ser fabricados e comercializados caso sejamos capazes de obter todas as aprovações regulatórias exigidas em cada jurisdição em que atuamos. Mesmo após o registro e comercialização de um produto, ele poderá estar sujeito a novas revisões e eventualmente necessitará de aprovações adicionais para manutenção no mercado. A falha ou atraso no processo de obtenção e manutenção de aprovações em qualquer jurisdição poderá nos impedir de vender nossos produtos em tal jurisdição até que sua aprovação ou manutenção seja regularizada. A alteração de leis e regulamentações federais, estaduais, locais e estrangeiras aplicáveis podem ter um efeito adverso relevante sobre nossos resultados operacionais e situação financeira.

Adicionalmente, a utilização de produtos de nosso portfólio pode ser reduzida em razão de mudanças comportamentais de nossos clientes e em decorrência de tendências regulatórias ou de mercado, e existência de políticas de qualidade em determinados clientes, como a adesão voluntária da não utilização de antimicrobianos como aditivos alimentares. Caso algum desses fatores ocorra, nossa receita poderá ser negativamente impactada.

Uma regulamentação mais severa ou a diminuição de apoio financeiro governamental com relação à criação, processamento ou utilização de animais para produção de alimentos poderá reduzir a demanda de nossos produtos para a indústria pecuária.

O setor de produção de proteína animal está sujeito a uma regulamentação extensa e cada vez mais rigorosa. Caso os produtores pecuários sejam afetados adversamente por nova regulamentação ou por alterações à regulamentação existente que restrinjam ou limitem a utilização de nossos produtos, a nossa capacidade de comercializar tais produtos poderá ser

4.1 - Descrição dos fatores de risco

reduzida ou se tornar menos rentável, e, como resultado, poderemos ter nossos resultados operacionais e situação financeira afetados adversamente.

Uma regulamentação mais rigorosa relacionada à indústria pecuária ou aos nossos produtos poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira. Ainda, muitas companhias de produtos alimentícios, inclusive produtores pecuários, se beneficiam de subsídios governamentais e linhas de crédito diferenciadas para a produção, comercialização e investimento em animais de produção ou em insumos utilizados na cadeia de produção de proteína animal. Caso tais subsídios e benefícios sejam reduzidos ou eliminados, essas companhias e produtores poderão se tornar menos rentáveis, e, como resultado, a utilização de nossos produtos poderá ser reduzida.

O uso incorreto ou contraindicado de nossos produtos poderá prejudicar nossa reputação ou resultar em danos financeiros.

Nossos produtos foram aprovados para uso em circunstâncias específicas no tratamento de determinadas doenças e condições em espécies alvo. Poderá ocorrer um aumento no risco de imagem da Companhia caso os médicos veterinários, produtores pecuários, proprietários de animais de estimação ou outros indivíduos tentem utilizar nossos produtos de forma incorreta e/ou contraindicada, incluindo a utilização em espécies para as quais não tenham sido aprovados (inclusive em humanos). Além disso, o uso de nossos produtos para indicações além daquelas para as quais foram aprovados poderá ser prejudicial ou não ser eficiente, o que pode afetar adversamente nossa reputação e levar ao aumento de risco de litígios. Caso sejamos considerados envolvidos, por qualquer agência governamental, reguladora ou órgão judiciário, na promoção de quaisquer de nossos produtos para utilização contraindicada, tal agência ou órgão poderá eventualmente exigir a alteração de nosso procedimento de treinamento ou de nossos materiais e práticas promocionais, sendo que poderemos ainda estar sujeitos a multas e penalidades significativas no âmbito administrativo e judicial. A imposição de tais sanções também pode afetar nossa reputação e nossa posição no mercado. Quaisquer dessas hipóteses poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

(i) aos países estrangeiros em que atuamos

Uma parcela de nossas vendas e lucros é atribuída a produtos comercializados no México por nossa controlada localizada naquele país.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, nossa operação comercial mexicana representou 1,08% de nossos ativos consolidados e 2,53% de nossas vendas líquidas consolidadas. Nossas operações mexicanas são dependentes desse mercado e, consequentemente, nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais no México podem ser negativamente afetados por fatores fora de nosso controle, tais como flutuações cambiais e outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que afetem o país.

Uma parcela de nossas vendas e lucros é atribuída a produtos comercializados na Colômbia por nossa controlada localizada naquele país.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, nossa operação comercial colombiana representou 1,44% de nossos ativos consolidados e 2,25% de nossas vendas líquidas consolidadas. Nossas operações colombianas são dependentes desse mercado e, conseqüentemente, nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais na Colômbia podem ser negativamente afetados por fatores fora de nosso controle, tais como flutuações cambiais e outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que afetem o país.

Nossas exportações estão sujeitas a uma ampla gama de riscos ligados às operações internacionais.

As exportações corresponderam a 9,2% da nossa receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Nos principais mercados para os quais exportamos estamos sujeitos a fatores que não dependem de nosso controle, tais como: (i) variações das taxas de câmbio; (ii) deterioração da conjuntura econômica; (iii) imposição de aumento de tarifas, tarifas *antidumping* ou outras barreiras comerciais e/ou fitossanitárias; (iv) imposição de controles cambiais e restrições para realização de operações de câmbio; (v) greves ou outros eventos que possam afetar os portos e meios de transporte; (vi) o atendimento de diferentes regimes legais e regulatórios estrangeiros; e (vii) sabotagens de produtos. Nosso desempenho financeiro futuro dependerá, em extensão significativa, da conjuntura econômica, condições política e social existentes nos nossos principais mercados de exportação.

Além disso, nossas operações podem ser afetadas por greves de funcionários portuários ou de agentes alfandegários, agentes de inspeção sanitária e demais agentes públicos nos portos brasileiros a partir dos quais exportamos nossos produtos, ou nos portos estrangeiros que os recebem. Greves prolongadas de tais agentes poderão prejudicar nossos negócios e resultados operacionais.

Poderemos ser afetados adversamente pelo uso indevido ou má representação de nossos produtos nos países para os quais nossos produtos são exportados.

Devido a exigências legais e regulatórias existentes em determinados países para os quais exportamos, somos obrigados a registrar nossos produtos perante os órgãos locais competentes (e.g. ministérios da agricultura) em nome de terceiros, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, residentes nesses países. Nesses casos, como a titularidade do registro de nossos produtos está em nome de terceiros, nossa representatividade perante órgãos estrangeiros também é por eles exercida. Não podemos assegurar o cumprimento da legislação e regulamentações aplicáveis nos países para os quais exportamos nossos produtos por parte desses terceiros. Eventual descumprimento por tais terceiros da legislação e regulamentação aplicáveis nos respectivos países pode, independente de termos ou não contratos que regulem nossa relação com esses terceiros, impactar negativamente nossos negócios, deteriorar nossa marca e imagem por estarem associadas a esses produtos no exterior, e resultar em efeitos materiais adversos em nossa situação financeira e resultados operacionais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

(j) à questões socioambientais

Nossos negócios estão sujeitos a riscos decorrentes de alterações nas condições econômicas globais.

A indústria de saúde animal e a demanda por diversos de nossos produtos em uma determinada região poderão ser afetadas por condições globais de diversas naturezas, que fogem do controle da Companhia.

O mercado financeiro global observou e poderá continuar a observar significantes níveis de volatilidade e incertezas. Recuperações econômicas são incertas e transtornos de ordem macroeconômica, comercial e financeira poderão afetar a demanda por nossos produtos nos mercados doméstico e externo devido a fatores como: (i) interrupções ou alterações nos mercados de crédito; (ii) alterações nas políticas de risco de crédito de nossos credores que dificultem ou encareçam a obtenção de financiamentos para nossas operações ou investimentos futuros; (iii) deterioração da situação financeira de alguns de nossos clientes, que poderão compensar eventuais aumentos de custos com a redução nos gastos com nossos produtos; (iii) deterioração da situação financeira de alguns de nossos fornecedores; e (iv) diminuição do valor de nossos investimentos.

Adicionalmente, a indústria de saúde animal e a demanda por diversos de nossos produtos em uma determinada região poderão ser afetadas por mudanças nas condições climáticas e pelo surgimento ou aumento de pestes ou anomalias associadas ao clima, o que pode afetar a produção e distribuição de nossos produtos e os rendimentos do mercado pecuário, bem como resultar em regulamentação adicional que aumente os custos dos produtores pecuários. Como consequência, poderemos verificar diminuições ou flutuações regionais e sazonais em nossos resultados operacionais.

Além disso, produtores pecuários dependem de condições favoráveis do mercado de *commodities* e da disponibilidade de recursos naturais. A saúde de seus animais e sua capacidade operacional podem ser afetadas adversamente caso ocorram condições desfavoráveis no mercado de *commodities* ou a indisponibilidade de recursos naturais ocasionada por diversas condições adversas, dentre elas inundações, secas e outras de ordem climática. Nesses casos, os produtores poderão diminuir a demanda por nossos produtos, impactando negativamente nossos resultados operacionais.

Todos esses fatores poderão elevar os nossos custos operacionais ou diminuir a disponibilidade das matérias primas de que necessitamos, prejudicando nossos resultados operacionais.

As nossas operações podem ser afetadas por eventual acidente ou falhas logísticas

A operação de transporte de carga, seja terrestre, marítimo ou aéreo, apresenta riscos inerentes de acidentes, falhas mecânicas, colisões, perdas de ativos, vazamentos de combustível e outros incidentes ambientais, perda ou dano de carga, interrupção de negócios devido a fatores políticos, bem como reivindicações trabalhistas, reivindicações de natureza social ou ambiental, greves, condições meteorológicas adversas e desastres naturais que

4.1 - Descrição dos fatores de risco

podem nos afetar, resultando em perda de receitas, assunção de responsabilidades ou aumento de custos.

Nossas operações e/ou produtos podem impactar o meio ambiente ou causar, ou contribuir para, a contaminação ou exposição a substâncias perigosas.

A natureza de nossas operações também nos expõe ao risco de sinistros ambientais. Podemos estar sujeitos a reclamações por parte do poder público, autoridades ambientais, empregados, prestadores de serviços e terceiros por suposta lesão corporal, danos a propriedade e danos a recursos naturais decorrentes de exposição a, ou contaminação por, substâncias perigosas, causadas por nossas operações, instalações ou produtos, e pode não haver garantia de que custos e responsabilidades materiais não serão incorridos em conexão com tais reivindicações. Além disso, órgãos do governo e agências reguladoras estão mostrando crescente preocupação com o impacto dos produtos de saúde animal e de operações de gado sobre o meio ambiente. O estabelecimento de dispositivos regulatórios mais rígidos pode exigir tempo e recursos adicionais de nossa parte para responder a essas exigências, tanto para produtos novos quanto para produtos existentes, e pode afetar as vendas de nossos produtos e os nossos negócios, condição financeira ou resultados operacionais.

Alterações nas leis e regulamentos ambientais podem causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Nossas atividades estão sujeitas à legislação e regulamentação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente. Entre outras obrigações, a legislação e regulamentação em vigor estabelecem exigências de licenças ambientais e padrões para o descarte de efluentes, emissões atmosféricas, gestão de resíduos sólidos, bem como exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas. Incorremos em custos para a prevenção, controle, redução ou eliminação de emissões no ar, solo e água, bem como para o descarte e manejo de resíduos em nossos laboratórios e em nossa fazenda experimental. O cumprimento dessa legislação e regulamentação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem nos impor sanções administrativas em razão de sua eventual inobservância. Tais sanções podem incluir, entre outras, a imposição de multas, a revogação de licenças e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva de nossas atividades. Como as leis ambientais e sua aplicação vêm se tornando mais rigorosas, o valor e a época de investimentos e despesas relativos ao meio ambiente poderão variar significativamente em relação à sua previsão atual. Os investimentos necessários para atendimento à legislação ambiental poderão reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos estratégicos que tenhamos planejado, com possível impacto no resultado de nossas operações. Quaisquer custos ambientais relevantes não previstos poderão prejudicar nosso negócio, resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas.

O não cumprimento da legislação relativa à proteção do meio ambiente também pode sujeitar o infrator a sanções penais, sem prejuízo da obrigação de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados. As sanções no âmbito penal podem incluir, entre outras, a prisão dos responsáveis, bem como a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de

4.1 - Descrição dos fatores de risco

crédito públicos e privados, o que pode ter impacto negativo em nossas receitas ou, ainda, inviabilizar a captação de recursos no mercado financeiro.

Sem prejuízo do disposto acima, a inobservância da legislação ambiental ou das obrigações que nos tenham sido impostas em razão do licenciamento de nossos complexos industriais, ou ainda que venhamos a assumir em razão de termos de ajustamento de conduta ou de acordos judiciais, poderá causar impacto adverso relevante em nossa imagem, em nossas receitas e em nossos resultados operacionais.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

As atividades do Grupo o expõem a riscos de mercado relacionados principalmente às variações cambiais, à flutuação das taxas de juros e ao risco de crédito. Essas variações podem acarretar perdas potenciais em investimentos, receitas, aplicações financeiras e de dívidas contratadas.

A Companhia possui mecanismos de controle e mitigação dos riscos de mercado que definem as diretrizes para a exposição aos fatores de riscos de mercado (risco de taxa de câmbio, taxa de juros e de crédito) detalhados no item 5.2.

A execução das operações para mitigação dos riscos de mercado é realizada pela área de Tesouraria e Departamento de Crédito, segundo as diretrizes das políticas financeiras existentes.

Risco de Taxa de Câmbio

Estamos sujeitos a flutuações na taxa de câmbio, o que pode afetar desfavoravelmente nossos negócios, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais, bem como nossa capacidade de pagamentos.

Nós e nossas controladas estamos expostas principalmente a variações na taxa de câmbio do dólar norte-americano, de modo que tais oscilações possam fazer com que incorramos em perdas não esperadas, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos de empréstimos em moeda estrangeira.

A exposição da companhia à moeda estrangeira, decorre substancialmente dos empréstimos captados em dólares norte-americanos. Em 31 de dezembro de 2017, cerca de R\$41,3 milhões dos empréstimos e financiamentos bancários eram denominados em dólares norte-americanos. Do total desse endividamento em moeda estrangeira, 100% possuía instrumento derivativo vinculado (*swap* cambial) com vistas a mitigação da exposição líquida da Companhia em moeda estrangeira nos empréstimos e financiamentos.

Neste cenário de hedge para quase o total da dívida em moeda estrangeira, uma variação mais brusca na taxa de câmbio teria relativamente pouca sensibilidade e impacto nos resultados operacionais e condição financeira da companhia.

Risco de Taxa de Juros

Estamos expostos a riscos decorrentes de oscilações nas taxas de juros, que poderão afetar negativamente nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

Nós e nossas controladas estamos expostas a potenciais perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, principalmente as dívidas referenciadas em CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro) e TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo. Esse risco está atrelado predominantemente aos empréstimos e aos financiamentos que nós e nossas controladas contratamos junto a instituições financeiras para fazer frente à necessidade de caixa para investimentos e crescimento. Alguns dos nossos passivos têm taxas de juros pós-fixadas, o que gera uma exposição às oscilações de mercado. Em 31 de dezembro de 2017,

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

tínhamos R\$313,1 milhões em endividamento bancário, dos quais 53,0% estavam sujeitos a instrumentos ligados à taxas pós-fixadas.

Caso esses índices e taxas de juros venham a subir, poderão afetar negativamente a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Risco de Crédito

Estamos expostos a riscos de crédito, o que pode afetar desfavoravelmente nossa condição financeira e nossos resultados operacionais, bem como nossa capacidade de pagamentos.

Estamos sujeitos a riscos de crédito relacionados aos recebíveis de nossos clientes às contas de créditos detidos por instituições financeiras derivadas de seus investimentos de curto prazo. Considerando-se que o valor contábil dos nossos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, a exposição máxima do risco do crédito em 31 de dezembro de 2017 era de R\$13,7 milhões em depósitos bancários e R\$109,7 milhões em aplicações financeiras e ainda R\$160,7 milhões em contas a receber.

Caso nossos clientes ou as contrapartes nos instrumentos financeiros detidos por nós venham a descumprir suas obrigações, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais, bem como nossa capacidade de pagamentos, poderão ser negativamente afetados.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia e suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais no desenvolvimento normal de suas atividades. Tais processos dizem respeito principalmente a demandas de natureza tributária, trabalhista e cível. Em 31 de dezembro de 2017, o valor total envolvido nos processos classificadas como perdas remotas, possíveis e prováveis era de R\$73.612.786,51, dos quais R\$8.428.820,10 foram provisionados. A Companhia mantém também provisão para passivo contingente, sem processos administrativos ou judiciais, no montante de R\$1.117.630,74, reconhecido em combinação de negócios, que de acordo com o item 23 do CPC 15, devem ser provisionados mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos para liquidar a obrigação.

A companhia também possui demandas ativas no âmbito tributário, no valor total de R\$ 4.811.980,38, sendo R\$ 617.949,00 classificados como perda remota e R\$ 4.194.031,38 classificados como perda possível.

As provisões da Companhia são registradas conforme Deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos mais relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza.

Foram considerados relevantes, nos termos da regulamentação em vigor, os processos que podem impactar de forma significativa nosso patrimônio, nossa capacidade financeira ou nossos negócios, devendo ser considerados outros fatores que podem influenciar a decisão do investidor, como, por exemplo, os riscos de imagem inerentes a certa prática ou riscos jurídicos diversos.

Processos de natureza tributária

A Companhia possui processos tributários em trâmite na esfera administrativa e judicial (contingências passivas - débitos tributários), em 31 de dezembro de 2017, no montante total de R\$56.911.328,18. Conforme avaliação dos advogados externos da Companhia, do valor total da contingência em questão R\$5.009.700,06 são avaliados como de perda remota, R\$51.705.895,00 como de perda possível e R\$195.733,12 como perda provável.

Do montante demonstrado acima, R\$50.626.499,75 versam sobre discussões na esfera estadual referente ao ICMS.

A principal discussão envolve questões relacionadas a supostos débitos de ICMS decorrentes de entendimento diverso, tido pela fiscalização, sobre a aplicação da isenção prevista no Convênio 100/97 para importações de produtos técnicos destinados à formulação de produtos para o setor pecuário, que representa o montante de R\$ 25.422.339,51, discutidos na esfera administrativa. Em suas defesas, a Companhia apresentou provas de que as operações realizadas tiveram destinação para a produção de produtos do setor pecuário, sendo, no seu entendimento, aplicável a norma de isenção contida no Convênio ICMS nº 100/97. Os advogados externos da Companhia que patrocinam estas demandas avaliam as chances de perdas como possíveis.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Dentre os processos tributários que representam uma possível contingência, aqueles individualmente considerados relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas, encontram-se abaixo descritos.

Processo: AIIM nº 4.076.484-9	
a. juízo	Posto Fiscal de Ribeirão Preto – DRT 6 – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	27/04/2016
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 11.579.373,44
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração que discute o cometimento de 11 infrações relacionadas à falta de recolhimento do ICMS ou ao creditamento indevido do imposto, dentre as quais se destacam: (i) erro na aplicação da alíquota de 4% do ICMS, em operações interestaduais; (ii) falta de recolhimento do imposto supostamente incidente sobre operações com produtos “desinfetantes”, os quais não estariam sujeitos à isenção de que trata o inciso I do artigo 41 do Anexo I do Regulamento do ICMS do Estado de São Paulo; (iii) creditamento indevido de ICMS, decorrente da escrituração de notas fiscais inidôneas que não atendem aos requisitos do item 3 do par. 1º do art. 59 do RICMS, aprovado pelo Decreto 45.490/2000, em razão da suposta inexistência do estabelecimento remetente. O auto de infração foi lavrado em 27/04/2016. Em junho de 2016 foi protocolada a impugnação. Atualmente, aguarda-se julgamento de primeira instância administrativa.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Companhia estaria sujeita ao pagamento dos débitos em questão devidamente atualizados.

Processo: AIIM nº 4.025.788-5	
a. juízo	Posto Fiscal de Ribeirão Preto – DRT 6 – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	17/07/2013
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 6.585.997,25

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	Trata-se de auto de infração que discute a falta de recolhimento de ICMS supostamente incidente sobre a importação de produto técnico, utilizado na elaboração de produto final comercializado pela Companhia. De acordo com a fiscalização, a isenção de que trata o inciso I do Artigo 41 do Anexo I do RICMS de São Paulo, com base no Convênio 100/97, não se aplicaria a este produto que também tem aplicação na fabricação de produtos da linha "pet" e, portanto, não seria destinado exclusivamente à agropecuária. O auto de infração foi lavrado em 17.07.2013, tendo sido apresentada impugnação em 19.08.2013. Em 03.10.2013, foi publicada decisão que manteve integralmente o auto de infração. Contra tal decisão foi interposto Recurso Ordinário em 01.11.2013. A Fazenda Estadual apresentou suas contrarrazões em 22.01.2014 e em 16.04.2014 foi proferida decisão anulando a decisão de primeira instância. Em 25.09.2015, o processo foi redistribuído à Unidade de Julgamento de Araraquara. Em 14.10.2015, foi publicada decisão que manteve o AIIM, razão pela qual foi interposto, em 13.11.2015, o recurso ordinário da empresa. Em 28.01.2016, foram protocoladas as contrarrazões da Fazenda Pública. Atualmente, aguarda-se julgamento do recurso ordinário. A Companhia efetuou o pagamento parcial da exigência fiscal, relacionada à parte do produto empregada na fabricação de produtos destinados a animais de companhia, sendo que o montante em discussão refere-se apenas aos produtos destinados ao mercado agropecuário.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Companhia estaria sujeita ao pagamento dos débitos em questão devidamente atualizados.

Processo: AIIM nº 4.020.249-5	
a. juízo	Posto Fiscal de Ribeirão Preto – DRT 6 – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. instância	3ª instância
c. data de instauração	24/09/2013
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 6.007.498,76
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração e imposição de multa por meio do qual o Fisco paulista acusa a empresa de (i) falta de pagamento do ICMS nas saídas de mercadorias a título de remessa para armazém geral, sendo que os destinatários não estariam registrados como tal na JUCESP e no Cadastro de Contribuintes do Estado de São Paulo (item I.1); (ii) falta de pagamento do ICMS sobre a importação de produtos supostamente não abrangidos pela isenção de que trata o inciso I do artigo 41 do Anexo I do RICMS (item I.2); (iii) falta de pagamento de ICMS, na qualidade de substituto tributário, na saída interna de mercadorias tidas pela fiscalização como materiais de limpeza (item I.3); (iv) recebimento de saldo credor transferido por outro estabelecimento da mesma empresa, em hipótese não permitida pela

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	legislação, uma vez que o estabelecimento centralizador apurou saldo credor em GIA, em razão das referidas transferências (item II.4); (v) crédito indevido do ICMS destacado em notas fiscais referentes à entrada de mercadorias sujeitas à isenção de que trata o inciso I do artigo 41 do Anexo I do RICMS (item II.5); (vi) crédito indevido do ICMS relativo à entrada de mercadorias para uso e consumo no estabelecimento (item II.6); e (vii) crédito indevido do ICMS relativo à aquisição de bens do ativo imobilizado em montante superior ao limite de 1/48 por mês (item II.7). O auto de infração foi lavrado em 03.10.2013, tendo sido apresentada impugnação em 06.11.2013. Em 24.9.2013, foi lavrado o auto de infração, tendo sido apresentada impugnação em 25.10.2013. Em 15.9.2014, foi publicada decisão que reduziu o auto de infração, ensejando a interposição de recurso de ofício. Em 11.12.2014, a empresa apresentou contrarrazões ao recurso de ofício, bem como recurso ordinário Em 17/11/2017, foi publicada a decisão que deu parcial provimento ao recurso ordinário da empresa e negou provimento ao recurso de ofício. Em 11/12/2017, foi interposto recurso especial da Fazenda pública. Atualmente, as contrarrazões ao referido recurso encontra-se em fase de elaboração. A Companhia efetuou o pagamento parcial da exigência fiscal, relacionada à parte do produto empregada na fabricação de produtos da linha “pet”, sendo que o montante em discussão refere-se apenas aos produtos destinados ao mercado agropecuário e também em relação aos produtos de limpeza (item I.3) e II.5; II.6 e II.7.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Companhia estaria sujeita ao pagamento dos débitos em questão devidamente atualizados.
Processo: AIIM nº 4.030.406-1	
a. juízo	Posto Fiscal de Ribeirão Preto – DRT 6 – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	03/10/2013
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4.720.452,04
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração que discute a falta de recolhimento de ICMS supostamente incidente sobre a importação de produto técnico, utilizado na elaboração de produto final comercializado pela Companhia. De acordo com a fiscalização, a isenção de que trata o inciso I do Artigo 41 do Anexo I do RICMS de São Paulo, com base no Convênio 100/97, não se aplicaria a este produto que também tem aplicação na fabricação de produtos da linha “pet” e, portanto, não seria destinado exclusivamente à agropecuária. O auto de infração foi lavrado em 03.10.2013, tendo sido apresentada impugnação em 06.11.2013. Em 16.12.2013, foi publicada decisão que manteve integralmente o auto de

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	infração. Contra tal decisão foi interposto Recurso Ordinário em 15.01.2014. A Fazenda Estadual apresentou suas contrarrazões ao referido recurso. Em 10.10.2014, o julgamento foi convertido em diligência para análise das provas apresentadas. Atualmente, aguarda-se inclusão do processo em pauta de julgamento. A Companhia efetuou o pagamento parcial da exigência fiscal, relacionada à parte do produto empregada na fabricação de produtos da linha "pet", sendo que o montante em discussão refere-se apenas aos produtos destinados ao mercado agropecuário.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Companhia estaria sujeita ao pagamento dos débitos em questão devidamente atualizados.

Processos de natureza trabalhista e previdenciária

Em 31 de dezembro de 2017, as controladas da Companhia figuravam como parte em 67 processos de natureza trabalhista, sendo 63 processos judiciais e 04 processos administrativos, além de 01 processos de natureza previdenciária.

De acordo com a análise dos advogados internos da Companhia, em 31 de dezembro de 2017, o valor total envolvido nos processos com chance de perda remota, possível e provável era de R\$8.180.508,84, R\$4.166.104,83 e R\$2.568.853,29, respectivamente, dos quais R\$ 2.568.853,29 foram provisionados por se tratarem de perdas prováveis, conforme avaliação dos advogados internos da Companhia.

Estes processos versam, principalmente, sobre reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas trabalhistas, diferenças no pagamento das verbas rescisórias, bem como pagamento de adicional de insalubridade e periculosidade, horas *in itinere*, intervalo intrajornada e horas extras, salvo o processo previdenciário que se trata de ação regressiva contra a Companhia, em que a autarquia visa ao recebimento dos valores pagos e aqueles que serão pagos por auxílio acidente, decorrente de acidente de trabalho.

Dentre os processos de natureza trabalhista e previdenciário e outros individualmente relevantes para a Companhia, em 31 de dezembro de 2017, destacam-se em razão do valor e/ou de seu objeto os seguintes:

Reclamação trabalhista nº 0000244-38.2012.5.15.0042	
a. juízo	2ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	14/02/2012
d. partes no processo	C. J. dos S. (espólio de) X Ouro Fino Agronegócio Ltda.
e. valores, bens ou direitos	R\$300.000,00

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

envolvidos	
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida pelo espólio de C. J. dos S., bem como seus herdeiros menores de idade regularmente representados, na qual pleiteia a responsabilidade solidária e subsidiária da reclamada e da Companhia (2ª reclamada) pelos débitos oriundos desta ação. O pedido do reclamante consiste em pagamento de danos morais e materiais em razão de alegado acidente de trabalho que resultou na morte de C. J. dos S e foi ajuizada em 14/02/2012. Em 1ª instância os pedidos foram julgados improcedentes, absolvendo os réus dos pagamentos das referidas verbas, cuja sentença foi publicada em 14/02/2013 Os reclamantes interpuseram recurso ordinário em 01/03/2013, os quais foram conhecidos pelo Tribunal. O acórdão proferido em 21/02/2014 reformou a decisão de primeira instância, condenando a Companhia, subsidiariamente, ao pagamento das verbas decorrentes do acidente de trabalho, tendo sido arbitrado à condenação o valor de R\$500.000,00. A Companhia interpôs recurso de revista em 05/03/2014 que atualmente aguarda julgamento. Mantida a decisão e transitada em julgado, a Companhia aguarda o retorno dos autos à vara de origem para início da execução trabalhista. Celebrado acordo pela 1ª reclamada, e empregadora, nos seguintes valores: (i) danos morais - R\$ 300.000,00, pagamento em 20 parcelas; (ii) danos materiais – inclusão pela 1ª reclamada dos herdeiros em folha de pagamento até 05/05/2053, conforme coisa julgada. Considerando que a Companhia foi condenada como responsável subsidiária, apenas acompanha os pagamentos.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Caso a 1ª reclamada deixe de efetuar o pagamento do acordo ou das parcelas mensais, a Companhia estará sujeita ao pagamento do saldo remanescente.

Reclamação trabalhista nº 0001470-61.2013.5.03.0015	
a. juízo	15ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	18/07/2013
d. partes no processo	W. F. R. X Ouro Fino Agronegócio Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$506.833,00
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida por W. F. R. pleiteando a declaração de nulidade do contrato de representação comercial entre as partes, reconhecendo o vínculo empregatício e o pagamento de verbas

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	salariais e rescisórias e pagamento de comissões, reclamação ajuizada em 18/07/2013. A Companhia apresentou contestação em 29/07/2014 e aguarda realização de audiência de julgamento. Em 1ª instância foi julgada parcialmente procedente reconhecendo o vínculo empregatício e condenando a reclamada ao pagamento das verbas rescisórias, férias vencidas, 13º salários, FGTS + 40%, recolhimentos previdenciários, pagamentos horas extras e reflexos, bem como pagamento de 1 hora extra pela violação do intervalo intrajornada, conforme sentença publicada em 26/08/2014. Interposto Recurso Ordinário pela Companhia em 10/10/2014, foi dado provimento e revertida a decisão para improcedente, conforme acórdão de 14/01/2015. Acompanhar eventual interposição de recurso pelo reclamante ou o trânsito em julgado da decisão. O reclamante apresentou recurso de revista e agravo de instrumento em 16/03/2015 e 14/05/2015, respectivamente, já que aquele não foi conhecido em virtude da matéria esbarrar na súmula 126 do TST. Estamos aguardando o julgamento do agravo de instrumento. Decisão de improcedência mantida, tendo em vista que o agravo de instrumento e recurso de revista não foram acolhidos pelo TST. Aguardar arquivamento.
g. chance de perda	Não há.
h. análise do impacto em caso de perda	Em vista da improcedência da reclamação trabalhista, não há impactos para a Companhia.
i. valor provisionado (se houver)	Não há.

Reclamação trabalhista nº 0010986-84.2015.5.15.0150	
a. juízo	Vara do Trabalho de Cravinhos
b. instância	1ª Instância – Execução
c. data de instauração	17/07/2015
d. partes no processo	O.M.G.F. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 604.018,00
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida por O.M.G.F. pleiteando o pagamento de adicional de periculosidade cumulado com o adicional de insalubridade e reflexos sobre tais verbas; pagamento de sobreaviso correspondente a 1/3 do salário normal e reflexos, bem como honorários advocatícios de 20% sobre o valor bruto da condenação. A Companhia apresentou contestação, requerendo a prescrição quinquenal

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	e a improcedência dos pedidos. Em 25/01/2016 foi proferida sentença declarando prescritos os créditos anteriores a 17.07.2010 e julgada parcialmente procedente a reclamatória condenando a Companhia ao pagamento de horas de sobreaviso por todo o período imprescrito e seus reflexos, adicional de periculosidade e reflexos, bem como honorários advocatícios. Interposto Recurso Ordinário pela Companhia em 02/02/2016, foi dado provimento apenas para excluir da condenação o pagamento dos honorários advocatícios. Sem matéria para interpor Recurso de Revista, foi iniciada a fase de execução, ocasião em que o perito judicial apresentou os cálculos de liquidação de sentença em 31/10/2016. Diante da discordância dos cálculos, a Companhia, em 22/11/2016, apresentou Embargos à Execução, bem como efetuou o depósito para a garantia do juízo no valor de :R\$368.263,57. Aguarda julgamento. Os Embargos à Execução foram julgados parcialmente procedentes, determinando a retificação dos cálculos pelo perito judicial. Em vista da procedência parcial e de matéria para interpor Agravo de Petição, foram apresentadas as razões para agravo da decisão. Embora conhecido, não foi provido. Processo encontra-se na fase de liberação de valores ao reclamante, bem como saldo remanescente à reclamada.
g. chance de perda	Valor bruto da execução em 31.10.2016, após as retificações nos cálculos: R\$ 314.743,69.
h. análise do impacto em caso de perda	Em virtude da decisão desfavorável à Companhia, esta estará sujeita ao pagamento dos valores deferidos.
i. valor provisionado (se houver)	Companhia efetuou o depósito de R\$368.263,57 para garantir a execução e discutir os cálculos periciais.

Reclamação trabalhista nº 0020279-11.2016.5.04.0551	
a. juízo	Vara do Trabalho de Frederico Westphalen
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	30/03/2016
d. partes no processo	F.S. X Ouro Fino Agronegócio Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 151.582,09
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida por F.S. pleiteando o pagamento de: diferenças de aviso prévio; diferenças de saldo de salário; diferenças de 13º salário proporcional; diferenças de férias proporcionais + 1/3; diferenças de FGTS e da multa de 40%; diferenças das comissões relativas ao ano de

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	2014 e seus reflexos; comissões atinentes à campanha ISOCOSC; salário substituição durante o período em que o reclamante substituiu a colega Waldma Amaral por licença-maternidade e os reflexos; nulidade da cláusula constante na CTPS atinente ao art. 62 da CLT; horas extras e reflexos; horas de sobreaviso e reflexos; adicional de insalubridade e reflexos; multa dos arts. 467 e 477 da CLT; diferenças das despesas à título de combustível, seguro e depreciação e reparação do veículo e indenização a ser fixada pelo Juiz; e honorários advocatícios. A Companhia apresentou contestação, requerendo a improcedência dos pedidos. Em audiência inicial, ocorrida em 17/05/2016, foi determinada perícia para apuração de atividades insalubres. A perícia técnica concluiu que as atividades do reclamante eram salubres, baseada nas declarações da reclamada, tendo em vista que o reclamante não compareceu no dia da perícia. Realizada a audiência de instrução em 09/11/2016, a Companhia aguarda prolação da sentença. Em sentença foram deferidos o pagamento de adicional de insalubridade em grau médio (20%) e reflexos, bem como ressarcimento de despesas com seguro do veículo no valor de R\$ 1.787,96. Em sede de recurso ordinário, foi provido recurso interposto pela reclamada para excluir a condenação ao pagamento do adicional de insalubridade e honorários periciais e provido recurso do reclamante para condenar a empresa ao pagamento das comissões da campanha Isocox e horas extras para jornada fixada de segunda a sexta-feira, das 7h00 às 19h00. Reclamada já apresentou cálculos de liquidação e aguarda decisão.
g. chance de perda	Provável: R\$ 151.582,09
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao pagamento dos valores deferidos.
i. valor provisionado (se houver)	R\$ 151582,09

Reclamação trabalhista nº 0000456-38.2016.5.08.0002	
a. juízo	2ª Vara do Trabalho de Belém
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	22/03/2016
d. partes no processo	P.D.S.B. X Ouro Fino Agronegócio Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 750.330,00
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida por P.D.S.B. pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício e o pagamento de todas as verbas

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	contratuais e rescisórias do período de trabalho como pj (de 17/01/2005 a 28/07/2015); multa do art. 477; indenização por dano moral; recolhimento previdenciário de todo período; comunicação pela fraude aos órgãos inss/drt/mpf; e honorários advocatícios. A Companhia apresentou contestação, negando o vínculo empregatício, pois o reclamante foi apenas representante comercial. Realizada a audiência de instrução em 16/08/2016, a Companhia aguarda cumprimento das cartas precatórias de inquirição de testemunha e encerramento da instrução. Proferida sentença, a decisão foi pela improcedência dos pedidos. Interposição de recurso ordinário interposto pelo reclamante. Aguardar julgamento.
g. chance de perda	Provável: R\$ 150.000,00 / Possível: R\$ 600.330,00
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao pagamento dos valores deferidos.
i. valor provisionado (se houver)	R\$ 150.000,00

Reclamação trabalhista nº 0020874-60.2016.5.04.0017	
a. juízo	17ª Vara do Trabalho de Porto Alegre
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	13/06/2016
d. partes no processo	R.S.A. X Ouro Fino Pet Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 847.000,00
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida por R.S.A. pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício pelo período de PJ e pagamento das verbas trabalhistas decorrentes da relação; indenização pela dispensa dentro do trintídio; reconhecimento da natureza salarial da alimentação fornecida e reflexos; reconhecimento da natureza salarial das diárias de viagem, pagamento de diferenças (2 meses) e reflexos; acúmulo de função; diferenças salariais pelo reajuste das normas coletivas; gratificação pelo dia do comerciário; pagamento do lanche na jornada extraordinária; pagamento de adicional noturno e horas reduzidas; horas extras e reflexos; intervalo intrajornada e reflexos; intervalo entrejornadas e reflexos; indenização pelo uso do veículo particular; participação nos lucros e resultados; férias em dobro; indenização por danos morais; diferenças em DSRs; pagamento de FGTS + 40%, multa do art. 467 da CLT e honorários advocatícios. A Companhia apresentou contestação, negando o vínculo empregatício no período em que o reclamante foi representante comercial e requerendo a improcedência dos demais pedidos. Realizada a audiência inicial em 13.09.2016, a Companhia aguarda

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	cumprimento das cartas precatórias de inquirição de testemunha para a ocorrência da audiência de instrução.
g. chance de perda	Provável: R\$ 172.000,00 / Possível: R\$ 677.000,00
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao pagamento dos valores deferidos.
i. valor provisionado (se houver)	R\$ 172.000,00

Reclamação trabalhista nº 0011161-44.2016.5.15.0150	
a. juízo	Vara do Trabalho de Cravinhos
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	10/08/2016
d. partes no processo	D.O.L. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 536.868,00
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida por D.O.L. pleiteando, como liminar, o restabelecimento do convênio médico e indenização pelo corte indevido; condenação da Companhia ao pagamento de horas extras e reflexos; pagamento de hora extra e reflexos pela violação do intervalo intrajornada; pagamento de 1/3 por acúmulo de função; pagamento de adicional de insalubridade e periculosidade e reflexos; pagamento de horas in itinere e reflexos; reconhecimento de acidente de trabalho e a nulidade da rescisão contratual com retorno ao trabalho ou indenização substitutiva; indenização por danos materiais e morais de forma vitalícia; multa prevista no art. 477 da CLT e honorários. Intimada para se manifestar acerca do restabelecimento do convênio médico, a Companhia demonstrou que o reclamante requereu a continuidade do convênio médico após o desligamento da empresa. A liminar foi indeferida. Em contestação, a Companhia requereu a improcedência dos pedidos. Realizadas as perícias médica e ergonômica, foram conclusivas pela inexistência de doença ocupacional e riscos ocupacionais nas atividades do reclamante, já a perícia técnica concluiu que o reclamante esteve exposto ao agente insalubre frio por 24 dias, reconhecendo a insalubridade em grau médio. A Companhia aguarda a audiência de instrução designada para 15/02/2017. Realizada audiência de instrução. Sentença de improcedência de todos os pedidos formulados pelo reclamante. Interposição de recurso ordinário pelo reclamante. Tribunal confirmou decisão de primeira instância, mantendo a

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	improcedência. Acompanhar interposição de recurso de revista ou retorno dos autos e arquivo.
g. chance de perda	Não há.
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao pagamento dos valores deferidos.
i. valor provisionado (se houver)	Não há.

Reclamação trabalhista nº 0011252-37.2016.5.15.0150	
a. juízo	Vara do Trabalho de Cravinhos
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	24/08/2016
d. partes no processo	D.D.O. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 82.739,00
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida por D.D.O. pleiteando, Pagamento de horas extras; intervalo intrajornada; horas in itinere; acúmulo de função; adicional de insalubridade e periculosidade; multa convencional. Em contestação, a Companhia requereu improcedência dos pedidos. Sentença parcialmente procedente para condenar a reclamada ao pagamento de horas extras e reflexos; adicional de horas extras e multa do art. 477 da CLT. Foi interposto recurso ordinário pela reclamada e embargos declaratórios pelo reclamante, os quais foram acolhidos e parcialmente reformada a decisão para aplicar a Súmula 60 do TST. Aguardar julgamento do RO e RO complementar.
g. chance de perda	Provável: R\$ 36.012,97 / Possível: R\$ 46.725,31
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao pagamento dos valores deferidos.
i. valor provisionado (se houver)	R\$ 36.012,97

Reclamação trabalhista nº 0011646-44.2016.5.15.0150	
a. juízo	Vara do Trabalho de Cravinhos
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	24/11/2016

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

d. partes no processo	J.L.S.F. X Ouro Fino Agronegócio Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 720.205,01
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida por J.L.S.F. pleiteando reconhecimento de vínculo empregatício e unicidade contratual com o período em que foi contratado como CLT, além das verbas devidas do reconhecimento de vínculo; horas extras; danos morais e materiais. Em contestação, a Companhia requereu improcedência dos pedidos. Sentença parcialmente procedente para condenar a reclamada para reconhecer o vínculo do período de PJ e declarar a unicidade contratual com o pagamento das férias vencidas em dobro e simples não prescritas; pagamento de 13º salários proporcionais e integrais; pagamento das verbas rescisórias; aviso prévio proporcional a 21 dias; FGTS + 40%; indenização seguro desemprego; recolhimentos previdenciários. Opostos Embargos de Declaração pelas partes.
g. chance de perda	Provável: R\$ 500.000,00 / Possível 220.205,01
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao pagamento dos valores deferidos.
i. valor provisionado (se houver)	R\$ 500.000,00

Reclamação trabalhista nº 0011795-40.2016.5.15.00150	
a. juízo	Vara do Trabalho de Cravinhos
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	19/12/2016
d. partes no processo	A.F.I. X Ouro Fino Agronegócio Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 839.085,00
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida por A.F.I. pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício por todo o período que esteve como representante comercial e o pagamento das verbas trabalhistas, além de horas extras, intervalo intrajornada e seus reflexos. Em contestação, a Companhia requereu improcedência dos pedidos. Sentença de improcedência de todos os pedidos formulados pelo reclamante. Interposição de recurso ordinário pelo reclamante.
g. chance de perda	Provável: R\$ 200.000,00 / Possível: R\$ 639,085,00
h. análise do impacto em caso de	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

perda	pagamento dos valores deferidos.
i. valor provisionado (se houver)	R\$ 200.000,00

Reclamação trabalhista nº 0010597-31.2017.5.15.0150	
a. juízo	Vara do Trabalho de Cravinhos
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	09/05/2017
d. partes no processo	J.C.S. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 78.111,00
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida por J.C.S. pleiteando a nulidade do contrato temporário e reconhecimento de contrato único; pagamento de horas extras; intervalo intrajornada; horas in itinere; adicionais de insalubridade e periculosidade; PLR. Em contestação, a Companhia requereu improcedência dos pedidos. Realizada a perícia técnica, foi conclusiva que o reclamante não trabalhou em ambiente insalubre ou perigoso. Sentença parcialmente procedente para condenar a empresa ao pagamento de horas in itinere e reflexos; pagamento proporcional da PLR de 2016; honorários advocatícios em 15% sobre a condenação; devolução dos honorários periciais pelo reclamante. Interposição de recursos ordinários pelas partes.
g. chance de perda	Provável: R\$ 25.006,00 / Possível: R\$ 53.105,00
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao pagamento dos valores deferidos.
i. valor provisionado (se houver)	R\$ 25.006,00

Reclamação trabalhista nº 0010445-80.2017.5.15.0150	
a. juízo	Vara do Trabalho de Cravinhos
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	04/04/2017
d. partes no processo	C.E.D.B. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 106.489,31

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida por C.E.D.B. pleiteando o pagamento de diferenças de horas extras; adicional de insalubridade e periculosidade; diferenças de adicional noturno; reconhecimento de doença ocupacional e indenização decorrente; recolhimento de FGTS de todo o pacto. Em contestação, a Companhia requereu improcedência dos pedidos. Realizadas as perícias médica e técnica, foram conclusivas pela inexistência de doença ocupacional e inexistência de insalubridade e periculosidade. Aguardar sentença.
g. chance de perda	Provável R\$ 9.351,01 / Possível R\$ 97.138,30
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao pagamento dos valores deferidos.
i. valor provisionado (se houver)	R\$ 9.351,01

Reclamação trabalhista nº 0010638-95.2017.5.15.0150	
a. juízo	Vara do Trabalho de Cravinhos
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	22/06/2017
d. partes no processo	L.D.M.L. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 85.090,48
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida por L.D.M.L. pleiteando integração das verbas salariais no salário base; pagamento de horas extras; adicional noturno ou diferenças; adicional de insalubridade ou periculosidade; restituição do valor descontado em rescisão. Em contestação, a Companhia requereu improcedência dos pedidos. Realizada perícia técnica, foi averiguada insalubridade em grau médio (20%) e pelo período de 07 (sete) meses, tendo em vista que a empregadora não demonstrou a efetiva substituição dos protetores auriculares. Aguardar sentença.
g. chance de perda	Provável R\$ 21.557,69 / Possível R\$ 63.532,79
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao pagamento dos valores deferidos.
i. valor provisionado (se houver)	R\$ 21.557,69

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Reclamação trabalhista nº 0010594-76.2017.5.15.0150	
a. juízo	Vara do Trabalho de Cravinhos
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	09/05/2017
d. partes no processo	M.Z.R. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 100.773,03
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida por M.Z.R. pleiteando o pagamento das horas extras, intervalo intrajornada, horas in itinere, adicional de insalubridade e periculosidade e os reflexos sobre todas essas verbas, bem como pagamento do PLR. Em contestação, a Companhia requereu improcedência dos pedidos. Realizada perícia técnica, foi averiguada insalubridade em grau médio (20%), tendo em vista que a empregadora não demonstrou a efetiva substituição dos protetores auriculares no período de 2013 a 2014. Aguardar sentença.
g. chance de perda	Provável R\$ 24.484,20 / Possível R\$ 76.288,83
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao pagamento dos valores deferidos.
i. valor provisionado (se houver)	R\$ 24.484,20

Reclamação trabalhista nº 0010590-39.2017.5.15.0150	
a. juízo	Vara do Trabalho de Cravinhos
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	22/06/2017
d. partes no processo	J.R.S. X Steel Controller Comércio e Serviços Industriais Ltda e Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 170.564,30
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida por J.R.S. requerendo a responsabilidade subsidiária da Companhia para o pagamento de horas extras, intervalo intrajornada, horas <i>in itinere</i>, adicional de insalubridade, danos morais e materiais. Em contestação, a Companhia requereu improcedência dos pedidos. Aguardar sentença.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

g. chance de perda	Remota: R\$ 170.564,30
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao pagamento dos valores deferidos.
i. valor provisionado (se houver)	Não há

Reclamação trabalhista nº 0011395-50.2017.5.15.0066	
a. juízo	3ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	27/07/2017
d. partes no processo	R.M.F. X Ouro Fino Agronegócio Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 142.418,42
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida por R.M.F., ex-colaborador da Logística Ribeirão Preto, pleiteando o pagamento de horas extras; intervalo intrajornada; horas in itinere; adicionais de insalubridade e periculosidade; desvio de função; adicional noturno e férias em dobro. Em contestação, a Companhia requereu improcedência dos pedidos. Realizada perícia técnica, não foram identificados agentes insalubres e perigosos. Aguardar audiência de instrução.
g. chance de perda	Provável R\$ 45.362,68 / Possível R\$ 97.055,74
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao pagamento dos valores deferidos.
i. valor provisionado (se houver)	R\$ 45.362,68

Reclamação trabalhista nº 0011200-22.2017.5.15.0145	
a. juízo	Vara do Trabalho de Itatiba
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	04/07/2017
d. partes no processo	M.M.S. X Ajade Instalacoes e Comercio de Maquinas Ltda. E Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 614.471,33

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida por M.M.S. pleiteando requerendo a responsabilidade subsidiária da Companhia para o pagamento de horas extras, intervalo intrajornada, horas <i>in itinere</i>, adicional de insalubridade, doença ocupacional e estabilidade, bem como danos morais e materiais. Em contestação, a Companhia requereu improcedência dos pedidos. Realizadas as perícias médica e técnica, a primeira foi conclusiva que não houve doença ocupacional e a técnica verificou insalubridade por 04 (quatro) meses em razão da ausência de comprovação da entrega de EPIs (protetor auricular). Aguardar audiência de instrução.
g. chance de perda	Remoto R\$ 614.471,33
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao pagamento dos valores deferidos.
i. valor provisionado (se houver)	Não há

Reclamação trabalhista nº 0011086-68.2017.5.15.0150	
a. juízo	Vara do Trabalho de Cravinhos
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	16/08/2017
d. partes no processo	P.V.L. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 97.727,22
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida por P.V.L. pleiteando a declaração de nulidade da demissão; indenização dos valores que deixou de receber enquanto esteve afastado; perícia médica; pagamento de diferenças de horas extras; condenação em férias trabalhadas; multa pelo descumprimento da CCT; multas dos artigos 467 e 477 da CLT; danos morais. Em contestação, a Companhia requereu improcedência dos pedidos. Realizada a perícia médica não averiguada doença ocupacional. Aguardar audiência de instrução.
g. chance de perda	Provável R\$ 21.080,12/ Possível R\$ 76.647,10
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao pagamento dos valores deferidos.
i. valor provisionado (se houver)	R\$ 21.080,12

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Reclamação trabalhista nº 0017456-50.2017.5.15.0016	
a. juízo	6ª Vara do Trabalho de São Luis
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	08/09/2017
d. partes no processo	A.G.M. X Ouro Fino Agronegócio Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 570.336,06
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida por A.G.M. pleiteando o reconhecimento de vínculo trabalhista no período de representação comercial, pagamento das verbas relativas ao vínculo empregatícios, bem como ressarcimento pelas despesas com veículo. Em contestação, a Companhia requereu improcedência dos pedidos. Aguardar audiência de instrução.
g. chance de perda	Provável R\$ 392.974,37 / Possível R\$ 177.361,69
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao pagamento dos valores deferidos.
i. valor provisionado (se houver)	R\$ 392.974,37

Reclamação trabalhista nº 0002182-30.2017.5.12.0025	
a. juízo	Vara do Trabalho de Xanxerê
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	16/10/2017
d. partes no processo	R.B. X Ouro Fino Agronegócio Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.263.520,76
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida por R.B. pleiteando o reconhecimento de vínculo trabalhista no período de representação comercial e a unicidade contratual quando foi contratado como CLT; pagamento das diferenças decorrentes das verbas trabalhistas, inclusive aquelas que não foram pagas enquanto representante comercial; pagamento de horas extras, intervalo intrajornada, intervalo entrejornada e os reflexos de tais verbas; indenização pela utilização do veículo em favor da reclamada. Em contestação, a Companhia requereu improcedência dos pedidos. Aguardar audiência de instrução.
g. chance de perda	Provável R\$ 76.770,49 / Possível R\$ 1.186.750,27

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável à Companhia, esta estaria sujeita ao pagamento dos valores deferidos.
i. valor provisionado (se houver)	R\$ 76.770,49

**O valor descrito no item (e) de cada um dos processos acima corresponde à quantificação dos pedidos do respectivo autor.*

Processos de natureza cível e outros

Em 31 de dezembro de 2017, as controladas da Companhia figuravam como ré em 15 processos cíveis judiciais e 06 processos cíveis administrativos.

De acordo com a análise dos advogados externos e internos da Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2017 o valor total envolvido nos processos com chance dede perda remota, possível e provável era de R\$ 173.958,89, R\$ 1.559.454,34 e R\$ 52.578,14, respectivamente, dos quais R\$ 52.578,14 foram provisionados por se tratarem de perdas prováveis.

Dentre os processos de natureza cível e outros individualmente relevantes para a Companhia, em 31 de dezembro de 2017, destacam-se em razão do valor e/ou de seu objeto os seguintes:

Processo nº 0038170-24.2011.8.13.0388	
a. juízo	Vara Cível da Comarca de Luz/MG
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	22.11.2011
d. partes no processo	Geraldo Magela Cortes Carvalho (Autor) e Ouro Fino Agronegócio Ltda. (Ré)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$3.000.000,00
f. principais fatos	Ação de indenização com pedido de condenação da Companhia por dano moral e material em razão de ter inserido o nome do Sr. Geraldo como autor de artigos científicos sobre doenças de animais e produtos no site da Companhia, que não teriam sido escritos por ele. O Autor requer a exclusão imediata de seu nome dos artigos e a condenação da Companhia ao pagamento de indenização em decorrência do suposto uso indevido do nome do Autor. A Companhia contestou, em 31.01.2012, a ação esclarecendo que a inserção do nome do Autor foi feita de boa-fé, uma vez que ocorreu erroneamente apenas em razão da transição dos sistemas da Companhia. A Companhia também informou que excluiu o nome do Autor assim que notou o equívoco, não tendo, portanto, gerado qualquer tipo de dano ao Autor. A contestação foi impugnada pelo autor em 16/02/2012. A audiência de instrução foi realizada por meio de cartas precatórias que foram devidamente cumpridas em 19/11/2013 e 10/08/2015. O processo encontra-se aguardando despacho para apresentação das

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	alegações finais desde 10/08/2015. Alegações finais apresentadas. Aguardando sentença.
g. chance de perda	Possível R\$ 30.000,00 e Remoto R\$ 2.970.000,00
h. análise do impacto em caso de perda	Perda financeira, já que a Autor pretende a condenação da Companhia ao ressarcimento de hipotéticos danos materiais e morais que alega ter sofrido.
i. valor provisionado (se houver)	Não há
Processo nº 1006533-56.2016.8.26.0564	
a. juízo	9ª Vara Cível da Comarca de São Bernardo do Campo/SP
b. instância	1ª instância
c. data de distribuição	18/03/2016
d. partes no processo	Duale Comercial Ltda ME (Autor) e Ouro Fino Pet Ltda. (Ré)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$1.500.000,00
f. principais fatos	Ação de indenização por danos morais sob a alegação que a Companhia rompeu unilateralmente o contrato, quebrou a cláusula de exclusividade e não concedeu aviso prévio não inferior a 180 dias pela Companhia, requer declaração judicial reconhecendo o término do contrato por inadimplemento da Companhia, condenação da Companhia em danos emergentes decorrentes do aviso prévio não concedido; condenação da Companhia para recompra do estoque; indenizar a autora; indenização pelo valor patrimonial agregado ao aviamento; ressarcimento da remuneração decorrente das vendas diretas realizadas; honorários advocatícios em 20%. Protocolizada defesa pela Companhia em 11/07/2016. Proferida decisão intimando as partes a manifestarem se há interesse em audiência de conciliação e também a indicação de provas que pretendem a produzir. Petição em conjunto informando que as partes se compuseram amigavelmente para encerrar o litígio. Homologado acordo, porém a Duale discordou da retenção dos tributos e iniciou um processo de cumprimento de sentença visando receber da Companhia o valor relativo aos tributos que foram retidos, no importe de R\$38.097,69, Decisão proferida determinando que a Companhia efetue o pagamento do débito. Companhia apresentou impugnação ao cumprimento de sentença e a empresa Duale foi intimada para manifestar-se.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda	Perda financeira, posto que a empresa pretende a condenação da Companhia ao pagamento / ressarcimentos dos supostos danos.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

i. valor provisionado (se houver)	Não há.
Processo nº 27417-93.2010.4.01.3400	
a. juízo	20ª Vara Federal do Distrito Federal
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	21.06.2010
d. partes no processo	ABRASEM – Associação Brasileira de Sementes e Mudanças (Autor) e Ouro Fino Agronegócio Ltda. (Ré)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$236.757,00
f. principais fatos	Suspender as exigibilidades das contribuições sociais incidentes sobre a receita bruta da comercialização da produção rural. A contestação foi apresentada em 28/07/2010 e a sentença foi proferida em 21/05/2012 com julgamento procedente do pedido. A ação aguarda julgamento de recurso de apelação desde 26/07/2013. Recurso de apelação foi julgado dando provimento da parte autora e negou provimento à apelação à Fazenda Nacional. Recurso Extraordinário interposto pela Fazenda Nacional e contrarrazões apresentadas pela Abrasem. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Perda financeira.
i. valor provisionado (se houver)	Não há.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3.1 – Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3

Em 31 de dezembro de 2017, o valor total envolvido nos processos descritos no item 4.3 deste Formulário de Referência era de R\$ 73.612.786,51, dos quais R\$ 8.428.820,10 foram provisionados.

As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processo com chance de perda provável.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, não havia processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos nos quais a Companhia ou controladas fossem parte, tendo como partes contrárias administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores**4.4.1 – Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4**

Não aplicável, tendo em vista que na data de apresentação deste Formulário de Referência, não havia processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos nos quais a Companhia ou controladas fossem parte, tendo como partes contrárias administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas. Assim, diante da inexistência acima mencionada não há nenhum valor provisionado.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Até a data deste Formulário de Referência, não há processos sigilosos relevantes em que nós sejamos parte.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Na data deste Formulário de Referência, figurávamos como parte em 67 processos de natureza trabalhista, dos quais 17 versam sobre reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas trabalhistas. O valor total agregado envolvido é de R\$14.915.466,96, dos quais R\$2.568.853,29 encontram-se provisionados, sendo o valor de R\$1.722.947,50 relativos aos processos que versam sobre o reconhecimento de vínculo empregatício.

Quanto aos processos de natureza tributária, os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, repetitivos ou conexos relevantes em conjunto tratam-se dos casos de ICMS, já descritos no item 4.3 deste Formulário de Referência.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6.1 – Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

Em 31 de dezembro de 2017, o valor total envolvido nos processos descritos no item 4.6 deste Formulário de Referência era de aproximadamente R\$14.915.466,96 dos quais aproximadamente R\$ 2.568.853,29 encontram-se provisionados, sendo o valor de R\$1.722.947,50 relativos aos processos que versam sobre o reconhecimento de vínculo empregatício.

As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processo com chance de perda provável.

4.7 - Outras contingências relevantes

Programas de Parcelamento

De acordo com as informações disponibilizadas, a Companhia não possui débitos tributários inseridos em parcelamentos.

Contingências de natureza concorrencial

Não existem contingências de ordem concorrencial atinentes à Companhia ou suas controladas, porquanto nenhuma delas:

- Está ou esteve envolvida nas condutas anticompetitivas previstas nos artigos 20 e 21 da Lei nº 8.884/94 (Lei Antitruste Revogada) e/ou no artigo 36 da Lei nº 12.529/11 (Nova Lei Antitruste), nos últimos cinco anos;
- É ou foi parte de contratos de exclusividade com efeito de fechamento de mercado, nos últimos cinco anos; e
- Está em processo de negociação ou realizou qualquer operação societária passível de notificação ao CADE que, nos termos da Lei Antitruste Revogada e da Nova Lei Antitruste, não tenham sido notificadas, ou tenham sido notificadas intempestivamente.

A Companhia e suas controladas, no que concerne a procedimentos administrativos perante o CADE, figuraram nos seguintes expedientes, na qualidade de parte:

Empresa do Grupo Ouro Fino	Tipo e nº do procedimento	Descrição da operação e seu status atualizado
Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	Ato de Concentração nº 08012.006151/2009-91	Aquisição, pela Ouro Fino Saúde Animal Ltda., da formulação e marca do produto "Lepecid BR Spray" da Dow Agrosciences Industrial Ltda.

Quanto aos processos administrativos para imposição de sanções, nem a Companhia nem suas controladas figuraram como parte; tão somente como informante, em atendimento a ofício do CADE, para prestar esclarecimentos acerca do mercado em que atua.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

(a) restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(b) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(c) hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(d) Hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(d) outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos

Possuímos as seguintes políticas formalizadas de gerenciamento de riscos financeiros, conforme descrito no item 5.2. deste Formulário de Referência: (i) política de gestão dos riscos financeiros vigentes aprovada e revisada, em janeiro de 2016, pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e pelo Diretor de Finanças não estatutário da Companhia; e (ii) política específica para riscos de crédito aprovada, em março de 2014, pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, pelo Diretor de Finanças não estatutário e pelo Gerente Financeiro.

A gestão dos demais riscos, incluindo os estratégicos e operacionais, não conta com políticas formalizadas e é realizada diretamente pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, em conjunto com os demais gestores da Companhia, com supervisão do Comitê de Auditoria Estatutário, do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Busca-se proteção, razoável, para os riscos estratégicos, financeiros e operacionais.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

A Companhia se utiliza da estrutura de gerenciamento de riscos, apresentada no item 5.3 deste Formulário de Referência para proteção contra os riscos verificados em seu negócio. Conforme descrito no item 5.2, também se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (não especulativos) para proteção dos riscos cambial e de juros, e de uma série de instrumentos, como metodologia de rating e contratação de cobertura de seguros, para se proteger dos riscos de créditos. Adicionalmente, a Companhia contrata coberturas de seguros, em montantes considerados suficientes, para riscos relativos aos seus bens (edificações, equipamentos, estoques, etc.).

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é realizado diretamente pelo Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, juntamente com os demais gestores da companhia, com supervisão da Auditoria Interna, do Comitê de Auditoria Estatutário, do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, cujas responsabilidades estão descritas no item 5.3 (b) deste Formulário de Referência.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Companhia acredita que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para o gerenciamento dos riscos.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia possui políticas de gestão dos riscos de mercado estabelecidas que definem as diretrizes para os principais fatores de riscos de mercado (risco de taxa de câmbio, taxa de juros e de crédito).

A política de gestão dos riscos financeiros vigentes foi aprovada e revisada, em janeiro de 2016, pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e pelo Diretor de Finanças não estatutário da Companhia.

No que se referem aos riscos de crédito, possuímos uma política específica que foi revisada e aprovada, em março de 2014, pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, pelo Diretor de Finanças não estatutário e pelo Gerente Financeiro.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

(i) Riscos de mercado para os quais se busca proteção

Buscamos proteção para os riscos de taxa de juros, taxa de câmbio e de crédito, com a finalidade de minimizar os riscos relacionados e mitigar possíveis variações não esperadas no resultado do Grupo.

(ii) Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Com relação ao risco de taxa de juros, buscamos manter aplicações financeiras indexadas ao CDI, de modo a neutralizar parcialmente o efeito das flutuações de juros sobre as dívidas referenciadas em CDI e os contratos de *swap*. Adicionalmente, buscamos monitorar as taxas de juros de maneira contínua, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

No tocante ao risco de taxa de câmbio, temos como prática utilizar operações de derivativos, substancialmente, contratos de *swap* cambial para troca de encargos de empréstimo e financiamentos originalmente em moeda estrangeira para a moeda real mais encargos com base na variação do CDI. Eventualmente, quando necessário for, poderemos contratar operações de termo de moeda do tipo NDF (*Non Deliverable Forward*) para proteção de variações no resultado decorrentes de desequilíbrio de ativos e passivos em moeda estrangeira, que são originadas das exportações de nossos produtos (conta clientes) e da importação de matérias-primas para produção (conta fornecedores).

No que se refere ao risco de crédito relacionado aos recebíveis dos nossos clientes, além de análises de crédito com estabelecimento de limites de exposição individuais, de acordo com o *rating* estabelecido pela área de análise de crédito e gestão da carteira de clientes, possuíamos vigente, em 31 de dezembro de 2017, uma apólice de seguro de crédito que cobria parcialmente a carteira de recebíveis. Para mitigar o risco de crédito associado com os ativos financeiros, especialmente as aplicações financeiras, optamos por instituições financeiras de primeira linha.

(iii) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

Os instrumentos financeiros derivativos preferencialmente utilizados para proteção da exposição cambial são os swaps cambiais e NDF (*Non Deliverable Forward*), por terem características de demanda de caixa somente no vencimento final da operação, ou quando revertido.

Nas proteções das exposições a taxas de juros, o instrumento financeiro derivativo *swap* é o usualmente utilizado.

(iv) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Para o gerenciamento dos riscos de variação cambial, utilizamos como parâmetro para proteção o descasamento líquido em moeda estrangeira, buscando reduzir a exposição excessiva aos riscos de variações cambiais, equilibrando nossos ativos não denominados em reais contra nossas obrigações não denominadas em reais, o que protege nosso balanço patrimonial. Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo para acompanhamento das operações efetuadas.

No tocante ao gerenciamento dos riscos de taxas de juros, o parâmetro utilizado considera a relevância da exposição líquida, baseados em valores, prazos e taxas de juros comparados com a taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos por meio de planilhas de cálculo para acompanhamento das operações efetuadas.

Os parâmetros e controles internos utilizados para o gerenciamento do risco de crédito do contas a receber consideram o monitoramento do perfil da carteira por *rating* e suas respectivas exposições.

(v) Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos.

Não operamos instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção (*hedge*).

(vi) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Nossa política de riscos financeiros define as diretrizes para a exposição máxima aos fatores de riscos financeiros e foi estabelecida pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e pelo Diretor de Finanças não estatutário. No que se refere aos riscos de crédito, possuímos uma política específica que estabelece alçadas para a concessão dos limites de crédito por cliente, de acordo com o *rating* estabelecido pelo Departamento de Crédito. O gerenciamento desses riscos financeiros são de responsabilidade da Diretoria Financeira.

Uma vez identificadas nossas exposições aos riscos financeiros, a Tesouraria e o Departamento de Crédito são responsáveis por consolidar todos os parâmetros, buscar proteção com operações no mercado e tomar as decisões de modo a mitigar esses riscos de acordo com a política estabelecida.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Avaliamos a efetividade da política de gerenciamento de riscos financeiros através da nossa Tesouraria e Departamento de Crédito, áreas subordinadas à Diretoria Financeira. Nossa estrutura financeira é centralizada e todas as decisões financeiras, contratos e os fluxos de caixa passam pela Tesouraria. A efetividade das políticas de riscos financeiros adotada é acompanhada pelo Conselho Fiscal e a Auditoria Interna monitora os controles existentes pelos departamentos responsáveis. A Administração da Companhia considera que a estrutura

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

operacional e os controles internos para a verificação da efetividade da política adotada é adequada.

5.3 - Descrição dos controles internos

(a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia busca constantemente aprimorar suas práticas de gestão, as quais consideram sua estrutura de controles internos.

A Diretoria é o principal órgão de gestão responsável pelo estabelecimento e pela manutenção de controles internos que visam garantir, com razoável segurança, a eficiência operacional, o cumprimento com leis e regulamentos e a fidedignidade das demonstrações financeiras. O Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria Estatutário ("**CAE**") e o Conselho Fiscal são outros importantes órgãos responsáveis pela estrutura de controles internos.

Atualmente, a Companhia conta com os seguintes principais programas de controles internos:

- Código de Conduta (já adaptado aos requerimentos da Lei Anticorrupção e respectiva regulamentação) aprovado em 2 de maio de 2016, pelo Conselho de Administração;
- Canal de Denúncias;
- Comitê de Ética
- Auditoria Interna (*co-sourcing* com empresa padrão "Big 4"); e
- Auditoria Externa realizada por empresa padrão "Big 4".

Destacam-se como ações mais recentes de aprimoramento da estrutura de controles:

- atualização periódica das matrizes de riscos e controles para as áreas operacionais, conforme padrões de mercado usualmente estabelecidos para empresas sujeitas aos requerimentos da Lei *Sarbanes- Oxley*;
- renovação do contrato de auditoria interna com empresa padrão "Big 4, para continuidade do modelo *co-sourcing*, com reporte técnico direto ao CAE e com plano de comunicação que abrange os gestores, a Diretoria, o CAE, o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração;
- utilização de ferramenta de *data analytics*, para obtenção de informações sobre o desempenho dos processos internos da Companhia, como parte do cronograma de auditoria interna;
- revisão dos perfis de acesso SAP; e
- implementação de controle de análise de risco para concessão de novos acessos SAP;

Cabe destacar que, atualmente, o gerenciamento de riscos estratégicos é realizado diretamente pelo Diretor Presidente e o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, em conjunto com os demais gestores da Companhia e o Conselho de Administração.

5.3 - Descrição dos controles internos

A Diretoria entende que o atual processo de controles internos da Companhia é satisfatório para garantir os objetivos propostos, inclusive o de fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

(b) Estruturas organizacionais envolvidas

Diretoria Executiva

O Diretor Presidente e o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores são, juntamente com os demais gestores da Companhia, os principais responsáveis pelo estabelecimento de controles internos compatíveis e adequados aos níveis de riscos verificados nos processos de negócio e de apoio da Companhia.

Conselho de Administração

Dentre outras importantes atividades previstas no Estatuto Social da Companhia e em lei, compete ao Conselho de Administração: (i) fiscalizar, supervisionar, aconselhar e apoiar a Diretoria no cumprimento do objeto social da Companhia; (ii) estabelecer a orientação geral e o direcionamento estratégico dos negócios da Companhia e de suas controladas; (iii) escolher e destituir o auditor independente da Companhia; (iv) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (v) a aprovação do orçamento anual e de alterações importantes a ele relativas; e (vi) a aprovação prévia para a aquisição, pela Companhia, de suas próprias ações.

Comitê de Auditoria Estatutário

Órgão consultivo de assessoramento, vinculado ao Conselho de Administração, constituído de acordo com os artigos 20, 21, 22, 23 e 24 do Estatuto Social da Companhia e com o disposto nos artigos 31-A a 31-F da Instrução CVM 308, conforme alterada pela Instrução CVM 509, com a finalidade de: (i) analisar a contratação e destituição de auditoria independente; (ii) revisar e supervisionar as atividades dos auditores internos e externos; (iii) monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos e informações contábeis e financeiras; (iv) avaliar e monitorar a exposição de riscos; e (v) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas.

Conselho Fiscal

As atribuições do Conselho Fiscal, sem prejuízo de outras previstas em lei e no Estatuto Social da Companhia, são: (i) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral; (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (iv) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não

5.3 - Descrição dos controles internos

tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia; (v) convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia; e (vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna da companhia é composta por 2 (dois) colaboradores que são liderados por uma equipe (sênior, gerente e sócio) de consultoria padrão “Big 4”, que reportam-se tecnicamente ao Comitê de Auditoria Estatutário. É responsável, juntamente com os gestores operacionais, por avaliar os processos de negócio e de apoio, seus riscos e controles internos, analisando a adequação do desenho dos referidos controles e sua efetividade ao longo do tempo. É responsável também pela gestão do Canal de Denúncia e por análises de eventuais casos de fraude. Os resultados dos trabalhos e planos de ação são reportados aos gestores operacionais, Diretoria, CAE, Conselho Fiscal e Conselho de Administração.

Comitê de Ética

Composto pelos gestores das áreas de recursos humanos, jurídico e auditoria interna, tendo por principal responsabilidade o esclarecimento de dúvidas e análise de situações envolvendo o cumprimento do Código de Conduta da Companhia.

(c) Forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O Diretor Presidente é o responsável pela eficiência dos controles internos da Companhia, com supervisão do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho Fiscal, os quais se baseiam em informações transmitidas pelos demais gestores, auditores internos e externos.

(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

No relatório de recomendações para o aprimoramento dos controles internos, elaborado por nossos auditores externos, em conexão com o exame das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017, não foram reportadas deficiências significativas.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

5.3 - Descrição dos controles internos

Os diretores concordam com as recomendações dos auditores independentes reportadas em conexão com o exame das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e adotarão medidas corretivas ao longo do exercício de 2018.

5.4 - Programa de Integridade

(a) Regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia busca a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública por meio da Política de Transações com Partes Relacionadas, que pode ser acessada na sede da Companhia e pelo da Companhia (ri.ourofino.com), bem como pelo sistema de controles internos.

Conforme descrito no item 5.3 deste Formulário de Referência, nosso sistema de controles internos é composto pelo Código de Conduta, pelo Canal de Denúncias, pela Auditoria Interna (co-sourcing com empresa padrão “Big 4”) e pela Auditoria Externa realizada por empresa padrão “Big 4”.

A Política de Transações com Partes Relacionadas por ser acessada na sede da Companhia, bem como nos *websites* da Companhia (ri.ourofino.com) e da CVM (www.cvm.gov.br).

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados por nós, frequência de reavaliação dos riscos e a adaptação das políticas, procedimentos e as práticas

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados por nós, frequência de reavaliação dos riscos e a adaptação das políticas, procedimentos e as práticas

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados são:

- *Auditoria interna.* Os trabalhos de campo da auditoria interna são realizados por por 2 (dois) colaboradores liderados por uma equipe (sênior, gerente e sócio) de consultoria padrão “Big 4” responsáveis, juntamente com os gestores operacionais, por avaliar os processos de negócio e de apoio, seus riscos e controles internos, analisando a adequação do desenho dos referidos controles e sua efetividade ao longo do tempo. A equipe de consultoria reporta-se ao Comitê de Auditoria Estatutário, bem como aos gestores operacionais, Diretoria, CAE, Conselho Fiscal e Conselho de Administração.
- *Partes Relacionadas.* Os mecanismos e procedimentos de integridade para transações com partes relacionadas estão devidamente dispostos na Política de Transações com Partes Relacionadas que pode ser acessada nos *websites* da Companhia (ri.ourofino.com) e da CVM (www.cvm.gov.br). Além disso, para mais informações sobre a Política de Transações com Partes Relacionadas, ver item 16.1 deste Formulário de Referência; e
- *Contratação de serviços.* A Companhia insere em seus contratos e nos seus Termos e Condições de Fornecimento a adesão dos contratados e fornecedores aos termos do Código de Conduta.

5.4 - Programa de Integridade

- A Companhia reavalia os riscos e adapta as suas políticas sempre que houver demanda das estruturas organizacionais envolvidas ou mudanças relevantes na Companhia.
- Por fim, a Companhia possui uma Política para Contratações com Órgãos da Administração Pública Nacional e/ou Estrangeira, aprovada pelo Conselho de Administração, que estabelece orientações sobre a conduta dos colaboradores da Companhia na contratação com órgãos da administração pública, nacional ou estrangeira, para fornecimento de bens e/ou serviços pela Companhia, garantindo que tais contratações sejam pautadas pelos princípios éticos, morais e de respeito às leis que norteiam as atividades da Companhia desde a sua fundação.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

O Comitê de Auditoria, vinculado ao Conselho de Administração, monitora e avalia sistematicamente o funcionamento e a eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade. Além disso, o Comitê de Auditoria é responsável por: (i) analisar a contratação e destituição de auditoria independente; (ii) revisar e supervisionar as atividades dos auditores internos e externos; (iii) avaliar e monitorar a exposição de riscos; e (iv) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas.

O Comitê de Ética, por sua vez, composto pelos gestores das áreas de recursos humanos, jurídico e auditoria interna, é responsável pelo esclarecimento de dúvidas e análise de situações envolvendo o cumprimento do Código de Conduta da Companhia. Além disso, a Companhia possui um canal de denúncias.

iii. código de ética ou de conduta formalmente aprovado

A Companhia possui um Código de Conduta formalmente aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 2 de maio de 2016, o qual visa garantir que as relações entre os Colaboradores e clientes, fornecedores, órgãos e funcionários públicos, imprensa, meio-ambiente e comunidade, dentre outros, sejam pautadas de acordo com os princípios éticos e morais que norteiam as atividades da Companhia, suas controladas e subsidiárias desde a sua fundação: honestidade e respeito às leis, adotando práticas socialmente responsáveis e que visam o bem-estar de todos e proteção ao meio ambiente.

O Código de Conduta engloba na expressão “Colaboradores” os administradores, funcionários, prepostos, procuradores, representantes comerciais, distribuidores, contratados, subcontratados e quaisquer outros fornecedores ou adquirentes de bens ou serviços da Companhia, suas controladas e subsidiárias.

5.4 - Programa de Integridade

A Companhia promove, sempre que o Código de Conduta é atualizado, o treinamento dos Colaboradores em relação ao conteúdo disposto no Código de Conduta, bem como insere em seus contratos e nos seus Termos e Condições de Fornecimento a adesão dos contratados e fornecedores aos termos do Código de Conduta.

O Código de Conduta prevê, em seu artigo 15, que qualquer violação às normas ou orientações nele estabelecidas resultará em medidas disciplinares apropriadas de acordo com a gravidade da conduta. Entre as medidas disciplinares cabíveis estão a advertência, suspensão temporária, e o desligamento do Colaborador, inclusive por justa causa. Além disso, o Código de Conduta prevê expressamente, em seu artigo 3, a penalização por meio de multas e outras penalidade no caso de descumprimento pela Companhia e seus Colaboradores das normas de proteção à concorrência.

O Código de Conduta está disponível na página de relação com investidores, no seguinte endereço: ri.ourofino.com.

(b) canal de denúncia

O nosso canal de denúncias, conhecido como Linha Aberta, é interno e está sob responsabilidade do departamento de auditoria interna, o qual é responsável também pelas apurações das denúncias. Ele está disponível para recebimento de denúncias de terceiros e colaboradores, 24 horas por dia, 7 dias por semana, a partir do número 0800-9415517. As denúncias são recebidas por meio de um canal 0800, onde as gravações são registradas em um servidor independente, ao qual somente a equipe de auditoria interna possui acesso. Todos os áudios das gravações recebidas são transcritos pela equipe de auditoria interna, garantindo assim a confidencialidade das informações fornecidas pelo denunciante e seu anonimato.

(c) adoção procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Além daqueles já descritos neste item 5.4 do Formulário de Referência, a Companhia realiza procedimentos quando da realização de fusões, aquisições e reestruturações societárias, visando à identificação de vulnerabilidade e de risco de práticas irregulares.

Neste sentido e com o propósito de detectar eventuais fraudes ou quaisquer atos ilícitos pelas empresas envolvidas, a Companhia dispõe de assessores externos e equipe interna especializada responsável pela realização de quaisquer destes processos, bem como segue determinadas práticas de diligência, dentre as quais cabe citar:

- a contratação de auditores contábeis, trabalhistas e tributários renomados (umaentre as quatro mais relevantes do setor –Big Four);
- a contratação de escritórios de advocacia conceituados;
- a contratação de assessor operacional com ampla expertise no setor de saúde animal;
e

5.4 - Programa de Integridade

a submissão prévia de todos os processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias ao Conselho de Administração. **(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.5 - Alterações significativas

Desde nossa constituição, em 10 de abril de 2014, até 31 de dezembro de 2017, não houve alterações significativas nos principais riscos aos quais estamos expostos ou na política de gerenciamento de riscos.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Principais riscos macroeconômicos a que estamos expostos

Eventos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, especialmente nos Estados Unidos e em países de economia emergente, podem afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações de nossa emissão.

O valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras é influenciado, em diferentes medidas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive os Estados Unidos, países da América Latina e países de economia emergente. Embora a conjuntura econômica nesses países possa ser significativamente diferente da conjuntura econômica no Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, em especial, aqueles negociados em bolsa de valores. Crises nos Estados Unidos ou nos países de economia emergente podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários dos emissores brasileiros, inclusive os de nossa emissão. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Isso poderia prejudicar o preço de mercado das ações de nossa emissão, além de dificultar ou impedir totalmente nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de operações no futuro em termos aceitáveis, ou sob quaisquer condições.

A economia brasileira também é afetada por condições econômicas e de mercado internacionais de modo geral, especialmente dos Estados Unidos, haja vista a sensibilidade das ações na B3 às flutuações das taxas de juros daquele país. A perspectiva de crescimento da economia dos Estados Unidos permanece baixa, assim como a taxa de crescimento global. Ainda, reduções na oferta de crédito e a deterioração das condições econômicas em outros países, podem prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações de nossa emissão. Adicionalmente, o risco de *default* de países em crise financeira pode reduzir a confiança dos investidores internacionais e trazer volatilidade para os mercados.

Oscilações das taxas de juros poderão provocar efeito prejudicial nos nossos negócios e, por consequência, nos preços de mercado das ações de nossa emissão.

O Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil estabelece as taxas básicas de juros para o sistema bancário brasileiro em geral. O risco de taxas de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e CDI e aplicações financeiras em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. Qualquer aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos nossos empréstimos, reduzir a demanda por nossos produtos ou ter um impacto significativo sobre nossas despesas financeiras e resultados operacionais, podendo refletir-se nos preços de mercado das ações de nossa emissão.

A inflação e certas medidas tomadas pelo governo federal do Brasil para combatê-la, incluindo aumentos nas taxas de juros, poderão contribuir para a incerteza econômica

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

no Brasil, e podem gerar um efeito adverso relevante sobre a condição financeira, resultados operacionais e o preço de mercado das ações de nossa emissão.

No passado, o Brasil registrou taxas de inflação extremamente altas. A inflação e certos atos do governo para combatê-la causaram, no passado, efeitos significativamente negativos sobre a economia brasileira, inclusive uma das mais altas taxas de juros reais do mundo. Desde a introdução do Plano Real, em julho de 1994, no entanto, a inflação brasileira tem sido substancialmente menor do que nos períodos anteriores. No ano de 1993, por exemplo, a inflação atingiu taxas de 2.477,2%, enquanto nos anos mais recentes de 2015, 2016 e 2017, atingiu taxas de 6,10, 6,29% e 2,95%, respectivamente, medidas pelo IPCA, segundo dados do IBGE. No ano de 2015, a taxa básica de juros da economia (“SELIC”) variou de 11,75% a 14,25% ao ano, em 2016 de 14,25% a 13,75% ao ano e em 2017 de 13,75% a 7,00% ao ano. Medidas adotadas para combatê-las, bem como a especulação sobre as medidas futuras que possam vir a ser adotadas pelo governo federal, têm gerado ao longo dos últimos anos um clima de incerteza econômica no Brasil e aumentado a volatilidade do mercado de capitais brasileiro. Apesar de, atualmente, as expectativas de inflação estarem dentro da meta do governo, o Brasil poderá vivenciar altos índices de inflação no futuro. Assim, o risco de inflação decorre da parcela de nossa dívida referenciada a tais índices, o que pode afetar negativamente nossas despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nos índices de inflação. Adicionalmente, as pressões inflacionárias podem levar a intervenções governamentais sobre a economia, incluindo a introdução de políticas que podem afetar adversamente o desempenho geral da economia brasileira, o que, por sua vez, poderia afetar adversamente as operações e o valor de mercado das ações de nossa emissão.

Podemos não ser capazes de reajustar os preços que cobramos de nossos clientes para compensar os efeitos da inflação sobre nossa estrutura de custos. Além disso, as medidas do governo brasileiro para combater a inflação que resultem no aumento nas taxas de juros poderão ter um efeito negativo sobre nossos resultados, pois parte do nosso endividamento está indexado ao CDI. As pressões inflacionárias também poderão dificultar a nossa capacidade de acessar os mercados financeiros estrangeiros ou gerar políticas governamentais de combate à inflação que podem nos prejudicar ou afetar negativamente nossos negócios.

A volatilidade do real em relação ao dólar, euro e outras moedas pode ter um efeito adverso sobre nossas operações e sobre o preço de mercado das ações de nossa emissão.

Historicamente, a moeda brasileira sofreu frequentes desvalorizações. O governo federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio paralelo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o real e o dólar e outras moedas. Segundo dados do Banco Central, no fechamento dos anos de 2015, 2016 e 2017, a taxa de câmbio entre o real e o dólar eram de R\$3,90, R\$ 3,26 e R\$ 3,31, respectivamente. O real poderá se valorizar ou desvalorizar substancialmente frente ao dólar norte-americano no futuro, e esta instabilidade cambial poderá ter um efeito prejudicial relevante sobre nossos resultados.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

A desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias no Brasil e provocar aumentos das taxas de juros, o que pode afetar negativamente o crescimento da economia brasileira como um todo e resultar em efeito adverso relevante sobre nós.

Condições econômicas e políticas no Brasil e a percepção dessas condições no mercado internacional têm um impacto direto sobre nossos negócios e sobre nosso acesso ao capital internacional e aos mercados de dívida, e pode afetar negativamente os resultados de nossas operações e nossa condição financeira.

A situação financeira e resultados operacionais podem ser afetados pelas condições econômicas no país. O PIB brasileiro, em termos reais, apresentou queda de 3,77% em 2015, queda de 3,46% em 2016 e crescimento de 0,99% em 2017, conforme IPEADData. Futuras reduções nas taxas de crescimento do Brasil podem afetar o consumo dos nossos produtos e, consequentemente, poderiam afetar negativamente nossa estratégia de negócio, nossos resultados operacionais, ou nossa condição financeira.

O governo brasileiro intervém frequentemente na economia brasileira e ocasionalmente faz alterações significativas nas políticas e regulamentações. A política econômica brasileira pode ter efeitos importantes sobre as empresas brasileiras, e sobre as condições e preços de mercado dos títulos do governo brasileiro, detidos por nós. Nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira poderão ser adversamente afetados de forma relevante por mudanças nas políticas governamentais, bem como os fatores econômicos globais, incluindo:

- liquidez nos mercados de capital, empréstimos e crédito;
- política monetária;
- taxas de inflação;
- instabilidade social ou econômica;
- escassez de energia;
- políticas fiscais e regulatórias ;
- desvalorizações e outros movimentos da taxa de câmbio; e
- outras eventualidades, diplomáticas, políticas econômicas e sociais dentro de ou afetando o Brasil.

Historicamente, o cenário político do país tem influenciado o desempenho da economia brasileira e as crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, que resultou na desaceleração econômica e maior volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras. Futuras alterações nas políticas do governo brasileiro e/ou a incerteza de saber se e quando tais políticas e regulamentos podem ser aplicados, as quais estão além de nosso controle, poderiam contribuir para a alta volatilidade no mercado de capitais brasileiro e ter um efeito material adverso sobre nossos resultados. Esta incerteza e outros eventos futuros que afetam a economia brasileira e as políticas adotadas pelo governo brasileiro poderão

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

causar um impacto adverso nos nossos negócios, resultados das operações e preço de nossas ações.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	10/04/2014
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por ações
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	17/10/2014

6.3 - Breve histórico

O grupo econômico no qual a Companhia hoje se insere foi constituído em 1987 por seus sócios fundadores Norival Bonamichi e Jardel Massari, inicialmente com negócios voltados exclusivamente para a fabricação de medicamentos e outros produtos veterinários para animais de produção (bovinos, equinos, aves e suínos).

No período de 1987 a 1999, o crescimento das operações ocorreu de forma orgânica e, substancialmente, na linha de animais de produção. Em 2000, a Ourofino deu o primeiro passo rumo à diversificação atuando também no mercado de produtos para animais de companhia (cães e gatos).

De 2001 a 2004, acreditando na inovação e no desenvolvimento tecnológico como diferenciais estratégicos, a Ourofino investiu na construção, em Cravinhos, Estado de São Paulo, de um novo e moderno parque industrial e tecnológico, uma vez que as antigas instalações já não comportavam o seu crescimento.

O ano de 2007 marcou o início dos investimentos para a entrada no segmento de biológicos, com a construção de uma moderna planta industrial (fábrica e laboratório biosseguro) para a produção de vacinas contra febre aftosa. As obras foram concluídas em outubro de 2008 e a certificação pela Comissão de Biossegurança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA foi concedida em dezembro do mesmo ano. Essa certificação tornou a Ourofino apta para receber as sementes de vírus e iniciar o desenvolvimento da vacina. A licença para comercialização foi concedida pelo MAPA em outubro de 2010, após dois anos de desenvolvimento.

Ainda em 2007, a Ourofino iniciou a construção da planta industrial de produtos terapêuticos hormonais, com o objetivo de desenvolver um portfólio para protocolo completo de Inseminação Artificial por Tempo Fixo (IATF). A construção da fábrica foi concluída no início de 2008 e a comercialização da produção própria iniciada no segundo semestre daquele ano.

No ano de 2014, após o cumprimento de diversas exigências legais, o Grupo concluiu o processo de oferta pública de distribuição primária e secundária de suas ações ordinárias. A oferta foi realizada em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400.

Em 2015, intensificamos nossas ações no mercado externo: (i) fortalecemos nossa presença no México com a ampliação da equipe comercial e aumento da base de clientes e (ii) concluímos em setembro o processo de aquisição do nosso distribuidor local na Colômbia, com objetivo de ampliar a presença da Companhia nesse país.

Os anos de 2016 e 2017 foram marcados por grandes mudanças estruturais que objetivaram a retomada dos níveis históricos de rentabilidade da Companhia e os resultados já começaram a ser observados.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia fundado em valor relevante.

6.6 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações que a Companhia considere relevante para este item 6.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

VISÃO GERAL

Somos a maior empresa de saúde animal de origem nacional segundo dados do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal – SINDAN (“**SINDAN**”) e uma das líderes do ranking, em um mercado com predominância de grandes farmacêuticas multinacionais.

Em 2017, o mercado de produtos veterinários no Brasil apresentou uma taxa de evolução de 8,63% retomando sua taxa média de evolução anual, haja visto a baixa evolução de 2017 frente a 2016 de 0,7%. Ao final deste exercício, em 31 de dezembro de 2017, melhoramos nossa participação de 8,78% para 8,88%, de acordo com dados do SINDAN/PPE_Ouro Fino, com um portfólio completo de produtos para saúde animal, composto por 103 produtos veterinários, bem como marcas altamente reconhecidas no mercado nacional.

Atuamos na (i) fabricação e comercialização, no mercado nacional, de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para uso em animais de produção, que incluem, substancialmente, bovinos, equinos, aves e suínos (“**Animais de Produção**”); (ii) fabricação e comercialização, no mercado nacional, de medicamentos e outros produtos veterinários para uso em animais de companhia, que incluem cães e gatos (“**Animais de Companhia**”); e (iii) exportação de produtos do segmento de Animais de Produção e Animais de Companhia (“**Operações Internacionais**”).

Iniciamos nossas operações em 1987, e, ao longo desses 30 anos de trajetória, consolidamos nossa posição de liderança no mercado brasileiro de saúde animal principalmente em razão da qualidade e diferenciação dos nossos produtos e do atendimento especializado aos nossos clientes, decorrente de nosso amplo conhecimento das necessidades do mercado. Nosso sucesso decorre, dentre outros fatores, dos seguintes diferenciais competitivos:

- portfólio de produtos especificamente desenvolvidos para os mercados em que atuamos e em constante evolução tecnológica, resultado da qualidade de nossa equipe de Pesquisa e Desenvolvimento (“**P&D**”) e de sua capacidade multidisciplinar de desenvolvimento de produtos. Tal equipe é formada principalmente por farmacêuticos, veterinários, químicos, biólogos e biotecnólogos;
- grande proximidade com nossos clientes, o que nos proporciona melhor conhecimento das suas necessidades;
- plantas industriais novas, as quais acreditamos estar entre as mais modernas do setor na América Latina e que são operadas por equipe técnica altamente especializada, o que garante o alto padrão de qualidade dos nossos produtos;
- alta capilaridade e extensa força de vendas no Brasil, com uma equipe comercial própria e de representantes comerciais do segmento de animais de produção que atende, diretamente, aproximadamente 4.788 pontos de venda, incluindo revendas agropecuárias, cooperativas, agroindústrias, distribuidores e grandes consumidores finais;
- alta capilaridade e extensa força de vendas no Brasil, com 42 distribuidores, e

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

- marca altamente reconhecida no mercado, resultado da alta qualidade de nossos produtos, de nossa estratégia de *marketing* diferenciada, da nossa sólida base de clientes, construída ao longo desses 30 anos de história, e de nosso relacionamento próximo e de longa data com os compradores de nossos produtos.

Nossa receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$505,3 milhões, representando um aumento de 10,7% em relação à receita líquida do exercício social anterior, que foi de R\$456,6 milhões.

A tabela a seguir apresenta, para os períodos indicados, uma seleção de informações financeiras da Companhia.

(em R\$ milhões, exceto se de outra maneira indicado)	Exercícios sociais findos em 31 de dezembro				
	2017 (Consolidado)	2017 x 2016	2016 (Consolidado)	2016 x 2015	2015 (consolidado)
Receita líquida	505,3	10,7%	456,6	-14,5%	534,0
<i>Animais de produção</i>	397,7	10,6%	359,7	-17,4%	435,7
<i>Animais de companhia</i>	61,0	11,9%	54,5	-12,7%	62,4
<i>Operações Internacionais</i>	46,6	9,9%	42,4	18,1%	35,9
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	103,7	133,6%	44,4	-62,7%	119,1
Margem EBITDA Ajustado ⁽²⁾	20,5	10,8 p.p.	9,7%	-12,6 p.p.	22,3%

⁽¹⁾ Calculamos o EBITDA como o lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, das despesas financeiras líquidas, da depreciação e amortização, e o EBTIDA Ajustado excluindo adicionalmente despesas para melhor refletir o lucro líquido das operações, ajustado por eventos extraordinários. Para 2017, os ajustes são referentes a despesas não recorrentes da consultoria estratégica Falconi, liquidação de auto de infração de exercícios anteriores e gastos com reestruturação. Para 2016, os ajustes são referentes a despesas não recorrentes de PCLD de exportação para Venezuela, rescisão de diretores estatutários e gastos com reestruturação. Em razão desse cálculo, o EBITDA Ajustado funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social, flutuações das taxas de juros, dos níveis de depreciação e amortização e também pelas nossas operações descontinuadas e outros itens julgados não recorrentes. Consequentemente, acreditamos que o EBTIDA Ajustado funciona como uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA Ajustado oferece uma melhor comparabilidade e permite um melhor entendimento não apenas do nosso desempenho financeiro, mas também de nossa capacidade de pagamento dos juros e principal da nossa dívida e para contrair mais dívidas para financiar os nossos dispêndios de capital e o nosso capital de giro. Para uma reconciliação do EBITDA Ajustado com o nosso lucro líquido, vide item 3.2 – Medições não contábeis – deste Formulário de Referência..

⁽²⁾ A Margem EBITDA Ajustado é calculada pelo EBITDA Ajustado do exercício, dividido pela receita líquida do respectivo exercício.

Oportunidades de Mercado

Crescimento do agronegócio brasileiro.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

As projeções de aumento produção de carne são importantes direcionadores de que o Brasil se manterá como principal produtor mundial de carne. Segundo a FAOSTATS 2017, em 2024 o Brasil terá 9% de toda a produção mundial de carnes com 30,919 mm toneladas, o que representa um crescimento de 17,75% frente a 2014.

Produção (ton)	2014	2024	%
Bovina	9.793.947	10.897.838	11,27%
Frango	12.914.433	15.701.954	21,58%
Suína	3.549.687	4.319.760	21,69%
Total	26.258.067	30.919.551	17,75%

Fonte: FAOSTAT, 2017 / OECD/FAO (2015), "OECD-FAO Agricultural Outlook"

Nesse contexto, o Brasil, seguirá, com a necessidade de aumento da produtividade da indústria de proteína animal por meio de investimentos em tecnologia e prevenção e tratamento de enfermidades animais, a fim de acelerar o ganho de peso do rebanho e diminuir o tempo para abate.

Adicionalmente, a pecuária deve estar atenta à característica altamente tecnológica da agricultura que propicia aumento de área cultivada a custa de espaço anteriormente dedicado à criação extensiva de animais, em função de melhor rendimento aos proprietários de terras.

Crescimento do mercado veterinário brasileiro.

Segundo o SINDAN, o mercado veterinário brasileiro movimentou cerca de R\$5,3 bilhões em 2017, apresentando crescimento de 8,16% em relação a 2016. Acreditamos que o crescimento do mercado brasileiro de saúde animal será impulsionado, principalmente, pelos seguintes fatores:

- aumento da produção de proteína animal para atender o crescimento do consumo dos mercados interno e externo;
- aumento do nível de tecnologia aplicada no campo em busca de maior produtividade, com consequente aumento na utilização de produtos para saúde animal;
- maior utilização de biotecnologia (produtos biológicos e biofármacos inovadores) com foco na prevenção de doenças; e
- expectativa de crescimento do segmento de Animais de Companhia.

Com relação ao segmento de Animais de Companhia, o Brasil é o país com a segunda maior população de cães e gatos do mundo, estimada em 74 milhões de animais domiciliados, de acordo com dados do IBGE – PNS – 2013). Consideramos uma população de 52 milhões de cães e 22 milhões de gatos domiciliados. A crescente preocupação da sociedade brasileira com a saúde dos Animais de Companhia, que são considerados como "membros da família", proporciona uma oportunidade de investimento para a indústria veterinária, conforme Informe Setorial divulgado pelo IBGE em 2013.

Dinâmica da indústria farmacêutica veterinária.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

A estrutura da oferta na indústria farmacêutica veterinária é caracterizada por empresas que lideraram o processo de inovação de produtos e por empresas seguidoras. Acreditamos ocupar posição de destaque, como a principal empresa nacional, no grupo das empresas que lideram o processo de inovação, que é composto majoritariamente por empresas multinacionais.

Importante ressaltar também que, devido às diferenças entre os padrões de raças e peculiaridades sanitárias, climáticas e nutricionais de cada país, há uma necessidade de desenvolvimento de produtos que atendam a essas especificidades, e que se diferenciem daqueles desenvolvidos nos países de origem das empresas farmacêuticas multinacionais. Uma maior capacidade de atendimento a especificidades locais constitui diferencial competitivo importante para a maior aceitação dos produtos nesses mercados. Acreditamos que a *expertise* de nossa equipe comercial, aliada ao relacionamento de longo prazo com nossos clientes, constituem um diferencial competitivo para entender e antecipar as necessidades do mercado em que atuamos.

NOSSOS PONTOS FORTES

Acreditamos que nossos principais pontos fortes são os seguintes:

Posição de liderança no atrativo mercado de saúde animal no Brasil.

De acordo com dados do SINDAN, ocupamos a quarta posição no mercado nacional de saúde animal, que possui predominância de grandes companhias farmacêuticas globais. Devido ao nosso posicionamento de liderança, acreditamos possuir vantagens competitivas em relação aos nossos concorrentes para acompanhar o acelerado crescimento da demanda nacional por produtos de saúde animal, tanto no segmento de Animais de Produção, quanto no de Animais de Companhia. Acreditamos que possuímos estruturas adequadas que nos permitirão aumentar nossa produção e atender ao crescimento da demanda por produtos de saúde animal. Acreditamos que nossos centros de P&D têm tecnologia adequada para nos permitir antecipar as necessidades de nossos clientes e desenvolver produtos que tenham boa aceitação no mercado.

Marca altamente reconhecida.

Acreditamos ser reconhecidos no mercado pela qualidade de nossos produtos, pela nossa característica inovadora e pelo atendimento próximo e diferenciado a nossos clientes. Ao longo de nossos 30 anos de atuação, adquirimos prestígio e reconhecimento no mercado de sanidade animal, traduzidos, inclusive, em diversos prêmios que nos foram atribuídos, tais como:

- o Prêmio FINEP de Inovação Tecnológica na categoria Grande Empresa em 2005 e o reconhecimento como uma das 40 empresas mais inovadoras do Brasil em 2006, segundo a FINEP;
- o primeiro lugar entre as empresas mais admiradas do segmento veterinário em 2010, de acordo com a revista Carta Capital;

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

- a “Melhor Indústria Farmacêutica para Trabalhar no Brasil”, segundo o Guia Você S/A de 2013; e
- a melhor empresa entre as indústrias do setor veterinário das Américas Latina e do Sul pela consultoria internacional Animal Pharm (Awards 2015 - Best Company – Latin & South America). O resultado por votação considerou aspectos como inovação, desenvolvimento e estratégias internacionais em negócios para sanidade animal.

Nossa marca possui grande aceitação, que é demonstrada através de nossa alta capacidade de inserir novos produtos no mercado. Nos últimos cinco anos, lançamos 36 produtos no mercado interno.

Equipe comercial altamente qualificada e sólida base de clientes.

No segmento de Animais de Produção, nossos produtos são vendidos por uma equipe comercial com cerca de 188 profissionais especializados, composta em sua grande maioria por médicos-veterinários espalhados por todos os estados brasileiros. Essa equipe atende, diretamente, mais de 4.788 clientes ativos, que incluem revendas, cooperativas, agroindústrias e produtores rurais presentes em todo o território nacional. Possuímos um relacionamento de longo prazo e de confiança com nossos clientes, dentre os quais os três maiores representam cerca de 10,9% de nossa receita, não havendo, portanto, concentração que gere dependência com relação a clientes específicos.

No que diz respeito ao segmento de Animais de Companhia, mantemos uma relação de longo prazo com 42 distribuidores, estrategicamente localizados em todo o território brasileiro, responsáveis por distribuir nossos produtos para aproximadamente 25 mil pontos de venda. O Brasil é dividido em 3 gerências, e em 12 coordenações regionais.

Com relação às nossas exportações, possuímos clientes em 15 países, sendo México e Colômbia, com estruturas locais próprias, os mais importantes para nossa estratégia de crescimento.

Parque industrial com avançado padrão tecnológico e nova planta de biotecnologia.

Buscamos, à época da construção de nossa fábrica de produtos farmacêuticos veterinários, o atendimento aos mais atuais preceitos das *Good Manufacturing Practices – GMP* e das mais rigorosas normas regulatórias mundiais, tais como as emitidas pela *Food and Drugs Administration (FDA)*, dos Estados Unidos da América, e pela *European Medicines Agency Home – EMEA*, da União Europeia.

Ainda dentro de nosso parque industrial, concluímos em 2010 a construção de uma fábrica de biológicos certificada pelo MAPA para a produção da vacina contra a febre aftosa, equipada com um laboratório biosseguro classificado no mais alto nível de biossegurança, o NBS4 ou NB4, e com capacidade de produção de 60 milhões de doses por ano.

Em junho de 2014, concluímos, também em nossa planta de Cravinhos, um novo centro de pesquisa em biotecnologia para desenvolvimento de vacinas e moléculas funcionais biológicas para Animais de Produção (principalmente, bovinos e suínos) e Animais de Companhia, com

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

vistas não somente ao desenvolvimento de novas tecnologias, mas também à viabilização da produção dessas vacinas e moléculas funcionais em escala industrial. Em complemento a este centro de pesquisa em biotecnologia, concluímos no final de 2016 e início de 2017 a construção de uma planta de produção segura de produtos biotecnológicos que foi projetada para atender, além da legislação brasileira, cenceitos de qualidade harmonizados entre as principais agências mundiais. O projeto foi idealizado para ser flexível quanto à diversidade de produtos que possam ser obtidos pela fábrica, bem como facilidade de incremento de capacidade fabril.

Excelência em P&D de produtos.

Adotamos uma estrutura de P&D focada na busca e captação de oportunidades alinhadas às nossas estratégias de negócio, e que tem demonstrado ser capaz de desenvolver produtos inovadores e de alto valor agregado.

Nos últimos três anos, investimos aproximadamente 6% de nossa receita líquida em P&D, totalizando cerca de R\$98 milhões. Em nossa experiência com P&D, temos observado que o ciclo médio da fase de desenvolvimento de novos produtos é de 36 meses, contados a partir do encerramento da fase de pesquisa até a aprovação final no MAPA e início da comercialização do produto. Nos últimos cinco anos, lançamos no mercado 36 novos produtos.

Possuímos parcerias com diversos e prestigiados pesquisadores, universidades e centros de pesquisa nacionais e internacionais.

Fundadores com histórico de sucesso comprovado, administração com ampla experiência e alto nível de governança corporativa.

Nossos fundadores, os Srs. Norival Bonamichi e Jardel Massari, demonstraram, ao longo desses 30 anos de história, empreendedorismo, capacidade e *know how* para expandir nossos negócios e explorar novos nichos do mercado de saúde animal, o que resultou em forte e consolidado crescimento orgânico da Companhia.

Além disso, contamos com uma equipe de administração profissional composta por executivos qualificados e experientes no mercado de saúde animal, que acreditamos nos proporcionar uma maior capacidade de explorar oportunidades em nosso setor e agilidade para adequar nossos planos de negócios às demandas de mercado. Acreditamos que a aliança entre o empreendedorismo de nossos fundadores e a capacidade e experiência de nossos administradores possibilita uma grande geração de valor para a Companhia, impulsionando cada vez mais seu faturamento e reconhecimento no mercado em que atuamos.

Há vários anos, temos adotado sólidas práticas de governança corporativa. Desde 2005, somos auditados por empresa de auditoria externa das chamadas “*big four*”, além de continuarmos conduzindo auditorias internas. Em 2007, a BNDESPar tornou-se acionista da Companhia, e, contribuí com nossas estratégias de negócios e práticas de governança corporativa. Em 2010, passamos a seguir as normas internacionais de contabilidade (IFRS) publicadas e revisadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Adicionalmente, em nossa antiga estrutura societária, mesmo como empresa fechada, já adotávamos

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

determinadas práticas de companhias de capital aberto, como, por exemplo, a elaboração desde 2013 de informações trimestrais (ITR). Em 2012, implantamos na Companhia o Conselho de Administração, que possui, atualmente, seis membros, dos quais quatro são independentes e, em 2013, implantamos o Conselho Fiscal, que atualmente possui três membros. Em janeiro de 2014, implantamos um novo sistema de gestão integrado (ERP) para a Companhia, o SAP, visando uma melhor tecnologia da informação e maior controle nos processos internos, cujo projeto de implantação recebeu o prêmio “*Impact Awards 2014*” durante a 17ª Conferência Anual da ASUG Brasil (Associação de Usuários SAP). Também ao final de 2014, implantamos o Comitê de Auditoria Estatutário composto por 3 membros, sendo coordenado por um conselheiro independente do Conselho de Administração.

NOSSA ESTRATÉGIA

Temos como objetivo o crescimento contínuo de nossos negócios com o desenvolvimento e expansão das nossas atividades, aprimorando continuamente nossos produtos e desenvolvendo nossa atuação no segmento de biológicos, a fim de proporcionar lucratividade e geração de valor para nossos acionistas. Para tal fim, seguimos uma estratégia baseada nos seguintes pontos:

Segmento de Animais de Produção.

Temos como objetivo ampliar nossa participação de mercado no segmento de Animais de Produção por meio do aumento de nosso atual portfólio de produtos e expansão de penetração na base de clientes. Em 2018, o portfólio da companhia conta com 77 produtos para Animais de Produção. Em 31 de dezembro de 2017, possuíamos uma participação no mercado de 9,35%, de acordo com dados do SINDAN/PPE_Ourofino. Acreditamos que o segmento de Animais de Produção no Brasil ainda está muito distante dos países mais desenvolvidos, tanto em termos do tamanho do rebanho quanto em termos da tecnologia empregada na criação dos animais, de modo que cremos que a demanda interna por nossos produtos tende a aumentar significativamente na medida em que os produtores pecuários se tornem mais tecnificados. Também acreditamos que o Brasil, devido a questões de competitividade na cadeia de produção de proteínas, tem condições de aumentar sua participação no mercado internacional, e que, para isso, investirá ainda mais em sanidade animal, o que sem dúvida trará grandes oportunidades para a Companhia.

Como forma de expandirmos nossos negócios no segmento de Animais de Produção, planejamos ainda expandir nosso portfólio de produtos farmacêuticos e biológicos (vacinas), nesse último caso especialmente para bovinos e suínos, aumentar nossa presença de mercado em áreas e regiões parcialmente exploradas e fortalecer nossa participação no segmentos de aditivos para melhor eficiência em bovinos.

Destacamos o nosso centro de P&D em biotecnologia, que irá permitir o desenvolvimento de novos produtos de alto valor agregado, bem como a avaliação de oportunidades de aquisições seletivas de tecnologias promissoras nesse segmento.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Segmento de Animais de Companhia.

Pretendemos continuar expandindo nossa participação de mercado no segmento de Animais de Companhia que, em 31 de dezembro de 2017, foi de 6,82%, de acordo com dados do SINDAN/PPE_Ourofino. Aproveitando tendências como a humanização dos animais de estimação, e o aumento dos cuidados com os pets, que são considerados cada vez mais como “membros da família”.

Em 2018, o portfólio da companhia conta com 26 produtos para Animais de Companhia. Pretendemos continuar com nossa P&D de novos produtos e com o aprimoramento dos produtos-chave de nosso atual portfólio, além de entrar no importante mercado de biológicos (vacinas) para consolidação de nossa marca no segmento. Ressaltamos que o aumento do nosso portfólio permitirá ampliarmos a nossa participação no mercado.

Segmento de Operações Internacionais.

Pretendemos iniciar a expansão de nossa presença internacional por meio de uma estratégia “go-to-market” local, nos mercados-chave de saúde animal da América Latina, principalmente México e Colômbia, conforme abaixo:

México. O México possui um dos maiores mercados de saúde animal da América Latina com um rebanho bovino de aproximadamente 34 milhões de cabeças em 2016, de acordo com dados da *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO).

Diferentemente do mercado brasileiro de saúde animal, a venda direta para grandes produtores pecuários e para distribuidores, no mercado de saúde animal mexicano, é significativa. Diante disso, seguimos com a estratégia estabelecida em anos anteriores de fortalecimento da equipe própria para maior aproximação com esses canais de distribuição. Além disso, parte importante de nossa estratégia de crescimento para o país reside no desenvolvimento de novos produtos e seu licenciamento para comercialização junto aos órgãos regulatórios locais, com os quais possuímos contato desde 1997, quando obtivemos nosso primeiro registro de produto no país.

Continuamos com o processo de incremento e desenvolvimento das equipes comerciais, de assistência técnica e *marketing* próprias, intensificando dessa forma um controle direto das nossas operações comerciais no país e uma maior aproximação com o consumidor final que vem aumentando nossa influência no processo de sua decisão de compra.

Colômbia. A Colômbia possui outro dos maiores mercados de saúde animal da América Latina, com um rebanho bovino de aproximadamente 23 milhões de cabeças em 2016, de acordo com dados da *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO).

No mercado colombiano de saúde animal, os grandes participantes do mercado global possuem subsidiárias instaladas para atender o mercado local, o que demonstra a atratividade desse mercado. Além disso, parte importante de nossa estratégia de crescimento para o país, assim como no mercado mexicano, vem sendo realizada por meio do desenvolvimento de novos produtos e seu licenciamento para comercialização junto aos órgãos regulatórios locais, com os quais possuímos contato desde 1998, quando obtivemos nosso primeiro registro de

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

produto no país. Com o objetivo de aumentar nossa participação de mercado na Colômbia, adquirimos em 2015 nosso distribuidor local, possibilitando a instalação de uma controlada no país e o controle das políticas de comércio, *marketing* e assistência técnica locais, provendo maior agilidade em nossos processos decisórios de captura de oportunidades. Estamos seguindo, assim, com a estratégia de aumentar nossas margens e participação de mercado, desde que passamos a eliminar intermediários e passamos a nos aproximar mais dos consumidores finais.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

Não aplicável.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(a) produtos e serviços comercializados

Os produtos por nós comercializados são segmentados em três categorias: (i) animais de produção; (ii) animais de companhia; e (iii) operações internacionais.

Animais de Produção

Este segmento representa a fabricação e comercialização no mercado nacional de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção, que consistem em:

- ruminantes (bovinos, ovinos e caprinos);
- aves;
- suínos; e
- equino

Ademais, este segmento compreende também a prestação de serviços de industrialização para outras empresas do setor. Atendemos, para este segmento, cerca de 4.788 pontos de venda de varejo e atacado no Brasil, contando com um portfólio de 77 produtos veterinários para o ano de 2018, que compreendem, dentre outros, vacinas, antiparasitídeos, antibióticos, terapêuticos e nutricionais.

Animais de Companhia

Este segmento representa a fabricação e comercialização no mercado nacional de medicamentos e outros produtos veterinários para cães e gatos.

Atendemos, para este segmento, 42 distribuidores no país, que chegam a atingir mais de 25 mil pontos de vendas, contando com um portfólio de 26 produtos veterinários no ano de 2017, que compreendem, dentre outros, otológicos, dermatológicos, nutricionais, antibióticos, anti-inflamatórios, antiparasitídeos e desinfetantes.

Operações Internacionais

Esse segmento representa a fabricação e comercialização de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para Animais de Produção e Animais de Companhia para o mercado externo. Atualmente, exportamos nossos produtos para 15 países, sendo os mais importantes para nossa estratégia de crescimento, o México e a Colômbia.

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de					
	2017	% do total	2016	% do total	2015	% do total
Animais de Produção	397.728	78,7%	359.733	78,8%	435.717	81,6%
Animais de Companhia	60.936	12,1%	54.501	11,9%	62.378	11,7%
Operações Internacionais	46.617	9,2%	42.353	9,3%	35.950	6,7%
Receita líquida	505.281	100,0%	456.587	100,0%	534.045	100,0%

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Tendo em vista que as despesas gerais e administrativas, o resultado financeiro e o imposto de renda e contribuição social são geridos de forma única, não temos por prática a segregação destas para nossos diferentes segmentos. Assim, não é possível auferir a participação de cada segmento no nosso lucro líquido. No entanto, apresentamos abaixo o lucro operacional de cada segmento antes das despesas gerais e administrativas, bem como o lucro líquido total de nossas atividades.

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 (combinado-consolidado)						
	Animais de Produção	% do total	Animais de Companhia	% do total	Operações Internacionais	% do total	Total
Lucro bruto	200.065	75,1%	42.651	16,0%	23.853	8,9%	266.569
Despesas com vendas	(112.986)	72,6%	(25.541)	16,4%	(17.107)	11,0%	(155.634)
Despesas gerais e administrativas (não segmentadas)	-	-	-	-	-	-	(39.872)
Outras receitas, líquidas (não segmentadas)	-	-	-	-	-	-	(4.712)
Lucro operacional	-	-	-	-	-	-	66.351
Resultado financeiro (não segmentado)	-	-	-	-	-	-	(16.793)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	-	-	-	-	49.558
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	(11.657)
Lucro líquido das operações continuadas	-	-	-	-	-	-	37.901
(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 (consolidado)						
	Animais de Produção	% do total	Animais de Companhia	% do total	Operações Internacionais	% do total	Total
Lucro bruto	162.964	72,1%	38.277	16,9%	24.842	11,0%	226.083
Despesas com vendas	(129.493)	75,4%	(22.963)	13,2%	(19.470)	11,3%	(171.656)
Despesas gerais e	-	-	-	-	-	-	(43.058)

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

administrativas (não segmentadas)							
Outras receitas, líquidas (não segmentadas)	-	-	-	-	-	-	(2.519)
Lucro operacional	-	-	-	-	-	-	8.850
Resultado financeiro (não segmentado)	-	-	-	-	-	-	(22.200)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	-	-	-	-	(13.350)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	7.999
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(5.351)

	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 (consolidado)						
(em R\$ milhares, exceto %)	Animais de Produção	% do total	Animais de Companhia	% do total	Operações Internacionais	% do total	Total
Lucro bruto	226.507	76,2%	47.114	15,8%	23.740	8,0%	297.361
Despesas com vendas	(130.390)	80,7%	(19.634)	12,1%	(11.594)	7,2%	(161.618)
Despesas gerais e administrativas (não segmentadas)	-	-	-	-	-	-	(39.882)
Outras receitas, líquidas (não segmentadas)	-	-	-	-	-	-	2.041
Lucro operacional	-	-	-	-	-	-	97.902
Resultado financeiro (não segmentado)	-	-	-	-	-	-	(10.635)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	-	-	-	-	87.267
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	(18.060)
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	69.207

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) características do processo de produção

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Nossa cadeia produtiva está intimamente relacionada com o nosso setor de P&D. Os projetos de pesquisa e desenvolvimento de produtos passam por uma triagem com o objetivo de aprimorar ou lançar no mercado um produto capaz de atender a real necessidade de nossos clientes, além de manter nosso portfólio de produtos atualizado com a demanda natural do mercado por produtos inovadores. Contamos com uma equipe de aproximadamente 110 especialistas em pesquisa e desenvolvimento para a saúde animal, os quais interagem diretamente com nossos clientes, o que nos permite entender com maior rapidez as necessidades de nossos clientes, transformando uma ideia em um produto final por meio de nosso setor de P&D.

A estrutura organizacional do setor de P&D compreende uma diretoria de P&D, responsável pela atuação no planejamento estratégico, análise estratégica do portfólio de produtos e projetos, aprovação de ideias e projetos internos e externos e interface com departamentos de marketing, técnico veterinário e de pesquisa e desenvolvimento.

A diretoria de P&D compreende a gerência de projetos, responsável pelo núcleo de propriedade intelectual e pelo registro de marcas e patentes no Brasil e no exterior; além da responsabilidade de mapeamento de processos, captação interna de ideias e tecnologias, bem como pela definição e acompanhamento de projetos de P&D, também possui responsabilidade no desenvolvimento de embalagens e na qualificação de fornecedores de insumos para produção; a gerência de assuntos regulatórios veterinário, responsável pela submissão do pacote regulatório para registro de novos produtos aos órgãos regulatórios competentes no Brasil e no exterior, bem como pela vigilância regulatória e manutenção das licenças vigentes, tanto para produtos, quanto para estabelecimentos; a área de estudos clínicos e pré-clínicos, responsável pelas provas de conceito (pré-clínicos) para auxiliar na escolha da melhor formulação e pelo desenvolvimento e atendimento regulatório para registro de novos produtos; e, por fim, a gerência de pesquisa e desenvolvimento, responsável pela tecnologia farmacêutica, desenvolvimento analítico, estudos de estabilidade, biotecnologia e desenvolvimento de produtos veterinários. Atualmente, a diretoria de P&D trabalha em conjunto com a área de Marketing Estratégico na prospecção tecnológica, responsável pela captação externa de ideias e tecnologias.

Com o intuito de tornar nosso setor de P&D mais eficiente, firmamos parcerias com diversos pesquisadores, universidades e centros de pesquisa nacionais e internacionais. Adicionalmente, conduzimos estudos clínicos e pré-clínicos em bovinos, suínos e ovinos, além de realizar análises laboratoriais de suporte, em uma fazenda experimental localizada na cidade de Guataporã, no Estado de São Paulo.

Nosso processo de pesquisa e desenvolvimento pode ser dividido em 4 fases:

- (1) Abordagem inicial:** essa fase consiste (a) na identificação de demanda do mercado por meio de contato direto com os clientes; (b) em inovações realizadas pelo nosso time de

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

P&D; e (c) desenvolvimento de nosso portfolio de produtos por meio de avaliações e pesquisas frequentes.

- (2) **Discussão de viabilidade:** essa fase consiste na discussão da análise de viabilidade das inovações potenciais identificadas na primeira fase. Este processo compreende uma análise técnica e comercial do projeto pelos nossas áreas técnicas, comercial e marketing e financeira.
- (3) **Análise Técnica:** essa fase consiste na produção do protótipo do produto em nossa linha piloto. Nessa fase o produto tem seu conceito e eficiência aprovados ou rejeitados por nossa equipe técnica.
- (4) **Pré-comercialização:** essa fase consiste em avaliação do mercado e dos canais de distribuição, incluindo (a) a identificação de demanda do mercado por meio de contato direto com os clientes; e (c) desenvolvimento de nosso portfolio de produtos por meio de avaliações e pesquisas frequentes.

Uma vez concluído esse processo, caso aprovado, o produto passa a integrar nosso portfólio e é comercializado.

Com relação ao nosso processo de produção, este é conduzido em nosso parque industrial, localizado na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, que conta com uma infraestrutura moderna, construída em uma área de mais de 178.500 m², separada em diferentes blocos onde estão nossas plantas de biológicos e de farmacêuticos, que incluem os produtos terapêuticos hormonais e defensivos animais.

Biológicos

Nosso processo de produção de biológicos atualmente consiste na produção de vacinas contra febre aftosa. Sua produção tem início com o escalonamento de cultivo de células BHK₂₁, provenientes do banco de células, até obter volume de 5.000 litros. Este volume é atingido acrescentando-se meio de cultivo para células, que é uma mistura de vários componentes, como proteínas, vitaminas e fatores de crescimento. Estes, por sua vez, são dissolvidos em água para injetáveis (WFI), suplementando com soro bovino e esterilizado por filtração.

Posteriormente, as células são transferidas para a área de máxima biossegurança (nível 4 NBS), onde são infectadas com vírus da febre aftosa para a produção do cultivo de vírus. O cultivo viral é clarificado por centrifugação para retirada do debris celular e, posteriormente, inativado com adição de etilenimina binária – BEI para impossibilitar sua capacidade de replicação e transferidos para área de quarentena.

Depois de conferir a inativação do vírus, por parte do laboratório de controle de processo, estes são transferidos para a área de formulação, onde são concentrados e purificados. Posteriormente, eles são misturados com o adjuvante oleoso para obtenção da vacina granel, que é envasada em três apresentações 10 doses (50 ml), 50 doses (250 ml), e 50 doses (100ml) para comercialização no mercado externo.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Todo esse processo de produção das vacinas contra febre aftosa passa por um rígido controle de qualidade, desde a produção de células e vírus até a vacina envasada, para então serem enviadas para testes oficiais no MAPA.

Farmacêuticos

Buscamos nortear o processo de fabricação de nossos produtos farmacêuticos por práticas denominadas BPF (Boas Práticas de Fabricação) estabelecidas pelo MAPA que têm como objetivo assegurar que nossos produtos tenham a mais alta qualidade e eficiência do mercado. A totalidade dos insumos produtivos passa pelo nosso controle de qualidade e, do mesmo modo, todos os produtos acabados são testados pelo controle de qualidade antes do envio ao mercado.

Injetáveis. Os insumos são misturados em reatores de aço inox 316L para a obtenção da substância formulada. Posteriormente, esta substância é enviada via tubulação para salas de envase com área limpa classificada. Temos linha de alta capacidade produtiva que dispõe de túnel de lavadora automática, túnel de esterilização, envase e recave automáticos. Ainda, temos outras duas linhas de envase para processo de produtos de grandes volumes e frascaria de plástico.

Líquidos orais. Os insumos são misturados em reatores de aço inox para a obtenção da substância formulada. Posteriormente, esta substância é enviada via tubulação para salas de envase. Dispomos de duas linhas de envase segregadas.

Crems e pomadas. Os insumos são misturados em reatores de aço inox 316L para a obtenção da substância formulada. Temos duas salas de envase segregadas: uma com processo estéril para a produção de antimastíticos e uma segunda para a produção de pomadas. Na primeira sala a substância formulada é enviada via tubulação para o envase em máquina automática e na segunda o produto é transportado em tanques móveis (Bins) para a sala de envase. Há produção de seringas, bisnagas plásticas e metalizadas.

Sólidos. O setor de sólidos é dividido em comprimidos e pós. No setor de comprimidos a substância de formulação é produzida em misturadores em "V" de aço inox 316L e transferidos para a sala de compressão. Caso seja requerido o revestimento das drágeas executamos este processo em área adjacente. Após a drágea pronta é executado o processo de embalagem final. No setor de pós, os insumos são misturados em equipamentos em "V" e Ribbons Blenders. Após a mistura, a substância pode ser envasada em sacos, potes ou sachês.

Hormônios. Os insumos são misturados em reatores de aço inox 316L para a obtenção da substância formulada. Posteriormente, esta substância é enviada via tubulação para salas de envase com área classificada quanto à esterilidade.

Defensivos Animais. Os insumos são misturados em reatores de aço inox para a obtenção da substância formulada. Posteriormente, esta substância é enviada via tubulação para salas de envase. Há duas salas de envase distintas para cada classe de produto: pequenos volumes e grandes volumes.

O processo produtivo de nossos medicamentos é do tipo batelada, ou seja, trabalhamos com lotes de produção sequenciais. Estes processos produtivos são, por força da legislação

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

aplicável, únicos e padronizados e têm sua origem no momento de desenvolvimento dos produtos. Sendo assim, após a definição da fórmula e dos processos produtivos correspondentes a determinado produto, qualquer alteração posterior deverá ser previamente aprovada pelo MAPA

Buscamos realizar durante todo o ano em nossas plantas manutenções preditivas e preventivas. Paradas momentâneas de equipamentos para reparos ocorrem ocasionalmente e são executados em sua maioria por colaboradores qualificados da própria empresa. Todo o nosso parque fabril possui coberturas de seguros para os principais riscos relacionados ao nosso negócio.

Nossas instalações produtivas são bastante flexíveis, o que nos permite produzir uma grande quantidade de formas farmacêuticas e apresentações. Atualmente, operamos em média com 70% de nossa capacidade instalada, a qual pode ser ampliada basicamente com investimentos em máquinas e equipamentos.

Relacionamento Comercial via Centro Técnico de Capacitação

Oferecemos curso de inseminação artificial em uma fazenda arrendada em Guataporã (SP). Promovemos a capacitação de profissionais de todo o Brasil possibilitando o acesso ao conhecimento técnico, relativo ao campo de reprodução bovina. Investimos na capacitação deste pessoal arcando com todas as despesas como estadia, alimentação e materiais utilizados no curso. Contamos com o apoio de seis universidades e centros de pesquisa que contribuem na aplicação prática dos conceitos trabalhados em sala de aula. No último dia do treinamento oferecemos aos participantes uma visita à nossa sede, para que conheçam o processo de fabricação dos produtos que utilizaram.

Nº de Capacitação na IATF (inseminação artificial por tempo fixo)	
2012	89
2013	522
2014	498
2015	645
2016	513
2017	469

(b) característica do processo de distribuição

As vendas de nossos produtos são altamente pulverizadas, abrangendo todo o território nacional e alguns países estrangeiros. Nossa equipe comercial realiza visitas mensais aos nossos clientes e vende diretamente para os canais de atendimento, que incluem revendas agropecuárias, cooperativas, agroindústrias, distribuidores e produtores pecuários. Assim, nossa estrutura logística precisa ser capaz de atender diferentes volumes e tipos de pedidos em todo o território nacional e internacional. Para tanto, adotamos uma operação logística

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

descentralizada, por meio de cinco centros de distribuição locados de terceiros, localizados em Vinhedo, Cachoeirinha, Aparecida de Goiânia, Betim, Osasco (PET) e Cuiabá. Esses centros de distribuição são abastecidos de acordo com a previsão de demanda.

Dessa forma, após a fabricação, todos os produtos liberados pelo controle de qualidade são enviados para os centros de distribuição referidos acima, e uma parte fica armazenada na fábrica cumprindo o prazo de análise e liberação, funcionando como uma reserva de abastecimento complementar, o que permite mais rapidez no abastecimento dos centros de distribuição em caso de rupturas de estoques.

Além disso, estabelecemos os centros de distribuição de acordo com a nossa estratégia de negócio, buscando novas oportunidades e ganhos de eficiência logística por meio de aproximação dos mercados mais relevantes para nossos produtos. Com estoques mais próximos aos mercados, conseguimos reduzir os prazos de entrega, diminuir os custos dos pedidos, aumentar o nível de serviço e a satisfação de nossos clientes.

Nossa malha logística nos permite atender a praticamente todos os municípios do Brasil, com alto nível de serviço. Operamos atualmente com operador logístico, que seleciona as melhores transportadoras com base no custo de pedido e, principalmente, no nível de serviço para cada região, garantindo a efetividade de nossa estratégia de vendas pulverizadas.

Para produtos destinados ao mercado externo, contratamos empresas de exportação especializadas. Atualmente, contamos com três fornecedores de serviços (transportadoras) para a realização de exportações, que são efetuadas em três diferentes modais: marítimo, aéreo e rodoviário, dependendo do destino e necessidade do importador.

A contratação dos fretes internacionais se dá por meio de agentes de cargas, enquanto a emissão do RE (registro de exportação), do SD (solicitação de despacho) e a liberação da carga propriamente dita são realizadas por despachante aduaneiro contratado pela empresa.

(c) características dos mercados de atuação

Visão Geral

A indústria de saúde animal, que compreende a fabricação e comercialização de produtos médicos veterinários destinados a animais de produção e animais de companhia (*pets*), é um setor econômico global em crescimento.

O setor global de saúde animal possui como característica a volatilidade no desenvolvimento, elaboração e fabricação de novos produtos ou aprimoramento dos produtos já existentes, adequando-se às necessidades dos clientes em diferentes regiões e países pelo mundo. O Brasil, sendo um país de proporções continentais, também apresenta tais variações:

- diferenças econômicas, tais como padrões de vida em regiões mais ou menos desenvolvidas;
- diferenças culturais, tais como preferências alimentares para diferentes animais em cada região;
- diferenças epidemiológicas, como a prevalência de certas cepas bacterianas e virais;

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

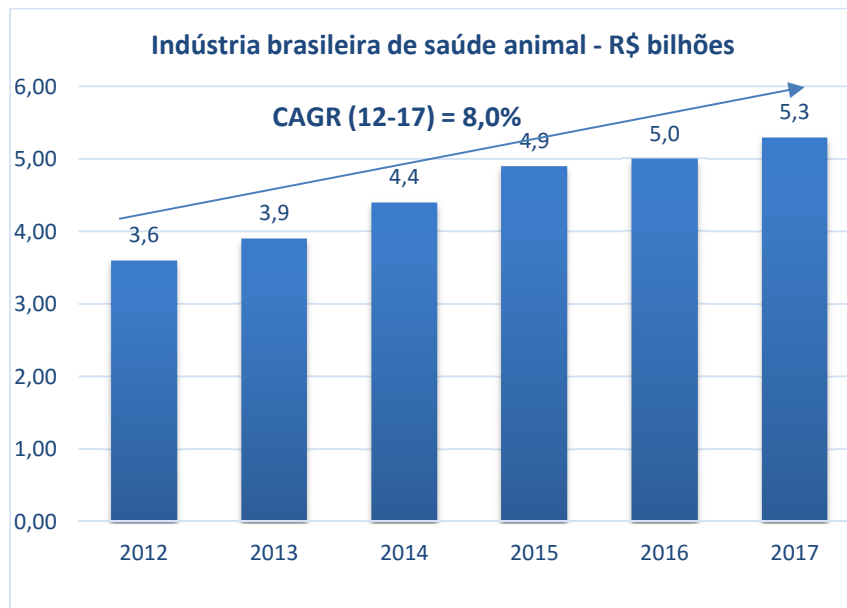
- diferenças de tratamento, como a utilização de diferentes tipos de medicamentos e vacinas, em particular os produtos de alta tecnologia;
- diferenças ambientais, tais como a sazonalidade, o clima e a disponibilidade de terra arável e de água doce; e
- diferenças regulamentares, como as normas para a aprovação de produto e manufatura, no caso de produção orientada à exportação.

Tem-se observado, nos últimos anos, um crescente aumento na demanda por proteína animal e laticínios na alimentação da população mundial, ocasionado principalmente pelo aumento populacional no mundo, pelo aumento de poder aquisitivo de uma parte significativa de população mundial e de estudos que orientam o consumo de maior quantidade de proteína animal na dieta alimentar. Aliado a este fator, acreditamos que o crescimento econômico mundial ao longo dos últimos anos também tem levado ao aumento do rendimento disponível dos cidadãos mundiais, acarretando no aumento de animais domésticos, ou *pets*, à escala global.

Para conseguir responder a este aumento na demanda por proteína animal e laticínios à escala global, a utilização de medicamentos e produtos veterinários, bem como de vacinas animais, é fundamental para apoiar o crescimento esperado dos rebanhos e aumentar a eficiência do processo de criação a abate de animais, mantendo os animais livres de doenças. No mesmo sentido, o aumento no número de animais domésticos tem levado a uma crescente demanda por tratamentos médicos para *pets*, ocasionando o desenvolvimento da medicina veterinária e o surgimento constante de novas vacinas e medicamentos.

O mercado brasileiro de saúde animal é um dos mais importantes no cenário mundial, tendo atingido a terceira posição no mercado de saúde animal, em termos de vendas, no final de 2013. Em termos nominais, desde 2012 o mercado brasileiro registrou uma taxa composta de crescimento anual de 8,0%, chegando em 2017 a um valor de R\$5,3 bilhões:

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Fonte: SINDAN (site)

Animais de produção

O segmento de animais de produção subdivide-se em ruminantes (gado de corte, gado de leite, ovinos e caprinos), equinos, aves e suínos. Os níveis de produção e qualidade deste segmento de mercado são críticos para responder ao aumento da demanda à escala global, fruto do aumento da população mundial e dos padrões de vida da mesma, particularmente nos mercados emergentes.

O atendimento às demandas do segmento de animais de produção para consumo depende altamente do sucesso do mercado de saúde animal e consequentemente do desenvolvimento e aprimoramento dos medicamentos e vacinas veterinárias, com o intuito de impedir a proliferação de doenças, tanto nos animais como nos consumidores finais. Nos últimos anos o nível das exigências em relação a barreiras fitossanitárias pelos países importadores de proteína animal e laticínios, tem aumentado consideravelmente, levando os produtores a terem um maior cuidado com a saúde dos seus rebanhos.

No Brasil o segmento de animais de produção representa aproximadamente 82% do mercado nacional de saúde animal, com receitas de aproximadamente R\$4,3 bilhões em 2017.

Segundo o SINDAN, entre 2012 e 2017 este mercado tem crescido no Brasil, em termos nominais, a uma taxa anual de aproximadamente 6,9%, com alguns fatores que justificam este crescimento, dentre os quais destacam-se:

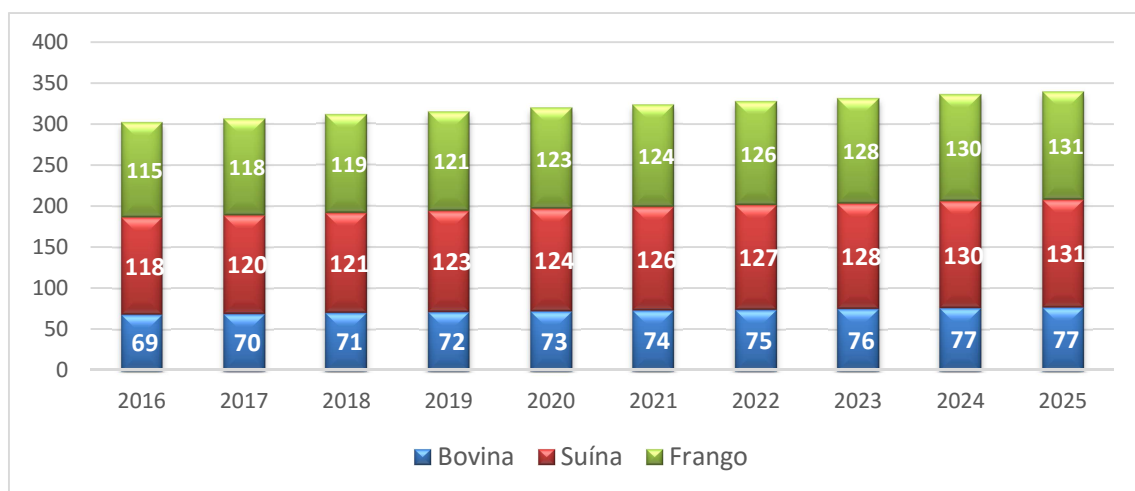
- aumento do consumo de proteína animal e laticínios;
- necessidade no aumento da produtividade; e
- crescente escassez de área mundial disponível para a produção animal.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O consumo de proteína animal e laticínios tem apresentado tendência de crescimento, ocasionada pelo aumento da população mundial, particularmente nos países emergentes, e do aumento da economia em escala global. Espera-se que a população mundial atinja 9 bilhões de pessoas em 2050 contra uma população atual de sete bilhões.

De acordo com dados da FAO, estima-se que o consumo global de carne cresça a uma taxa anual de 1,29% de 2016 a 2025.

Evolução do consumo mundial de carnes (em milhões de toneladas)



Fonte: OECD-FAO Agricultural Outlook 2016-2025 - © OECD 2016

O mercado brasileiro de consumo de carne é um dos mais importantes do mundo, ocupando a quarta posição em termos de produção, com um *market share* de aproximadamente 10%, atrás apenas da China, União Europeia e Estados Unidos da América, sendo o maior em termos de exportação, com um *market share* de aproximadamente 23,6%. Adicionalmente, o crescimento no consumo e consequente aumento na produção mundial de leite nos últimos anos, também registrou números significativos. A produção de leite no Brasil cresceu 21,2% entre os anos de 2000 e 2010, contra 16,2% nos Estados Unidos da América no mesmo período.

Observa-se, portanto, que o crescimento do mercado de animais de produção no Brasil sofrerá impacto tanto pelo aumento de consumo no Brasil, como pelo aumento do consumo global de carne, leite e derivados.

As vendas no mercado de saúde animal também são impactadas de forma relevante pela evidente tendência de aumento de produtividade e crescimento do mercado de animais de produção no Brasil e no mundo. Os produtores e criadores de animais de produção estão cada vez mais conscientes da importância dos produtos de saúde animal para a melhoria dos seus resultados operacionais, como se pode constatar pelo aumento dos seus indicadores de produtividade tanto no mercado de leite como no mercado de carne nos últimos anos.

Animais de Companhia

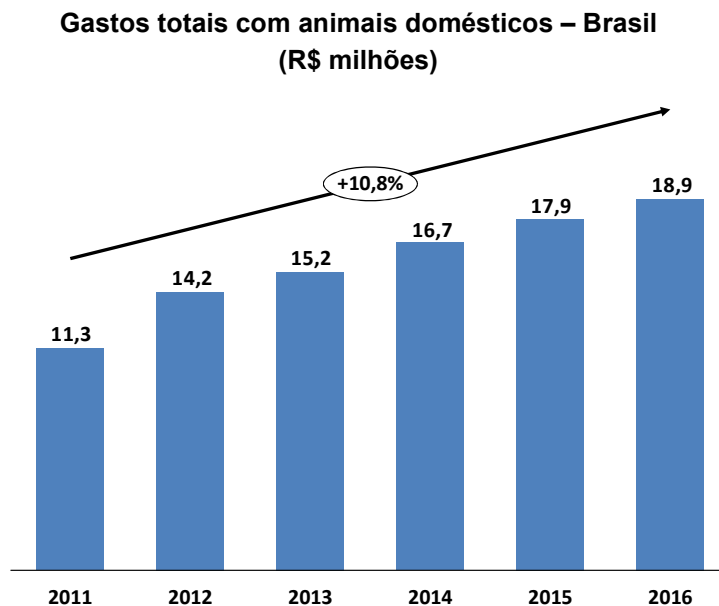
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O segmento de animais de companhia, ou *pets*, subdivide-se em cães e gatos. Um termo mais amplo, definido como animais domésticos, que inclui também outros pequenos animais, como peixes, aves, pequenos mamíferos e répteis, é utilizado por agências internacionais como o Euromonitor e a Vetnosis.

Acreditamos que o forte crescimento econômico mundial ao longo dos últimos anos, em particular nos países emergentes, levou ao aumento do rendimento disponível dos cidadãos mundiais, acarretando no aumento de animais domésticos, ou *pets*, à escala global. Outro fator a ser considerado é a proximidade da relação de convivência das pessoas com esses animais dentro de suas residências.

Esses pontos levam ao aumento da demanda de cuidados com os *pets*, ocasionando o desenvolvimento da medicina veterinária e da indústria do segmento com o surgimento constante de novas soluções para os animais de companhia incluindo vacinas e medicamentos capazes de aumentar a expectativa e a qualidade de vida desses animais.

No Brasil, com o aumento da renda disponível e melhoria do padrão de vida, o gasto com *pets* apresenta tendência crescente, tanto em termos absolutos, com o aumento da número de animais de companhia, quanto unitariamente, considerando os gastos incorridos pelos donos de animais domésticos.



Fonte: ABINPET

O Brasil apresenta um alto índice de penetração de cães, com um percentual de aproximadamente 46,0% de famílias possuindo esse tipo de animal de companhia, de acordo com dados do IBGE.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Não obstante o setor de saúde animal representar aproximadamente 7,8% do segmento de animais domésticos no Brasil (que abrange, ainda, os setores de alimentação para animais domésticos e demais produtos), observa-se um crescimento brasileiro superior ao do mercado mundial.

O aumento do gasto *per capita* com animais de companhia está diretamente relacionado ao comportamento da sociedade o que é potencializado com a variação de classe social e a renda disponível da população, com uma variação de cerca de 30% de gasto *per capita* para cada classe social, entre as classes C, B e A. No Brasil, desde o ano de 2003 até 2013, verificou-se uma migração de 14 milhões de pessoas para a classe A, provenientes da classe B, e a migração de 48 milhões de pessoas para a classe B, provenientes da classe C. Cerca de 62 milhões de pessoas aumentaram significativamente os seus níveis de consumo durante este período, inclusive relacionado ao segmento de *pets*.

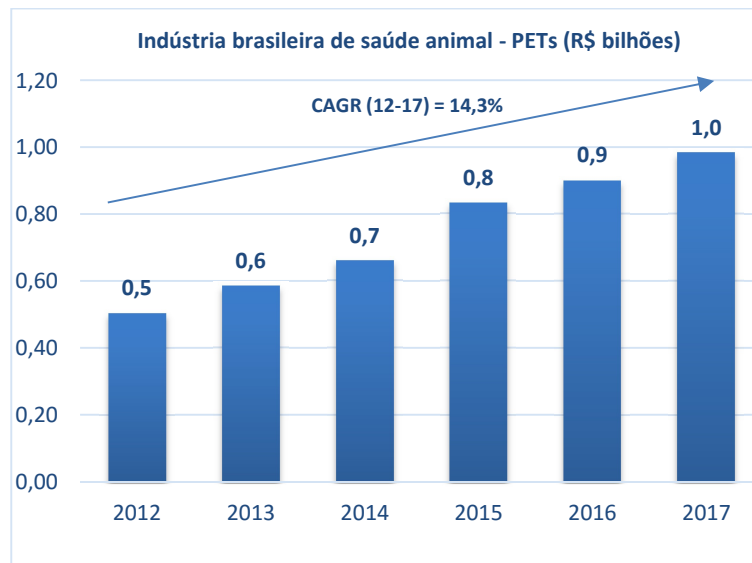
Em 2017, o segmento de animais de companhia, no Brasil, representou aproximadamente 18,5% do mercado total de saúde animal, com receitas de aproximadamente R\$1 bilhão.

Desde 2012 até 2017, o mercado de saúde animal para o segmento de *pets* tem crescido no Brasil, em termos nominais, a uma taxa anual composta de 14,3%, com fortes fatores para justificar este crescimento, dentre os quais destacam-se:

- mudança de comportamento na formação de novos perfis de famílias.
- aumento da renda disponível dos consumidores donos de animais de companhia;
- aumento da expectativa de vida das pessoas;
- valorização da relação entre pessoas e seus *pets* colocando-os como membros da família e consequentemente parte do orçamento;
- verticalização dos grandes centros urbanos o que exige maior cuidados com os animais domésticos; e
- lançamento de novas tecnologias de tratamento.

Indústria brasileira de saúde animal – Pets
(em R\$ bilhões)

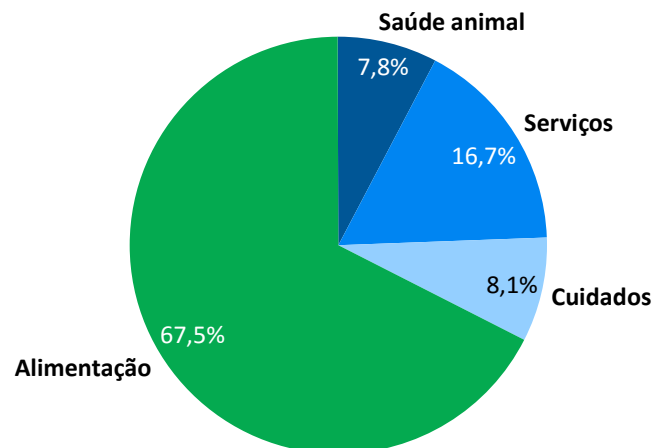
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Fonte: SINDAN

Fatores como a conscientização sobre a necessidade de cuidados com os animais de companhia através de campanhas informativas para a população, gerando maior preocupação dos donos destes animais em manterem sua saúde, aliado a uma tendência crescente da população em estabelecer residências em espaços mais restritos e localizados em zonas urbanas, estimula o crescimento do segmento de animais domésticos.

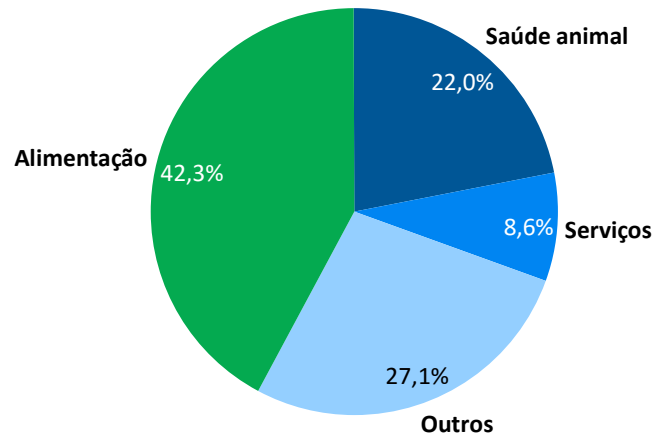
Segmentação do mercado de animais domésticos em 2016 – Brasil



Fonte: ABINPET

Segmentação do mercado de animais domésticos em 2016 - EUA

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Fonte: APP – American Pet Products

Fortes Barreiras à Entrada no Mercado de Saúde Animal

O mercado de saúde animal oferece fortes barreiras para a entrada de novos participantes. Tais barreiras defendem nossa posição como o principal *player* nacional e um dos principais no contexto global. Uma potencial entrada no mercado de saúde animal no Brasil irá sempre exigir do novo participante, um processo de autorização e legal extenso e oneroso, com um significativo investimento de recursos.

Entre as barreiras mais relevantes podemos destacar:

Registro dos produtos

A entrada de novos *players* está limitada aos tempos de pesquisa e desenvolvimento dos novos produtos e aos prazos para obtenção das diversas autorizações legais e regulatórias. Em média, após concluídos toda a fase interna de pesquisa e desenvolvimento, o registro de produtos junto aos órgãos competentes são concedidos, no prazo aproximado de dois anos

A fabricação de um novo produto no mercado brasileiro de saúde animal requer a construção de uma fábrica totalmente operacional. A construção de uma planta industrial pode levar até dois anos para ser satisfatoriamente concluída.

Marcas

O estabelecimento de marcas fortes, com um *track record* de sucesso, aliado à fidelidade e uma boa relação com clientes, é essencial para a penetração no mercado de saúde animal.

Rede de distribuição/vendas

A presença de uma rede de distribuição que abrange todo o território nacional, bem como de uma equipe de forças de venda capacitada e de uma rede sólida de clientes, mostram-se essenciais para a entrada no mercado de saúde animal.

Produtos

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O desenvolvimento de novos produtos ou aprimoramento dos já existentes, obtidos a partir do conhecimento de realidade local e da percepção das necessidades dos clientes, que pode apenas ser atingida com a atuação ao longo de muitos anos no mercado, são necessários para a consolidação no setor de saúde animal.

Os novos *players* devem possuir um vasto portfólio de produtos, com uma completa rede de fórmulas e dosagens, e com diferentes métodos de aplicação adaptáveis a diferentes produtores.

Contexto regulatório

O Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004, conforme alterado pelo Decreto nº 8.448, de 6 de maio de 2015, o Decreto 8.840 de 24 de agosto de 2016, e o Decreto 6.296 de 12 de dezembro de 2007, regulam e estabelecem orientações para a inspeção de produtos veterinários e produtos para alimentação animal e de instalações produtivas. Neste contexto, todas as unidades produtivas e plantas industriais do setor de saúde animal devem respeitar as “Boas Regras de Produção” definidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

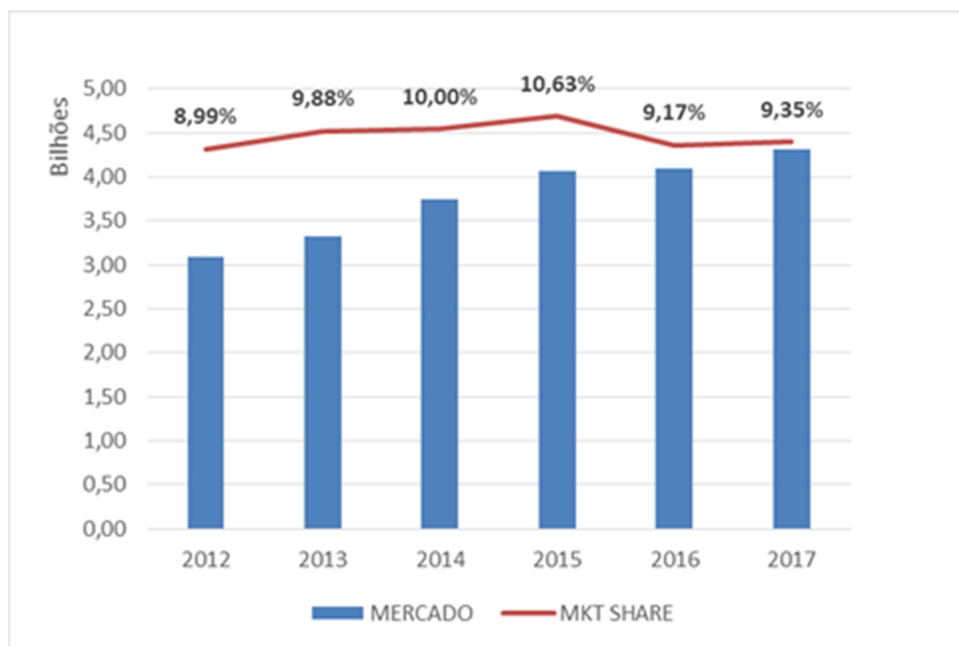
(i) participação em cada um dos mercados

Animais de produção

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Nossa média de crescimento anual no segmento animais de produção, no período compreendido entre os anos de 2012 e 2017, foi de 7,9% contra 7,0% do mercado total. Como consequência, nosso market share no segmento de animais de produção passou de 9,0% para 9,4% de 2012 para 2017 (SINDAN/PEE_Ourofino). Nota-se uma queda de market share entre 2015 e 2016 em virtude de decisão estratégica de retomada de rentabilidade com impacto na receita líquida do segmento.

Evolução Mercado – Animais de Produção (Em R\$ bi) x Participação Ourofino (%)



Fonte Share: SINDAN/PPE_Ourofino

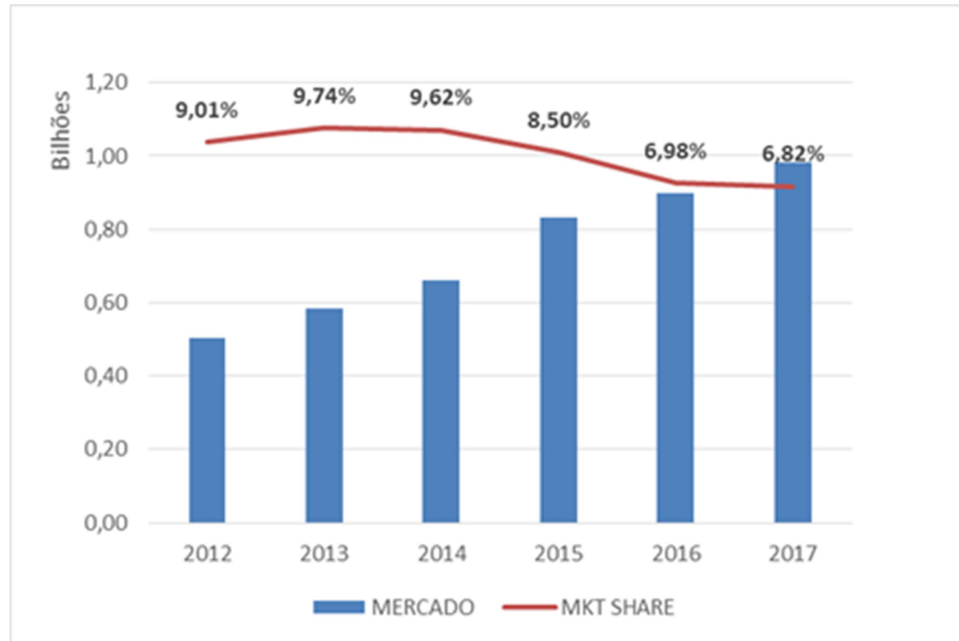
Fonte Mercado: SINDAN

Animais de Companhia

Nossa média de crescimento anual no segmento de animais de companhia, no período compreendido entre os anos de 2012 e 2017, foi de 9,0% contra 15,3% referente ao crescimento do mercado total. Como consequência, nosso market share no segmento de animais de companhia passou 9,0% para 6,8% de 2012 para 2017 (SINDAN/PEE_Ourofino). Esta queda ocorreu, substancialmente, em virtude da criação de um novo segmento de mercado (ectoparasiticida comprimido) para a qual a Ourofino ainda não possui produto.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Evolução Mercado – Animais de Companhia (Em R\$ bi) x Participação Ourofino (%)



Fonte Share: SINDAN/PPE_Ourofino

Fonte Mercado: SINDAN

(ii) condições de competição nos mercados

Nossos principais concorrentes possuem uma forte presença tanto nos segmentos de Animais de Produção como no segmento de Animais de Companhia. De acordo com os resultados do SINDAN, ocupávamos, no final de 2017 a quarta posição no mercado veterinário brasileiro, com um *market share* de aproximadamente 8,9% no Brasil.

Somos a principal participante brasileira no mercado global de saúde animal, possuindo como principal competidor nacional, a Vallée, recém adquirida pela MSD. Nossos principais competidores internacionais, por sua vez, são a Zoetis, a MSD Saúde Animal, a Elanco e a Boehringer Ingelheim (que adquiriu a Merial). Outro player que passa a figurar de forma mais expressiva é a CEVA (de origem francesa) que também adquiriu a nacional Hertape.

(d) eventual sazonalidade

A sazonalidade em nosso setor decorre principalmente de fatores como: clima tropical, sistema extensivo de produção e manejo, além de características regionais.

Os produtos que comercializamos são destinados, em sua maioria, ao controle de agentes (parasitas e/ou microrganismos) que acometem os animais nas diferentes fases do seu ciclo de vida. Estes agentes têm o seu desenvolvimento e proliferação ligados a condições climáticas, tais como temperatura e umidade. Assim, as vendas de nossos produtos podem sofrer variações ao longo do ano de acordo com as condições predominantes em cada estação e em cada região do país.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O ciclo de vida dos agentes causadores de doenças se desenvolve com maior ou menor intensidade em decorrência de fatores e condições climáticas, como por exemplo:

- Ectoparasitas externos (moscas, carrapatos, berne, sarna, piolho e pulga): necessitam de calor e umidade para o seu desenvolvimento, portanto se desenvolverão com maior intensidade nas estações da primavera e verão quando estas condições estarão presentes com maior intensidade criando um ambiente propício para sua multiplicação. Em consequência deste fato, as nossas vendas de produtos para controle destes agentes se intensificarão nestas épocas em decorrência da maior procura dos pecuaristas pelos medicamentos.
- Agentes causadores de doenças respiratórias: estão presentes no meio ambiente ao longo de todo o ano, todavia encontram os meios para multiplicação nos animais durante o inverno quando os mesmos apresentam seu sistema respiratório debilitado em virtude da baixa umidade e temperatura, sendo assim a venda de antibióticos para controle destas doenças aumenta nesta época do ano;
- Agentes causadores de doenças gastrintestinais: estão presentes no meio ambiente ao longo de todo o ano, mas encontram condições ideais para acometimento dos animais durante o verão e primavera quando os mesmos apresentam este sistema mais debilitado em virtude das altas temperaturas e ingestão de alimentos com alto teor de umidade, consequentemente a venda de produtos para controle destas doenças é potencializada nestas épocas do ano;
- Produtos para reprodução: para que os animais se reproduzam é necessário que tenhamos alimento em abundância e esta situação, em sistemas extensivos de criação, predomina durante a primavera, o verão e parte do outono, portanto os produtos voltados para reprodução serão utilizados com maior intensidade nestas estações.

A sazonalidade também pode ser encontrada devido aos programas oficiais de prevenção e controle de doenças do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Destaca-se a febre aftosa, cujo controle se dá através do uso obrigatório de vacina em todo rebanho bovino (exceto estados livres da vacinação como é o caso de SC), sob pena do produtor ter a comercialização de sua produção interrompida em caso de não cumprimento. Para aumentar o controle o governo determina datas específicas ao longo do ano (campanhas) para a vacinação, que no caso da febre aftosa tem o seu calendário estipulado, majoritariamente, em dois períodos ao longo do ano: 1º semestre (abril e maio) e 2º semestre (outubro e novembro). Tal fato influencia de forma direta a comercialização deste produto.

O manejo do rebanho bovino para utilização dos produtos é outro ponto importante que influencia de forma significativa a venda de produtos veterinários. Vivemos em um país de grandes dimensões onde predomina uma produção de caráter extensivo, consequentemente os produtores, de forma geral, escolhem momentos específicos do ano, como a campanha de vacinação contra febre aftosa, para também fazer uso dos demais produtos de uso habitual nos animais (vacinas não obrigatórias, endectocidas, vermífugos, entre outros). Tal fato concentra a venda destes demais produtos nestas épocas do ano.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Possuímos também em nosso portfólio, produtos que não sofrem impacto dos fatores acima mas apresentam uma sazonalidade relacionada aos diferentes programas sanitários adotados pelos produtores de determinadas regiões, sendo que este fenômeno é mais comum nas criações com sistemas mais intensivos como nos casos da avicultura, suinocultura e bovinocultura de leite.

A profissionalização dos produtores e, conseqüente, aumento do uso de tecnologias é fator importante neste processo, pois tende a diminuir o impacto da sazonalidade das doenças à medida que os produtores passam a se preocupar mais com o controle estratégico (prevenção da doença) do que com o tratamento. Neste caso o uso dos produtos deixa de estar relacionado ao aparecimento das doenças e migra para fases mais específicas de controle, o que tende a diluir o uso dos produtos durante o ano.

De forma geral, possuímos produtos para uso em vários segmentos e que podem ser usados para o tratamento ou controle de mais de uma doença o que faz com que a sazonalidade apresente um efeito muito mais pronunciado para determinados produtos e/ou segmentos do que para o faturamento global do negócio.

Em animais de companhia também há uma sazonalidade de produtos relacionada a condições climáticas, principalmente produtos relacionados à controle de ectoparasitoides, que têm venda mais forte no verão, e produtos para doenças articulares e controle da dor no inverno.

(e) principais insumos e matérias primas, informando:

(i) *descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável*

Temos um relacionamento de qualidade e de longo prazo com nossos fornecedores, sendo que muitos deles são parceiros de longa data. A relação com nossos fornecedores é regida pelos valores por nós adotados, mas primordialmente pela necessidade de qualidade de fornecimento.

Possuímos um programa de desenvolvimento e qualificação de fornecedores, através do qual são realizadas ações de treinamento, transferência de conhecimento e de tecnologia, bem como são realizadas auditorias de qualidade. Adquirimos matérias primas de fornecedores qualificados, que tenham passado pelo programa de qualificação e que atendam aos nossos requisitos de qualidade.

Nossas relações com fornecedores estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, no caso dos países em que o Brasil possui acordos bilaterais, como Argentina e Uruguai, mas os insumos que adquirimos, bem como nossas atividades, estão sujeitas à regulamentação aplicável. Para mais informações ver item itens 7.5 e 7.7 deste Formulário de Referência.

(ii) *eventual dependência de poucos fornecedores*

Possuímos uma base diversificada de fornecedores e, devido ao esforço ativo na gestão de compras em cada elo da nossa cadeia produtiva, não possuímos forte dependência de um

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

único fornecedor. Somos capazes de responder com considerável agilidade às interrupções de abastecimento de um determinado fornecedor, deslocando o fornecimento do insumo para outro fornecedor qualificado. Adotamos como prática buscar pelo menos dois fornecedores para cada matéria prima, mitigando, assim, o risco de fornecimento.

Nossos fornecedores estão situados no Brasil e em mais 15 países diferentes, com destaque para China, Alemanha, Uruguai e Índia, sendo que esses países, somados ao Brasil, representam 94,10% de todas as nossas compras de insumos.

Apresentamos abaixo a representatividade de cada país em relação ao total de todas as nossas compras de insumos:

País	%
Brasil	48,50%
China	17,80%
Índia	10,50%
Uruguai	7,60%
Estados Unidos	5,20%
Alemanha	4,50%
Taiwan	1,90%
Reino Unido	1,90%
Suiça	1,10%
Nova Zelandia	0,30%
Belgica	0,20%
Hong Kong	0,20%
Italia	0,20%
Argentina	0,10%
França	0,10%
Espanha	0,02%

(iii) eventual volatilidade em seus preços

Historicamente, até meados de 2017 não era relevante a volatilidade nos preços dos insumos que adquirimos para a fabricação de nossos produtos. Contudo, desde o final do ano de 2017 temos observado a volatilidade no preço de alguns insumos importados, de modo que os preços podem ser impactados pela volatilidade da taxa de câmbio do real em relação ao dólar norte-americano e ao euro.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**(a) montante total de receitas provenientes do cliente**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Regulamentação Regulatória

A fiscalização da indústria, do comércio e do emprego de produtos de uso veterinário e de alimentação animal em território nacional é realizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ("**MAPA**") por meio da Secretaria de Defesa Agropecuária.

De acordo com os Decretos de nº 5.053, de 22 de abril de 2004 ("**Decreto nº 5.053/2004**"), e nº 6.296, de 11 de dezembro de 2007 ("**Decreto nº. 6.296/2007**"), todo estabelecimento que fabrique, manipule, fracione, envase, rotule, controle a qualidade, comercie, armazene, distribua, importe ou exporte produtos de uso veterinário e produtos destinados à alimentação animal para si ou para terceiros deve, obrigatoriamente, estar registrado no MAPA, para efeito de licenciamento. As licenças para funcionamento dos estabelecimentos das indústrias farmacêutica veterinária e nutrição animal somente serão concedidas após inspeção e aprovação das instalações que devem ser adequadas ao estabelecido pelos mencionados Decretos, atendendo às normas de Boas Práticas de Fabricação ("**BPF**") estabelecidas pelo MAPA, aos regulamentos específicos de produção, ao controle de qualidade e biossegurança por ele definidos, e também às normas de higiene e segurança do trabalho, estabelecidas pelos órgãos oficiais competentes. Uma vez concedida a licença para o funcionamento do estabelecimento da indústria farmacêutica veterinária, esta deverá ser renovada anualmente, devendo a empresa proprietária requerer sua renovação em até sessenta dias antes do seu vencimento. No caso do estabelecimento que produz, fabrica, manipula, fraciona, importa e comercia produto destinado à alimentação animal, o registro de estabelecimento será efetuado por unidade fabril e terá prazo de validade de cinco anos, podendo ser renovado, pelo mesmo período, sucessivamente.

Todos os produtos de uso veterinário, nacionais ou importados, incluindo vacinas, devem também ser devidamente registrados e aprovados pelo MAPA, especificamente pela Coordenação de Fiscalização de Produtos Veterinários ("**CPV**") do Departamento de Defesa Animal ("**DDA**") do MAPA. O registro concedido ao produto nacional terá validade por dez anos, renovável, a pedido do interessado, por períodos sucessivos de igual duração, por meio da apresentação de requerimento protocolizado em até 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua validade. Tratando-se de produto importado, o registro terá a mesma validade do certificado emitido no país de origem, limitado ao prazo de três anos. Ademais, a Instrução Normativa SDA Nº 25, de 8 de novembro de 2012, estabelece procedimentos especiais e fiscalização mais rigorosa do MAPA para fabricação, manipulação, comercialização, distribuição, importação e exportação de determinadas substâncias sujeitas a controle especial quando destinadas ao uso veterinário.

Dada a importância dos produtos veterinários no diagnóstico, na prevenção, no tratamento e na erradicação das enfermidades dos animais, na produção de alimentos e nas questões sobre seu impacto na saúde pública, todo produto deverá cumprir com as mais exigentes normas de

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

qualidade, matérias-primas, processos de produção e de produtos terminados, para o qual se tomarão por referência as reconhecidas internacionalmente.

Além dos produtos de uso veterinário, os produtos da Companhia destinados à alimentação animal para serem comercializados também devem, obrigatoriamente, estar registrados no MAPA, com exceção de ingredientes, suplementos para ruminantes, premix, núcleos, concentrados e rações destinados à alimentação animal que são isentos de registro, conforme disposto na Instrução Normativa nº 42/2010. O registro destes produtos terá validade de cinco anos, podendo ser renovado, pelo mesmo período, sucessivamente, desde que pleiteado com antecedência de até sessenta dias do seu vencimento. Caso a Companhia descumpra quaisquer de suas obrigações perante o MAPA, seja por não manter vigentes os alvarás dos estabelecimentos, ou por não manter vigentes ou renovar os registros dos produtos, ou ainda em caso de não observância da legislação setorial, estará sujeita não apenas a sanções civis e penais cabíveis, como também às sanções previstas no Decreto nº 5.053/2004, tais como: (i) advertência, quando o infrator for primário e não tiver agido com dolo ou má-fé; (ii) multa no valor de R\$900,00, dobrados sucessivamente nas reincidências, até três vezes, sem prejuízo, quando for o caso, do cancelamento do registro do produto ou da cassação do registro do estabelecimento; (iii) apreensão do produto; (iv) inutilização do produto; (v) suspensão da venda ou da fabricação do produto; (vi) cancelamento do registro e licenciamento do produto; (vii) interdição do estabelecimento; (viii) cancelamento do registro e licenciamento do estabelecimento; e (ix) apreensão e inutilização do material de propaganda.

Conforme estabelece a Lei nº 6.839 de 30 de outubro de 1980, da Lei nº 5.517 de 23 de outubro de 1968 e da Resolução nº 592, de 26 de junho de 1992, as entidades que fabricam e/ou manipulam produtos de uso veterinários devem, obrigatoriamente, estar registradas perante o Conselho de Medicina Veterinária, correspondente aos Estados/Regiões onde funcionarem.

Conforme estabelece a Lei nº 11.974, de 08 de outubro de 2008, compete ao Conselho Nacional de Controle e Experimentação Animal – CONCEA, credenciar e monitorar as instituições que realizam pesquisas científicas e testes em animais. Cumpre ressaltar que nossos estabelecimentos que realizam pesquisas científicas e testes em animais estão devidamente registrados perante o CONCEA, bem como tais atividades são realizadas em conformidade com a legislação aplicável. Ademais, nossas atividades de pesquisa científica e a realização de testes em animais são devidamente supervisionados por nossas Comissões de Ética no Uso de Animais – CEUAs, constituídas para garantir que todas as normas e exigências legais sejam respeitadas durante a realização dos testes.

Na data deste Formulário de Referência, a maioria de nossos estabelecimentos está devidamente cadastrada e regular perante o MAPA e do Conselho Regional de Medicina Veterinária, de forma que estamos aplicando nossos melhores esforços e tomando as medidas necessárias para regularizar todos os nossos estabelecimentos. Ademais, nossos 147 registros de produtos estão em vigor e foram validamente emitidos perante o MAPA.

Histórico de Relacionamento com Órgãos Governamentais

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A nossa Administração entende ter bom relacionamento com o MAPA, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, bem como com os órgãos ligados ao MAPA, Ministério da Saúde, autarquias de água e esgoto, DAEE – Departamento de Água e Energia elétrica, SAE – Serviço de água e esgoto, CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo e IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Isso se reflete no curso normal de obtenção das autorizações e registros necessários para a condução de nossas atividades.

Regulamentação Ambiental

Estamos sujeitos a diversas leis e regulamentos ambientais nas esferas municipal, estadual e federal em nossos segmentos de atuação. Essas normas estabelecem restrições e condições para nossas operações referentes, por exemplo, preservação; utilização de recursos hídricos, a emissões atmosféricas, ao gerenciamento de resíduos, ao uso de substâncias químicas controladas e ao tratamento de efluentes.

A aprovação de leis e regulamentos mais rígidos, ou a interpretação mais rígida das atuais leis e regulamentos, pode impor novos riscos ou custos sobre a Companhia ou exigir mais investimentos relacionados a equipamentos de controle de poluição. A Companhia não tem como garantir que os custos por ela incorridos no cumprimento da legislação ambiental, em vigor e futura, não irão afetar de maneira adversa seus resultados operacionais e situação financeira.

Licenciamento Ambiental

Estamos sujeitos ao licenciamento ambiental, o que é aplicável para a construção, a implantação, a modificação, a ampliação e a operação de atividades e/ou empreendimentos potencialmente poluidores. O processo de licenciamento envolve a emissão consecutiva de três licenças (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação), de acordo com as fases do empreendimento (planejamento, implantação/construção e operação), sendo a licença de operação (LO) renovada periodicamente. O processo de licenciamento ambiental costuma ser custoso e longo, envolvendo a apresentação de estudos técnicos. Ainda, as licenças impõem restrições e exigências técnicas para o exercício de nossas atividades que condicionam a validade das licenças.

Cumprimos substancialmente com as exigências do licenciamento ambiental e possuímos licenças ambientais válidas, em fase de renovação ou em processo de obtenção, para nossas principais atividades. No entanto, não temos garantia de que conseguiremos renovar licenças, bem como não podemos assegurar a obtenção de eventuais licenças exigíveis.

A ausência de licenças ou autorizações dos órgãos ambientais competentes, bem como a operação em desacordo com as licenças concedidas, sujeita a Companhia a sanções penais e administrativas que podem resultar em multas de R\$500,00 a R\$10.000.000,00, além de outras penalidades administrativas, como a suspensão parcial ou total da atividade. Em geral, o valor máximo da multa é aplicado somente quando a falta do licenciamento adequado ocasiona um alto risco ambiental ou pode vir a ocasionar sérios danos ambientais.

Responsabilidade Ambiental

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Em caso de descumprimento de quaisquer normas ambientais aplicáveis, podemos ser responsabilizados em três esferas: (i) civil; (ii) administrativa; e (iii) criminal.

Na esfera civil, aquele que causar dano ao meio ambiente é responsável por reparar ou indenizar o dano causado, independentemente de culpa. Aplica-se a responsabilidade de forma objetiva e solidária em relação a todas as partes direta ou indiretamente envolvidas na geração do dano. Nesse cenário, tendo mais de uma empresa contribuído para um dano ao meio ambiente, ou tendo o dano sido cometido por um prestador de serviço (por exemplo, responsável pela destinação de resíduos), poderá ser demandada à remediação ou pagamento de indenização aquela que tiver maiores condições financeiras para fazê-lo, cabendo, posteriormente, direito de regresso contra as demais empresas envolvidas. Não existe, na legislação brasileira, previsão de teto ou limitação no valor a ser fixado a título de indenização pelo dano ambiental, o qual será proporcional ao dano causado.

Na esfera administrativa, as multas por dano ambiental podem chegar a R\$50.000.000,00, sendo que a multa máxima é aplicada, geralmente, em casos que causam grande impacto ambiental ou risco à saúde humana.

Por fim, a Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605/1998) prevê a responsabilização de todos aqueles que, de qualquer forma, concorrem para a prática de crimes contra o meio ambiente, sendo cada qual penalizado na medida de sua culpabilidade. Tal lei prevê, ainda, a responsabilidade da pessoa jurídica, caracterizada se a infração for cometida (i) por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado; ou (ii) no interesse ou benefício da pessoa jurídica que representa. A responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, o que estende a responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos. Por fim, é possível a desconsideração da pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados ao meio ambiente, havendo responsabilização dos sócios e administradores da empresa.

(b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Inserimos conceitos de desenvolvimento sustentável em nossas práticas diárias, formalizando a política integrada de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, que estabelece dentre outras, investimentos e melhoria contínua de nossos processos, programas de conscientização ambiental de nossos colaboradores e cumprimento de legislações ambientais.

Mantemos procedimentos atualizados de monitoramento, registro e controle de aspectos ambientais, sendo os dados avaliados e considerados no planejamento dos processos inerentes da empresa. Além disso, somos constantemente atualizados sobre os requisitos legais aplicáveis e outros por nós subscritos, relacionados aos aspectos ambientais associados às nossas atividades, produtos e serviços.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Tais procedimentos por nós adotados preveem o uso de serviços profissionais do Departamento interno de Meio Ambiente e sob demanda são contratados serviços externos para atualização e acompanhamento dos requisitos legais pertinentes, incluindo a análise de como a obrigação legal se relaciona aos aspectos ambientais identificados em nossas operações.

Os requisitos legais aplicáveis e outros requisitos por nós subscritos são levados em consideração nas etapas de estabelecimento, implementação e manutenção de nossas atividades, produtos e serviços relacionados ao sistema de gestão.

A definição de objetivos e metas ambientais é estabelecida nas funções e níveis pertinentes, aprovados pela nossa Administração e acompanhados, sistematicamente, nas reuniões de análise crítica.

A comunicação ambiental interna e externa mantém procedimento documentado específico para as partes envolvidas, incluindo os prestadores de serviços e visitantes no local de trabalho, o qual define as responsabilidades envolvidas, bem como o ciclo de recebimento, documentação, resposta e registro das decisões tomadas por nós.

Nosso investimento em proteção ambiental inclui ampliação e manutenção de infraestrutura para captação de recursos e tratamento de efluentes, terceirização de serviços especializados e capacitação de colaboradores, tanto aos que lidam diretamente com a área observada, como para os demais como forma de conscientização.

Investimentos com Proteção Ambiental			
	2017	2016	2015
	(em R\$)		
Despoluição	559.833,00	227.818	205.416
Gestão de resíduos	805.270,33	826.251	1.420.143
Total	1.365.103,33	1.054.069	1.625.559

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Contamos com uma combinação de segredos industriais, *know-how*, marcas e também as patentes para proteger nossos direitos de propriedade intelectual. Acreditamos que nossas marcas têm valor significativo e desempenham um papel considerável na manutenção e melhoria da posição competitiva de nossos produtos. Nos últimos anos, temos feito substanciais investimentos para melhorar a identidade e reconhecimento de nossas marcas. Esses investimentos incluem várias aquisições e a diversificação de nosso portfólio de produtos, incluindo o lançamento de novos produtos, a ampliação das linhas de produtos existentes, a melhoria da qualidade de nossos produtos, o aprimoramento da apresentação de nossas marcas e embalagens, promoção de campanhas publicitárias e campanhas promocionais. Para maiores informações sobre os nossos registros e pedidos de registro de

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

marcas, assim como nossos pedidos de patentes mais relevantes, vide item 9.1 (b) deste Formulário de Referência.

Parte significativa de nossa propriedade intelectual é composta de *know-how* e segredos industriais. Muitas vezes contamos com as competências tecnológicas e de inovação de nosso pessoal e/ou de terceiros, bem como a manutenção dos nossos segredos industriais, em contraposição a exploração de tecnologia patenteada. Dependemos, assim, de acordos de confidencialidade celebrados com funcionários ou terceiros e das leis de proteção à propriedade industrial e concorrência desleal para proteger esse aspecto do nosso negócio. Acreditamos que o nosso sucesso contínuo depende em grande parte os nossos relacionamentos com clientes, capacidade de produção e de apoio, assim como os conhecimentos técnicos que temos desenvolvido na fabricação e concepção de produtos. A ausência de proteção de patentes para a maior parte da tecnologia embarcada em nossos produtos implica em, apesar de tomarmos todas as medidas cabíveis para proteger a nossa tecnologia, não podermos evitar que nossos concorrentes dupliquem nossos processos e/ou produtos, desde que isso seja feito de forma independente.

Entendemos como de alta relevância as marcas utilizadas em nossos produtos de maior margem e de alto valor de faturamento, bem como as solicitações de pedidos de patentes que recaem sobre nossos produtos ou plataformas tecnológicas.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

A receita líquida consolidada proveniente dos clientes atribuídos ao Brasil foi de R\$ R\$ 458,7 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, o que corresponde a 90,77% da receita líquida total no exercício.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

De acordo com os critérios de divulgação de nossas informações financeiras, apresentamos abaixo as informações solicitadas nos itens (b) e (c), conforme aplicável:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2017	
	Receita líquida	% do total da receita líquida total da Companhia
México	12.782	2,5%
Colômbia	11.381	2,3%
Paraguai	4.296	0,9%
Bolívia	2.607	0,5%
Equador	3.845	0,8%
Emirados Árabes	4.153	0,8%
Outros	7.553	1,5%
Receita líquida total do segmento de Operações Internacionais	46.617	9,2%
Receita líquida total da Companhia	505.281	100,0%

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Alterações na legislação e regulamentação que regem as atividades de nossos principais fornecedores estrangeiros, localizados principalmente na China e Índia, podem causar efeitos em nossas atividades locais. Normas mais exigentes quanto a controle ambiental, por exemplo, podem levar a aumento de preços, reduções de capacidade produtiva e suspensões temporárias de produção em algumas fábricas para adaptação e modernização.

As operações da Companhia de vendas no mercado exterior representados pelo segmento de Operações Internacionais estão sujeitas a uma extensa regulamentação local, que estabelece a necessidade de obtenção de registros sanitários perante órgãos reguladores locais (geralmente, Ministérios de Agricultura). Cada país tem sua legislação e regulamentação próprias com relação a uma série de questões que afetam nossos produtos, tanto na obtenção e manutenção de registro, como na comercialização (por exemplo, exigências quanto a rótulos e bulas).

Tendo em vista a particularidade da legislação em cada país para o qual a Companhia realiza exportação, podemos ser obrigados, como ocorre em alguns países, a termos representantes locais cuja função é representar a Companhia perante o respectivo órgão regulatório. Outros ainda requerem que o registro seja realizado e mantido por uma empresa local, o que nos obriga a celebrar contratos com os terceiros que cumprem essa função.

Para obtenção de registro, de acordo com a regulamentação de cada país, é exigida a apresentação de um dossiê técnico, contemplando dados sobre a fabricação do produto, controle de qualidade, estabilidade, assim como estudos e/ou dados que comprovem a segurança, eficácia e período de carência dos mesmos. Além disso, geralmente é exigido o envio de amostras dos produtos a serem registrados, para que sejam realizados testes de controle de qualidade pelos órgãos oficiais locais.

Além disso, para alguns países da América Latina, como, por exemplo, o México e a Colômbia, existe uma regulamentação específica para o registro de produtos antiparasitários que se enquadram na classe de pesticidas. No caso do México, se faz necessário primeiramente o registro dos produtos técnicos, ou seja, das moléculas, no COFEPRIS - Comisión Federal para la Protección contra Riesgos Sanitarios, ou Comissão Federal para Proteção contra Riscos Sanitários, mediante a apresentação de uma série de dados referentes a caracterização, segurança e toxicidade dos princípios ativos, para que posteriormente seja possível o requerimento de registro do produto perante o SAGARPA - Secretaría de Agricultura, Ganaderia, Desarrollo Rural, Pesca y Alimentacion, ou Secretaria da Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural, Pesca e Alimentação, contemplando os dados referentes à fabricação, controle de qualidade, estabilidade e estudos clínicos. Já no caso da Colômbia, o produto deve ser licenciado em três Ministérios diferentes, sendo estes: Ministério da Saúde, mediante a apresentação de estudos toxicológicos, Ministério do Meio Ambiente, mediante apresentação de estudo de impacto ambiental e Ministério da Agricultura, mediante a apresentação, além dos demais dados já mencionados, de estudos de eficácia que devem ser realizados no local.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Em virtude dos pontos acima apresentados, o tempo médio para registro de um produto antiparasitário pesticida no México e na Colômbia é de dois anos, após o protocolo do dossiê de solicitação de registro inicial.

A vigência dos registros também é variável, e sua renovação deve ocorrer de acordo com a regra de cada localidade, por exemplo, para os produtos licenciados no México, foi publicada em 2012 regulamentação estabelecendo a necessidade de renovação das licenças a cada 5 anos, já as licenças de produtos na Colômbia não possuem prazo de validade, não sendo necessária a renovação. Cabe lembrar que, para todos os países, os registros podem ser suspensos ou cancelados pelos órgãos regulatórios a qualquer momento, em consequência de alterações no cenário regulatório (tais como publicações de normativas contemplando a proibição de classes de produtos ou moléculas).

Em que pesem nossas receitas provenientes do comercio exterior tenham representado 9,2% de nossas receitas totais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, possuímos uma pulverização nas vendas na qual o principal país destino, o México, representou apenas 2,53% de nossas receitas líquidas do exercício. Diante deste cenário de pulverização, eventuais condições adversas na regulamentação de algum país para o qual exportamos nossos produtos produzirão efeitos mitigados, não afetando de maneira relevante o faturamento global do nosso negócio.

7.8 - Políticas socioambientais

(a) Se o emissor divulga informações sociais e ambientais

A Companhia divulga informações sociais e ambientais por meio de seu Relatório de Sustentabilidade Anual.

(b) A metodologia seguida na elaboração dessas informações

Em seu Relatório de Sustentabilidade Anual, a Companhia adota a metodologia da GRI (*Global Reporting Initiative*), versão 4.1 que será atualizada em 2019 para a versão standard.

A GRI é uma organização holandesa independente e sem fins lucrativos, responsável pela criação de uma estrutura mundialmente reconhecida para medir o desempenho sustentável de empresas e outras entidades. A metodologia da GRI visa servir como estrutura para a elaboração de relatórios sobre o desempenho econômico, ambiental e social de uma organização e fazer com que a prática de relatos de sustentabilidade se torne padrão. É uma ferramenta que permite maior comparabilidade e relevância de informações nos relatórios publicados.

(c) Se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

O relato é submetido ao processo de Asseguração Limitada pela empresa KPMG tomando por base a NBC TO 3000 (Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade CFC, que é equivalente a norma internacional ISAE 3000.

(d) A página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

As publicações mais recentes dos relatos de sustentabilidade estão disponíveis no website oficial da Companhia www.ourofino.com/, e na página de relações com os investidores, no seguinte endereço: <http://ri.ourofino.com/>.

Sustentabilidade

Adotamos como compromisso empresarial, o desenvolvimento sustentável em todos os nossos negócios, incentivando práticas que abranjam as dimensões econômica, social e ambiental. Nosso objetivo é criar valor perante a sociedade, além de controlar riscos de forma mais abrangente, os quais estamos expostos.

Nossa área de sustentabilidade atua de forma transversal no planejamento de ações, na gestão compartilhada e junto aos gestores das diversas operações. Outro passo importante, foi à inclusão da sustentabilidade como eixo estratégico, direcionando ações de curto, médio e longo prazo, por meio do planejamento estratégico.

Principais feitos da área de sustentabilidade em 2017

Um de nossos principais trabalhos focados em sustentabilidade é identificar oportunidades para que as operações pudessem ser aprimoradas em seu desempenho visando as melhores práticas de mercado.

7.8 - Políticas socioambientais

Ciente de seu papel social, a Companhia estabeleceu uma Política de Sustentabilidade que norteia todas as suas ações voltadas ao desenvolvimento sustentável, buscando um relacionamento próximo com todas as partes interessadas e conectando seu público interno a projetos cada vez mais alinhados ao propósito da Companhia e à geração de valor para a sociedade.

Em 2017, foi dada continuidade ao processo de reestruturação de procedimentos por meio da implantação do Sistema de Gestão de Responsabilidade Social (SGRS) na Companhia.

Sociedade

Acima de tudo, sabemos de nossa participação no desenvolvimento socioeconômico do meio em que estamos. Para isso destinamos recursos próprios, ou oriundos de leis de incentivos fiscais, para diversos projetos socioeducativos, contribuindo para a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Para além do simples investimento em ações sociais, a Companhia foca atualmente na materialidade do negócio, por isso iniciou um acompanhamento mais próximo dos projetos para assegurar que estejam de acordo com o seu propósito e que de fato tenham o impacto esperado nas comunidades beneficiadas.

Como pretendemos trabalhar a Sustentabilidade

De forma constante, inspiramos nossos colaboradores e parceiros rumo a um novo conceito de empresa, dando exemplos de postura e geração de valor para o presente e futuro, em todos os aspectos. Conduta ética, transparência, produtos com qualidade e comunicação clara e contínua são os fatores que marcam a gestão da Ourofino Saúde Animal.

7.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que sejam relevantes para a Companhia, além das descritas neste Item 7.

8.1 - Negócios extraordinários

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou aquisições ou alienações de ativos relevantes que não se enquadrassem na operação normal de seus negócios nos últimos três exercícios sociais.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não celebrou contratos com suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais nos últimos três exercícios sociais.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 8.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Os ativos imobilizados, patentes, marcas, licenças e participação em sociedades relevantes estão descritos a seguir.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Imóvel	Brasil	SP	Cravinhos	Própria
Imóvel	Brasil	SP	Cravinhos	Própria
Imóvel	Brasil	SP	Cravinhos	Própria
Imóvel	Brasil	SP	Cravinhos	Alugada
Imóvel	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Própria
Imóvel	Brasil	SP	Guataporá	Arrendada
Imóvel	Brasil	SP	Guataporá	Arrendada
Imóvel	Brasil	SP	Osasco	Alugada
Imóvel	Brasil	SP	Vinhedo	Alugada
Imóvel	Brasil	RS	Cachoeirinha	Alugada
Imóvel	Brasil	GO	Aparecida de Goiânia	Alugada
Imóvel	Brasil	MT	Cuiabá	Alugada
Imóvel	Brasil	MG	Betim	Alugada

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Amigo Pet", nº 904833984, classe NCL 35	10 anos do registro	De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido no INPI. Assim, os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiro de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	"Amigo Pet", nº 904834140, classe NCL 44	Registro válido até 09/05/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Aminobras", nº 900466545, classe NCL 05	Registro válido até 19/01/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Amoxifin", nº 821478346, classe NCL 05	Registro válido até 07/07/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ar do Campo", nº 827771711, classe NCL 03	Registro válido até 20/04/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Aurigen", nº 826587801, classe NCL 05	Registro válido até 11/03/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Auritop", nº 826803741, classe NCL 05	Registro válido até 11/03/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Aurixazol", nº 901761362, classe NCL 03	Registro válido até 22/05/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Aurixazol", nº 901761370, classe NCL 05	Registro válido até 22/05/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Avenger", nº 826607225, classe NCL 05	Registro válido até 11/03/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Azicox 2", nº 827427816, classe NCL 05	Registro válido até 20/04/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Back Line", nº 821591320, classe NCL 05	Registro válido até 06/01/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Bella Ave", nº 902889702, classe NCL 05	Registro válido até 18/02/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Biofuture", nº 909047014, classe NCL 05	Registro válido até 25/07/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Biofuture", nº 909047138, classe NCL 44	Registro válido até 25/07/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Boi Sabio", nº 905761430, classe NCL 05	Registro válido até 01/12/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Butorvet", nº 826286542, classe NCL 05	Registro válido até 04/08/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Byte", nº 904602982, classe NCL 03	Registro válido até 07/04/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Byte", nº 904603032, classe NCL 05	Registro válido até 06/06/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Byte", nº 904603067, classe NCL 21	Registro válido até 07/04/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Byte", nº 904603105, classe NCL 35	Registro válido até 07/04/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Byte", nº 904603130, classe NCL 44	Registro válido até 07/04/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Canter OF", nº 827391170, classe NCL 05	Registro válido até 06/11/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Cardiavit", nº 901673900, classe NCL 05	Registro válido até 03/04/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"CB 30 T.A. Ouro Fino", nº 827173440, classe NCL 05	Registro válido até 30/10/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Celesporin", nº 826607217, classe NCL 05	Registro válido até 11/03/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Cemtra", nº 901819425, classe NCL 05	Registro válido até 22/05/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ciplolac", nº 901375110, classe NCL 05	Registro válido até 15/03/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ciprolac", nº 901393568, classe NCL 05	Registro válido até 12/06/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Clavet", nº 903127954, classe NCL 05	Registro válido até 23/02/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Coccifin", nº 820699519, classe NCL 05	Registro válido até 24/10/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Coccimax", nº 823491757, classe NCL 05	Registro válido até 24/06/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Coleção Focinhos", nº 911693424, classe NCL 35	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Colosso", nº 825083133, classe NCL 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Colosso FC30", nº 906168368, classe NCL 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Condromax", nº 826286500, classe NCL 05	Registro válido até 06/11/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Confiance", nº 905025679, classe NCL 05	Registro válido até 02/01/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Conviva", nº 905025806, classe NCL 05	Registro válido até 11/08/2025	São os mesmos eventos descritos acima	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Corta Curso", nº 826684416, classe NCL 05	Registro válido até 11/03/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Cortiflan", nº 902105507, classe NCL 05	Registro válido até 12/08/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Creatina Ouro Fino", nº 827155450, classe NCL 05	Registro válido até 09/03/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Curavet", nº 900443782, classe NCL 05	Registro válido até 04/12/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Cursofim", nº 820530123, classe NCL 05	Registro válido até 24/08/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Cypermil", nº 816331154, classe NCL 05	Registro válido até 28/09/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Dermacorten", nº 826286518, classe NCL 05	Registro válido até 03/04/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Dermocanis", nº 822134519, classe NCL 05	Registro válido até 29/08/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Dermolene", nº 902376519, classe NCL 05	Registro válido até 18/12/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Dermopratic", nº 911571884, classe NCL 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Dermotrat", nº 903894750, classe NCL 05	Registro válido até 17/01/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Desflan", nº 821174843, classe NCL 05	Registro válido até 10/09/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Doutor Antitóxico", nº 900398159, classe NCL 05	Registro válido até 03/11/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Doxifin", nº 820699527, classe NCL 05	Registro válido até 27/01/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Doxifin Tabs", nº 901273635, classe NCL 05	Registro válido até 04/01/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Dual Blend Dual Protection", nº 911186522, classe NCL 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Emune", nº 907530699, classe NCL 05	Registro válido até 13/12/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Endoclin", nº 911783393, classe NCL 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Endomax", nº 901310166, classe NCL 05	Registro válido até 08/02/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Enfrent", nº 908758758, classe NCL 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Enragold", nº 904783669, classe NCL 05	Registro válido até 09/06/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Enrotrat", nº 902970976, classe NCL 05	Registro válido até 05/03/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Epinew", nº 906994179, classe NCL 05	Registro válido até 30/08/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Eqdomin", nº 903893940, classe NCL 05	Registro válido até 13/12/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Estreptomax", nº 823953670, classe NCL 05	Registro válido até 17/04/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Evol", nº 907617603, classe NCL 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Evol (logomarca)", nº 911080015, classe NCL 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Examina", nº 914382047, classe NCL 41	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ezotec", nº 821174835, classe NCL 05	Registro válido até 10/09/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Finador", nº 821174851, classe NCL 05	Registro válido até 15/03/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Fiprofort", nº 903940825, classe NCL 05	Registro válido até 11/11/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Floracanis", nº 826803750, classe NCL 05	Registro válido até 11/03/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Floxaguard Tabs", nº 901310336, classe NCL 05	Registro válido até 08/02/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Fluatac", nº 900901977, classe NCL 05	Registro válido até 08/09/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Fluatac Duo", nº 901309680, classe NCL 05	Registro válido até 08/02/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Fortemil", nº 819266787, classe NCL 05	Registro válido até 23/03/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"FOS 350", nº 909235287, classe NCL 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Fosfomicin C", nº 900500883, classe NCL 05	Registro válido até 29/12/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Gentoral Pig Doser", nº 900902191, classe NCL 05	Registro válido até 28/06/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Gentrin", nº 816334080, classe NCL 05	Registro válido até 29/04/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Glicobras", nº 900466480, classe NCL 05	Registro válido até 19/01/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Glutaquat", nº 818161230, classe NCL 05	Registro válido até 18/02/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Herbalpet", nº 826920519, classe NCL 05	Registro válido até 11/03/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Herbalvet 80", nº 826881050, classe NCL 05	Registro válido até 24/05/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Herbalvet TA", nº 826881041, classe NCL 05	Registro válido até 11/03/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Imunya", nº 908181663, classe NCL 05	Registro válido até 03/04/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Isocox", nº 828632774, classe NCL 05	Registro válido até 04/05/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Iver OF", nº 904585611, classe NCL 05	Registro válido até 31/03/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Iver Um", nº 903835096, classe NCL 05	Registro válido até 28/10/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Kolossu's", nº 814609910, classe NCL 05	Registro válido até 04/09/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Lactofur", nº 906794846, classe NCL 05	Registro válido até 14/06/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Larvamec", nº 825285534, classe NCL 05	Registro válido até 24/03/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Latius", nº 911417435, classe NCL 44	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Leevre", nº 906027535, classe NCL 05	Registro válido até 12/01/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Leite vai com tudo (logo)", nº 907691838, classe NCL 35	Registro válido até 25/07/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Lepecid", nº 4037030, classe NCL 05	Registro válido até 04/05/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Lepecid (tigre)", nº 6078605, classe NCL 01	Registro válido até 10/05/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Limp & Hidrat", nº 904453995, classe NCL 05	Registro válido até 18/02/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Limp & Trat", nº 825784549, classe NCL 03	Registro válido até 14/04/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"MacVac", nº 909631360, classe NCL 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Master Gold", nº 900666544, classe NCL 05	Registro válido até 09/03/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Master LP", nº 913918539, classe NCL 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Masticura", nº 826587780, classe NCL 05	Registro válido até 08/09/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Mastifin", nº 815476736, classe NCL 05	Registro válido até 13/10/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Maxi Tabs", nº 902437615, classe NCL 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Meloxigel", nº 900721286, classe NCL 05	Registro válido até 13/12/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Meloximax", nº 904589854, classe NCL 05	Registro válido até 22/04/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Metacell", nº 827427808, classe NCL 05	Registro válido até 20/04/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Milagrosa", nº 825784590, classe NCL 05	Registro válido até 06/10/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Moxi Duo", nº 901819336, classe NCL 05	Registro válido até 22/05/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Multipen", nº 822070294, classe NCL 05	Registro válido até 03/01/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Multiplic", nº 904335143, classe NCL 05	Registro válido até 13/01/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Munizer", nº 907530907, classe NCL 05	Registro válido até 13/12/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Na Mosca", nº 900404400, classe NCL 05	Registro válido até 03/11/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"NatuCell", nº 828225915, classe NCL 05	Registro válido até 22/04/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Neomin S", nº 815474253, classe NCL 05	Registro válido até 23/06/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Neopet", nº 905243030, classe NCL 05	Registro válido até 06/10/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Newvet F", nº 820633712, classe NCL 05	Registro válido até 17/10/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"No Pic", nº 827391161, classe NCL 05	Registro válido até 06/06/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Nokalt", nº 817523790, classe NCL 05	Registro válido até 24/09/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Norflomax", nº 820639052, classe NCL 05	Registro válido até 22/11/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Nulli", nº 906313481, classe NCL 05	Registro válido até 23/02/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"OF Ouro Fino", nº 814682928, classe NCL 05	Registro válido até 26/12/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"OF Ouro Fino Ricobendazole", nº 820459330, classe NCL 05	Registro válido até 12/09/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"OF Plants", nº 901042900, classe NCL 03	Registro válido até 19/10/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Oftalmune", nº 821478362, classe NCL 05	Registro válido até 10/02/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ouro Fino High Premium", nº 827856830, classe NCL 31	Registro válido até 15/03/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ouro Fino Super Premium", nº 827856822, classe NCL 31	Registro válido até 15/03/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino", nº 822070260, classe NCL 31	Registro válido até 19/10/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino", nº 822070243, classe NCL 35	Registro válido até 19/10/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Ourofino", nº 914070797, classe NCL 01	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino", nº 914071050, classe NCL 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino (Horiz)", nº 913113514, classe NCL 01	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino (Horiz)", nº 913113557, classe NCL 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino (Horiz)", nº 913234370, classe NCL 35	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino (Horiz)", nº 913114936, classe NCL 44	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino (Vert)", nº 913113549, classe NCL 01	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino (Vert)", nº 913114707, classe NCL 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino (Vert)", nº 913234664, classe NCL 35	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino (Vert)", nº 913115045, classe NCL 44	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agrociência (Horiz)", nº 908569580, classe NCL 01	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agrociência (Horiz)", nº 908549652, classe NCL 05	Registro válido até 10/10/2027	São os mesmos eventos descritos acima	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agrociência (Horiz)", nº 908564350, classe NCL 35	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Ourofino Agrociência (Horiz)", nº 908557027, classe NCL 45	Registro válido até 15/08/2027	São os mesmos eventos descritos acima	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agrociência (Horiz)", nº 913241105, classe NCL 01	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agrociência (Horiz)", nº 913241970, classe NCL 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agrociência (Horiz)", nº 913242187, classe NCL 35	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agrociência (Horiz)", nº 913242519, classe NCL 44	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agrociência (Vert)", nº 908569700, classe NCL 01	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agrociência (Vert)", nº 908550030, classe NCL 05	Registro válido até 10/10/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agrociência (Vert)", nº 908557370, classe NCL 45	Registro válido até 15/08/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agronegócio (Horiz)", nº 901148997, classe NCL 03	Registro válido até 12/09/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agronegócio (Horiz)", nº 901148954, classe NCL 05	Registro válido até 10/04/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agronegócio (Horiz)", nº 901194352, classe NCL 31	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agronegócio (Horiz)", nº 901149004, classe NCL 31	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agronegócio (Horiz)", nº 901193240, classe NCL 35	Registro válido até 09/04/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Ourofino Agronegócio (Horiz)", nº 901149047, classe NCL 39	Registro válido até 21/06/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agronegócio (Horiz)", nº 901149888, classe NCL 44	Registro válido até 09/04/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agronegócio (Horiz)", nº 901130257, classe NCL 45	Registro válido até 09/04/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agronegócio (Vert)", nº 901149667, classe NCL 01	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agronegócio (Vert)", nº 901148695, classe NCL 03	Registro válido até 12/09/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agronegócio (Vert)", nº 901148830, classe NCL 05	Registro válido até 10/04/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agronegócio (Vert)", nº 901164402, classe NCL 31	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agronegócio (Vert)", nº 901148946, classe NCL 31	Registro válido até 19/12/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agronegócio (Vert)", nº 901149411, classe NCL 35	Registro válido até 07/11/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agronegócio (Vert)", nº 901127825, classe NCL 36	Registro válido até 21/06/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agronegócio (Vert)", nº 901149241, classe NCL 39	Registro válido até 21/06/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agronegócio (Vert)", nº 901149900, classe NCL 44	Registro válido até 09/04/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agronegócio (Vert)", nº 901127868, classe NCL 45	Registro válido até 09/04/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Ourofino Animal Health", nº 900542578, classe NCL 05	Registro válido até 19/01/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Animal Health", nº 901195286, classe NCL 05	Registro válido até 07/12/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Animal Health", nº 901195545, classe NCL 05	Registro válido até 14/12/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Nutrição Animal (logo)", nº 904370011, classe NCL 31	Registro válido até 17/03/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Saúde Animal", nº 901194786, classe NCL 05	Registro válido até 07/12/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Saúde Animal", nº 901194972, classe NCL 05	Registro válido até 07/12/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino TETF", nº 904638081, classe NCL 35	Registro válido até 05/05/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ouroforte", nº 903595346, classe NCL 31	Registro válido até 05/08/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ouromed", nº 902310402, classe NCL 05	Registro válido até 14/03/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourotetra LA", nº 821174827, classe NCL 05	Registro válido até 10/09/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourovac", nº 827884818, classe NCL 05	Registro válido até 26/02/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Pareun", nº 907716202, classe NCL 05	Registro válido até 10/01/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Penfort", nº 820633704, classe NCL 05	Registro válido até 17/10/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Pirofort", nº 822070308, classe NCL 05	Registro válido até 03/01/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Precioso Ouro Fino", nº 826286585, classe NCL 05	Registro válido até 30/10/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Prediderm", nº 913918415, classe NCL 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Privium", nº 907415920, classe NCL 05	Registro válido até 16/11/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Propovet", nº 901491314, classe NCL 05	Registro válido até 13/09/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Protetor OF Pet", nº 900467142, classe NCL 05	Registro válido até 13/12/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Protetor Pet", nº 905243188, classe NCL 05	Registro válido até 10/11/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ractosuin", nº 826920527, classe NCL 05	Registro válido até 11/03/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Regepil", nº 908838468, classe NCL 05	Registro válido até 27/06/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Rekon", nº 909849919, classe NCL 05	Registro válido até 31/10/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Reproduz Brasil", nº 912086653, classe NCL 41	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Resolutor", nº 906794803, classe NCL 05	Registro válido até 13/03/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ricobendazole", nº 912358114, classe NCL 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Ricofino", nº 820459348, classe NCL 05	Registro válido até 24/07/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ricozole", nº 820294110, classe NCL 05	Registro válido até 11/07/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Rifogen", nº 828877440, classe NCL 05	Registro válido até 03/08/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Safesui", nº 909849854, classe NCL 05	Registro válido até 31/10/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Sanital", nº 826684424, classe NCL 05	Registro válido até 22/03/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Sedazine", nº 822134535, classe NCL 05	Registro válido até 29/08/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Sellat", nº 907296980, classe NCL 05	Registro válido até 16/11/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Seren", nº 911628525, classe NCL 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Siga Corte", nº 902157701, classe NCL 41	Registro válido até 30/10/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Siga Leite", nº 902157647, classe NCL 41	Registro válido até 30/10/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Sincrocio", nº 820610186, classe NCL 05	Registro válido até 17/10/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Sincrocp", nº 900276347, classe NCL 05	Registro válido até 27/06/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Sincrodiol", nº 901164712, classe NCL 05	Registro válido até 14/12/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"SincroECG", nº 903858282, classe NCL 05	Registro válido até 28/10/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Sincroforte", nº 901164607, classe NCL 05	Registro válido até 14/12/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Sincrogest", nº 827884796, classe NCL 05	Registro válido até 19/02/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Sincromais", nº 827984243, classe NCL 05	Registro válido até 26/02/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Sincromil", nº 827984260, classe NCL 05	Registro válido até 26/02/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Sincrorrelin", nº 902889788, classe NCL 05	Registro válido até 18/02/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Sincrovet", nº 827984235, classe NCL 05	Registro válido até 07/11/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Smart Mais", nº 827553439, classe NCL 05	10 anos do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Stilverm", nº 816331162, classe NCL 05	Registro válido até 05/11/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Stop-Lac", nº 901673889, classe NCL 05	Registro válido até 03/04/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Sucesso", nº 900398183, classe NCL 05	Registro válido até 03/11/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Superforte Booster OF", nº 827155425, classe NCL 05	Registro válido até 27/07/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Superforte Casco OF", nº 827173431, classe NCL 05	Registro válido até 13/04/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Superforte OF", nº 827155433, classe NCL 05	Registro válido até 27/07/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Superhion", nº 905704169, classe NCL 05	Registro válido até 01/12/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Tamanduca (figura/mascote)", nº 826684432, classe NCL 05	Registro válido até 13/01/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Terra Mata", nº 901309664, classe NCL 05	Registro válido até 08/02/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Tetraguard", nº 900095695, classe NCL 05	Registro válido até 03/11/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Top Dog", nº 901362387, classe NCL 05	Registro válido até 15/03/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Trissulfin", nº 814682944, classe NCL 05	Registro válido até 26/12/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Trissulfin SID", nº 904603202, classe NCL 05	Registro válido até 07/04/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Vale Ouro", nº 902365940, classe NCL 01	Registro válido até 18/12/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Vale Ouro", nº 902366939, classe NCL 05	Registro válido até 18/12/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Vale Ouro", nº 902371355, classe NCL 31	Registro válido até 18/12/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Vetell", nº 902473867, classe NCL 05	Registro válido até 15/01/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Vingador", nº 825112044, classe NCL 05	Registro válido até 14/04/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Vivo Pet", nº 900408952, classe NCL 05	Registro válido até 21/07/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Voss", nº 906553229, classe NCL 05	Registro válido até 17/05/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Voss Lacto", nº 907296831, classe NCL 05	Registro válido até 25/10/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Voss Performa", nº 907296700, classe NCL 05	Registro válido até 25/10/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Voss Produce", nº 907297056, classe NCL 05	Registro válido até 16/11/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Voss Rico", nº 908045832, classe NCL 05	Registro válido até 07/02/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Voss Rico Oral", nº 908045891, classe NCL 05	Registro válido até 07/02/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Voss Total", nº 908045638, classe NCL 05	Registro válido até 07/02/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Voss Vital", nº 907296777, classe NCL 05	Registro válido até 25/10/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ziflor", nº 900500816, classe NCL 05	Registro válido até 29/12/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Zinfix", nº 908621582, classe NCL 05	Registro válido até 06/06/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Ouro Fino Agronegócio Ltda.	05.480.599/0001-21	-	Controlada	Brasil	SP	Cravinhos	Comercialização, distribuição e logística no mercado interno e externo de medicamentos e produtos veterinários para animais de produção (bovinos, suínos, aves, ovinos, equinos e caprinos) e produtos agropecuários, sementes e produtos de uso fitossanitário, adquiridos da Ouro Fino Saúde Animal.	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2017	12,209487	0,000000	6.611.799,94	Valor contábil	31/12/2017	133.543.186,96		
31/12/2016	-5,081797	0,000000	420.000,00					
31/12/2015	26,188479	0,000000	18.539.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição da participação da Ouro Fino Agronegócio Ltda. se justifica pela cisão da Ouro Fino Participações Empreendimentos S.A. e consequente segregação dos segmentos de saúde animal e agroquímica.								
Ouro Fino Colombia S.A.S.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Colômbia			Representação, importação, distribuição de produtos biológicos, farmaceticos veterinários, insumos veterinários, pre misturas, sementes e aditivos veterinários, produção e comercialização de bens, produtos e serviços especializadospara el setor pecuário e agrícola.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2017	-298,910000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2017	2.460.521,68		
31/12/2016	-39,950000	0,000000	0,00					
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A manutenção da participação da Ouro Fino Colombia S.A.S.se justifica pelas atividades operacionais descritas acima.								
Ouro Fino de México Sociedad Anónima de Capital Variable	00.000.000/0000-00	-	Controlada	México			Elaboação, processamento, compra, venda, distribuição, consignação, importação, exportação e em geral na comercialização de toda classe de produtos de medicina veterinária , assim como de implementos de uso agropecuário e veterinário.	96,430000
				Valor mercado				
31/12/2017	-130,390000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2017	-6.804.824,72		

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2016	-130,390000	0,000000	0,00					
31/12/2015	44,256121	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A manutenção da participação da Ouro Fino de México Sociedad Anónima de Capital Variable se justifica pelas atividades operacionais descritas acima.								
Ouro Fino Pet Ltda.	07.380.067/0001-48	-	Controlada	Brasil	SP	Cravinhos	Comercialização no mercado interno de medicamentos, produtos veterinários e artigos correlatos para animais de companhia (cães e gatos).	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2017	-31,499553	0,000000	26.273.000,00	Valor contábil	31/12/2017	19.644.963,37		
31/12/2016	21,277228	0,000000	10.309.000,00					
31/12/2015	-16,037579	0,000000	27.615.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição da participação da Ouro Fino Pet Ltda. se justifica pela cisão da Ouro Fino Participações Empreendimentos S.A. e consequente segregação dos segmentos de saúde animal e agroquímica.								
Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	57.624.462/0001-05	-	Controlada	Brasil	SP	Cravinhos	Pesquisa, desenvolvimento, industrialização, comercialização, importação e exportação de medicamentos, vacinas e demais produtos de uso veterinários.	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2017	6,852843	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2017	259.163.593,50		
31/12/2016	-2,594360	0,000000	3.455.000,00					
31/12/2015	133,573754	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição da participação da Ouro Fino Saúde Animal Ltda. se justifica pela cisão da Ouro Fino Participações Empreendimentos S.A. e consequente segregação dos segmentos de saúde animal e agroquímica.								

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 9.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia nesta data são suficientes para dar continuidade ao seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo. Sua geração de caixa, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócio.

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Índice de endividamento total ¹	1,00	1,06	0,82
Caixa e equivalentes de caixa	123.360	70.325	23.380
Dívida líquida bancária	200.191	264.517	192.669
Índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido	0,49	0,70	0,51

¹ Representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia apresenta nível de alavancagem adequado para consecução de seu plano de negócios. A relação entre dívida líquida (empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes líquidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa e de instrumentos financeiros derivativos) e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 era de 0,49 (0,70 em 31 de dezembro de 2016 e 0,51 em 31 de dezembro de 2015). A tabela a seguir apresenta a estrutura do endividamento da Companhia nas datas indicadas:

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	190.233	73.550	57.260
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	122.867	241.888	159.227
Total de empréstimos e financiamentos	313.100	315.438	216.487
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	10.451	19.404	(438)
Caixa e equivalentes de caixa	(123.360)	(70.325)	(23.380)
(-) Dívida líquida	200.191	264.517	192.669
Patrimônio líquido	405.636	376.295	380.309
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido	0,49	0,70	0,51

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia apresentava, em 31 de dezembro de 2017, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, na proporção apresentada na tabela abaixo. Na visão da Diretoria, essa estrutura ainda propicia maior grau de alavancagem, se necessário for, para execução do seu plano de negócios.

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	404.591	399.281	313.062
Capital próprio (patrimônio líquido)	405.636	376.295	380.309
Capital total (terceiros + próprio)	810.227	775.576	693.371
Parcela de capital de terceiros	49,94%	51,48%	45,15%
Parcela de capital próprio	50,06%	48,52%	54,85%

i. hipóteses de resgate de ações ou quotas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuiu ações resgatáveis emitidas.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate de ações ou quotas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuiu ações resgatáveis emitidas.

(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir seus compromissos financeiros. Os índices de liquidez geral e corrente da Companhia em 31 de dezembro de 2017 eram de 1,18 e 1,47, respectivamente (1,11 e 2,66 em 31 de dezembro de 2016 e 1,34 e 2,52 em 31 de dezembro de 2015). Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía aproximadamente R\$ 313,1 milhões de empréstimos e financiamentos tomados. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de crédito adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

Na data deste Formulário de Referência, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia são os instrumentos bancários de financiamento, tais como linhas de capital de giro de bancos comerciais e as linhas de investimento dos bancos de desenvolvimento e agências de financiamento governamentais, como a FINEP e BNDES, além do caixa gerado por meio de suas atividades operacionais.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos no mercado de capitais brasileiro e/ou nas instituições financeiras.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2017:

(em milhares de reais, exceto %)	Encargos financeiros	Vencimento final	Em 31 de dezembro de		
			2017	2016	2015
Em moeda estrangeira					
Nota de Crédito à Exportação (NCE)	Variação cambial e taxa média ponderada de 4,65% ao ano	2017		8.365	
Capital de giro	Variação cambial e taxa média ponderada de 3,03% ao ano (2016 - 3,06% ao ano)	2019	71.013	87.859	57.005
Em moeda nacional					
FINEP (Inovação tecnológica)	Taxa média ponderada de 4,51% ao ano (2016 - 4,74% ao ano)	2024	133.584	165.385	132.890
BNDES - FINEM	Taxa média ponderada de 10,24% ao ano	2025	28.802		1.151
BNDES - EXIM	Taxa média ponderada de 10,18% ao ano (2016 - 12,59% ao ano)	2018	39.799	38.339	
BNDES - FINAME	Taxa média ponderada de 6,51% ao ano (2016 - 6,67% ao ano)	2023	847	1.270	1.364
Nota de Crédito à Exportação (NCE)	Taxa média ponderada de 8% a.a. (2014 - 8% a.a.)	2016			22.306
Capital de giro	Taxa média de 7,00% ao ano	2018	20.011		
Capital de giro	Taxa média ponderada de 10,29% (2016 - 10,46% ao ano)	2018	9.507	6.160	
Capital de giro	Taxa média ponderada de 8,66% (2016 - taxa de 10,42% ao ano)	2018	7.251	5.454	
Arrendamento mercantil financeiro	Taxa média ponderada de 10,48% ao ano (2016 - 16,95% ao ano)	2020	2.286	2.606	961

Descrevemos a seguir os contratos financeiros relevantes da Companhia e suas controladas, em vigor em 31 de dezembro de 2017:

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

Em 18 de julho de 2008, 15 de abril de 2010, 9 de dezembro de 2011 e 18 de dezembro de 2014, as controladas Ouro Fino Saúde Animal Ltda. e Ouro Fino Agronegócio Ltda. firmaram contratos com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP voltados ao financiamento de projetos de desenvolvimento e inovação de produtos, com valor histórico agregado de R\$ 332,6 milhões, com vencimentos entre 15 de agosto de 2018 e 15 de janeiro de 2024. Três desses contratos possuem taxas de juros pré-fixadas entre 4,0% e 5,0% ao ano e os demais contratos são vinculados à taxa de juros longo prazo (“TJLP”), com equalização que produz uma taxa de juros final ao redor de 4,5% ao ano. Esses contratos são garantidos por aval/fiança da Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. e/ou Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A, hipoteca de imóveis, alienação fiduciária de máquinas/equipamentos e/ou por fiança bancária parcial. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo devedor desses contratos era de aproximadamente R\$ 133,6 milhões.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Em 3 de maio de 2017, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES de financiamento visando a modernização e adequação regulatória das instalações da planta industrial de Cravinhos, com valor histórico de R\$ 33,3 milhões, com vencimento em 15 de agosto de 2025. O contrato possui taxas de juros correspondentes ao mix de 51% da TJLP e 49% SELIC, adicionados de remuneração total entre 3,1% e 3,4% ao ano. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo devedor desse contrato era de aproximadamente R\$ 28,8 milhões

Advance Facility Agreement (crédito externo) com o Rabobank Curaçao N.V e Coperatieve Rabobank U.A..

Em 31 de julho de 2015, 26 de outubro de 2015, 17 de novembro de 2015, 04 de fevereiro de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

2016 e 01 de julho de 2016, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. firmou contratos de empréstimos com o Rabobank Curaçao N.V. e Cooperatieve Rabobank U.A no valor total agregado de US\$ 22,5 milhões (aproximadamente R\$ 81,5 milhões), com vencimentos entre 09 de novembro de 2017 e 01 de janeiro de 2019 e taxa de juros em dólar norte americano entre 2,75% e 3,75% ao ano. Esses empréstimos são garantidos por aval da Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A. e Notas Promissórias no valor total agregado de US\$ 27,0 milhões.

Nas mesmas datas dos contratos, a Ouro Fino Saúde Animal Ltda. celebrou contratos de *swap* de taxa de câmbio com o Banco Rabobank International Brasil S.A. no valor nominal total de R\$ 81,5 milhões (US\$ 22,5 milhões) que preveem que ela receba a variação do dólar norte-americano mais juros entre 2,75% e 3,75% ao ano e pague entre 100% e 105% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) sobre o valor nominal dos contratos. Os contratos poderão ser considerados antecipadamente vencidos caso a Ouro Fino Saúde Animal Ltda. esteja inadimplente com relação a qualquer obrigação contraída com o Rabobank Curaçao N.V. e Cooperatieve Rabobank U.A. ou com uma empresa relacionada com o conglomerado Rabobank. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo devedor desses contratos era de R\$ 71,0 milhões.

Cédula de Crédito Bancário (BNDES EXIM Pré-Embarque) com o Banco Santander (Brasil) S.A.

Em 19 de agosto de 2016 e 14 de novembro de 2016, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. firmou dois contratos de financiamento à exportação com o Banco Santander (Brasil) S.A. no valor agregado de US\$ 11,5 milhões (aproximadamente R\$ 37,4 milhões), com vencimentos entre 15 de agosto de 2018 e 16 de novembro de 2018 e taxa de juros em reais correspondentes ao mix de 70% da TJLP e 30% SELIC, adicionados de remuneração total (BNDES e agente financeiro) entre 3,05% e 3,10% ao ano. Estes financiamentos são garantidos por aval da Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo devedor desses contratos era de R\$ 39,8 milhões.

Cédula de Crédito Bancário (crédito externo) com o HSBC Bank Brasil S.A.

Em 17 de dezembro de 2015, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. firmou um contrato de empréstimo com o HSBC Bank Brasil S.A. no valor de US\$ 4 milhões (aproximadamente R\$ 15,4 milhões), com vencimento em 10 de janeiro de 2017 e taxa de juros em dólar norte americano de 3,31% ao ano. Este empréstimo é garantido por aval da Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A..

Nessa mesma data, a Ouro Fino Saúde Animal Ltda. celebrou um contrato de *swap* de taxa de câmbio com o HSBC Bank Brasil S.A. no valor nominal de R\$ 15,4 milhões (US\$ 4 milhões) que prevê que ela receba a variação do dólar norte-americano mais juros de 3,31% ao ano e pague 96,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) sobre o valor nominal. O contrato poderá ser considerado antecipadamente vencido caso a Ouro Fino Saúde Animal Ltda. fique inadimplente em relação a qualquer obrigação contraída com o HSBC Bank Brasil S.A. ou com uma empresa relacionada com o HSBC Bank Brasil S.A. Esta operação foi liquidada em 10 de janeiro de 2017.

ii. outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Os Diretores informam que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e/ou suas controladas com instituições financeiras que não aquelas descritas no item 10.1(f)(i) deste Formulário de Referência.

iii. grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores informam que o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

iv. restrições impostas à Companhia, em especial em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Alguns empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia ou suas controladas possuem cláusulas restritivas relacionadas à mudança do controle societário consideradas usuais para esses tipos de operações. Adicionalmente, em 2017, a Companhia firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) onde constam cláusulas de obrigatoriedade de manutenção dos seguintes índices de endividamento:

- Dívida Líquida/EBITDA: igual ou menor a 3,0; e
- Endividamento geral: igual ou menor a 0,7.

(g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía R\$ 313,1 milhões em empréstimos e financiamentos tomados e dispunha de financiamentos contratados com recursos a serem desembolsados, no montante de R\$ 39,8 milhões. Os recursos foram liberados em janeiro de 2018.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 ("2017") COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 ("2016")

Demonstração do Resultado

(em R\$ milhares, exceto quando indicado)	2017	AV (%)	2016	AV (%)	AH 2017 /2016 (%)
Operações continuadas					
Receitas líquidas das vendas	505.281	100,00%	456.587	100,00%	10,66%
Custos das vendas	(238.712)	-47,24%	(230.504)	-50,48%	3,56%
Lucro bruto	266.569	52,76%	226.083	49,52%	17,91%
Despesas com vendas	(155.634)	-30,80%	(168.307)	-36,86%	-7,53%
Despesas gerais e administrativas	(39.872)	-7,89%	(36.492)	-7,99%	9,26%
Outras receitas, líquidas	(4.712)	-0,93%	(2.519)	-0,55%	87,06%
Resultado financeiro	(16.793)	-3,32%	(22.200)	-4,86%	-24,36%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	49.558	9,81%	(3.435)	-0,75%	-1542,74%
Imposto de renda e contribuição social	(11.657)	-2,31%	5.696	1,25%	-304,65%
Lucro do exercício das operações continuadas	37.901	7,50%	2.261	0,50%	1576,29%

Receita líquida

A receita líquida foi de R\$ 505,3 milhões em 2017, em comparação com R\$ 456,6 milhões em 2016, o que representou um crescimento de R\$ 48,7 milhões ou 10,66%. Esse incremento, em termos absolutos, é atribuído aos segmentos de Animais de Produção, no montante de R\$ 38,0 milhões, de Animais de Companhia, no montante de R\$ 6,5 milhões, compensados parcialmente pelo aumento de Operações Internacionais, no montante de R\$ 4,2 milhões.

Animais de Produção

Esse segmento representa a fabricação e comercialização no mercado interno de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção (ruminantes, que compreendem bovinos, equinos e outros), aves e suínos e prestação de serviços de industrialização para outras empresas do setor.

O segmento apresentou receita líquida de R\$ 397,7 milhões em 2017, um aumento de 10,6% em relação a 2016. O crescimento reportado reflete o resultado das ações tomadas pela nova gestão.

Animais de Companhia

Esse segmento representa a fabricação e comercialização no mercado nacional de medicamentos e outros produtos veterinários para animais de companhia (cães e gatos).

O segmento obteve receita líquida de R\$ 61,0 milhões em 2017 com crescimento de 11,9% em relação a 2016. Esse resultado reflete a recuperação do mercado com níveis de estoques saudáveis nos distribuidores.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Operações Internacionais

Esse segmento representa a fabricação e comercialização de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção (bovinos, aves e suínos, ovinos, equinos e caprinos) para o mercado externo, substancialmente para a América Latina.

O segmento apresentou receita líquida de R\$ 46,6 milhões em 2017, um aumento de 9,9% comparado a 2016 e impactado negativamente por câmbio.

Custo das vendas

O custo das vendas, em 2016, foi de R\$ 230,5 milhões, contra R\$ 236,7 milhões em 2015, o que representou uma variação de R\$ 6,2 milhões ou 44,32%.

O custo das vendas representou 47,24% e 50,48% da nossa receita líquida em 2017 e 2016, respectivamente. O segmento de Animais de Produção apresentou custo de vendas de 49,5% em 2017 com diminuição de 5,2 p.p. em comparação com 2016. A redução do custo se deu em função de melhor *mix* apresentado no segmento. O segmento de Animais de Companhia apresentou custo de vendas de 30,0% em 2017, com leve aumento de 0,3 p.p. em relação a 2016. O segmento de Operações Internacionais apresentou Custo de vendas de 48,7% em 2017, com aumento de 7,2 p.p. sobre a receita líquida em comparação com 2016. Esse aumento decorre substancialmente de perdas de preço por efeito cambial no período

Lucro bruto

Pelos motivos acima expostos, nosso lucro bruto em 2017 foi de R\$ 266,6 milhões, em comparação com R\$ 226,0 milhões em 2016, o que representou um crescimento de R\$ 40,5 milhões ou 17,91%.

Despesas operacionais

Em 2017, nossas despesas operacionais, que compreendem despesas com vendas, despesas gerais e administrativas e outras despesas, foram de R\$ 200,2 milhões, contra R\$ 207,3 milhões em 2016, o que representou uma redução de R\$ 7,1 milhões ou 3,42%. As despesas operacionais corresponderam a 39,63% e 45,41% do total da receita líquida em 2017 e 2016, respectivamente.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido apresentou uma despesa de R\$ 16,8 milhões em 2017 em comparação a uma despesa de R\$ 22,2 milhões em 2016. Esse resultado ocorreu em virtude da maior geração de caixa em 2017. Com isso, houve redução na dívida líquida, que havia atingido R\$ 264,6 milhões em 2016 e alcançou R\$ 200,2 milhões em 2017.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social

Registramos lucro antes do imposto de renda e da contribuição social em 2017, no montante de R\$ 49,6 milhões, contra prejuízo de R\$ 3,4 milhões em 2016, o que representa uma melhora no resultado no total de R\$ 52,7 milhões, e se justifica pelos efeitos citados acima. O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social representou 9,81% e – 0,75% de nossa receita líquida em 2017 em de 2016, respectivamente.

Impostos de renda e contribuição social

Em 2017, o resultado com imposto de renda e contribuição social, que compreendem os correntes e diferidos, totalizaram uma despesa R\$ 11,7 milhões, contra uma receita R\$ 5,7 milhões em 2016.

Lucro líquido do exercício

Como resultado do acima mencionado, nosso lucro em 2017 foi de R\$ 37,9 milhões, contra R\$ 2,3 milhões em 2016.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Balanco Patrimonial Consolidado

A tabela a seguir apresenta os valores relativos aos balanços patrimoniais nas datas indicadas:

Ativo

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	2017	AV (%)	2016	AV (%)	AH 2017 /2016 (%)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	123.360	15,23%	70.325	9,07%	75,41%
Contas a receber de clientes	160.663	19,83%	162.478	20,95%	-1,12%
Estoques	108.578	13,40%	131.303	16,93%	-17,31%
Tributos a recuperar	8.925	1,10%	9.984	1,29%	-10,61%
Partes relacionadas	256	0,03%	303	0,04%	-15,51%
Outros ativos	5.514	0,68%	5.529	0,71%	-0,27%
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Instrumentos financeiros derivativos					
Tributos a recuperar	49.664	6,13%	42.643	5,50%	16,46%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.412	1,53%	17.081	2,20%	-27,33%
Estoques	5.137				
Outros ativos	2.130	0,26%	2.971	0,38%	-28,31%
Intangível	86.721	10,70%	87.158	11,24%	-0,50%
Imobilizado	246.867	30,47%	245.801	31,69%	0,43%
Total do ativo	810.227	100,00%	775.576	100,00%	4,47%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Passivo e Patrimônio Líquido

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	2017	AV (%)	2016	AV (%)	AH 2017 /2016 (%)
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	27.915	3,45%	23.316	3,01%	19,72%
Instrumentos financeiros derivativos	9.179	1,13%	8.820	1,14%	4,07%
Empréstimos e financiamentos	190.233	23,48%	73.550	9,48%	158,64%
Salários e encargos sociais	22.180	2,74%	17.299	2,23%	28,22%
Tributos a recolher	4.153	0,51%	4.053	0,52%	2,47%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	578	0,07%	1.056	0,14%	-45,27%
Dividendos e juros sobre o capital próprio	9.051				
Partes relacionadas	168	0,04%	355	0,09%	-52,68%
Comissões sobre as vendas	4.931	0,61%	6.070	0,78%	-18,76%
Outros passivos	8.129	1,00%	8.440	1,09%	-3,68%
Não circulante					
Instrumentos financeiros derivativos	1.272	0,16%	10.584	1,36%	-87,98%
Empréstimos e financiamentos	122.867	15,16%	241.888	31,19%	-49,21%
Provisão para contingências	3.935	0,49%	3.850	0,50%	2,21%
Total do passivo	404.591	49,94%	399.281	51,48%	1,33%
Patrimônio líquido	405.879	50,09%	376.334	48,52%	7,85%
Participação dos não controladores	(243)	-0,03%	(39)	-0,01%	523,08%
Total do patrimônio líquido	405.636	50,06%	376.295	48,52%	7,80%
Total do passivo e patrimônio líquido	810.227	100,00%	775.576	100,00%	4,47%

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o ativo circulante era de R\$ 407,3 milhões, em comparação com R\$ 379,9 milhões em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 50,27% em 31 de dezembro de 2017 e 48,99% em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento, de R\$ 27,4 milhões ou 7,21%, decorreu substancialmente do efeito líquido do aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa, no valor de R\$ 53,0 milhões, compensado pela redução nos estoques, no valor de R\$ 22,7 milhões.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o ativo não circulante era de R\$ 402,9 milhões, em comparação com R\$ 395,6 milhões em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 49,10% em 31 de dezembro de 2017 e 51,01% em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento, de R\$ 7,3 milhões ou 1,84%, decorreu substancialmente de aumento nos tributos a recuperar e estoques, nos montantes de R\$ 7,0 milhões e R\$ 5,1 milhões, respectivamente, compensados pela redução de R\$ 4,7 milhões no imposto de renda e contribuição social diferidos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o passivo circulante era de R\$ 276,5 milhões, em comparação com R\$ 143,0 milhões em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 33,03% em 31 de dezembro de 2017 e 18,48% em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento, de R\$ 133,5 milhões ou 93,42%, decorreu substancialmente da transferência de empréstimos e financiamentos de longo para curto prazo, no montante de R\$ 116,7 milhões e contabilização dos dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar em 2018, no montante de R\$ 9,0 milhões.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o passivo não circulante era de R\$ 128,1 milhões, em comparação com R\$ 256,3 milhões em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 15,81% em 31 de dezembro de 2017 e 33,05% em 31 de dezembro de 2016. Essa redução, de R\$ 128,2 milhões ou 50,03%, decorreu substancialmente da transferência de empréstimos e financiamentos de longo para curto prazo e redução nos instrumentos financeiros derivativos, no montante de R\$ 9,3 milhões.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido era de R\$ 405,9 milhões, em comparação com R\$ 376,3 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa variação, de R\$ 29,6 milhões ou 7,85%, deu-se substancialmente pelo resultado do ano, compensado pelas variações em resultados não abrangentes, decorrentes dos efeitos reflexos das movimentações dos investimentos.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 ("2016") COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 ("2015")

Demonstração do Resultado

(em R\$ milhares, exceto quando indicado)	2016	AV (%)	2015	AV (%)	AH 2016/2015 (%)
Operações continuadas					
Receitas líquidas das vendas	456.587	100,00%	534.045	100,00%	-14,50%
Custos das vendas	(230.504)	-50,48%	(236.684)	-44,32%	-2,61%
Lucro bruto	226.083	49,52%	297.361	55,68%	-23,97%
Despesas com vendas	(168.307)	-36,86%	(161.618)	-30,26%	4,14%
Despesas gerais e administrativas	(36.492)	-7,99%	(39.882)	-7,47%	-8,50%
Outras receitas, líquidas	(2.519)	-0,55%	2.041	0,38%	-223,42%
Resultado financeiro	(22.200)	-4,86%	(10.635)	-1,99%	108,74%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.435)	-0,75%	87.267	16,34%	-103,94%
Imposto de renda e contribuição social	5.696	1,25%	(18.060)	-3,38%	-131,54%
Lucro do exercício das operações continuadas	2.261	0,50%	69.207	12,96%	-96,73%

Receita líquida

A receita líquida foi de R\$ 456,6 milhões em 2016, em comparação com R\$ 534,0 milhões em 2015, o que representou um decréscimo de R\$ 77,4 milhões ou 14,50%. Essa retração, em termos absolutos, é atribuída aos segmentos de Animais de Produção, no montante de R\$ 76,0 milhões, de Animais de Companhia, no montante de R\$ 7,9 milhões, compensados parcialmente pelo aumento de Operações Internacionais, no montante de R\$ 6,5 milhões.

Animais de Produção

A retração de 17,44% apresentada no segmento é decorrente da redução da receita líquida, de R\$ 435,7 milhões em 2015 para R\$ 359,7 milhões em 2016. Esse decréscimo decorreu, substancialmente, de perdas de preço em vacina contra febre aftosa e perdas de preço e volume na linha de aves e suínos, especialmente em aves. Em bovinos ex-aftosa, houve queda de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

volume em grande parte das classes terapêuticas que foram parcialmente compensados pelos ganhos de preço, exceto para os produtos da linha reprodutiva que ganharam em preço e volume.

Animais de Companhia

A retração de 12,63% é decorrente da redução da receita líquida, de R\$ 62,4 milhões em 2015 para R\$ 54,5 milhões em 2016. Esse resultado reflete a situação macroeconômica, com perdas de preço e volume na classe terapêutica de ectoparasitídeos em decorrência do crescimento das vendas de ectocomprimidos pelos demais participantes do mercado. Esses resultados foram parcialmente compensados por ganhos de preço e volume em vermífugos e ganhos de preço nas demais classes terapêuticas.

Operações Internacionais

O crescimento de 17,81% é decorrente do aumento da receita líquida, de R\$ 35,9 milhões em 2015 para R\$ 42,3 milhões em 2016, em linha com o planejamento estratégico de longo prazo da Companhia. Destacam-se os impactos negativos da depreciação das moedas locais, especialmente do peso mexicano, e da apreciação do real frente ao dólar.

Custo das vendas

O custo das vendas, em 2016, foi de R\$ 230,5 milhões, contra R\$ 236,7 milhões em 2015, o que representou uma variação de R\$ 6.2 milhões ou 44,32%.

O custo das vendas representou 50,48% e 44,32% da nossa receita líquida em 2016 e 2015, respectivamente. No segmento de animais de produção, a redução de margem deve-se, substancialmente, às perdas de preço em aves e suínos e em vacina contra febre aftosa, além de um mix menos favorável. Em animais de companhia, a queda é reflexo das perdas de preços em ectoparasitídeos. No segmento de operações internacionais a redução da margem bruta nos períodos apresentados decorre, substancialmente, do não repasse integral aos preços dos aumentos de custos pela apreciação do dólar e pela inflação de 2015.

Lucro bruto

Pelos motivos acima expostos, nosso lucro bruto em 2016 foi de R\$ 226,0 milhões, em comparação com R\$ 297,4 milhões em 2015, o que representou uma redução de R\$ 71,4 milhões ou 23,97%.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Despesas operacionais

Em 2016, nossas despesas operacionais, que compreendem despesas com vendas, despesas gerais e administrativas e outras despesas, foram de R\$ 207,4 milhões, contra R\$ 199,5 milhões em 2015, o que representou um aumento de R\$ 7,9 milhões ou 3,94%. As despesas operacionais corresponderam a 45,41% e 37,55% do total da receita líquida em 2016 e 2015, respectivamente.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido apresentou uma despesa de R\$ 22,2 milhões em 2016 em comparação a uma despesa de R\$ 10,6 milhões em 2015. Esse incremento reflete o aumento do endividamento bancário decorrente dos investimentos realizados em 2016, no montante de R\$ 87,0 milhões, substancialmente, na nova fábrica de biológicos e cujos recursos finais, no valor de R\$ 42,0 milhões, referentes às duas últimas parcelas, foram liberados no mês de dezembro de 2016, encerrando os desembolsos do contrato de financiamento com a FINEP, no valor total de R\$ 106,9 milhões.

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social

Registramos prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social em 2016, no montante de R\$ 3,4 milhões, contra o lucro de R\$ 87,3 milhões em 2015, o que representa uma redução de R\$ 90,7 milhões, e se justifica pelos efeitos citados acima. O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social representou - 0,75% e 16,34% de nossa receita líquida em 2016 em de 2015, respectivamente.

Impostos de renda e contribuição social

Em 2016, o resultado com imposto de renda e contribuição social, que compreendem os correntes e diferidos, totalizaram uma receita R\$ 5,7 milhões, contra uma despesa de R\$ 18,0 milhões em 2015.

Lucro líquido do exercício

Como resultado do acima mencionado, nosso lucro em 2016 foi de R\$ 2,3 milhões, contra R\$ 69,2 milhões em 2015.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Balanco Patrimonial Consolidado

A tabela a seguir apresenta os valores relativos aos balanços patrimoniais nas datas indicadas:

Ativo

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	2016	AV (%)	2015	AV (%)	AH 2016/2015 (%)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	70.325	9,07%	23.380	3,37%	200,79%
Contas a receber de clientes	162.478	20,95%	225.740	32,56%	-28,02%
Instrumentos financeiros derivativos			22	0,00%	-100,00%
Estoques	131.303	16,93%	109.263	15,76%	20,17%
Tributos a recuperar	9.984	1,29%	8.491	1,22%	17,58%
Partes relacionadas	303	0,04%	1.870	0,27%	-83,80%
Outros ativos	5.529	0,71%	9.611	1,39%	-42,47%
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Instrumentos financeiros derivativos			1.713	0,25%	-100,00%
Tributos a recuperar	42.643	5,50%	32.322	4,66%	31,93%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.081	2,20%	5.558	0,80%	207,32%
Outros ativos	2.971	0,38%	2.616	0,38%	13,57%
Intangível	87.158	11,24%	78.690	11,35%	10,76%
Imobilizado	245.801	31,69%	194.095	27,99%	26,64%
Total do ativo	775.576	100,00%	693.371	100,00%	11,86%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Passivo e Patrimônio Líquido

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	2016	AV (%)	2015	AV (%)	AH 2016/2015 (%)
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	23.316	3,01%	29.450	4,25%	-20,83%
Instrumentos financeiros derivativos	8.820	1,14%	1.297	0,19%	580,03%
Empréstimos e financiamentos	73.550	9,48%	57.260	8,26%	28,45%
Salários e encargos sociais	17.299	2,23%	24.333	3,51%	-28,91%
Tributos a recolher	4.053	0,52%	6.585	0,95%	-38,45%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.056	0,14%	1.873	0,27%	-43,62%
Dividendos e juros sobre o capital próprio			16.433	2,37%	-100,00%
Comissões sobre as vendas	6.070	0,78%	7.313	1,05%	-17,00%
Outros passivos	8.795	1,13%	5.450	0,79%	61,38%
Não circulante					
Instrumentos financeiros derivativos	10.584	1,36%			
Empréstimos e financiamentos	241.888	31,19%	159.227	22,96%	51,91%
Provisão para contingências	3.850	0,50%	3.841	0,55%	0,23%
Total do passivo	399.281	51,48%	313.062	45,15%	27,54%
Patrimônio líquido	376.334	48,52%	380.181	54,83%	-1,01%
Participação dos não controladores	(39)	-0,01%	128	0,02%	-130,47%
Total do patrimônio líquido	376.295	48,52%	380.309	54,85%	-1,06%
Total do passivo e patrimônio líquido	775.576	100,00%	693.371	100,00%	11,86%

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2016, o ativo circulante era de R\$ 379,9 milhões, em comparação com R\$ 378,4 milhões em 31 de dezembro de 2015. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 48,99% em 31 de dezembro de 2016 e 54,57% em 31 de dezembro de 2015. Esse aumento, de R\$ 1,5 milhão ou 0,41%, decorreu substancialmente do efeito líquido do aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa, no valor de R\$ 46,9 milhões, e aumento do saldo de estoques, no montante de R\$ 22,0 milhões, compensados pela redução do contas a receber, no valor de R\$ 63,3 milhões.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2016, o ativo não circulante era de R\$ 395,6 milhões, em comparação com R\$ 315,0 milhões em 31 de dezembro de 2015. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 51,01% em 31 de dezembro de 2016 e 45,43% em 31 de dezembro de 2015. Esse aumento, de R\$ 80,6 milhões ou 25,61%, decorreu substancialmente de adições no intangível e imobilizado, líquidos da depreciação, no montante de R\$ 60,2 milhões, dos aumentos dos saldos de tributos a recuperar e impostos diferidos, nos montantes de R\$ 10,3 milhões e R\$ 11,5 milhões, respectivamente. Os investimentos no intangível são, substancialmente, referentes a desenvolvimentos de novos produtos, e no imobilizado, substancialmente, relativos às obras da nova planta de vacinas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2016, o passivo circulante era de R\$ 143,0 milhões, em comparação com R\$ 150,0 milhões em 31 de dezembro de 2015. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 18,43% em 31 de dezembro de 2016 e 21,63% em 31 de dezembro de 2015. Essa redução, de R\$ 7,0 milhões ou 4,69%, decorreu substancialmente das diminuições dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 16,4 milhões, de fornecedores, no montante de R\$ 6,0 milhões e de salários e encargos sociais, no montante de R\$ 7,3 milhões, parcialmente compensadas pelo aumento no saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo, no montante de R\$ 16,3 milhões.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2016, o passivo não circulante era de R\$ 256,3 milhões, em comparação com R\$ 163,1 milhões em 31 de dezembro de 2015. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 33,05% em 31 de dezembro de 2016 e 23,52% em 31 de dezembro de 2015. Esse aumento, de R\$ 93,2 milhões ou 57,19%, decorreu substancialmente dos aumentos dos saldos de empréstimos e financiamentos de longo prazo, no montante de R\$ 82,7 milhões e dos instrumentos financeiros derivativos, no montante de R\$ 10,6 milhões.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2016, o patrimônio líquido era de R\$ 376,3 milhões, em comparação com R\$ 380,3 milhões em 31 de dezembro de 2015. Essa variação, de R\$ 3,8 milhões ou 1,01%, deu-se substancialmente pelo resultado do ano, compensado pelas variações em resultados não abrangentes, decorrentes dos efeitos reflexos das movimentações dos investimentos.

Fluxo de Caixa

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 ("2017") COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 ("2016") E AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 ("2015")

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa para os exercícios indicados:

(em milhares de reais)	2017	2016	2015
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	99.503	42.242	15.509
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(25.241)	(83.974)	(56.383)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(21.217)	89.879	(8.759)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	53.045	48.147	(49.633)

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 99,5 milhões em 2017, em comparação a R\$ 42,2 milhões em 2016. O aumento de R\$ 57,3 milhões na geração de caixa líquido, ou 57,55%, é representado substancialmente pela maior lucratividade do exercício de 2017 em comparação a 2016.

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 42,2 milhões em 2016, em comparação a R\$ 15,5 milhões em 2015. O aumento de R\$ 26,7 milhões na geração de caixa líquido, ou 172,11%, é representada substancialmente por maior geração de caixa nas contas de variação no capital circulante e instrumentos financeiros derivativos, compensados por menor lucratividade no comparativo dos dois exercícios.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 25,2 milhões em 2017, contra R\$ 84,0 milhões em 2016. A redução de R\$ 58,8 milhões, ou 232,69%, decorreu substancialmente pela redução nas aplicações de recursos em aquisições de ativo imobilizado e ativo intangível, no montante de R\$ 53,4 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 86,8 milhões em 2016, contra R\$ 56,4 milhões em 2015. O incremento de R\$ 30,4 milhões, ou 53,98%, decorreu substancialmente pelo efeito líquido das aquisições e alienações de ativo imobilizado, no montante de R\$ 30,0 milhões. O investimento no imobilizado é substancialmente relativo às obras da nova planta de vacinas.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 21,2 milhões em 2017, representado substancialmente pelo efeito líquido de obtenção e pagamento de empréstimos e financiamentos, no montante de R\$ 6,6 milhões e realização de instrumentos financeiros derivativos, no montante de R\$ 14,6 milhões. O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 92,8 milhões em 2016, representado substancialmente pelo efeito líquido de obtenção e pagamento de empréstimos e financiamentos, no montante de R\$ 132,9 milhões, compensados pela realização de instrumentos financeiros derivativos, no montante de R\$ 28,0 milhões. O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 8,8 milhões em 2015, representado substancialmente pela declaração de dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$ 12,9 milhões, efeito líquido de obtenção e pagamento de empréstimos e financiamentos, no montante de R\$ 15,7 milhões, compensados pela realização de instrumentos financeiros derivativos, no montante de R\$ 19,8 milhões.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações do emissor

Os Diretores entendem que a base de sustentação das receitas da Companhia e suas controladas, e, conseqüentemente, de suas operações, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 foi a venda de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção (bovinos, suínos, aves, ovinos, equinos e caprinos) e animais de companhia (cães e gatos). As receitas são provenientes tanto do mercado interno, quanto de exportações, principalmente para a América Latina.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de cambio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os fatores relevantes que influenciaram as variações nos resultados foram detalhados acima neste item, com base nas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, não havendo mudanças adicionais relevantes atribuíveis a modificações de preços, do câmbio, da inflação e da taxa de juros, além daquelas já explicitadas neste item.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do cambio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro

Vide letra (b) acima.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Introdução do Segmento de Saúde Animal

Conforme descrito no item 6.5 deste Formulário de Referência, em 30 de junho de 2014, em decorrência da cisão parcial da Ouro Fino Participações, foram introduzidos os seguintes segmentos operacionais geradores de caixa para a Companhia :

Animais de Produção: Representa a fabricação e comercialização no mercado interno de medicamentos (anti-inflamatórios, antibióticos, anticoccidianos, antimastíticos, ectoparasiticidas, endectocidas, endoparasiticidas, hemoparasiticidas, inoculantes, terapêuticos, produtos para a reprodução animal - IATF), vacinas, além de aditivos melhoradores de performance, probióticos e outros produtos veterinários para bovinos, suínos, aves, ovinos, equinos e caprinos e prestação de serviços de industrialização para outras empresas do setor.

Animais de Companhia: Representa a fabricação e comercialização no mercado interno de medicamentos (anestésicos, sedativos, anti-inflamatórios, antibióticos, antimicrobianos, dermatológicos, ectoparasiticidas, endoparasiticidas, otológicos) e outros produtos veterinários para cães e gatos; e

Operações Internacionais: Representa a fabricação e comercialização no mercado externo, principalmente para América Latina, de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção e de companhia.

Para maiores informações acerca dos nossos segmentos de atuação, ver item 7 deste Formulário de Referência.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 15 de setembro de 2015, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. adquiriu a totalidade das ações representativas do capital social da Bracol Agronegócio S.A.S. ("Bracol"), uma antiga distribuidora da Companhia sediada na Colômbia, pelo valor de R\$ 387 Mil. Como resultado da aquisição, o Grupo espera expandir sua participação no mercado colombiano, em linha com seu planejamento estratégico de crescimento na América Latina. O ágio (Goodwill) de R\$ 618 Mil, que surge da aquisição, é atribuível à previsão de rentabilidade futura na investida. De acordo com a legislação atual, não se espera que o ágio registrado seja dedutível para fins de imposto de renda.

Em 31 de agosto de 2016, foi aprovada a incorporação da General Atlantic Ouro Fino Participações S.A. ("GAOF"), com base em laudo de avaliação a valor contábil em 30 de junho de 2016, emitido por avaliadores independentes em 12 de agosto de 2016. A GAOF, holding de investimentos, adquiriu em 20 de outubro de 2014 participação societária na Companhia, de aproximadamente 14,27% do capital, pelo montante de R\$ 200.000, gerando registro de ágio fiscal fundamentado por expectativa de rentabilidade futura (nos termos da Lei 9.532/97) no montante de R\$ 160.097. Após a incorporação, e tendo em vista a não expectativa de realização do benefício fiscal do ágio neste momento, a Administração optou pelo provisionamento total do saldo incorporado, tendo como contrapartida a mesma rubrica de reserva especial de ágio na incorporação onde o benefício foi inicialmente contabilizado. Neste contexto, não houve impacto

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

nas demonstrações financeiras consolidadas.

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve, nos exercícios cobertos por este Formulário de Referência, quaisquer eventos ou operações não usuais relacionados à Companhia e suas controladas ou suas atividades que tenham causado ou espera-se que venham a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor**(a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, não houve mudanças nas práticas contábeis que provoquem efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não existem efeitos significativos de alterações em práticas contábeis nos exercícios cobertos por este Formulário de Referência.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os pareceres dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios cobertos por este Formulário de Referência foram emitidos sem ressalvas.

10.5 - Políticas contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis críticos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Valor justo de instrumentos financeiros derivativos

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (impairment)

O *impairment* é estabelecido quando existe uma evidência objetiva de que as empresas não serão capazes de receber todos os valores, sendo a provisão calculada em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e as respectivas garantias possuídas.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas, foram contabilizados com base em expectativa de realização futura, baseada em projeções de resultados preparadas pela administração, que consideram o desenvolvimento normal dos negócios e mercados de atuação, de acordo com os cenários atualmente conhecidos.

Perda (impairment) do ativo imobilizado

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades do Grupo é avaliada quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

Provisão para contingências

O Grupo é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas prováveis dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

Valor justo do plano de outorga de opções de compra de ações

O valor justo atribuído às opções outorgadas foi determinado com base no modelo de precificação *Black-Scholes-Merton*, modelo este que leva em consideração o valor do ativo objeto, o preço de exercício, o tempo a decorrer até o exercício das opções, a probabilidade da opção ser exercida, a volatilidade histórica, a taxa de dividendos e a taxa de juros livre de risco.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Perda (*impairment*) do ativo intangível

Anualmente, o Grupo avalia a recuperabilidade (*impairment*) dos saldos de desenvolvimento de produtos no intangível, sempre que praticável, por meio do método de fluxo de caixa descontado, considerando dentre outros aspectos:

- premissas de geração futura de receitas, fundamentadas nos tamanhos dos mercados (atual e previsto) e na participação de mercado que o Grupo espera atingir;
- estimativas dos custos diretos e indiretos de fabricação; e
- gastos associados a comercialização, tais como despesas de marketing, comissões e fretes e armazenagem.

O exercício das projeções abrange cinco ou mais anos, a partir da data estimada de lançamento, dependendo da estimativa do ciclo de vida do produto, desenvolvimento de mercado e grau de inovação tecnológica associada. O registro de provisões é feito quando o valor de recuperação (valor presente líquido do fluxo de caixa) for inferior ao valor do ativo registrado.

Provisão para ajuste de preços praticado nas vendas de vacinas contra febre aftosa

Considerando a grande competitividade do mercado de vacinas contra febre aftosa e em consonância com as práticas deste mercado, no qual as negociações de preço podem se estender até o início da próxima campanha de vacinação, trimestralmente o Grupo avalia a situação do mercado de vacina contra a febre aftosa e analisa, com base em sua experiência, conhecimento acumulado sobre o setor, informações públicas sobre esse mercado e a demanda projetada para sua carteira de clientes, se existe necessidade de ajustes nos preços faturados. Quando faz-se necessário algum ajuste nos preços da vacina contra a febre aftosa, o mesmo é registrado reduzindo a receita líquida de vendas, no resultado do exercício, em contrapartida das contas a receber. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia negociou suas vendas de vacinas de febre aftosa a preços fixos, não havendo renegociação de preços após o efetivo faturamento e reconhecimento da receita e, portanto, não sendo requerida a avaliação da provisão acima mencionada.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, passíveis de gerar um efeito relevante, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2017.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantinha riscos e responsabilidades não evidenciadas nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2017.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, passíveis de gerar um efeito relevante, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2017.

(iv) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2017.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existem contratos de recebimentos futuros de financiamento não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2017.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

10.8 - Plano de Negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os Diretores informam que, no exercício social de 2018, a Companhia pretende efetuar investimentos no montante aproximado de R\$ 87,6 milhões, os quais serão destinados substancialmente em obras para adequação e expansão na planta produtiva de fármacos e nos projetos de pesquisa e desenvolvimento de produtos de acordo com o *pipeline* de lançamentos da Companhia.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores esclarecem que os investimentos serão financiados principalmente por meio de recursos próprios e de agências de financiamento, como a FINEP e BNDES.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Tendo em vista o mercado altamente tecnológico em que esta inserida, a Companhia está permanentemente envolvida em projetos de pesquisa e desenvolvimento de diversos tipos de produtos para saúde animal, tanto na categoria de terapêuticos como de biológicos. Nos últimos 3 anos, a Companhia e suas controladas investiram aproximadamente 6% de sua receita líquida em atividades de pesquisa e desenvolvimento, correspondentes a cerca de R\$ 98 milhões. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram lançados 2 novos produtos.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não aplicável.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas anteriormente. Desta forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

(a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas neste Formulário de Referência

Não aplicável tendo em vista que não divulgamos projeções.

(b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável tendo em vista que não divulgamos projeções.

(c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável tendo em vista que não divulgamos projeções.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(a) atribuições de cada órgão e comitê

Conselho de Administração

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por no mínimo cinco membros e no máximo sete membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, para um mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição. Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, no mínimo 20% dos membros do Conselho de Administração deverão ser conselheiros independentes.

Além de outras matérias previstas em lei e no Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração: (a) eleger e destituir os membros da Diretoria e fixar-lhes atribuições; (b) fiscalizar, supervisionar, aconselhar e apoiar a Diretoria no cumprimento do objeto social da Companhia; (c) convocar a assembleia geral quando julgar conveniente, ou nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (d) manifestar-se previamente sobre o voto a ser proferido no âmbito das sociedades controladas e coligadas, relativamente às operações de (i) incorporação, cisão, fusão e transformação; (ii) aquisição, alienação e oneração de bens imóveis e (iii) alteração de seus contratos sociais e regimentos internos; (e) indicar os administradores das sociedades coligadas e controladas pela Companhia; (f) estabelecer a orientação geral e o direcionamento estratégico dos negócios da Companhia e de suas controladas; (g) indicar o auditor independente da Companhia e/ou de sociedades controladas pela Companhia; (h) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (i) autorizar a prática, por suas controladas, de atos que necessitem de aprovação da Companhia, exceto se de outra forma previsto no respectivo contrato ou estatuto social; (j) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgada em até 15 dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; (k) definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia nos casos de ofertas públicas de aquisição de ações (“OPA”) para cancelamento de registro de companhia aberta ou para a saída do Novo Mercado; (l) eleger e destituir os membros do CAE (conforme abaixo definido), dentre eles, indicando o coordenador do CAE; (m) fixar o orçamento anual do CAE; e (n) examinar e aprovar alterações ao regimento interno do CAE, bem como as regras operacionais e de funcionamento do mesmo.

Ainda, estarão sujeitos à aprovação do Conselho de Administração: (i) qualquer mudança substancial na estratégia da Companhia; (ii) a participação da Companhia em qualquer *joint venture*, consórcio, sociedade em conta de participação ou empreendimento similar; (iii) a aprovação do orçamento anual e de alterações importantes a ele relativas; (iv) qualquer acordo em ação judicial ou procedimento arbitral envolvendo valor igual o superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual; (v) uma vez ultrapassado o limite

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

global previsto no orçamento anual, a assunção de dívidas e/ou celebração de contratos financeiros envolvendo valor igual ou superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual, seja em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas; (vi) investimentos de capital individuais não previstos no orçamento anual cujo valor seja igual ou superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual; (vii) a celebração de qualquer contrato, acordo ou compromisso (exceto assunção de dívidas e contratos financeiros, os quais são regidos pelo disposto no item (v) acima) não previsto no orçamento anual e não relacionado à manutenção do giro normal das atividades mercantis da Companhia que represente obrigação em valor igual ou superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas; (viii) a aquisição, venda ou alienação de ativos fixos da Companhia não prevista no orçamento anual e que envolva valor igual ou superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual, seja em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas; (ix) a renúncia, pela Companhia, a qualquer direito (incluindo acordos com clientes) cujo valor seja igual ou superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas; (x) a prática de qualquer dos atos acima mencionados pelas sociedades controladas pela Companhia; e (xi) a aprovação prévia para a aquisição, pela Companhia, de suas próprias ações.

O Conselho de Administração possui regimento interno próprio, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de agosto de 2016.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, será composto por três membros efetivos e três suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após sua eleição, sendo permitida a reeleição.

O Conselho Fiscal possui regimento interno próprio, aprovado em Reunião do Conselho Fiscal realizada em 13 de agosto de 2014..

Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário ("**CAE**") é órgão consultivo de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, regido pelos artigos 20, 21, 22, 23 e 24 do Estatuto Social da Companhia e pelo o disposto nos artigos 31-A a 31-F da Instrução CVM 308/1999, conforme alterada pela Instrução CVM 509/2011.

O CAE será composto por no mínimo três membros, todos eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um Coordenador do CAE, e será instalado com a finalidade de, dentre outras e observadas as atribuições estabelecidas nas referidas instruções e em seu regimento interno: (i) opinar sobre a contratação e destituição de auditoria independente da Companhia; (ii) revisar e supervisionar as atividades dos auditores internos e externos da Companhia; (iii) monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos e informações contábeis e financeiras da Companhia; (iv) avaliar e monitorar a exposição de risco da Companhia; (v) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas; e (vi) elaborar relatório anual resumido com a descrição de suas atividades e recomendações realizadas.

O CAE possui regimento interno próprio aprovado em assembleia geral extraordinária da Companhia, realizada em 29 de setembro de 2014.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(b) Diretoria

A Diretoria da Companhia será composta por no mínimo dois e no máximo cinco membros, sendo um deles Diretor Presidente e um Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores sem designação específica. O mandato dos Diretores será unificado de três anos, sendo permitida a reeleição. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, somente serão eleitos ao cargo de Diretor da Companhia, as pessoas que preencherem os seguintes requisitos: (a) possuam formação universitária completa; (b) possuam experiência profissional e capacidade técnica e de gestão adequadas aos cargos a serem ocupados; (c) tenham completado, no máximo, 67 anos à época de sua eleição, definida a idade de 70 anos como idade máxima para permanência no cargo, quando então o Diretor será compulsoriamente destituído de suas funções.

Como regra geral e ressalvadas determinadas exceções descritas em seu Estatuto Social, a Companhia se obriga validamente sempre que representada por: (a) dois membros da Diretoria; (b) um membro da Diretoria e um procurador com poderes específicos; ou (c) dois procuradores com poderes específicos.

Compete à Diretoria da Companhia, de acordo com o Estatuto Social: (a) o exercício das atribuições que a lei e o Estatuto Social lhe conferem para assegurar o pleno e regular funcionamento da Companhia e das suas controladas, coligadas e divisões de negócios; (b) apresentar, anualmente, até o encerramento de cada exercício social, à apreciação do Conselho de Administração, proposta de orientação geral dos negócios da Companhia, de suas controladas e das divisões de seus negócios, relativas ao exercício seguinte, incluindo: (i) a estratégia empresarial e as divisões de negócios da Companhia e de duas controladas e coligadas; (ii) a estrutura operacional dos negócios, indicando o Diretor que deverá ser responsável pelo acompanhamento de cada uma das suas divisões; (iii) o orçamento e plano de metas de cada divisão de negócios; (iv) a política de investimentos e desinvestimentos de cada divisão de negócios; (v) a remuneração dos administradores de cada divisão de negócios; (vi) a estrutura de capital necessária à execução do orçamento e plano de metas de cada divisão de negócios; e (vii) planejamento de pagamento de juros sobre o capital próprio; (c) apresentar, anualmente, nos 3 meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação do Conselho de Administração e dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício sócia, bem como proposta para destinação do lucro líquido; (d) coordenar o processo de alienação das ações representativas do capital social; (e) a eleição e destituição dos administradores das sociedades controladas e coligadas de acordo com as indicações feitas pelo Conselho de Administração; (f) abrir e extinguir filiais, depósitos, escritórios ou representações em qualquer localidade do País e do exterior, quando as conveniências sociais o indicarem; (g) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias e de investimento; (h) transigir, renunciar, desistir, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, fazer aplicações de recursos, adquirir, onerar e alienar ativos e conceder garantias, assinando os respectivos termos e contratos, observadas as hipóteses sujeitas à aprovação do Conselho de Administração; (i) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais; e (j) cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

A Diretoria não possui regimento interno próprio, estando sujeita às disposições da Lei das Sociedades por Ações, do estatuto social da Companhia, do Regulamento do Novo Mercado e demais normas aplicáveis.

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal foi instalado em 31 de julho de 2014, por meio da Assembleia Geral realizada na mesma data, e funcionará de forma não permanente. Para maiores informações acerca dos membros do Conselho Fiscal, ver item 12.5/12.6 deste Formulário de Referência.

(d) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê e de seus membros, identificando o método utilizado

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não tinha mecanismos de avaliação de órgãos da administração e comitês.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(a) prazos de convocação

A Companhia não adota práticas diferenciadas para convocação de Assembleias Gerais em relação ao previsto na legislação vigente. A Assembleia Geral será realizada anualmente e sempre que os negócios da Companhia assim exigirem, nos termos na Lei das Sociedades por Ações. Observado o disposto na legislação aplicável, os acionistas serão convocados para participar das Assembleias Gerais por meio de convocação publicado na forma do artigo 124, parágrafo 1º, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.

(b) competências

Como consta da Lei das Sociedades por Ações, a assembleia geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras, (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso; e (iv) aprovar a correção da expressão monetária do capital social.

Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à assembleia geral deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das Sociedades por Ações e ainda: (i) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração; (ii) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como dos membros do Conselho Fiscal; (iii) reformar o Estatuto Social; (iv) deliberar sobre operações de fusão, incorporação, cisão ou transformação em que a Companhia seja parte, sua dissolução ou liquidação; (v) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações; (vi) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia; (vii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos; (viii) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; (ix) aprovar a saída do Novo Mercado da B3; (x) aprovar o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM; (xi) aprovar a escolha de empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta perante a CVM ou saída do Novo Mercado, dentre as empresas indicadas em lista tríplice pelo Conselho de Administração; (xii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; e (xiii) aprovar investimento fora do ramo principal de atuação da Companhia.

(c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Todos os documentos pertinentes a Assembleias Gerais, tanto os relacionados à participação dos acionistas, quanto os de suporte para as deliberações, ficam disponíveis nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, bloco C, 2º andar, sala CCS 210, Distrito

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

Industrial, CEP 014140-000; e (ii) internet: site da Companhia (ri.ourofino.com); site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3(http://www.b3.com.br/pt_br/).

(d) identificação e administração de conflito de interesses

A Companhia não adota qualquer política diferenciada de administração de conflitos de interesses em relação ao previsto na legislação societária.

(e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não possui regras, políticas ou práticas específicas para solicitação de procurações pela nossa administração para o exercício do direito de voto nas Assembleias Gerais.

(f) formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Os acionistas e seus representantes legais deverão comparecer à Assembleia Geral portando, além dos documentos hábeis de identidade ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, o comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo, 2 dias antes da data da realização da AGO, com sua respectiva participação acionária, bem como procuração, com firma reconhecida, emitida há menos de 1 ano da data de realização da Assembleia Geral, conforme exigência legal (artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações). O procurador deverá ser acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos.

O acionista que desejar fazer-se representar por meio de procuração na Assembleia Geral deverá atender aos preceitos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, exibindo no ato ou enviando aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, por meio de correio postal direcionado à sede da Companhia, localizada na Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, Bloco C, 2º andar, Sala CCS 210, Distrito Industrial, CEP 14140-000, na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, com antecedência de até 72 horas do início da reunião, o comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo, 2 dias antes da data da realização da AGO, com sua respectiva participação acionária e o instrumento de mandato outorgado, com poderes especiais.

Atualmente, a Companhia não admite o recebimento de procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

(g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância, por meio do envio do boletim de voto a distância diretamente à Companhia, deverá encaminhar os documentos listados abaixo, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, por meio de correio postal direcionado à sede da Companhia, localizada na Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, Bloco C, 2º andar, Sala CCS 210, Distrito Industrial, CEP 14140-000, na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, ou por meio do endereço eletrônico: ri@ourofino.com.

Para as pessoas físicas: (i) via física do boletim relativo à Assembleia Geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelo acionista; (ii) cópiado documento de identidade do acionista; e (iii) comprovante da instituição financeira escrituradora das ações da Companhia, contendo a respectiva participação acionária, datado de até 2 dias úteis antes da realização votação.

Para pessoas jurídicas: (i) via física do boletim relativo à Assembleia Geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelos representantes do acionista pessoa jurídica; (ii) cópiado documento de identidade do representante legal ou procurador presente; (iii) cópia do último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista, registrado no órgão competente; (iv) documento que comprove poderes de representação (ata de eleição do representante legal presente, ou da pessoa que assinou a procuração, se for o caso); (v) comprovante da instituição financeira escrituradora das ações da Companhia, contendo a respectiva participação acionária, datado de até 2 dias úteis antes da realização votação; e (vi) em caso de investimento, o regulamento, bem como os documentos em relação ao seu administrador mencionados no item (iv) acima.

Nos termos da Instrução CVM 561, o boletim de voto a distância deverá ser recebido em até 7 (sete) dias antes da data da respectiva Assembleia Geral.

A Companhia exigirá o reconhecimento de firma dos boletins de voto assinados no território brasileiro e a notariação e apostilação daqueles assinados fora do país, conforme legislação aplicável.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

(h) se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não dispõe de sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto a distância ou de participação a distância.

(i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

O acionista ou o grupo de acionistas que desejar incluir proposta de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância deverá observar o procedimento e as formalidades previstas na Seção IV do Capítulo III-A da Instrução CVM 481, e enviar por correspondência para a sede da Companhia, localizada na Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, Bloco C, 2º andar, Sala CCS 210, Distrito Industrial, CEP 14140-000, na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, aos cuidados do Departamento de Relação com Investidores, juntamente com os documentos pertinentes à proposta, ou por meio do endereço eletrônico: ri@ourofino.com.

Nos termos da Instrução CVM 594, a solicitação de inclusão (a) de proposta de deliberação no boletim de voto a distância disponibilizado por ocasião da assembleia geral ordinária, deverá ser recebida pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral e até 45 (quarenta e cinco) dias antes da data de sua realização; (b) de chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância deve ser recebida pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre: (b.i) o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral e até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de sua realização, na hipótese de assembleia geral ordinária; ou (b.ii) o primeiro dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação de assembleia geral para eleição de membros do conselho de administração e do conselho fiscal e até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de realização da assembleia, na hipótese de assembleia geral extraordinária convocada para esse fim.

A Companhia comunicará ao acionista em até 3 (três) dias úteis do recebimento das propostas se as solicitações de inclusão são suficientes ou não para constarem no boletim de voto a distância a ser divulgado pela Companhia.

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não adotava mecanismos diferenciados em relação ao previsto na legislação vigente destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas pelos acionistas.

(j) se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários de acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

(k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto a distância por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem esse tipo de serviço.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

Neste caso, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim de Voto à Distância, bem como os documentos e informações por eles exigidos paratal.

Os acionistas poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto a distância por meio do Banco Bradesco S.A., instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, caso as açõesde emissão da Companhiae de sua titularidade estejam ali depositadas, entrando em contato por meio dos dados informados abaixo:

Banco: Banco Bradesco S.A.

Endereço: Cidade de Deus s/nº, Vila Yara, Osasco, SP, CEP: 06029-900. Prédio Amarelo –Térreo

E-mail: 4010.acecustodia@bradesco.com.br

Telefone: 0800 701 1616

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(a) número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

Exercício Social	Tipo de Reunião do Conselho de Administração	Quantidade	Data
31/12/2017	Ordinária	4	15/03/2017
			04/05/2017
			03/08/2017
			06/11/2017
	Extraordinária	5	20/01/2017
			23/03/2017
			11/04/2017
			23/05/2017
			14/12/2017

(b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

O Acordo de Acionistas da Companhia, em vigor na data deste Formulário de Referência, não possui qualquer restrição ou vinculação de direito de voto dos membros do Conselho de Administração. Para informações sobre o Acordo de Acionistas da Companhia, vide item 15.5 deste Formulário de Referência.

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota qualquer política diferenciada de identificação e administração de conflitos de interesses, pois entende que as disposições legais em relação a esta matéria atualmente em vigor são instrumentos eficientes e suficientes para identificar, administrar e, quando necessário, coibir a tomada de decisões conflitadas pelos administradores.

(d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não adotava qualquer política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, sendo que tais orientações devem seguir o disposto no estatuto social da Companhia.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Nos termos do estatuto social, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, nos termos do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Kleber Cesar Silveira Gomes	23/10/1974	Pertence apenas à Diretoria	04/05/2017	3	2
196.455.998-73	Contador	12 - Diretor de Relações com Investidores	04/05/2017	Sim	0.00%
Também exerce o cargo de Diretor Financeiro da Companhia					
José Francisco Hintze Júnior	17/09/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/04/2018	AGO 2020	3
521.302.238-34	Médico Veterinário	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	13/04/2018	Não	100.00%
Membro do Comitê de Recursos Humanos					
Norival Bonamichi	02/02/1955	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/04/2018	AGO 2020	3
263.572.166-15	Empresário	20 - Presidente do Conselho de Administração	13/04/2018	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Inovação					
Luiz Antônio Santos Baptista	07/06/1956	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/04/2018	AGO 2020	2
467.551.367-00	Contador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	13/04/2018	Não	100.00%
Membro do Comitê de Recursos Humanos					
Rodrigo de Almeida Prado Catunda	11/07/1985	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/04/2018	AGO 2020	1
011.547.311-46	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	13/04/2018	Não	100.00%
Membro do Comitê de Recursos Humanos					
Márcio Guedes Pereira Júnior	25/10/1961	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/04/2018	AGO 2020	2
050.958.058-04	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	13/04/2018	Não	100.00%
Jardel Massari	04/04/1957	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	04/05/2017	3	2
263.940.816-04	Empresário	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	04/05/2017	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Inovação, do Comitê de Recursos Humanos e do Conselho de Administração.					
Eraldo Soares Peçanha	21/09/1951	Conselho Fiscal	13/04/2018	AGO 2019	2
179.386.437-34	Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	13/04/2018	Sim	100.00%
Francisco Vicente Santana Silva Telles	10/05/1969	Conselho Fiscal	13/04/2018	AGO 2019	2
000.461.527-17	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	13/04/2018	Não	100.00%

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			

José Paulo Marques Netto	22/10/1949	Conselho Fiscal	13/04/2018	AGO 2019	3
528.788.308-06	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	13/04/2018	Sim	100.00%
César Augusto Campezo Neto	12/01/1959	Conselho Fiscal	13/04/2018	AGO 2019	5
980.271.158-68	Contabilista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	13/04/2018	Sim	100.00%
Anselmo José Buosi	11/04/1964	Conselho Fiscal	13/04/2018	AGO 2019	1
048.744.858-80	Empresário	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	13/04/2018	Sim	100.00%
Paulo César Lima	19/08/1968	Conselho Fiscal	13/04/2018	AGO 2019	5
099.601.838-74	Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	13/04/2018	Sim	100.00%

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Kleber Cesar Silveira Gomes - 196.455.998-73

Nascido em 1974, graduou-se em ciências contábeis pela Instituição Moura Lacerda e possui MBA em gestão pela FGV. Em seus 9 anos de trajetória na Companhia, trabalhou nas áreas financeira e de controladoria com participação relevante nos principais movimentos estratégicos da Companhia. Antes, trabalhou como auditor por 11 anos na PwC, com passagem de 1 ano pelo escritório de Detroit, nos Estados Unidos. Possui sólidos conhecimentos em finanças, contabilidade, auditoria e governança corporativa aliados a uma forte experiência de negócio.

O Sr. Kleber Cesar Silveira Gomes não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

José Francisco Hintze Júnior - 521.302.238-34

Nascido em 1951, graduou-se em medicina veterinária pela Universidade de São Paulo, em 1974. Entre 1975 e 2004, o Sr. José Francisco Hintze Júnior atuou na Pfizer Animal Health em São Paulo, tendo exercido o cargo de diretor administrativo em saúde animal da América do Sul e, entre 2004 e 2008, atuou como diretor sênior das áreas de projetos especiais, organização efetiva e progresso efetivo na Pfizer Inc. – Animal Health em Nova York. Recebeu certificado de conselheiro pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC em 2014.

O Sr. José Francisco Hintze Júnior não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. José Francisco Hintze Júnior é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

O Sr. José Francisco Hintze Júnior declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Norival Bonamichi - 263.572.166-15

Nascido em 1955, graduou-se como técnico em zootecnia no Colégio Agrícola Federal em Muzambinho, estado de Minas Gerais. O Sr. Norival Bonamichi é um dos fundadores do Grupo Ouro Fino, exercendo os cargos de Presidente do Grupo Ouro Fino até 2008 e Vice-Presidente do Conselho de Administração do Grupo Ouro Fino desde então, sendo eleito para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia em 2014. Atuou também como supervisor de vendas da Socil Pró-Pecuária S.A. entre os anos de 1980 e 1985, gerente administrativo da Fazenda de José Pereira Martins Andrade Filho e da Fazenda de Rubens Lobato Pinheiro Dr. entre os anos de 1979 e 1980, gerente administrativo e supervisor de laticínios da Companhia Industrial e Comercial Brasileira de Produtos Alimentares (Nestlé), entre 1977 e 1979.

O Sr. Norival Bonamichi não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Norival Bonamichi declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Luiz Antônio Santos Baptista - 467.551.367-00

Nascido em 1956, graduou-se em ciências contábeis pela Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro, tendo cursado administração financeira pela IBMEC/RJ, finanças corporativas pela FGV/RJ e MBA Executivo pela COPPEAD da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atuou durante 35 anos no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico – BNDES, em operações de participação acionária e financiamento. Membro efetivo do Conselho Fiscal do Grupo Ouro Fino desde 2013 e da Companhia desde 2014 até 2016, o Sr. Luiz Antonio Santos Baptista foi membro suplente do conselho de administração da Vale S.A. entre julho de 2004 a junho de 2005. Foi ainda membro do conselho de administração da Aços Villares entre julho de 2004 a junho de 2005 e da Nortec Química entre abril de 2012 até a presente data.

O Sr. Luiz Antônio Santos Baptista não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Luiz Antônio Santos Baptista declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Rodrigo de Almeida Prado Catunda - 011.547.311-46

Nascido em 1985, graduou-se em administração na Fundação Getúlio Vargas - EAESP. O Sr. Rodrigo de Almeida Prado Catunda é Vice-Presidente da General Atlantic e atua como membro do Conselho de Administração da Despegar.com. Anteriormente foi membro do Conselho de Administração da XP Investimentos e trabalhou no Banco JPMorgan em São Paulo e Nova Iorque, onde participou de transações de M&A e mercado de capitais, incluindo transações de dívida e equity.

O Sr. Rodrigo de Almeida Prado Catunda não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Rodrigo de Almeida Prado Catunda é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B³ - Brasil, Bolsa, Balcão.

O Sr. Rodrigo de Almeida Prado Catunda declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Márcio Guedes Pereira Júnior - 050.958.058-04

Nascido em 1961, graduou-se em administração de empresas na Fundação Getúlio Vargas, possui MBA pela FGV e estudou na Stern School of Business da New York City. O Sr. Marcio Guedes Pereira Junior é sócio da Pangea, atua como membro do Conselho de Administração da Cia. Hering, da Brasil Insurance e membro suplente do Conselho de Administração da Light, além de ser membro do Conselho de Regulação e Melhores Práticas do Mercado de Capitais da Anbima, além de sócio e conselheiro certificado pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. O Sr. Marcio Guedes Pereira Junior liderou o grupo de Investment Banking do Banco J. Safra, e foi diretor de investment banking no Credit Suisse, Citigroup e Unibanco. Possui ampla experiência em M&A e transações de Mercado de Capitais, incluindo tanto transações de dívida quanto de equity. Recentemente na área de M&A, assessorou o Grupo Bio Soja na captação de recursos junto ao Fundo de Sustentabilidade gerido pela BRZ, na venda da Gas Tecnologia para a Diebold, na venda do controle da Flores Online para a 1-800-flowers e BR Oportunidades, na reestruturação da Abril S.A. e a criação da Abril Educação, na contribuição da Mondo Entretenimento para a criação da XYZ Live, na aquisição da Eleva Alimentos pela Perdigão, na aquisição de uma participação de 30% na Abril S.A., na privatização da CTEEP pelo Governo do Estado de São Paulo, além da troca de ativos entre a International Paper e VCP (Três Lagoas vs. Luiz Antonio). Na área de mercado de capitais, sua experiência inclui: oferta secundária da Perdigão, ofertas iniciais de Lojas Marisa, Minerva, Springs Global, Copasa, OHL e na oferta secundária de ações da SABESP.

O Sr. Marcio Guedes Pereira Junior não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Marcio Guedes Pereira Junior declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

O Sr. Marcio Guedes Pereira Junior é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B³ - Brasil, Bolsa, Balcão.

Jardel Massari - 263.940.816-04

Nascido em 1957, graduou-se como técnico agropecuário no Colégio Agrícola Federal em Muzambinho, estado de Minas Gerais e em direito pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), no estado de São Paulo. O Sr. Jarde Massari é um dos fundadores do Grupo Ouro Fino, exercendo os cargos de Presidente da Ouro Fino Agronegócio desde 2008, Vice-Presidente do Conselho de Administração do Grupo Ouro Fino desde 2011 e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia desde 2014. Atuou também como técnico em climatologia do Instituto Agrônomo de Campinas entre 1976 e 1980 e como supervisor de vendas da Socil – Empresa Francesa de Nutrição Animal entre 1981 e 1985.

O Sr. Jarde Massari não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Jarde Massari foi eleito e empossado como membro do Conselho de Administração em 13/04/2018, tendo seu mandato até AGO de 2020.

O Sr. Jarde Massari declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Eraldo Soares Peçanha - 179.386.437-34

Nascido em 1951, graduou-se em Ciências Contábeis pela Universidade Candido Mendes/RJ, cursou gestão de negócios e gestão estratégica de Tecnologia da Informação na FGV/SP, controladoria na FGV/RJ e gerenciamento de recursos humanos, atualização em controladoria, tributos e informática. Atua como consultor associado a consultorias de pequeno porte, especializadas em áreas de Governança Corporativa, Controladoria & Relação com Investidores, Gestão Patrimonial e Processos & Sistemas Contábeis/Financeiros e é sócio majoritário da consultoria Otimize Serviços Contábeis Ltda. Atuou como Conselheiro Fiscal Titular nas companhias Net Serviços de Comunicação AS e na Ideiasnet AS, Telos – Fundação Embratel de Seguridade Social, Companhia Vale do Rio Doce, Ferrovia Centro-Atlântica S.A., ITÁ Energética S.A., CBS – Fundação de Seguridade Social da CSN, Arus - Fundação Aracruz de Seguridade Social. Atuou como membro titular do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal da Officer Distribuidora SA. Atuou como Diretor Executivo de Serviços a Clientes e Diretor de Recursos Humanos da Icatu Seguros S.A. Foi membro do Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão IHPrev. Atuou como Diretor de Controladoria e Diretor Executivo de Governança Corporativa da Embratel – Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A. Na CSN - Companhia Siderúrgica Nacional atuou como Superintendente Geral de Controladoria, Diretor de Controladoria e Informática e Diretor de Controladoria. Na Aracruz Celulose S.A. foi Contador Geral, Assessor Contábil e Fiscal da Diretoria Financeira, Gerente de Auditoria Interna e Gerente de Controladoria (Controller), e atuou no Banco Lowndes e Banco do Estado do Rio de Janeiro.

O Sr. Eraldo Soares Peçanha não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Eraldo Soares Peçanha declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Francisco Vicente Santana Silva Telles - 000.461.527-17

Nascido em 1969, graduou-se em ciências contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tendo cursado MBA em finanças pelo IBMEC-RJ e em gestão ambiental pela UFRJ. O Sr. Francisco Vicente Santana Silva Telles é membro do Conselho Fiscal da INTENSA, CEMIG, SeteBrasil, Light, Redentor e JBS. O Sr. Francisco Vicente Santana Silva Telles possui 27 anos de experiência nas áreas de Controladoria, Financeira, Auditoria e Investimentos extensa participação em processos de Due Diligence / Novos Negócios, em empresas dos segmentos de energia, telecomunicações, financeiras e banco de investimentos; elaborou demonstrativos financeiros em USGAAP, FRENCHGAAP e IFRS para apresentação à matriz nos Estados Unidos e França, acionistas e financiadores; participou ativamente no desenvolvimento de projetos de novos negócios, bem como em processos de aquisição, venda e encerramento de empresas; geriu unidades de negócios, envolvendo a elaboração de Business Plan; faz planejamento estratégico e estudos de viabilidade econômico-financeira de novos projetos com ênfase nos setores de Energia e Telecomunicações; fez estruturação de operações financeiras para captação de recursos junto ao BNDES e Bancos comerciais; participou em processos de privatização em âmbitos federal e estadual, bem como assessoria financeira às empresas interessadas na privatização; gerenciou área Financeira, envolvendo as rotinas de fluxo de caixa, contas a pagar, contas a receber, consolidação do budget, bem como negociações com credores e fornecedores; coordenou e desenvolveu de equipe de Controladoria, gerenciando 25 funcionários com redução de horas extras; foi responsável pela implantação de rotinas de controle interno nas áreas de controladoria e de impostos diretos com vistas a leis SOX e Loir de Sécurité Finassière.

O Sr. Francisco Vicente Santana Silva Telles não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Francisco Vicente Santana Silva Telles declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

José Paulo Marques Netto - 528.788.308-06

Nascido em 1949, é sócio aposentado da PricewaterhouseCoopers, onde trabalhou por mais de 40 anos, dos quais 22 anos como sócio ativo, encerrando sua carreira em julho de 2013. Durante esse período, trabalhou em, ou conduziu, diversos escritórios da PwC no Brasil, dentre eles os de São Paulo, Recife, Porto Alegre e Ribeirão Preto. Durante o período de 2008 a 2013, atuou como Country Geographic Leader do Equador. Possui Coach Executivo pela Universidade de Monterrey, México, e curso complementar na escola NewField, do Chile.

O Sr. José Paulo Marques Netto não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. José Paulo Marques Netto declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

César Augusto Campezo Neto - 980.271.158-68

Nascido em 1959, graduou-se em administração de empresas pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP) e em direito pela Universidade Paulista (UNIP), tendo cursado MBA em contabilidade na FUNDACE, da Universidade de São Paulo (USP) e direito pela Faculdade de Direito UNIP. Membro efetivo do Conselho Fiscal do Grupo Ouro Fino desde 2013 e da Companhia desde 2014, o Sr. César Augusto Campezo Neto é diretor da Campezo e Silveira Contabilidade & Associados e atuou como presidente da Associação das Empresas de Contabilidade de Ribeirão Preto e Região (AESCON-RP) nos biênios de 1999/2001 e 2003/2006, como diretor regional do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (SESCON) no período entre 2002 a 2009, como conselheiro fiscal da COOPERAC Ribeirão Preto no período entre 2006 a 2011 e diretor operacional da SICOOP COOPERAC Ribeirão Preto desde julho de 2011.

O Sr. César Augusto Campezo Neto não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. César Augusto Campezo Neto declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Anselmo José Buosi - 048.744.858-80

Nascido em 1964, empresário graduado em Administração de Empresas e pós-graduado em Economia de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica – PUC, técnico em Contabilista, Corretor de Seguros todos os ramos, Corretor de Imóveis e Consultor Financeiro, com Certificação Anbima CPA-20®, para Investimentos Financeiros. Membro efetivo do Conselho Fiscal da Empresa Ouro Fino Química desde 2018, trabalhou por mais de 25 anos na área bancária, nos segmentos Corporate, Middle Market, Personal Banking e Private Banking, nos Grupos BankBoston, HSBC Bank e Royal Bank of Canada, respectivamente americano, inglês e canadense. Desde 2012 atua como Sócio Diretor na Corretora BPA Seguros, Seguros todos os ramos, focando benefícios, Previdência Privada e sucessão empresarial e familiar.

O Sr. Anselmo José Buosi não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Anselmo José Buosi declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Paulo César Lima - 099.601.838-74

Nascido em 1968, graduou-se em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas de Ribeirão Preto (Instituição Moura Lacerda) em 1990. É membro atual do Ibracon e possui registro ativo no CRC e no CNAI (Cadastro Nacional de Auditores Independentes da CVM). Atuou por mais de 15 anos em grandes empresas de auditoria externa, das quais mais de 10 anos na PricewaterhouseCoopers (1996 a 2006). No período de 2006 a 2011, desempenhou funções de gerente de controladoria e diretor administrativo e financeiro nas empresas Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlândia e Carol S.A., respectivamente. Em junho de 2011 fundou a empresa ValorUp Auditores Independentes, onde atua como sócio técnico até a presente data. Foi conselheiro fiscal da Cooperfértil - Cooperativa Central de Fertilizantes com sede em Campinas no período de 2008 a 2011.

O Sr. Paulo Cesar Lima não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Paulo Cesar Lima declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data posse	Número de Mandatos Consecutivos	
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Eduardo Scarpellini	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	30/12/2014	-	100.00%
138.583.208-89			19/02/1971	30/12/2014	1	
Frederico Seabra de Carvalho	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	30/12/2014	-	100.00%
770.806.101-68			23/07/1975	30/12/2014	1	
José Francisco Hintze Júnior	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Médico Veterinário	14/03/2016	-	100.00%
521.302.238-34			17/09/1951	14/03/2016	1	
Vice Presidente do Conselho de Administração						
Jardel Massari	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Empresário	10/11/2016	-	100.00%
263.940.816-04	Comitê de Inovação		04/04/1957	10/11/2016	1	
Diretor Presidente, Membro do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Recursos Humanos						
Jardel Massari	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Empresário	10/11/2016	-	0.00%
263.940.816-04	Comitê de Recursos Humanos		04/04/1957	10/11/2016	1	
Diretor Presidente, Membro do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Inovação						
Luiz Antônio Santos Baptista	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Contador	10/11/2016	-	0.00%
467.551.367-00	Comitê de Recursos Humanos		07/06/1956	10/11/2016	1	
Membro do Conselho de Administração						
Norival Bonamichi	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Empresário	30/12/2014		90.90%
263.572.166-15	Comitê de Inovação		02/02/1955	30/12/2014	1	
Presidente do Conselho de Administração						
Rodrigo de Almeida Prado Catunda	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	12/04/2018		0.00%
011.547.311-46	Comitê de Recursos Humanos		11/07/1985	12/04/2018	1	
Membro do Conselho de Administração						
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência						
Eduardo Scarpellini - 138.583.208-89						

Nascido em 1971, graduou-se em Administração de Empresas com Ênfase em Finanças pela Universidade Paulista em São Paulo e em Ciências Contábeis pela Universidade Moura Lacerda em Ribeirão Preto. O Sr. Eduardo possui sólida formação em negócios com experiência de mais de 20 anos nas áreas de consultoria e auditoria. Sua trajetória é principalmente marcada por atividades de planejamento estratégico, abertura de novos negócios e reorganização empresarial, com destaque para o setor do agronegócio. Desde 2003 é sócio fundador da Exame Auditores Independentes, empresa que se tornou referência nacional em processos de recuperação e reestruturação empresarial. O Sr. Eduardo foi também Diretor Administrativo, Financeiro e Industrial da Sicad do Brasil Ltda. entre 2002 e 2003 e atuou como Gerente de Auditoria na Pricewaterhousecoopers entre os anos de 1995 e 2002. Adicionalmente, é profissional certificado como Técnico Responsável da Comissão de Valores Mobiliários, Certificado de Conselheiro Fiscal Titular pelo IBGC.

O Sr. Eduardo Scarpellini não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

Frederico Seabra de Carvalho - 770.806.101-68

Nascido em 1975, graduou-se em 1997 na Universidade de Brasília – UnB cursando Economia, e em 1998 na AEUDF cursando Direito. Posteriormente, concluiu em 2003 mestrado (LLM) em Direito Tributário na Boston University School of Law. Atualmente, trabalha na General Atlantic fornecendo expertise financeira para a GA e seu portfólio de empresas na América Latina. Previamente à sua entrada na GA em 2012, o Sr. Carvalho atuou como Chief Operating Officer na divisão de Merchant Banking do grupo BTG Pactual. O Sr. Carvalho foi também sócio do grupo de Transações de M&A da Deloitte em São Paulo, assessorando investidores de private equity e cliente estratégicos no Brasil em uma série de transações, reorganizações societárias e serviços de auditoria.

O Sr. Frederico Seabra de Carvalho não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

José Francisco Hintze Júnior - 521.302.238-34

Jardel Massari - 263.940.816-04

Jardel Massari - 263.940.816-04

Luiz Antônio Santos Baptista - 467.551.367-00

Norival Bonamichi - 263.572.166-15

Rodrigo de Almeida Prado Catunda - 011.547.311-46

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Os membros do nosso Conselho de Administração e os membros da nossa Diretoria não mantêm qualquer relação familiar entre si, com os membros da administração de nossas controladas, com nossos acionistas controladores ou com os membros da administração de nossas controladoras.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2017			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Norival Bonamichi	263.572.166-15	Controle	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração e Controlador			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	57.624.462/0001-05		
Sócio			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Jardel Massari	263.940.816-04	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente, Membro do Conselho de Administração e Controlador			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	57.624.462/0001-05		
Sócio Administrador			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Norival Bonamichi	263.572.166-15	Controle	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração e Controlador			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Ouro Fino Agronegócio Ltda.	05.480.599/0001-21		
Sócio			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Jardel Massari	263.940.816-04	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente, Membro do Conselho de Administração e Controlador			
Pessoa Relacionada			
Ouro Fino Agronegócio Ltda.	05.480.599/0001-21		
Sócio Administrador			
Observação			

Administrador do Emissor			
Norival Bonamichi	263.572.166-15	Controle	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração e Controlador			
Pessoa Relacionada			
Ouro Fino Pet Ltda.	07.380.067/0001-48		
Sócio			
Observação			

Administrador do Emissor			
Jardel Massari	263.940.816-04	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente, Membro do Conselho de Administração e Controlador			
Pessoa Relacionada			
Ouro Fino Pet Ltda.	07.380.067/0001-48		
Sócio Administrador			
Observação			

Exercício Social 31/12/2016

Administrador do Emissor			
Norival Bonamichi	263.572.166-15	Controle	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Presidente do Conselho de Administração e Controlador			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	57.624.462/0001-05		
Sócio			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Jardel Massari	263.940.816-04	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente, Membro do Conselho de Administração e Controlador			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	57.624.462/0001-05		
Sócio Administrador			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Norival Bonamichi	263.572.166-15	Controle	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração e Controlador			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Ouro Fino Pet Ltda.	07.380.067/0001-48		
Sócio			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Jardel Massari	263.940.816-04	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente, Membro do Conselho de Administração e Controlador			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Ouro Fino Pet Ltda.	07.380.067/0001-48		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Sócio Administrador

Observação

Administrador do Emissor

Norival Bonamichi

263.572.166-15

Controle

Controlada Indireta

Presidente do Conselho de Administração e Controlador

Pessoa Relacionada

Ouro Fino Agronegócio Ltda.

05.480.599/0001-21

Sócio

Observação

Administrador do Emissor

Jardel Massari

263.940.816-04

Controle

Controlada Indireta

Diretor Presidente, Membro do Conselho de Administração e Controlador

Pessoa Relacionada

Ouro Fino Agronegócio Ltda.

05.480.599/0001-21

Sócio Administrador

Observação

Exercício Social 31/12/2015

Administrador do Emissor

Norival Bonamichi

263.572.166-15

Controle

Controlada Indireta

Presidente do Conselho de Administração e Controlador

Pessoa Relacionada

Ouro Fino Saúde Animal Ltda.

57.624.462/0001-05

Sócio

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jardel Massari	263.940.816-04	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente, Membro do Conselho de Administração e Controlador			
Pessoa Relacionada			
Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	57.624.462/0001-05		
Sócio Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Norival Bonamichi	263.572.166-15	Controle	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração e Controlador			
Pessoa Relacionada			
Ouro Fino Agronegócio Ltda.	05.480.599/0001-21		
Sócio			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jardel Massari	263.940.816-04	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente, Membro do Conselho de Administração e Controlador			
Pessoa Relacionada			
Ouro Fino Agronegócio Ltda.	05.480.599/0001-21		
Sócio Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Norival Bonamichi	263.572.166-15	Controle	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração e Controlador			
Pessoa Relacionada			
Ouro Fino Pet Ltda.	07.380.067/0001-48		
Sócio			
Observação			

Administrador do Emissor			
Jardel Massari	263.940.816-04	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente, Membro do Conselho de Administração e Controlador			
Pessoa Relacionada			
Ouro Fino Pet Ltda.	07.380.067/0001-48		
Sócio Administrador			
Observação			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Oferecemos seguro de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e membros dos órgãos estatutários ("D&O"), contratado com a Seguradora Chubb, cujo limite máximo de garantia é de R\$ 30 milhões. O valor do prêmio total desta apólice foi de R\$ 38,3 mil, com vigência até 31 de dezembro de 2018.

Estão cobertos pelo D&O os eventuais prejuízos sofridos pelos nossos administradores e principais executivos no exercício de suas atividades profissionais, tendo por finalidade respaldar as decisões tomadas por tais pessoas, no melhor interesse da Companhia.

Para não haver forte redução do grau de diligência ou a assunção de riscos excessivos pelo gestor, o que comprometeria tanto a atividade de *compliance* da empresa quanto as boas práticas de governança corporativa, a apólice do seguro de D&O não cobre atos dolosos, principalmente se cometidos para favorecer a própria pessoa do administrador. A Companhia entende que a contratação deste tipo de apólice é um importante instrumento de atração e retenção de talentos, pois proporciona segurança à empresa e aos executivos, caso haja necessidade de contratação de equipe especializada para sua defesa.

12.12 - Outras informações relevantes**Assembleias Gerais da Companhia**

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas desde sua constituição em 10 de abril de 2014, (i) resumo das principais matérias aprovadas, e (ii) data de sua realização:

Evento	Principais Matérias	Data
Assembleia Geral de Constituição	Constituição da Companhia sob a denominação de A.H.N.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A.	10/04/2014
Assembleia Geral Extraordinária	Alteração da denominação sócia para Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A., endereço da sede, objeto social, eleição de diretores e aprovação de novo Estatuto Social da Companhia.	18/06/2014
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação da cisão parcial da Ouro Fino Participações e a versão do patrimônio cindido para a Companhia.	30/06/2014
Assembleia Geral Extraordinária	Eleição dos membros do conselho de administração e instalação do conselho fiscal.	31/07/2014
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação da abertura de capital da Companhia e realização de distribuição pública de ações da Companhia e do grupamento das ações de emissão da Companhia, na proporção de 3 ações para 1.	20/08/2014
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação de aumento de capital privado, grupamento de ações de emissão da Companhia, na proporção de 1.1,26170698 ações para 1 e alteração ao estatuto social da Companhia.	25/09/2014
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação da criação do Comitê Auditoria Estatutária da Companhia, da Política de Transações com Partes Relacionadas e da alteração e consolidação do estatuto social da Companhia.	29/09/2014
Assembleia Geral Extraordinária	Eleição dos membros suplentes do Conselho Fiscal da Companhia.	13/10/2014
Assembleia Geral Extraordinária	Alteração da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, eleição de Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações, reforma estatutária	31/12/2014
Assembleia Geral Ordinária	Aprovação do orçamento de capital, destinação do lucro líquido, demonstrações financeiras e remuneração global dos administradores.	28/04/2015
Assembleia Geral Extraordinária	Retificação da nomeação do conselheiro Sr. Luiz Antonio do Souto Gonçalves, Conselheiro que serviu Pa Companhia no período compreendido entre 31/07/2014 a 30/12/2015, como conselheiro independente, confirmação da nomeação do conselheiro de administração Sr. José Francisco Hintze Jr., retificação da nomeação do conselheiro Sr. Martin Emiliano Escobari Lifchitz como conselheiro independente e ratificação da reeleição dos membros do Conselho Fiscal.	03.03.2016

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleia Geral Ordinária	Aprovação do orçamento de capital, destinação do lucro líquido, demonstrações financeiras, remuneração global dos administradores, eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.	29/04/2016
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação da incorporação da General Atlantic Ouro Fino Participações S.A.	31/08/2016
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação do Programa de Recompra de Ações de Emissão da Companhia, aprovação da alteração do caput do art. 5º do Estatuto Social da Companhia, retificação do nome de Conselheiro Fiscal eleito na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 29 de abril de 2016, autorização para a Diretoria praticar os atos necessários para a implementação das deliberações anteriores, caso sejam aprovadas pelos acionistas da Companhia	23/01/2017
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	Aprovação das demonstrações financeiras, remuneração global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia e seus suplentes, eleição de um membro para compor o Conselho de Administração da Companhia, aprovação do aumento de capital social da Companhia e, consequentemente a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, aprovação da alteração do § 3º do art. 5º do Estatuto Social da Companhia, aprovação da revogação do art. 51 do Estatuto Social da Companhia.	25/04/2017
Assembleia Geral Ordinária	Aprovação do orçamento de capital, destinação do lucro líquido, demonstrações financeiras, remuneração global dos administradores e eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.	13/04/2018

Governança CorporativaCódigo Brasileiro de Governança Corporativa coordenado pelo IBGC

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa ("IBGC"), governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeram, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código Brasileiro de Governanças Corporativa, a Companhia adota as seguintes:

12.12 - Outras informações relevantes

- capital social composto somente por ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;
- obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações quando da ocorrência de transações em que se configure a alienação do controle acionário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações pelo mesmo preço e nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente;
- contratação de empresa de auditoria independente que tenha prestado serviços de auditoria interna para a companhia há mais de três anos;
- conselho de administração composto por, no mínimo, um terço de membros independentes;
- não acumulação do cargo de diretor-presidente e presidente do conselho de administração;
- adoção de política de gerenciamento de riscos, código de ética e conduta e política de negociação de valores mobiliários;
- definição de calendário anual com previsão de agenda anual temática com assuntos relevantes e datas de discussão, incluindo as datas das reuniões ordinárias;
- atas de reunião do conselho de administração redigidas com clareza e que registrem as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto; e
- utilização da assembleia geral de acionistas para comunicar a condução dos negócios da companhia, sendo que as atas permitem o pleno entendimento das discussões havidas na assembleia e trazem a identificação dos votos proferidos pelos acionistas.

Novo Mercado

Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A política de remuneração salarial possui como princípios, objetivos e diretrizes principais: (i) a aplicação de critérios uniformes e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das diferentes estruturas funcionais da empresa; (ii) proporcionar uma remuneração competitiva; (iii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam o reconhecimento e a valorização da performance individual ou de grupos multifuncionais, no que se refere à remuneração variável dos diretores não estatutários; (iv) proporcionar uma remuneração que assegure a manutenção do poder aquisitivo dos membros da administração; e (v) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os Conselheiros de Administração e Fiscais recebem uma remuneração fixa, conforme aprovada em assembleia geral da Companhia. Já os Diretores estatutários e não estatutários recebem, além da uma remuneração fixa, uma remuneração variável, podendo também ser beneficiários no âmbito do plano de outorga de opção de compra de ações da Companhia.

Além disso, os Conselheiros e os Diretores, inclusive os não estatutários, fazem jus a uma série de benefícios, dentre eles: (i) cesta básica; (ii) assistência médica; (iii) assistência odontológica; (iv) seguro de vida; (v) plano de previdência privada; (vi) auxílio bolsa de estudo.

Os membros dos Comitês de Inovação, de Recursos Humanos e de Auditoria Estatutário da Companhia são remunerados mensalmente ou por reunião, com exceção daqueles membros que renunciaram da sua remuneração ou que a remuneração como membro do Comitê já está englobada em outro cargo que o membro ocupa na Companhia.

(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para os 3 últimos exercícios sociais:

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2017				
% em relação à remuneração total				
	Salário Base	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria	61%	4%	35%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2016				
% em relação à remuneração total				
	Salário Base	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria	37%	55%	8%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2015				
% em relação à remuneração total				
	Salário Base	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria	66%	17%	17%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Nossa metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração está baseada, principalmente, nos seguintes elementos: (i) estudo de mercado para avaliação do cargo e respectiva remuneração e comparação com o mercado; (ii) índices oficiais de inflação e índices gerais de preços; e (iii) negociação com o sindicato da respectiva categoria profissional.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A principal razão que justifica a composição da remuneração paga aos nossos administradores é o incentivo para a melhoria de nossa gestão e a retenção de nossos executivos, visando o ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Atualmente a Companhia possui 2 (dois) membros do Conselho de Administração, 3 (três) membros do Comitê de Recursos Humanos e 2 (dois) membros do Comitê de Auditoria Estatutário que não são remunerados pela Companhia.

Tais membros renunciaram ao direito ao recebimento de remuneração da Companhia.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os principais indicadores para a definição da remuneração variável dos Diretores estatutários e não estatutários, são os seguintes: (i) receita líquida; (ii) lucro líquido da Companhia; (iii) EBITDA da Companhia e (v) metas individuais, baseadas no atingimento de resultados e metas pré-acordadas. As metas individuais devem ser específicas, mensuráveis, realistas e expressar o impacto final esperado pela organização do esforço empreendido por cada Diretor estatutário e não estatutário.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A parcela variável da remuneração dos Diretores estatutários e não estatutários está vinculada ao desempenho da Companhia e ao atingimento das metas individuais dos respectivos diretores no período em questão, conforme descrito acima.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração acima descrita procura incentivar os colaboradores a buscar a melhor rentabilidade dos projetos desenvolvidos pela Companhia, de forma a alinhar os seus interesses com os da organização.

Em uma perspectiva de curto, médio e longo prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de salários e pacotes de benefícios compatíveis com o mercado e do programa de participação nos resultados.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Diretores estatutários: a maior parte da remuneração fixa e variável dos diretores estatutários é suportada pelas controladas da Companhia, nos termos do Contrato de Rateio.

Um dos diretores estatutários da Companhia recebe remuneração adicional em decorrência do exercício de cargo na administração de uma controlada da Companhia, esta suportada por esta própria controlada. Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016 e 2017, a remuneração total deste diretor estatutário na referida controlada foi de, respectivamente,

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

R\$391.905,65 e R\$522.725,94. Para o exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2018, a remuneração total prevista para este diretor estatutário na referida controlada é de R\$704.306,86.

Diretores não estatutários: a remuneração fixa e variável dos diretores não estatutários é suportada pelas controladas da Companhia nos termos do Contrato de Rateio, exceto quando o diretor for alocado diretamente a uma única empresa de acordo com as funções exercidas.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando: (i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam; (ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos; e (iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

A Companhia possui diretrizes que devem ser observadas quanto à remuneração dos seus administradores de modo a alinhar os seus interesses e os objetivos da Companhia.

As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores são incentivos para a melhoria de sua gestão e a retenção de seus executivos, visando ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

O Conselho de Administração é o único órgão da Companhia que participa do processo decisório para definir a remuneração individual dos administradores, determinando a proporção de cada componente das remunerações. A critério do Conselho de Administração, a Companhia pode contratar empresas especializadas para consultoria de remuneração, a fim de estruturar o arcabouço competitivo de remuneração.

A fixação da remuneração individual dos administradores da Companhia é realizada utilizando critérios uniformes e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das suas diferentes estruturas funcionais, assegurando a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

Ademais, a Companhia utiliza estudos para avaliação e comparação da posição a ser remunerada com o mercado, levando em consideração empresas de mesmo porte do segmento de atuação bem como de outros segmentos que sejam concorrentes para fins de contratação dos executivos.

O Conselho de Administração avalia a adequação das suas diretrizes internas sempre que houver atualizações nos critérios ou composição da remuneração dos administradores.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2018 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados	4,25	2,00	3,00	9,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.020.000,00	975.114,36	286.153,20	2.281.267,56
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	75.000,00	0,00	0,00	75.000,00
Outros	219.000,00	195.022,88	57.230,64	471.253,52
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos (INSS)	ENCARGOS (INSS)	ENCARGOS (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	216.808,12	0,00	216.808,12
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	187.293,00	0,00	187.293,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	223.962,88	0,00	223.962,88
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2018, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2018, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2018, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2018, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2018, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2018, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	1.314.000,00	1.798.201,24	343.383,84	3.455.585,08

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,75	2,00	3,00	10,75
Nº de membros remunerados	4,75	2,00	2,75	9,50
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.144.000,00	292.556,61	192.452,80	1.629.009,41
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	105.000,00	0,00	0,00	105.000,00
Outros	249.800,00	51.282,31	38.490,56	339.572,87
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	21.962,28	0,00	21.962,28
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	221.244,10	0,00	221.244,10
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	199.274,75	0,00	199.274,75
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2018, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2018, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2018, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2018, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2018, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2018, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	1.498.800,00	786.320,05	230.943,36	2.516.063,41

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00	3,00	10,00

Nº de membros remunerados	4,00	2,00	2,00	8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	940.000,00	1.811.529,62	198.632,00	2.950.161,62
Benefícios direto e indireto	0,00	209.302,75	0,00	209.302,75
Participações em comitês	70.000,00	20.000,00	0,00	90.000,00
Outros	202.000,00	119.148,40	39.726,40	360.874,80
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	55.137,00	0,00	55.137,00
Participação de resultados	0,00	1.030,00	0,00	1.030,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	20.914,03	0,00	20.914,03
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	3.098.902,12	0,00	3.098.902,12
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	488.605,29	0,00	488.605,29
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2018, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2018, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2018, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2018, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2018, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2018, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	1.212.000,00	5.824.569,21	238.358,40	7.274.927,61

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00	3,00	10,00
Nº de membros remunerados	3,00	2,00	2,00	7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	560.000,00	1.942.884,28	120.000,00	2.622.884,28
Benefícios direto e indireto	0,00	241.104,23	0,00	241.104,23

Participações em comitês	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00
Outros	124.000,00	51.962,77	24.000,00	199.962,77
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	798.057,09	0,00	798.057,09
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	514.671,17	0,00	514.671,17
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2018, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2018, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2018, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2018, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2018, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2018, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	744.000,00	3.548.679,54	144.000,00	4.436.679,54

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Prevista para 31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Numero total de membros	6,00	2,00	3,00	11,00
Número de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	216.808,12	-	216.808,12
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	216.808,12	-	216.808,12
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	N/A	-	-

31/12/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Numero total de membros	5,75	2,00	3,00	10,75
Número de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido	-	0,00	-	-

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	63.075,84	-	63.075,84
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	65.886,84	-	65.886,84
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	21.962,28	-	21.962,28

31/12/2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Numero total de membros	5,00	2,00	3,00	10,00
Número de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido	-	55.137,00	-	55.137,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1030,00	-	1.030,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.429.064,21	-	1.429.064,21
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	1.429.064,21	-	1.429.064,21
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	1.030,00	-	1.030,00

31/12/2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Numero total de membros	5,00	2,00	3,00	10,00
Número de	0,00	2,00	0,00	2,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

membros remunerados				
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.181.327,28	-	1.181.327,28
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	1.181.327,28	-	1.181.327,28
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	798.057,09	-	798.057,09

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

(a) termos e condições gerais

A Companhia aprovou seu plano de outorga de opção de compra de ações ("**Plano**") em assembleia geral extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2014. O plano é administrado pelo Conselho de Administração, que tem amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano, incluindo: (a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de opções de compra de ações da Companhia, nos termos do Plano ("**Opções**"), e a solução de dúvidas de interpretação do Plano; (b) o estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho dos administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle ("**Pessoas Elegíveis**"), de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos beneficiários de outorgas de Opções, os quais podem ser administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle ("**Beneficiários**"); (c) a eleição dos Beneficiários e a autorização para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente; (d) a emissão de novas ações da Companhia dentro do limite do capital autorizado ou a autorização para alienação de ações em tesouraria para satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Plano; e (e) a aprovação dos contratos de outorga de opção de compra de ações a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários ("**Contratos de Opção**"), observadas as determinações do Plano.

A outorga de Opções nos termos do Plano é realizada mediante a celebração de Contratos de Opções, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração: (a) a quantidade de Opções objeto da outorga; (b) termos e condições para aquisição do direito ao exercício das Opções; (c) o prazo final para exercício das Opções; e (d) o preço a ser pago pelo Beneficiário à Companhia em contrapartida às ações que adquirir em decorrência do exercício de suas Opções ("**Preço de Exercício**") e condições de pagamento.

O Plano entrou em vigor na data de sua aprovação pela assembleia geral extraordinária e permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão de assembleia geral da Companhia, pela dissolução ou liquidação da Companhia, o que ocorrer primeiro. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia das Opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

(b) principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo permitir que as Pessoas Elegíveis, sujeito a determinadas condições, adquiram ações da Companhia, visando a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das Pessoas Elegíveis; (c) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e manter a ela(s) vinculadas as Pessoas Elegíveis e incentivar a criação de valor para a Companhia; e (d) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas e administradores e empregados.

(c) forma como o plano contribui para esses objetivos

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Ao possibilitar que os administradores, empregados e prestadores de serviços que prestem serviços à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle se tornem acionistas da Companhia em condições potencialmente diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometer-se efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a integrar-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos planos de crescimento da Companhia, assim maximizando seus lucros. O Plano estimula os Beneficiários, ainda, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscar a valorização imediata das ações de emissão da Companhia, sem, contudo, comprometer o crescimento e a valorização futura das ações, igualmente relevantes em face do modelo adotado. O modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores, empregados e prestadores de serviços, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das ações da Companhia.

(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

A Companhia possui uma política de valorização do mérito individual dos administradores, empregados e prestadores de serviços, com base no atingimento de metas operacionais e financeiras e no desempenho individual. O Plano constitui um instrumento incentivador do bom desempenho individual e do comprometimento com metas empresariais.

(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano alinha os interesses da Companhia, de seus administradores, de seus empregados e de seus prestadores de serviços na medida em que visa à otimização da gestão e a manutenção de seus principais executivos e empregados cujo comprometimento e dedicação no desenvolvimento de suas atribuições impactarão positivamente os resultados da Companhia no curto e longo prazo.

(f) número máximo de ações abrangidas

Nos termos do Plano, poderão ser conferidos direitos de aquisição/subscrição sobre um número de ações da Companhia que não exceda 1,5% das ações representativas do capital social total da Companhia, em bases totalmente diluídas, computando-se nesse cálculo todas as Opções já outorgadas nos termos do Plano, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas sem terem sido exercidas (e que voltarão a ficar disponíveis para novas outorgas), contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia. Se qualquer Opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as ações da Companhia vinculadas a tais Opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras outorgas de Opções.

(g) número máximo de opções a serem outorgadas

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Cada opção assegura ao Beneficiário o direito de adquirir uma ação ordinária da Companhia. Sendo assim, a quantidade de direitos outorgados está atrelada ao limite de diluição descrito no item “f” acima.

(h) condições de aquisição de ações

Quando julgar conveniente, o Conselho de Administração aprovará a outorga de Opções, elegendo os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas Opções nos termos do Plano, fixando o Preço de Exercício das Opções e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício das Opções e impondo quaisquer outras condições relativas a tais Opções.

(i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Conselho de Administração, conforme o caso, com base na média da cotação das ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 últimos pregões que antecederem a outorga, corrigido monetariamente de acordo com o IGP-M.

(j) critérios para fixação do prazo de exercício

As Opções se tornarão exercíveis na medida em que os respectivos Beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administradores, empregados ou prestadores de serviço da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a data de outorga e as datas especificadas conforme segue: (a) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 1º aniversário da data de outorga; (b) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 2º aniversário da data de outorga; (c) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 3º aniversário da data de outorga; (d) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 4º aniversário da data de outorga; e (e) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 5º aniversário da data de outorga.

As Opções não exercidas nos prazos e condições estipulados serão consideradas automaticamente extintas, sem direito a indenização, observado o prazo máximo de vigência das Opções, que será de quatro anos a partir do término do respectivo prazo de carência.

(k) forma de liquidação

O Preço de Exercício será pago pelo Beneficiário nas formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração. Com o propósito de satisfazer o exercício das Opções, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (a) emitir novas ações dentro do limite do capital social autorizado da Companhia; ou (b) vender ações mantidas em tesouraria.

(l) restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração poderá subordinar o exercício da Opção a determinadas condições, bem como impor restrições à transferência das ações da Companhia adquiridas com o exercício

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

das Opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações.

As Opções outorgadas nos termos do Plano são pessoais e intransferíveis, não podendo o Beneficiário, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer modo alienar a quaisquer terceiros as Opções, nem os direitos e obrigações a elas inerentes.

(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das Opções sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações da Companhia por parte dos Beneficiários.

O Conselho de Administração da Companhia e as sociedades envolvidas em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações, poderão, a seu critério, desde que não haja prejuízo ao Beneficiário, determinar, sem prejuízo de outras medidas que decidirem por equidade: (a) a substituição das ações da Companhia objeto das Opções por ações, quotas ou outros valores mobiliários de emissão da sociedade sucessora da Companhia; (b) a antecipação da aquisição do direito ao exercício das Opções, de forma a assegurar a inclusão das ações da Companhia correspondentes na operação em questão; e/ou (c) o pagamento em dinheiro da quantia a que o Beneficiário faria jus nos termos do Plano.

Na hipótese da ocorrência de operação de reorganização societária, ou de qualquer outro tipo de operação, que implique alienação ou transferência, direta ou indireta, do controle da Companhia, o Beneficiário terá direito, a critério do Conselho de Administração, (a) à antecipação da aquisição do direito ao exercício de todas as suas Opções ou (b) ao pagamento em dinheiro da quantia a que o Beneficiário faria jus, nos termos do Plano, caso tais Opções fossem totalmente exercidas.

Caso o número, espécie e classe das ações da Companhia existentes na data da aprovação do Plano venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração realizar o ajuste correspondente no número, espécie e classe das ações objeto das Opções outorgadas e seu respectivo Preço de Exercício, de forma a manter o equilíbrio das relações entre as partes, evitando distorções na aplicação do Plano.

(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo.

Se, a qualquer tempo, o Beneficiário (a) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, renunciando ao seu cargo de administrador, ou rescindindo seu contrato de prestação de serviço: (i) as Opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

(ii) as Opções já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que tais Opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (b) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa, destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, ou rescindindo seu contrato de prestação de serviço por justa causa, todas as Opções já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (c) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa, destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador, ou rescindindo seu contrato de prestação de serviço: (i) as Opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as Opções já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas, no prazo de 30 dias contados da data do desligamento, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (d) desligar-se da Companhia por aposentadoria normal ou invalidez permanente: (i) as Opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as Opções já exercíveis de acordo com o Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas no prazo de 30 dias contados da data do desligamento, após o que tais Opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (e) desligar-se da Companhia por falecimento: (i) as Opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as Opções já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu falecimento, poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, após o que tais Opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização. Para exercício das Opções na hipótese (ii) acima, a Companhia deverá notificar os herdeiros e sucessores legais do Beneficiário.

Não obstante o disposto acima, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas acima, conferindo tratamento diferenciado a determinado Beneficiário, desde que as novas disposições do Plano não causem impacto adverso ao Beneficiário.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

As tabelas abaixo representam as informações quantitativas sobre a remuneração baseada em ações da Diretoria Estatutária da Companhia: (i) prevista para o exercício social em curso, e (ii) reconhecida no resultado dos exercícios sociais encerrados em 31/12/2017; 31/12/2016 e 31/12/2015.

Destacamos, ainda, que não ocorreram outorga de opções aos membros do Conselho de Administração.

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2018)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	6	2
Número de membros remunerados	0	1
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N.A.	36,21
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N.A.	N.A.
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N.A.	N.A.
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N.A.	N.A.
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N.A.	0,14241%

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	6	2
Número de membros remunerados	0	1
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N.A.	36,21
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N.A.	N.A.
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N.A.	N.A.
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N.A.	N.A.
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N.A.	0,14241%

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária ¹
Número de membros	5	4
Número de membros remunerados	0	3
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N.A.	31,39
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N.A.	33,25
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N.A.	N.A.
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N.A.	N.A.
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N.A.	0,14241%

¹Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía 2 Diretores Estatutários, sendo um participante do plano de remuneração baseado em ações e o outro não. As informações constantes na tabela acima contemplam também os Diretores que renunciaram aos seus cargos durante o exercício.

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	5	2
Número de membros remunerados	0	2
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N.A.	28,22
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N.A.	N.A.
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N.A.	N.A.
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N.A.	N.A.
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N.A.	0,47730%

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	-	2
Número de membros remunerados	-	1
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	-	1ª outorga - 14.776 2ª outorga - 32.000
Data em que se tomarão exercíveis	-	1ª outorga 50,00% em dez/18 50,00% em dez/19 2ª outorga 25,00% em set/18 25,00% em set/19 25,00% em set/20 25,00% em set/21
Prazo máximo para exercício das opções	-	1ª outorga – dez/23 2ª outorga – set/25
Prazo de restrição à transferência das ações	-	N.A.
Preço médio ponderado de exercício	-	R\$37,28
Valor justo das opções na data da outorga	-	R\$766.633,48
Opções exercíveis		
Quantidade	-	30.161
Prazo máximo para exercício das opções	-	24,50% em dez/19 24,50% em dez/20 26,50% em set/21 24,50% em dez/21
Prazo de restrição à transferência das ações	-	N.A.
Preço médio ponderado de exercício	-	R\$34,55
Valor justo das opções na data da outorga	-	R\$349.033,23
Valor justo do total das opções na data da outorga	-	R\$1.115.666,71

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que não houve exercício de Opção pela diretoria estatutária da Companhia desde a aprovação do plano de remuneração baseado em ações.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

(a) modelo de precificação

O valor justo atribuído às Opções outorgadas foi determinado com base no modelo de precificação Black-Scholes-Merton, modelo este que leva em consideração o valor do ativo objeto, o preço de exercício, o tempo a decorrer até o exercício das opções, a probabilidade da opção ser exercida, a volatilidade histórica, a taxa de dividendos e a taxa de juros livre de risco.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

As tabelas abaixo apresentam os dados e premissas utilizadas nos modelos de precificação:

1ª outorga – Dezembro/2014

Encerramento do período de carência (vesting)	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019
Preço da ação na data da outorga	30,61	30,61	30,61	30,61	30,61
Preço estimado de exercício (<i>strike</i>)	33,45	35,41	37,46	39,35	41,38
Tempo de vida esperado (em anos)	3,0	4,0	5,0	6,0	7,0
Volatilidade esperada	26,20%	26,20%	26,20%	26,20%	26,20%
Taxa de juros livre de risco	12,80%	12,60%	12,40%	12,30%	12,20%

2ª outorga – Setembro/2016

Encerramento do período de carência (vesting)	28/09/2017	28/09/2018	28/09/2019	28/09/2020	28/09/2021
Preço da ação na data da outorga	39,00	39,00	39,00	39,00	39,00
Preço estimado de exercício (<i>strike</i>)	41,57	43,91	46,40	49,07	51,91
Tempo de vida esperado (em anos)	3,0	4,0	5,0	6,0	7,0
Volatilidade esperada	30,40%	30,40%	30,40%	30,40%	30,40%
Taxa de juros livre de risco	11,60%	11,60%	11,70%	11,70%	11,80%

Nas duas outorgas realizadas para membros da diretoria estatutária, a taxa de dividendos esperada era de aproximadamente 1,2% ao ano. No entanto, as Opções têm dividendos protegidos, uma vez que o preço de exercício decresce de acordo com os dividendos distribuídos ao longo do tempo. Dessa forma, a taxa de dividendos utilizada no modelo de precificação foi de 0,0%.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções**(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**

Para levar em consideração a estimativa de exercício antecipado, foi utilizado o *Simplified Method*, uma vez que as Opções se encontram praticamente *at-the-money* nas datas de outorga. O *Simplified Method* considera a média entre (i) o momento que as Opções adquirem o direito de aquisição e (ii) o prazo máximo para o seu exercício.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade foi calculada através do retorno dos preços das ações da Ourofino, utilizando como base três anos (quando possível) e de empresas comparáveis, utilizando como base cinco anos, retroativos para a data de outorga. O valor da volatilidade utilizada foi de 26,2% e 30,4%, para a 1ª e 2ª outorga, respectivamente.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

	Companhia	Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	Ouro Fino Agronegócio Ltda.	Ouro Fino Pet Ltda.	Ouro Fino de México, S.A. de C.V.	Ouro Fino Colombia S.A.S.
Conselho de Administração	56,19%	0,000002%	0,000002%	0,000002%	3,60001%	0,00002%
Diretoria	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%	0%	0%

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	-	2,00
Número de membros remunerados	-	1,00
Nome do plano	-	Itaú Vida e Previdência S.A.
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	-	0
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	12.565,62
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	12.565,62
Possibilidade de resgate antecipado e condições	-	Sim*

* As condições de resgate estão contidas no plano contratado.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Nº de membros	2,00	2,00	2,00	5,75	5,00	5,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	2,00	4,75	4,00	3,00	2,75	2,00	2,00
Valor da maior remuneração(Reais)	192.303,36	2.507.744,52	1.901.775,87	300.000,00	360.000,00	306.000,00	60.000,00	128.615,04	72.000,00
Valor da menor remuneração(Reais)	11.244,00	18.844,95	1.646.903,67	240.000,00	96.000,00	204.000,00	60.000,00	24.000,00	72.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	282.537,98	2.912.284,61	1.774.339,77	333.066,66	303.000,00	248.000,00	76.981,12	119.179,20	72.000,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2016	No item "Valor da maior Remuneração (reais)" foi considerado o membro da diretoria estatutária que permaneceu no cargo por 11 (onze) meses, considerando o valor recebido em decorrência da cessação de cargo. No item "valor da menor remuneração (reais)" foi considerada o membro da diretoria estatutária que permaneceu no cargo por 2 (dois) meses. Item 13.2 valor informado / numero de conselheiros

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não aplicável, tendo em vista que não possuímos administradores ou membros do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos nossos controladores.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia não recebem qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**Remuneração prevista para o exercício social corrente 31/12/2018**

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	TOTAL
Sociedades controladas	192.303,36	-	-	192.303,36

Remuneração para o exercício social 31/12/2017

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	TOTAL
Sociedades controladas	191.312,61	-	-	191.312,61

Remuneração para o exercício social 31/12/2016

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	TOTAL
Sociedades controladas	5.824.569,21	-	-	5.824.569,21

Remuneração para o exercício social 31/12/2015

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	TOTAL
Sociedades controladas	2.909.232,34	-	-	2.909.232,34

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 13.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Brasil

Ouro Fino Saúde Animal			
Número de Empregados			
(Por atividade)	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
Administrativos	332	310	307
Diretoria/executivos	10	9	5
Especialista	17	13	13
Gerente	27	25	25
Operacional	482	416	354
Supervisor	50	53	41
Técnico	44	35	32
Expatriados	-	-	3
Total	962	861	780

Ouro Fino Pet			
Número de Empregados			
(Por atividade)	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
Administrativos	6	8	10
Diretoria/Executivos	1	1	1
Especialista	0	0	1
Gerente	6	5	5
Supervisor	0	0	13
Técnico	0	0	0
Comercial	15	16	13
Total	28	30	43

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Ouro Fino Agronegócio			
Número de Empregados			
(Por atividade)	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
Administrativos	77	55	43
Diretoria/Executivos	2	2	2
Especialista	14	8	9
Gerente	27	25	27
Operacional	18	10	1
Supervisor	7	4	2
Técnico	1	0	0
Comercial	147	122	104
Total	293	226	188

México

Ouro Fino México ⁽¹⁾			
Número de Empregados			
(Por atividade)	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
Administrativos	2	3	4
Gerente	2	3	1
Comercial	14	15	13
Total	18	21	18

⁽¹⁾ Sociedade controlada diretamente pela Ouro Fino Saúde Animal Ltda.

Colômbia

Ouro Fino Colombia SAS ⁽¹⁾			
Número de Empregados			
(Por atividade)	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
Administrativos	1	3	4
Gerente	1	1	1
Comercial	9	14	19
Total	11	18	24

⁽¹⁾ Sociedade controlada diretamente pela Ouro Fino Saúde Animal Ltda.

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Ouro Fino Saúde Animal			
Número de terceirizados			
(Por atividade)	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
Alimentação	19	19	19
Limpeza	24	24	24
Manutenção	08	0	0
Segurança	26	16	16
Transporte	28	26	28
Total	98	85	87

Ouro Fino Agronegócio			
Número de terceirizados			
(Por atividade)	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
Alimentação	2	1	1
Limpeza	5	5	5
Segurança	0	0	0
Transporte	1	1	2
Total	18	7	8

(c) índice de rotatividade

Ouro Fino Saúde Animal		
Índice de Rotatividade		
31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
0,73%	0,93%	1,09%

Ouro Fino Pet		
Índice de Rotatividade		
31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
1,79%	6,67%	2,11%

Ouro Fino Agronegócio		
Índice de Rotatividade		
31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
1,02%	3,54%	1,54%

Ouro Fino México

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Índice de Rotatividade		
31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
0,00%	0,00%	5,78%

Ouro Fino Colombia		
Índice de Rotatividade		
31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
0,00%	0,00%	2,50%

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A Companhia possui uma política de remuneração e que compreende práticas salariais e de remuneração variável

A política de remuneração salarial possui como princípios, objetivos e diretrizes principais: (i) a aplicação de critérios uniformes e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das diferentes estruturas funcionais da empresa; (ii) proporcionar uma remuneração competitiva; (iii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam o reconhecimento e a valorização da performance individual ou de grupos multifuncionais; (iv) proporcionar uma remuneração que assegure a manutenção do poder aquisitivo dos empregados; e (v) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho; (vi) regulamentar critérios e estabelecer controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da empresa, como por exemplo; (a) formar uma estrutura de funções adequada à realidade da Companhia, onde cada cargo tenha seu valor agregado claramente definido, subsidiando os gestores na alocação de pessoas; (b) estabelecer carreiras de cargos que estimulem e proporcionem o crescimento profissional dos empregados; (c) manter e otimizar a capacidade da empresa em obter, reter e desenvolver empregados, estimulando continuamente a motivação e incentivando o desempenho para a qualidade, para a produtividade e para o comprometimento com objetivos e resultados; (d) favorecer a administração e o controle compartilhado das políticas de Recursos Humanos, através do corpo diretivo com o suporte consultivo da área de Recursos Humanos da Companhia; (e) dispor de instrumentos seguros para o controle de sintonia da linha de competitividade salarial e de benefícios da empresa em relação ao seu mercado; e (f) definir critérios que ampliem e flexibilizem alternativas de crescimento dos empregados na empresa estruturando meios adequados à sua movimentação horizontal e vertical, compatibilizando, racionalizando e dirigindo adequadamente os investimentos necessários.

Para consecução dos objetivos acima, a Companhia conta com uma estrutura profissional própria. Conta, ainda, com o suporte de consultoria externa independente. Periodicamente e através de consultoria externa independente, são realizadas pesquisas de mercado junto a representativas empresas que espelham o painel competitivo, selecionadas em função da similaridade de atividade econômica, tecnologia de produtos e serviços, patrimônio líquido, localização geográfica, número de empregados entre outros aspectos de natureza técnica. Esse procedimento permite manter o controle de sintonia permanente do poder competitivo das estruturas salariais, bem como contribui para diagnosticar e corrigir possível vulnerabilidade.

A Companhia utiliza diversas regras para a movimentação dos seus empregados e consecução de sua política de remuneração salarial, dentre as quais destacamos: (i) alteração de cargos e salários, seja de forma individual, baseado no mérito pelo desempenho, ou de forma coletiva, decorrentes de reajustes salariais, de alterações na lei ou dos acordos coletivos celebrados com os sindicatos de representação; (ii) transferência interna de seus empregados, incentivando a renovação das forças de trabalho, fator que apresenta-se como fator altamente motivacional; e (iii) reposicionamento e reavaliação dos cargos, decorrentes de alteração de deveres, responsabilidades e funções dos empregados.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

A política de remuneração variável compõe a remuneração total dos empregados, como forma de remunerar o desempenho dos profissionais pelo alcance de resultados e metas pré-acordadas entre gestores e seus colaboradores. As metas deverão ser específicas, mensuráveis, realistas e expressar o impacto final esperado pela organização do esforço empreendido pelo profissional. São elegíveis os empregados até o nível da coordenação e especialistas das empresas do Grupo Ouro Fino.

(b) política de benefícios

A Companhia possui benefícios concedidos a seus colaboradores e extensivos às suas famílias. Dentre os diversos benefícios, destacamos: (i) refeição; (ii) cesta básica; (iii) cartão horta, relacionada ao Projeto Nossa Horta; (iv) assistência médica; (v) assistência odontológica; (vi) convênio com farmácia; (vii) auxílio creche; (viii) centro de esporte e lazer; (ix) seguro de vida; (x) plano de previdência privada; (xi) subsídio educacional e idiomas; e (xii) auxílio transporte.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupos de beneficiários; (ii) condições para o exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano.

São elegíveis a participar do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia ("**Plano de Opção**") os administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia, ou outra sociedade sob o seu controle. As características do Plano de Opção encontram-se descritas no item 13.4 deste Formulário de Referência.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A atuação da Companhia junto às entidades sindicais, representativas de seus colaboradores pautar-se-á pelas condutas das empresas da Companhia, que sempre mantiveram uma postura de respeito à organização sindical, à liberdade de associação e ao direito à negociação coletiva, primando pelo diálogo e pela busca de soluções negociadas. Neste sentido, a Companhia não possui histórico negativo no relacionamento com as entidades sindicais, representativas de seus colaboradores, sendo que desde a constituição da Companhia, não houve paralisações ou greves registradas.

14.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 14.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
Jardel Massari					
263.940.816-04	Brasileira-SP	Sim	Sim	17/04/2018	
Não					
15.526.585	28,780000%	0	0,000000%	15.526.585	28,780000%
G.A. Brasil VII Fundo de Investimentos em Participações					
21.120.650/0001-40	Brasileira-SP	Sim	Não	31/08/2016	
Não					
9.138.407	16,939000%	0	0,000000%	9.138.407	16,939000%
BNDES Participações S.A.					
00.383.281/0001-09	Brasileira-SP	Não	Não	15/01/2018	
Não					
6.613.960	12,260000%	0	0,000000%	6.613.960	12,260000%
Norival Bonamichi					
263.572.166-15	Brasileira-SP	Sim	Sim	02/02/2018	
Não					
14.851.588	27,529000%	0	0,000000%	14.851.588	27,529000%
OUTROS					
7.818.466	14,492000%	0	0,000000%	7.818.466	14,492000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL					
53.949.006	100,000000%	0	0,000000%	53.949.006	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %

15.3 - Distribuição de capital

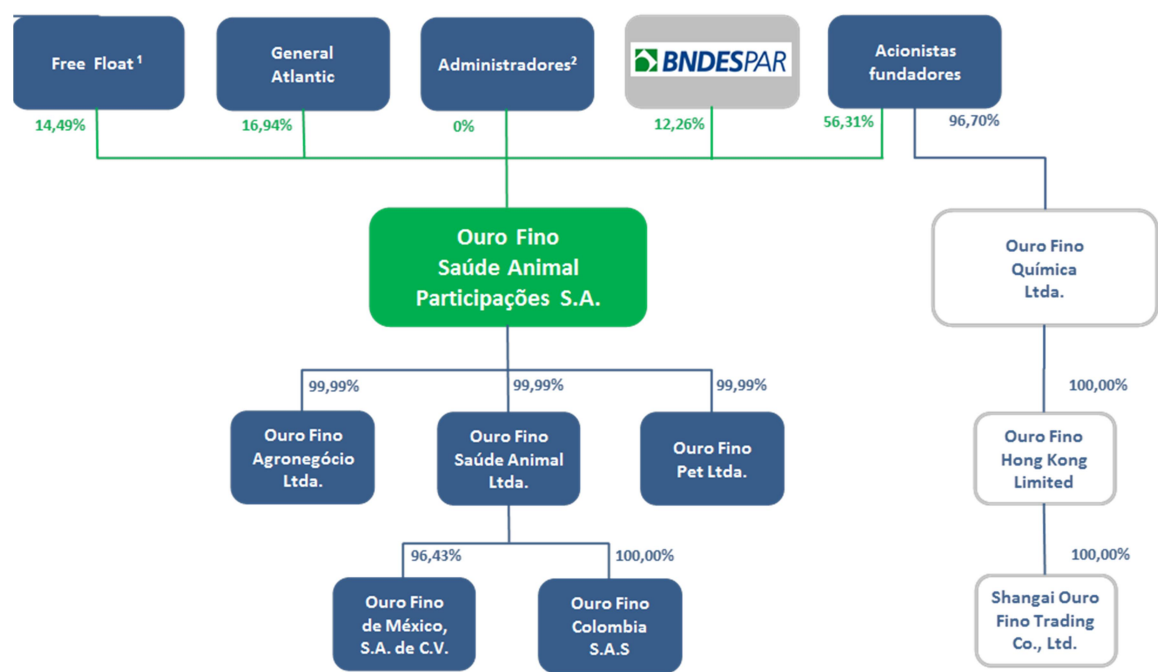
Data da última assembleia / Data da última alteração	13/04/2018
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	1.820
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	95
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	8

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	23.570.833	43,690000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	23.570.833	43,690000%

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



¹ General Atlantic e BNDESPAR também estão incluídos no free float.

² Acionista fundador presidente não é contabilizado.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Partes	Norival Bonamichi, Jardel Massari (" Acionistas Principais ") e GA Latin America Investments, LLC (" General Atlantic "). Interveniente Anuente: Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.
Data de celebração	29 de setembro de 2014.
Prazo de vigência	O acordo de acionistas entrou em vigor mediante o encerramento da oferta pública inicial de ações da Companhia (" IPO "). O acordo de acionistas será extinto caso a General Atlantic e qualquer de suas afiliadas se tornem titulares de menos de (i) 50% da participação por eles detida no encerramento do IPO, sendo certo que nenhum evento de diluição no âmbito do qual direitos de preferência ou prioridade não sejam concedidos à General Atlantic será considerado para o cálculo do limite estabelecido acima; ou (ii) 5% do capital social da Companhia, o que ocorrer primeiro.
Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle	Nos termos do Acordo de Acionistas, as partes comprometem-se a (i) proferir seus votos em todas e quaisquer assembleias gerais da Companhia; (ii) fazer com que a Companhia exerça seus direitos de voto nas sociedades controladas; e (iii) instruir seus representantes nos órgãos de gestão da Companhia a cumprir com as disposições do Acordo de Acionistas. Adicionalmente, o Acordo de Acionistas estabelece matérias que estarão sempre sujeitas à aprovação prévia da General Atlantic, quais sejam (i) qualquer alteração nos contratos de rateio e de licenciamento de marcas da Companhia, os quais se encontram descritos no item 16.1 deste Formulário de Referência; (ii) qualquer operação entre a Companhia e partes relacionadas que exceda o valor de R\$5 milhões anuais; ou (iii) qualquer alteração das disposições estatutárias da Companhia estabelecendo que tais transações entre partes relacionadas deverão ser aprovadas pela maioria dos conselheiros independentes do Conselho de Administração e, se aplicável, pela assembleia geral de acionistas, sem que sejam computados os votos dos Acionistas Principais. Para maiores informações sobre o Acordo de Acionistas, veja o item 15.7 deste Formulário de Referência.
Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores ou membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais	Nos termos do Acordo de Acionistas, a General Atlantic terá o direito de indicar um membro do Conselho de Administração da Companhia, bem como seu respectivo suplente, conforme aplicável.
Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las	Nos termos do Acordo de Acionistas, a General Atlantic não poderá alienar ou de qualquer outra forma dispor das ações de emissão da Companhia que venha a subscrever por um período de nove meses após a liquidação do IPO (exceto por transferências para afiliadas ou para partes relacionadas).
Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros de conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle	Não existem demais restrições ou vinculação do direito de voto dos membros do Conselho de Administração.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

As alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores nos três últimos exercícios sociais estão descritas no item 15.7 deste Formulário de Referência.

15.7 - Principais operações societárias**2016**

a. evento	Incorporação da General Atlantic Ouro Fino Participações S.A. (“General Atlantic”)																										
b. principais condições do negócio	A operação consiste na incorporação da totalidade do patrimônio líquido da General Atlantic Ouro Fino Participações S.A., a valor contábil, pela Companhia, dando causa à extinção da personalidade jurídica da General Atlantic Ouro Fino Participações S.A. e à sucessão, em todos os seus direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito, sem qualquer solução de continuidade, pela Companhia (“Incorporação”), <i>ad referendum</i> das Assembleias Gerais da Companhia e General Atlantic Ouro Fino Participações S.A., realizadas em 31 de agosto de 2016. A Companhia absorverá a totalidade dos ativos e passivos da General Atlantic Ouro Fino Participações S.A. e que compreendem a Participação General Atlantic Ouro Fino Participações S.A. A Incorporação resultará na transferência da participação da General Atlantic Ouro Fino Participações S.A. ao atual acionista da General Atlantic Ouro Fino Participações S.A., o G.A. Brasil VII Fundo de Investimento em Participações (“GA FIP”). A Incorporação não resulta em aumento de capital da Companhia, o qual permanece inalterado, e, portanto, não há alteração da participação societária atualmente detida pelos acionistas da Companhia. Não há, como resultado da Incorporação, qualquer alteração nos direitos patrimoniais e políticos das ações de emissão da Companhia existentes, e as ações de emissão da Companhia transferidas ao GAFIP terão direitos patrimoniais e políticos idênticos às demais ações de emissão da Companhia atualmente em circulação.																										
c. sociedades envolvidas	Companhia e General Atlantic.																										
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Sucessão da General Atlantic pela G.A. Brasil VII Fundo de Investimentos em Participações																										
e. quadro societário antes e depois da operação	Antes da Operação <table><tr><td></td><td>Ações Ordinárias</td><td>%</td></tr><tr><td>Jardel Massari</td><td>15.319.616</td><td>28,40</td></tr><tr><td>Norival Bonamichi</td><td>14.834.135</td><td>27,50</td></tr><tr><td>Administradores</td><td>850.352</td><td>1,58</td></tr><tr><td>BNDESPAR</td><td>6.666.788</td><td>12,36</td></tr><tr><td>General Atlantic</td><td>9.138.407</td><td>16,94</td></tr><tr><td>Outros</td><td>7.139.708</td><td>13,23</td></tr><tr><td>Total</td><td>53.949.006</td><td>100,00</td></tr></table> Após a Operação				Ações Ordinárias	%	Jardel Massari	15.319.616	28,40	Norival Bonamichi	14.834.135	27,50	Administradores	850.352	1,58	BNDESPAR	6.666.788	12,36	General Atlantic	9.138.407	16,94	Outros	7.139.708	13,23	Total	53.949.006	100,00
	Ações Ordinárias	%																									
Jardel Massari	15.319.616	28,40																									
Norival Bonamichi	14.834.135	27,50																									
Administradores	850.352	1,58																									
BNDESPAR	6.666.788	12,36																									
General Atlantic	9.138.407	16,94																									
Outros	7.139.708	13,23																									
Total	53.949.006	100,00																									

15.7 - Principais operações societárias

		Ações Ordinárias	%
	Jardel Massari	15.319.616	28,40
	Norival Bonamichi	14.834.135	27,50
	Administradores	850.352	1,58
	BNDESPAR	6.666.788	12,36
	G.A. Brasil VII Fundo de Investimento em Participações	9.138.407	16,94
	Outros	7.139.708	13,23
	Total	53.949.006	100,00
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	A operação foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária em 31 de agosto de 2016 com base no Protocolo e Justificação de Incorporação da General Atlantic Ouro Fino Participações S.A. pela Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A., celebrado entre as administrações da Companhia e da General Atlantic Ouro Fino Participações S.A. em 15 de agosto de 2016.		

2014

a. evento	Celebração de Acordo de Investimento
b. principais condições do negócio	Em 26 de setembro de 2014, a Companhia e seus acionistas controladores, Jardel Massari e Norival Bonamichi, celebraram com a firma de <i>private equity</i> GA Latin America Investments, LLC ("General Atlantic") um Acordo de Investimento por meio do qual, sujeito a determinadas condições abaixo descritas, a General Atlantic firmou um compromisso de efetuar um investimento na Companhia, mediante a subscrição e/ou aquisição de ações ordinárias, direta ou indiretamente, por meio de fundo de investimento em participações constituído nos termos da Instrução CVM 391, de 16 de julho de 2003, ou por uma subsidiária, no montante de R\$200 milhões ("Acordo de Investimento"). O referido Acordo de Investimento foi firmado como resultado de uma negociação privada entre as partes, mas o compromisso de investimento da General Atlantic foi liquidado no âmbito da oferta pública inicial de ações ordinárias de emissão da Companhia ("IPO"). A General Atlantic não participou do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, no âmbito do IPO. A obrigação da General Atlantic de subscrever e/ou adquirir R\$200 milhões em ações ordinárias de emissão da Companhia, com base em uma avaliação <i>pre money</i> da Companhia de R\$1.300 milhões, sujeitou-se às seguintes condições: - a conclusão do IPO com liquidação simultânea à liquidação da aquisição e/ou subscrição das ações ordinárias de emissão da Companhia pela General Atlantic; - a celebração pelos acionistas controladores da Companhia e pela General

15.7 - Principais operações societárias

	Atlantic de um acordo de acionistas da Companhia, eficaz a partir da conclusão do IPO, assim entendida a data de liquidação do IPO, nos termos do qual (a) a General Atlantic terá o direito de indicar um membro do Conselho de Administração da Companhia, bem como seu respectivo suplente, se aplicável; e (b) estarão sempre sujeitas à aprovação prévia da General Atlantic, a deliberação de (i) qualquer alteração nos contratos de rateio e de licenciamento de marcas, os quais se encontram descritos nos itens 3.3 e 16.1 deste Formulário de Referência, respectivamente; (ii) qualquer operação entre a Companhia e partes relacionadas que exceda o valor de R\$5 milhões anuais, individualmente ou no agregado; ou (iii) qualquer alteração das disposições estatutárias da Companhia estabelecendo que tais transações entre parte relacionadas deverão ser aprovadas pela maioria dos conselheiros independentes do Conselho de Administração e, se aplicável, pela assembleia geral de acionistas, sem que o voto do Jardel Massari e Norival Bonamichi sejam computados; - o preço máximo a ser pago pela General Atlantic, no âmbito do Acordo de Investimento, de R\$26,00 por ação ordinária de emissão da Companhia; - na hipótese da precificação do IPO indicar uma avaliação implícita <i>pre money</i> acima de R\$1.300 milhões, a General Atlantic ficará desobrigada a realizar a subscrição e/ou aquisição referida acima, mas terá o direito de subscrever e/ou adquirir ações da Companhia no valor de até R\$200 milhões; - o antigo Diretor Presidente da Companhia, Sr. Dolivar Coraucci Neto e o antigo Diretor de Relações com Investidores da Companhia, Sr. Fabio Lopes Júnior, bem como o Sr. Carlos Henrique Henrique ("Vendedores") e/ou os Srs. Jardel Massari e Norival Bonamichi, (a) não tenham resiliado ou de qualquer forma rescindido o Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado, em 26 de setembro de 2014, por meio do qual os Vendedores se comprometeram a alienar a totalidade de suas respectivas participações na Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A.; e (b) liquidem referida compra e venda, com pagamento do preço e transferência das respectivas ações em até 90 dias contados a partir do IPO; e - a não ocorrência de alterações relevantes e/ou adversas na situação financeira, negocial, econômica, patrimonial e jurídica da Companhia desde 30 de junho de 2014. Tendo em vista que o preço por ação ordinária de emissão da Companhia no âmbito do IPO foi fixado em R\$27,00, a General Atlantic subscreveu e/ou adquiriu, por meio do G.A. BRASIL VII Fundo de Investimento em Participações e sua investida General Atlantic Ouro Fino Participações S.A., 7.407.407 ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito da Oferta, que corresponde a um investimento de R\$199.999.989,00 na Companhia. O acordo de acionistas entrou em vigor mediante a conclusão do IPO e será extinto caso a General Atlantic e qualquer de suas afiliadas se tornem titulares de menos de (i) 50% da participação acionária por eles detida na data de conclusão do IPO, sendo certo que nenhum evento de diluição no âmbito do qual direitos de preferência ou prioridade não sejam concedidos à General Atlantic será considerado para o cálculo do limite estabelecido acima; ou (ii) 5% do capital social da Companhia, o que ocorrer primeiro. Foi estabelecido no Acordo de Investimento, ainda, que a General Atlantic não poderá alienar ou de qualquer outra forma dispor das ações ordinárias de emissão da Companhia por ela subscritas e/ou adquiridas por um período de nove meses após a conclusão do IPO (exceto por transferências para afiliadas ou para partes
--	--

15.7 - Principais operações societárias

	relacionadas).		
	Para maiores informações sobre o Acordo de Investimento e sobre o Acordo de Acionistas, vide o item 15.5 deste Formulário de Referência.		
c. sociedades envolvidas	Companhia e General Atlantic.		
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Entrada da General Atlantic no quadro societário da Companhia.		
e. quadro societário antes e depois da operação	Antes do IPO		
		Ações Ordinárias	%
	Jardel Massari	18.438.557	36,88
	Norival Bonamichi	18.438.557	36,88
	BNDESPAR	9.966.788	19,93
	Dolivar Coraucci Neto	996.679	1,99
	Fábio Lopes Júnior	996.679	1,99
	Carlos Henrique	996.678	1,99
	General Atlantic	0	0,00
	Outros	166.062	0,33
	Total	50.000.000	100,00
	Após o IPO		
		Ações Ordinárias	%
	Jardel Massari	14.834.135	27,50
	Norival Bonamichi	14.834.135	27,50
	BNDESPAR	6.666.788	12,36
	Dolivar Coraucci Neto	801.845	1,49
	Fábio Lopes Júnior	801.845	1,49
	Carlos Henrique	356.728	0,66
	General Atlantic	7.407.407	13,73
Outros	8.239.424	15,27	

15.7 - Principais operações societárias

	<table><tr><td>Total</td><td>53.942.307</td><td>100,00</td></tr></table>	Total	53.942.307	100,00
Total	53.942.307	100,00		
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, considerando que na época da operação acima mencionada, a Companhia ainda não havia realizado a sua oferta pública inicial de ações e portanto não possuía ações em circulação no mercado e, conseqüentemente, acionistas minoritários que fizessem jus à adoção de mecanismos para garantir um tratamento equitativo. Não obstante, a Companhia conduziu todos os procedimentos legais e estatutários pertinentes para deliberar sobre a operação.			

a. evento	Cisão parcial da Ouro Fino Participações e posterior incorporação pela Companhia
b. principais condições do negócio	Em 30 de junho de 2014, a Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. sofreu cisão parcial no valor contábil de R\$188.626.985,84, especificamente relacionada às empresas do Grupo Ouro Fino do segmento de saúde animal, quais sejam, a Ouro Fino Saúde Animal Ltda., a Ouro Fino Pet Ltda., a Ouro Fino Agronegócio Ltda. e a Ouro Fino de México, S.A. de C.V. Ato contínuo, as participações anteriormente detidas pela Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. foram incorporadas pela Companhia através de um aumento de capital no mesmo valor da cisão, passando a Companhia a possuir um capital social de R\$188.627.285,84. As atas das assembleias gerais da Companhia e da Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. que aprovaram a cisão foram publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Diário Comercial" em 5 de setembro de 2014. Nos termos do artigo 233 da Lei das Sociedades por Ações, o prazo para oposição de credores com relação à operação se encerra em 4 de dezembro de 2014.
c. sociedades envolvidas	Companhia, Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A., Ouro Fino Saúde Animal Ltda., Ouro Fino Pet Ltda., Ouro Fino Agronegócio Ltda. e Ouro Fino de México, S.A. de C.V.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Após a cisão parcial da Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A., a Companhia passou a ser controladora direta da Ouro Fino Saúde Animal Ltda., da Ouro Fino Pet Ltda. e da Ouro Fino Agronegócio Ltda. e controladora indireta da Ouro Fino de México, S.A. de C.V.
e. quadro	Antes

15.7 - Principais operações societárias

societário antes e depois da operação	Depois
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, considerando que na época da operação acima mencionada, a Companhia ainda não havia realizado a sua oferta pública inicial de ações e portanto não possuía ações em circulação no mercado e, consequentemente, acionistas minoritários que fizessem jus à adoção de mecanismos para garantir um tratamento equitativo. Não obstante, a Companhia conduziu todos os procedimentos legais e estatutários pertinentes para deliberar sobre a operação.

2013

a. evento	Alienação de ativos relevantes
b. principais condições do negócio	Em 10 de dezembro de 2013, o Conselho de Administração da Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. aprovou a descontinuação da divisão de genética do Grupo Ouro Fino, exercida especificamente pela Ouro Fino Agronegócio Ltda., que compreendia atividades de criação e comercialização de gado puro de origem e cavalo raça crioulo.
c. sociedades envolvidas	Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. e Ouro Fino Agronegócio Ltda.

15.7 - Principais operações societárias

d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não houve efeitos da operação no nosso quadro acionário.
e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve efeitos da operação no nosso quadro acionário.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, considerando que na época da operação acima mencionada, a Companhia ainda não havia realizado a sua oferta pública inicial de ações e portanto não possuía ações em circulação no mercado e, conseqüentemente, acionistas minoritários que fizessem jus à adoção de mecanismos para garantir um tratamento equitativo. Não obstante, a Companhia conduziu todos os procedimentos legais e estatutários pertinentes para deliberar sobre a operação.

15.8 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 15.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

As operações da Companhia com partes relacionadas são sempre realizadas observando preço e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício ou prejuízo para a Companhia ou para quaisquer outras partes.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

Política de Transações com Partes Relacionadas

Em atenção às melhores práticas de governança corporativa, e em aderência às especificidades de seu modelo de negócio, a Companhia possui Política de Transações com Partes Relacionadas. Esta política tem por objetivo dar transparência aos acionistas da Companhia, investidores e ao mercado em geral.

A Política de Transações com Partes Relacionadas define de forma objetiva conceitos sobre partes relacionadas e transações com partes relacionadas, além de estabelecer exigências mínimas de divulgação de informações sobre essas transações.

A Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia está disponível no website da Companhia, no seguinte endereço: <http://ri.ourofino.com/>

Os quadros abaixo apresentam as operações com partes relacionadas celebradas pelas Companhia e suas controladas:

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração
Ouro Fino Química Ltda.	31/12/2017	R\$2.300.573,54	R\$193.456,48	R\$2.300.573,54	N/A
Relação com o emissor	Ouro Fino Química Ltda. é sociedade sob controle comum com a Companhia.				
Objeto do contrato	O contrato de compartilhamento de despesas é celebrado entre a Ouro Fino Saúde Animal Ltda., controlada da companhia Empreendimentos S.A. e Ouro Fino Química Ltda. (“Compartilhadoras”), com anuência da companhia e de suas outras controladas. Em termos gerais, o contrato visa aumentar a eficiência administrativa das partes, concentrando serviços administrativos e de apoio, que são prestados pela Ouro Fino Saúde Animal Ltda., assim, o contrato tem por objeto estabelecer as regras e condições para o compartilhamento e reembolso por parte da Ouro Fino Saúde Animal Ltda. em relação às despesas incorridas em benefício das Compartilhadoras. Os principais serviços compartilhados em 2016 são os serviços de apoio administrativo, financeiro, jurídico, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de marketing e de vendas. O contrato prevê que o compartilhamento será realizado em base de custos incorridos, sem remuneração adicional, considerando-se que o objetivo do contrato é a redução de custos. O contrato prevê ainda que, por meio de notas de débito acompanhadas de descritivos das despesas, a serem reembolsadas no prazo de 15 dias corridos contados a partir da data de emissão das notas, todos os critérios a serem utilizados para compartilhamento. O contrato tem prazo indeterminado, podendo ser rescindido por qualquer uma das partes com 120 dias de antecedência.				
Garantia e seguros	N/A				
Rescisão ou extinção	N/A				
Posição contratual da emissora	Credor		Especificar		
Natureza e razão para a operação / Outras informações relevantes	Saldo a receber decorrente a rateio de despesas de Centro de Serviços Compartilhados. O valor apresentado no campo “montante envolvido” refere-se ao valor líquido a receber após a dedução de impostos e despesas de administração.				

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A., Ouro Fino Química Ltda., Ouro Fino Hong Kong Limited. e Shanghai Ouro Fino Trading Co., Ltda.	30/07/2014	R\$ 116.505,41 para o ano de 2017	R\$46.521,16	R\$ 116.505,41 para o ano de 2017	20 anos	Não	N/A
Relação com o emissor	Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A., Ouro Fino Química Ltda., Ouro Fino Hong Kong Limited. e Shanghai Ouro Fino Trading Co., Ltd. são sociedades sob controle comum com a Companhia.						
Objeto do contrato	O objeto do contrato é o licenciamento oneroso e não exclusivo das marcas Ouro Fino para exercer as atividades de forma direta e/ou indiretamente, dos segmentos de fabricação, distribuição, trading, importação, exportação, fabricação por conta e ordem de terceiros e venda de produtos agroquímicos entre outros relacionados. Para os primeiros 05 anos de vigência do Contrato, o valor anual devido pelo licenciamento das Marcas é de R\$ 100.000,00 reajustado pela variação positiva do IGPM pelos primeiros cinco anos de uso da marca (Período Inicial). Para os próximos 05 anos após o período inicial o valor anual pelo licenciamento das Marcas é de R\$ 200.000,00 reajustado pela variação positiva do IGPM pelos cinco anos de uso da marca após o Período Inicial (Período Adicional) e, para os próximos anos após o Período Adicional, o valor anual será obtido através de avaliação do valor de mercado a ser determinado por um comitê independente, de acordo com os parâmetros estabelecidos no contrato.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Posição contratual da emissora	Credor		Especificar		-		
Natureza e razão para a operação / Outras informações relevantes	Contrato de licenciamento de marcas. O valor apresentado no campo “montante envolvido” refere-se ao total das operações do ano de 2017.						

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Ouro Fino Química Ltda.	31/12/2017	R\$ 643.263,80	R\$ 151.972,10	R\$ 643.263,80	Indeterminado	Sim	N/A
Relação com o emissor	Ouro Fino Química Ltda. é sociedade sob controle comum com a Companhia.						
Objeto do contrato	O contrato de compartilhamento de despesas é celebrado entre a Ouro Fino Saúde Animal Ltda., controlada da companhia, com as partes relacionadas Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. e Ouro Fino Química Ltda. (“Compartilhadoras”), com anuência da companhia e de suas outras controladas (Ouro Fino Agronegócio Ltda. e Ouro Fino Pet Ltda.). Em termos gerais, o contrato visa aumentar a eficiência administrativa das partes, concentrando serviços administrativos e de apoio, que também beneficiam as Compartilhadoras, na empresa Ouro Fino Saúde Animal Ltda., assim, o contrato tem por objeto estabelecer as regras e condições para o compartilhamento e reembolso proporcional pelas Compartilhadoras à Ouro Fino Saúde Animal Ltda. em relação às despesas incorridas em benefício das Compartilhadoras. Os principais serviços compartilhados em 2016 são relativos a tecnologia da informação e recursos humanos. O contrato prevê que o compartilhamento será realizado em base de custos incorridos, sem remuneração adicional, considerando-se o tempo e a complexidade das atividades compartilhadas, por meio de notas de débito acompanhadas de descritivos das despesas, a serem reembolsadas no prazo de 15 dias corridos contados a partir do recebimento das notas de débito. O contrato prevê todos os critérios a serem utilizados para compartilhamento. O contrato tem prazo indeterminado, podendo ser rescindido por qualquer das partes mediante o envio de notificação escrita à outra parte com 120 dias de antecedência.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Posição contratual da emissora	Devedor		Especificar		-		
Natureza e razão para a operação / Outras informações relevantes	Saldo a pagar decorrente a rateio de despesas de Centro de Serviços Compartilhados. O valor apresentado no campo “montante envolvido” refere-se ao total das operações do ano de 2017.						

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Executivos da Companhia e empresas controladas	31/12/2017	R\$ 17.294,00	R\$ 17.294,00	R\$ 17.294,00	N/A	Sim	N/A
Relação com o emissor	Executivos da Companhia e das empresas controladas.						
Objeto do contrato	Saldo pago em decorrência de aquisição de participação em empresas controladas.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Posição contratual da emissora	Credor		Especificar				
Natureza e razão para a operação / Outras informações relevantes	Saldo pago à executivos da Companhia e empresas controladas.						

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	03/05/2017	R\$33.291.602,00	R\$28.801.794,19	R\$33.291.602,00	8 anos	Sim	Subcrédito A e B - 3,16% a.a. acima da TJLP. Subcrédito C, D, E e F - 3,44% a.a. acima da SELIC.
Relação com o emissor	BNDES Participações S.A. – BNDESPAR é acionista da Companhia.						
Objeto contrato	Financiamento destinado à modernização e adequação regulatória das instalações da planta industrial de Cravinhos /SP, assim como aquisição de máquinas e equipamentos e capital de giro.						
Garantia e seguros	Em garantia ao cumprimento desses contratos, a Ouro Fino Saúde Animal Ltda. concedeu em penhor máquinas e equipamentos no valor global de R\$ 5.319.570,07. Além disso, a Ouro Fino Saúde Animal Participações S/A, o Sr. Jardel Massari e o Sr. Norival Bonamichi prestaram fiança em benefício da Ouro Fino Saúde Animal Ltda. com as respectivas outorgas uxórias da Sra. Cilene Regina Cerantola Biasi Massari e da Sra. Lucinéia Garcia Ribeiro Bonamichi (quando aplicável). A prestação dessa garantia pelos acionistas controladores não implicou o pagamento de qualquer custo ou remuneração pela Companhia ou suas controladas.						
Rescisão ou extinção	Adimplemento das obrigações contratadas, vencimento antecipado (i.e. inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Companhia, ou das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual seja exigido quórum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores, ou ainda, a inclusão naqueles documentos, de dispositivo que importe em (i) restrições a capacidade de crescimento da Ouro Fino Saúde Animal Ltda. ou ao seu desenvolvimento tecnológico; (ii) restrições de acesso da Ouro Fino Saúde Animal Ltda. a novos mercados; (iii) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da operação) nos termos do contrato ou das disposições aplicáveis aos contratos celebrados com o BNDES ou liquidação antecipada.						
Posição contratual da emissora	Devedor		Especificar		-		
Natureza e razão para a operação / Outras informações relevantes	Financiamento com o BNDES						

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	De 07/05/2010 até 19/01/2016	R\$2.070.803,99	R\$847.128,40	R\$2.070.803,99	5 à 10 anos	Sim	R\$1.579.062,40 contratados a 4,50% a.a. R\$178.198,72 contratados a 8,7% a.a. R\$143.542,87 contratados a 9,5% a.a.
Relação com o emissor	BNDES Participações S.A. – BNDESPAR é acionista da Companhia.						
Objeto contrato	Os contratos celebrados com o Banco do Brasil S.A. ou com o Banco Rabobank International Brasil S.A. ou com o Banco Santander (Brasil) S.A. são repasses de recursos da Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME – integrante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para a aquisição de maquinários.						
Garantia e seguros	Em garantia ao cumprimento desses contratos, a Ouro Fino Saúde Animal Ltda. concedeu em alienação fiduciária os bens adquiridos com os recursos dos repasses e o Sr. Jardel Massari e o Sr. Norival Bonamichi, prestaram fiança em benefício da Ouro Fino Saúde Animal Ltda. com as respectivas outorgas uxórias da Sra. Cilene Regina Cerantola Biasi Massari e da Sra. Lucinéia Garcia Ribeiro Bonamichi (quando aplicável). A prestação dessa garantia pelos acionistas controladores não implicou o pagamento de qualquer custo ou remuneração pela Companhia ou suas controladas..						
Rescisão ou extinção	(i) não pagar pontualmente as prestações previstas no instrumento, ou se não dispuser de saldo suficiente nas datas dos respectivos vencimentos para que o credor promova os lançamentos contábeis destinados a liquidações, conforme autorização para débito em conta; (ii) sofrer protesto cambiário, requerer a sua recuperação extrajudicial, judicial ou falência ou tiver a sua falência ou insolvência civil requerida, ou por qualquer motivo encerrar suas atividades; (iii) sofrer ação judicial ou procedimento fiscal capaz de colocar em risco as garantias constituídas ou o cumprimento das obrigações assumidas; (iv) prestar informações incompletas ou alteradas, inclusive através de documento público ou particular de qualquer natureza; (v) prestar informações que, se de conhecimento do credor, poderiam alterar seus julgamentos e/ou avaliações; (vi) tornar-se inadimplente em outras operações mantidas junto ao credor; (vii) exceder o limite do crédito concedido; (viii) desviar no todo ou em parte os bens dados em garantia; (ix) não manter em dia o seguro dos bens dados em garantia; e (x) não reforçar no prazo indicado na comunicação que lhe for feita pelo credor as garantias constituídas.						
Posição contratual da emissora	Devedor		Especificar		-		
Natureza e razão para a operação / Outras informações relevantes	Dez contratos de financiamento para aquisição de maquinários com o Banco do Brasil S.A. ou Banco Rabobank International Brasil S.A. ou com o Banco Santander (Brasil) S.A.						

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	De 19/08/2016 até 14/11/2016	R\$ 37.437.000,00	R\$ 39.798.824,14	R\$ 37.437.000,00	2 anos	Sim	R\$ 8.369.100,00 contratados a Selic + 3,46% a.a. R\$ 19.527.900,00 contratados a TJLP+ 3,1% a.a. R\$ 2.862.000,00 contratados a Selic + 3,39% a.a. R\$ 6.678.000,00 contratados a TJLP + 3,05 a.a.
Relação com o emissor	BNDES Participações S.A. – BNDESPAR é acionista da Companhia.						
Objeto contrato	Cédulas de Crédito Bancário celebradas com o Banco Santander para financiamento de produção para bens destinados a exportação (BNDES- Exim Pré Embarque).						
Garantia e seguros	Ouro Fino Saúde Animal Participações S/A presta fiança em benefício da Ouro Fino Saúde Animal Ltda.. A prestação dessa garantia pelos acionistas controladores não implicou o pagamento de qualquer custo ou remuneração pela Companhia ou suas controladas.						
Rescisão ou extinção	(i) não exportação do(s) bem(ns) objeto do presente financiamento, no valor total do compromisso de exportação estabelecido; (ii) exportação de bem (ns) não fabricado (s) pela emitente; (iii) não apresentação dos documentos e informações necessárias ao acompanhamento da operação; (iv) cessão ou transferência dos dos direitos e/ou obrigações decorrentes deste financiamento, sem autorização prévia e expressa do BNDES; (v) se não dispuser de saldo suficiente nas datas dos respectivos vencimentos para que o credor promova os lançamentos contábeis destinados a liquidações, conforme autorização para débito em conta; (vi) sofrer protesto cambiário, requerer a sua recuperação extrajudicial, judicial ou falência ou tiver a sua falência ou insolvência civil requerida, ou por qualquer motivo encerrar suas atividades; (vii) sofrer ação judicial ou procedimento fiscal capaz de colocar em risco as garantias constituídas ou o cumprimento das obrigações assumidas; (viii) prestar informações incompletas ou alteradas, inclusive através de documento público ou particular de qualquer natureza; (ix) se ocorrer a transferência a terceiros dos direitos e obrigações da emitente e/ou dos avalistas; (x) tornar-se inadimplente em outras operações mantidas junto ao credor.						
Posição contratual da emissora	Devedor		Especificar		-		
Natureza e razão para a operação / Outras informações relevantes	Duas cédulas de Crédito Bancário celebradas com o Banco Santander para financiamento de produção para bens destinados a exportação (BNDES- Exim Pré Embarque).						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

As informações relativas ao item 16.2 foram prestadas na seção 16.1 deste Formulário de Referência.

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse, aplicando-se à hipótese práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo aquelas previstas no Regulamento do Novo Mercado e na Lei das Sociedades por Ações, segundo a qual o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável, respondendo o acionista pelos danos causados e pela restituição à Companhia das vantagens que tiver auferido.

Ao Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal é submetida a decisão acerca de todas as nossas operações, conforme competência descrita pelo nosso Estatuto Social vigente. Assim, todas as nossas operações, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos nossos órgãos decisórios a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes. Ademais, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer membro do nosso Conselho de Administração está proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho de Administração, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os nossos. Entende-se por negócios celebrados em conflito de interesses aqueles não celebrados em condições normais de mercado, havendo benefício à parte relacionada e possibilidade de nos causar dano ou prejuízo. Em especial, o artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações normatiza o exercício ao direito de voto dos acionistas em assembleia geral, bem como regula a responsabilidade do acionista controlador na sociedade.

(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Companhia e suas controladas, ao celebrarem acordo ou estabelecerem relação comercial, o fazem sempre observando as condições praticadas no mercado à época da transação.

A escolha da empresa que será contratada sempre leva em consideração o critério do melhor preço, conhecimento do mercado, entre outros.

Nos casos de contratos de locação a ser celebrados com partes relacionadas, os valores praticados são baseados em laudos de avaliação elaborados por empresa independente, exclusivamente para este fim.

16.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 16.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
25/04/2017	358.796.778,41		53.949.006	0	53.949.006
Tipo de capital	Capital Subscrito				
25/04/2017	358.796.778,41		53.949.006	0	53.949.006
Tipo de capital	Capital Integralizado				
25/04/2017	358.796.778,41		53.949.006	0	53.949.006
Tipo de capital	Capital Autorizado				
20/08/2014	550.000.000,00		0	0	0

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
12/07/2016	Conselho de Administração	12/07/2016	217.717,50	Subscrição particular	6.699	0	6.699	0,00072842	32,50	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Valor definido conforme o disposto na Cláusula 4.1 do Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra e Venda de Ações celebrado entre a Companhia e o Beneficiário em 31 de dezembro de 2014 que estabelece como preço de emissão o valor de R\$ 28,22 (vinte e oito reais e vinte e dois centavos), corrigido monetariamente de acordo com o IGP-M e deduzido o valor por ação de dividendos, juros sobre capital próprio e outros proventos distribuídos pela Companhia aos acionistas durante o período compreendido entre a data da outorga e o exercício das opções em 06/07/2016.								
Forma de integralização		Moeda corrente nacional.								
25/04/2017	Assembleia Geral Ordinária Extraordinária	25/04/2017	59.690.148,39	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável tendo em vista que, nos últimos 3 exercícios sociais, não houve desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações de emissão da Companhia.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não sofreu reduções do capital social desde sua constituição, em 10 de abril de 2014.

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 17.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Mínimo legal de 25% do saldo de lucro líquido do exercício anterior, calculado conforme a Lei das Sociedades por Ações, deve ser distribuído a título de dividendo obrigatório anual.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de liquidação da Companhia, após pagar todas as nossas obrigações, os acionistas receberão os pagamentos relativos ao reembolso do capital investido na proporção de suas respectivas participações no capital social. Qualquer acionista dissidente de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderá retirar-se do quadro acionário, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial, nos termos do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, desde que ocorra qualquer uma das hipóteses expressamente previstas nos incisos I a VI e IX do artigo 136 na Lei das Sociedades por Ações. O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da assembleia geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso, nos termos do artigo 137, IV da Lei das Sociedades por Ações.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o estatuto social da Companhia, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em assembleias gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos: (i) direito a participar da distribuição dos lucros; (ii) direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; (iii) direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (iv) direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (v) o direito de voltar nas assembleias gerais e (vi) direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Direito e participação em oferta pública por alienação de controle: Nos termos do artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações, do Regulamento do Novo Mercado e do estatuto social da Companhia, caso ocorra uma oferta pública por alienação de controle da Companhia, o ofertante deverá realizar nova oferta pública de aquisição de ações direcionada a todos os acionistas da Companhia, nas mesmas condições e valores da oferta inicial.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não há, no estatuto social da Companhia, regras que representem limitações ao exercício do direito de voto. Cada ação ordinária representa um voto nas deliberações da Assembleia Geral. No entanto, há regras estatutárias que obrigam os acionistas a realizar oferta pública de aquisição de ações em determinadas situações.

O artigo 37 do nosso Estatuto Social indica que a alienação de controle da sociedade, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos demais acionistas da Sociedade, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e da regulamentação da CVM.

A oferta pública de aquisição de ações também será exigida, de acordo com parágrafo único do artigo 37 do nosso Estatuto Social: (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações emitidas pela Companhia, que venha a resultar na alienação de controle da Companhia; e (ii) em caso de alienação de controle de sociedade que detenha o poder de controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à B3 o valor atribuído à Companhia nesta alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

Para os fins deste item, os termos Acionista Controlador, Acionista Controlador Alienante, Alienação de Controle, Comprador e Poder de Controle, terão o sentido que lhes é atribuído pelo Regulamento do Novo Mercado e no nosso Estatuto Social.

Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública referida no artigo 37 do nosso Estatuto Social; e (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos seis meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações de nossa emissão nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à B3 operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

Nós não registraremos qualquer transferência de ações ao Comprador do Poder de Controle, ou àquele(s) que vier(em) a deter o nosso Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores, a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

A Lei das Sociedades por Ações e o estatuto social da Companhia facultam à Assembleia Geral o direito de suspender o exercício dos direitos dos acionistas. Além desta previsão, o estatuto social da Companhia não estabelece mais nenhuma exceção ou cláusula suspensiva relativa a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social 31/12/2017										
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/12/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	13.462.823	26,70	24,00	R\$ por Unidade	25,85
30/09/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	24.537.279	30,70	25,00	R\$ por Unidade	26,77
30/06/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	12.446.762	31,45	22,99	R\$ por Unidade	25,46
31/03/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	21.644.549	28,00	23,50	R\$ por Unidade	25,83
Exercício social 31/12/2016										
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/12/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	16.157.934	39,77	27,57	R\$ por Unidade	32,25
30/09/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	18.941.343	43,80	35,99	R\$ por Unidade	39,75
30/06/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	16.084.447	46,03	42,46	R\$ por Unidade	44,30
31/03/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	33.167.984	43,90	34,70	R\$ por Unidade	38,44
Exercício social 31/12/2015										
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/12/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	54.166.687	35,00	31,00	R\$ por Unidade	33,59
30/09/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	26.172.335	35,00	29,02	R\$ por Unidade	32,08
30/06/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	36.714.951	32,00	27,39	R\$ por Unidade	29,25
31/03/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	66.360.673	29,99	26,60	R\$ por Unidade	28,82

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía outros valores mobiliários emitidos que não suas ações

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações ordinárias de emissão da Companhia são admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3 sob o código OFSA3.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui valores mobiliários emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor**Oferta Pública Inicial de Ações**

Em 20 de agosto de 2014, a Assembleia Geral da Companhia autorizou a realização de uma oferta pública primária e secundária de ações ordinárias de emissão Companhia. O aumento do capital social da Companhia no contexto da oferta foi aprovado em 17 de outubro de 2014, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$51.923.079,00, passando o então capital social de R\$192.446.623,52 para R\$244.369.702,52, mediante a emissão de 1.923.077 ações ordinárias, todas nominativas escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$27,00.

Em 13 de novembro de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital da Companhia em decorrência do exercício da opção de ações do lote suplementar, no montante de R\$54.519.210,00, mediante a emissão de 2.019.230 ações ordinárias, todas nominativas escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$27,00, passando o então capital social de R\$244.369.702,52 para R\$298.888.912,52.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios**(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Em 17 de outubro de 2014, a Companhia concluiu a oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de sua emissão ("Oferta"). A Oferta foi realizada em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003. Como resultado da Oferta, no âmbito da distribuição primária, foram emitidas de 1.923.077 ações ordinárias de emissão da Companhia, ao preço de R\$ 27,00 por ação, representando um aumento de capital social no montante de R\$51.923.079,00, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 17 de outubro de 2014.

Adicionalmente, em 13 de novembro de 2014, houve o exercício da opção de ações do lote suplementar, com a emissão, também no âmbito da distribuição primária, de 2.019.230 ações ordinárias de emissão da Companhia, ao preço por ação de R\$27,00, representando um aumento de capital no montante de R\$54.519.210,00, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada na mesma data.

Nesse sentido, e conforme divulgado no Prospecto Definitivo disponibilizado em 17 de outubro de 2014, os recursos provenientes da distribuição primária, no montante total de R\$106.442.289,00, após a dedução de comissões e despesas relacionadas à Oferta, foram destinados: (i) à aceleração do plano de crescimento no mercado local, por meio do desenvolvimento da plataforma de biotecnologia, e expansão internacional em mercados-chave, como México e Colômbia; e (ii) à redução do nível de endividamento, com a amortização de alguns contratos de empréstimo e mútuos que possuíamos. Cabe ressaltar que os recursos ainda disponíveis continuarão a ser destinados para os objetivos propostos.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, tendo em vista que não houve desvios entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas no Prospecto Definitivo da Oferta.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, tendo em vista que não houve desvios entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas no Prospecto Definitivo da Oferta.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Até a data deste Formulário de Referência, não foram realizadas quaisquer ofertas públicas de aquisição pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiros.

18.12 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 18.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía planos de recompra de ações vigentes.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, visto que a Companhia não manteve valores mobiliários em tesouraria desde sua constituição, em 10 de abril de 2014.

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 19.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação 20/08/2014

Órgão responsável pela aprovação Assembléia Geral

Cargo e/ou função A Companhia, os administradores, os conselheiros fiscais, os funcionários com acesso a informação privilegiada, os membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, assim como os acionistas controladores, diretos e indiretos, sociedades controladas e as pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição no acionista controlador, direto ou indireto, ou em sociedades controladas, possam ter conhecimento de informação privilegiada sobre a Companhia, e que tenham aderido à Política de Negociação de Valores Mobiliários ("Pessoas Vinculadas").

Principais características e locais de consulta

Esclarecer as regras que deverão ser observadas visando a coibir e punir a utilização de informações privilegiadas sobre ato ou fato relevante relativo à Companhia, ou informações privilegiadas, em benefício próprio das Pessoas Vinculadas em negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia, e enunciar as diretrizes que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos por lei, a negociação de tais valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM 358 e das nossas políticas internas. Tais regras também procuram coibir a prática de insider trading (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de informações privilegiadas) e tipping (dicas de informações privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia. A adesão à Política de Negociação é obrigatória por todas as pessoas vinculadas, mediante assinatura de Termo de Adesão.

A Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, bloco C, 2º andar, sala CCS 210, Distrito Industrial, CEP 014140-000; e (ii) internet: site da Companhia (ri.ourofino.com); site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (www.bmfbovespa.com.br).

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização Nenhuma Pessoa Vinculada com acesso à informação privilegiada poderá negociar a qualquer tempo valores mobiliários de emissão da Companhia, independente de determinação do Diretor de Relações com Investidores, antes que tal informação seja divulgada ao mercado. As Pessoas Vinculadas não poderão negociar valores mobiliários de emissão da Companhia nos "Períodos de Impedimento à Negociação", que são definidos na regulamentação aplicável e pelo Diretor de Relações com Investidores. Os Períodos de Impedimento à Negociação incluem os seguintes prazos: (i) os 15 dias que antecedem a divulgação de informações periódicas pela Companhia, como ITR e DFP; (ii) o prazo em que estiver em curso a negociação pela Companhia de valores mobiliários de sua própria emissão, com base em qualquer programa de recompra aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia; (iii) o período entre a data de deliberação do órgão competente de aumentar o capital social, distribuir dividendos e pagar juros sobre capital próprio e a publicação de seus respectivos editais e anúncios; e (iv) o prazo em que existir a intenção de promover incorporação, cisão, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia.

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 20.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

As normas, regimentos e procedimentos internos relativos à divulgação de informações que a Companhia adota estão descritos na sua Política de Divulgação, conforme disposta no item 21.2 deste Formulário de Referência.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“**Instrução CVM 358**”) disciplina as regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e à aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante que origina a obrigatoriedade de divulgação ao mercado. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, deliberações de assembleia geral de acionistas ou dos órgãos de administração da companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, negociais, financeiros ou econômicos relacionados aos negócios da companhia que possam influenciar de modo ponderável (i) na cotação de suas ações ou quaisquer valores mobiliários de sua emissão ou a eles referenciados; (ii) na decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais valores mobiliários; (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes aos valores mobiliários;
- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, a alteração de qualquer acordo de acionistas em que a Companhia seja parte, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à companhia em questão;
- obrigam a companhia aberta e seu Diretor de Relações com Investidores a enviar atos ou fatos relevantes à CVM, por meio de sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores e à B3 (Sistema IPE), bem como divulgar ao mercado em geral, por meio de, no mínimo, um dos seguintes canais de comunicação (i) jornais de grande circulação geralmente utilizados pela referida companhia; ou (ii) de pelo menos 1 (um) portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade;
- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;
- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto informem a tal companhia o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas controladas e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando ainda quaisquer mudanças em referidas posições acionárias, informação esta que será transmitida à CVM e à B3 pelo Diretor de Relação com Investidores da companhia aberta;
- exigem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração ou do conselho fiscal de uma companhia de capital aberto aumente ou diminua sua participação na referida companhia em mais de

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

- 5,0%, referido acionista ou entidade divulgue as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e
- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

Em observância às normas da CVM e da B3, em 20 de agosto de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a “Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.” (“**Política de Divulgação**”), cujas regras devem ser observadas por todas aquelas pessoas relacionadas no artigo 13 da Instrução CVM 358, quais sejam: os acionistas controladores, diretos ou indiretos, os administradores, os conselheiros fiscais, diretores, os integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia, os empregados e executivos com acesso a informações relevantes e, ainda, por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, nas sociedades controladoras, nas sociedades controladas e nas sociedades coligadas, tenha conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante sobre a Companhia (“**Destinatários**”). Os Destinatários deverão assinar o Termo de Adesão à Política de Divulgação, e guardar sigilo sobre as informações ainda não divulgadas.

A Política de Divulgação visa a prover os acionistas da Companhia e ao mercado em geral a melhor simetria possível na disseminação das informações, bem como a assegurar aos investidores a disponibilidade, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, das informações necessárias para as suas decisões de investimento, evitando, desta forma, o uso indevido de informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, do mercado e da própria Companhia.

Para alcançar tais objetivos, a Política de Divulgação estabelece que cumpre ao Diretor de Relação com Investidores da Companhia a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante, cabendo a ele (i) comunicar e divulgar o ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia imediatamente após a sua ocorrência; (ii) realizar a divulgação de ato ou fato relevante de forma a preceder ou ser realizado simultaneamente à veiculação por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior; e (iii) avaliar a necessidade de solicitar, sempre simultaneamente, à B3 e, se for o caso, às outras bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam ou venham a ser admitidos à negociação, no País ou no exterior, pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante, caso seja imperativo que a divulgação de ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação.

O ato ou fato relevante deverá ser divulgado por meio (i) da página na rede mundial de computadores do portal de notícias NEO1; (ii) da página na rede mundial de computadores da Companhia (ri.ourofino.com), em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e à bolsa de valores ou mercados de balcão organizado nas quais os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação; e (iii) do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema IPE). Não obstante a divulgação de ato ou fato relevante pelos canais de comunicação supramencionados, qualquer ato ou fato relevante poderá ser também publicado em jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela Companhia.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Consta da Política de Divulgação da Companhia lista exemplificativa de modalidades de ato ou fato relevante, conforme Instrução CVM 358, sendo que os Destinatários devem observar que (i) a ocorrência de qualquer dessas modalidades não se constitui necessariamente em um ato ou fato relevante, uma vez que essa ocorrência deve ter a capacidade de influenciar de modo ponderável a decisão de negociação dos investidores em valores mobiliários; e (ii) a lista é meramente exemplificativa, não esgotando ou limitando as possibilidades de ocorrência e caracterização do ato ou fato relevante.

De acordo com a regulamentação da CVM aplicável e a Política de Divulgação da Companhia, é considerada uma “Informação Relevante” qualquer decisão de eventual acionista controlador, deliberações de assembleia geral de acionistas ou de órgão da administração da Companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, negociais, financeiros ou econômicos relacionados aos negócios da Companhia que possam influenciar de modo ponderável (i) no preço de suas ações ou quaisquer valores mobiliários de sua emissão ou a eles referenciados; (ii) na decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou quaisquer valores mobiliários; (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes aos valores mobiliários.

Os Destinatários devem, ainda, guardar completo sigilo acerca de ato ou fato relevante sobre os negócios da Companhia ainda não divulgados ao mercado, devendo dar a esta difusão restrita, somente quando necessária para o desenvolvimento desses negócios, sempre em caráter confidencial e de forma limitada de divulgação, nos termos da Política de Divulgação da Companhia.

Quando se tratar de informação sigilosa ou potencialmente relevante, ainda não divulgada ao mercado, os Destinatários devem obrigatoriamente, nos termos da Política de Divulgação:

- reportá-las imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores;
- certificar-se de que todos os documentos relacionados a essas informações circulem com aviso de confidencialidade e/ou de restrição de acesso e, ainda, que as correspondências, convencionais ou eletrônicas, tenham como destinatário pessoas de confiança, que estejam cientes de que as informações são prestadas em caráter sigiloso, observando nossos padrões sobre segurança de correspondência eletrônica;
- encaminhar ao Diretor de Relações com Investidores relação indicando nome, cargo e função das pessoas às quais foram franqueadas tais informações, formal ou informalmente, se deu seu conhecimento; e
- comunicar imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores sobre suspeita ou ocorrência de vazamento dessas informações do seu círculo restrito e determinável.

De acordo com a Política de Divulgação, um ato ou fato relevante deve ser imediatamente divulgado, salvo quando sua manutenção sob sigilo for indispensável para preservar os legítimos interesses da Companhia.

O ato ou fato relevante poderá, em caráter excepcional, não ser divulgado quando os acionistas controladores e/ou os administradores da Companhia entenderem que sua divulgação colocará em risco seu interesse legítimo, observando-se, adicionalmente, o que segue:

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

- os acionistas controladores ou administradores que decidirem pela manutenção do sigilo em seu benefício deverão cientificar imediata e formalmente o Diretor de Relações com Investidores da Companhia do ato ou fato tido como relevante em estado sigiloso, dando conhecimento das informações necessárias ao seu correto entendimento para que, por si só, sejam capazes de subsidiar eventual divulgação nos termos da Instrução CVM 358;
- o Diretor de Relações com Investidores da Companhia, ou ainda, os demais administradores ou acionistas controladores da Companhia – estes dois últimos grupos, mediante comunicação simultânea ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia – poderão solicitar a apreciação da manutenção de sigilo à CVM, desde que em envelope registrado, lacrado e com advertência de confidencialidade, tendo como destinatário o Presidente da CVM; e
- em qualquer hipóteses de manutenção do sigilo de ato ou fato relevante, ou quando a situação escapar ao controle dos Destinatários, o Diretor de Relações com Investidores da Companhia deve ser informado imediatamente e este deverá adotar os procedimentos previstos no item acima ou divulgar imediatamente o respectivo ato ou fato relevante, caso que não eximirá os acionistas controladores e os administradores da Companhia de sua responsabilidade pela divulgação.

Os administradores da Companhia são obrigados a comunicar à Companhia, à CVM e à entidade de mercado nos quais os valores mobiliários emitidos pela Companhia sejam admitidos à negociação, a quantidade, as características e a forma de aquisição dos valores mobiliários de emissão da Companhia e de sociedades controladas ou controladoras, desde que companhias abertas, de que sejam titulares. Devem, ainda, comunicar os valores mobiliários emitidos por essas companhias que pertençam (i) ao cônjuge do qual não estejam separados judicialmente; (ii) ao companheiro; (iii) a qualquer dependente incluído na declaração anual de imposto sobre a renda; e (iv) a sociedades controladas direta ou indiretamente.

Todos os Destinatários da Política de Divulgação da Companhia são responsáveis por não divulgar ato ou fato relevante de forma privilegiada, ainda que em reuniões, públicas ou restritas, devendo previamente à veiculação de ato ou fato relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior, os Destinatários deverão contatar e submeter o material objeto de exposição ou divulgação ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia, em caráter confidencial, o qual tomará as providências necessárias à divulgação simultânea de informações, se for o caso.

Exceto pelo descrito acima, não há outras normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que tais informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

A Política de Divulgação da Companhia pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, bloco C, 2º andar, sala CCS 210, Distrito Industrial, CEP 014140-000; e (ii) internet: *site* da Companhia (ri.ourofino.com); *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e *site* da B3 (www.bmfbovespa.com.br).

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 21.